



1150091157



FE

T/UNICAMP Sa29c

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TÍTULO

**Caracterização das formas de intervenção da fundação junto à universidade:
problemas, dilemas e soluções.**

AUTOR

Claudia Naomi Sakashita

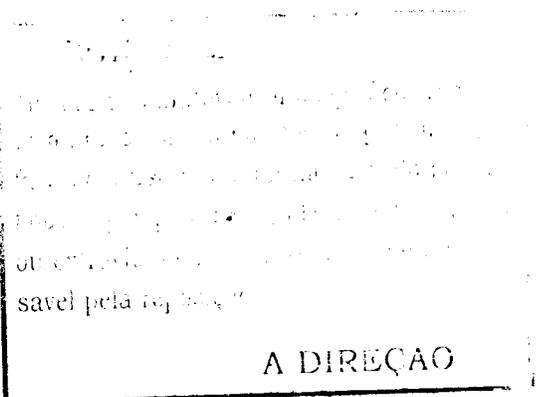
ORIENTADOR

Salvador Antonio Meireles Sandoval

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Ciências Sociais na Educação.

Campinas

2011



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Título: Caracterização das formas de intervenção da fundação junto à universidade:
problemas, dilemas e soluções.**

Autor: Claudia Naomi Sakashita
Orientadora: Salvador Antonio Meireles Sandoval

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Claudia Naomi Sakashita e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 03-02-2011

Assinatura:.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

Ano 2011

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gilденir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

Sakashita, Claudia Naomi.
Sa29c Caracterização das formas de intervenção da fundação junto à univesidade: problemas, dilemas e soluções / Claudia Naomi Sakashita. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.
Orientador: Salvador Antonio Meireles Sandoval. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
1. Pesquisa. 2. Política educacional. 3. Privatização na educação. 4. Universidades e faculdades públicas. I. Sandoval, Salvador Antonio Meireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
11-038 GCS/BFE

Título em inglês: Different forms of intervention of the foundation within the university: problems, dilemmas and solutions.

Keywords: Search; Educational policies; Privatization of education; Public universities.

Área de concentração: Ciências Sociais na Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval (Orientador)

Prof. Dr. Vicente Rodriguez

Prof. Dr. Telma de Paula Souza

Data da defesa: 03/02/2011

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail : claumagi@gmail.com

Agradecimento à CAPES pela concessão de bolsa de estudo, que ajudou na viabilização deste trabalho.

Dedico esse trabalho às minhas filhas: Gica e Maíra e ao meu marido Eduardo; que me deram inspiração, força e energia durante todo o processo de idealização e elaboração deste. Obrigada por me ajudar a lutar por um mundo melhor.

Lista de Siglas:

AEL: Centro de documentação Edgard Leuenroth
AFPU: Programa de Treinamento
AIU: Apoio Institucional à Unidade
BC: Biblioteca Central
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM: Banco Mundial
CAD: Câmara de Administração
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CC: Código Civil
CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CF: Constituição Federal
CFE: Conselho Federal de Educação
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONAES: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSU: Conselho Universitário
COTIL: Colégio Técnico de Limeira
COTUCA: Colégio Técnico de Campinas
CPFL: Companhia Paulista de Força e Luz
CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPV: Casa do Professor Visitante
CRUESP: Conselho Universitário do Estado de São Paulo
DGA: Diretoria Geral da Administração
DOE: Diário Oficial do Estado
DRU: Desvinculação das Receitas da União
EC: Emenda Constitucional
EUA: Estados Unidos da América
FAEPEX: Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
FASA: Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Área de Saúde da Universidade Estadual de Campinas
FAPESP: Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FE: Faculdade de Educação
FEEC: Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação
FEM: Faculdade de Engenharia Mecânica
FINATEC: Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FUNCAMP: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp
GR: Gabinete do Reitor
IC: Instituto de Computação
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço
IE: Instituto de Economia
IES: Instituição de Ensino Superior
IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPESP: Instituto de Previdência do Estado de São Paulo
LDB: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MCT: Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MS: Magistério Superior
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
ONG: Organização não Governamental
PAD: Programa de Apoio Didático
PADCT: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PAPI: Programa de Auxílio a Projetos Institucionais
PED: Programa de Estágio Docente
PIB: Produto Interno Bruto
PIDS: Programa de Integração, Desenvolvimento e Socialização
PNE: Plano Nacional de Educação
PQO: Programa de Incentivo à Graduação
RCI: Ressarcimento de Custos Indiretos
RHAE: Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas
RTE: Recursos do Tesouro Estadual
Run: Ressarcimento à Universidade
SG: Secretaria Geral
SUS: Sistema Único de Saúde
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNESP: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
USAID: United States Agency for International Development
USP: Universidade de São Paulo

RESUMO

O presente trabalho pretende explorar novas formas de atuação da sociedade para com a universidade, especificamente sob intervenção da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, a FUNCAMP - instituída pela UNICAMP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, cuja finalidade é atender as demandas de pesquisa, ensino e extensão; através de gerenciamento de recursos financeiros de convênios e contratos firmados pela UNICAMP com diversas instituições.

A investigação pretende entender como a UNICAMP atende a demanda das instituições externas que firmam parcerias em busca de serviços, cursos, pesquisas etc. O objetivo específico desta dissertação é levantar dados e subsídios que responda a pergunta: em que medida os contratos com intervenção da FUNCAMP levam ao “capitalismo acadêmico”? De que modo as ações praticadas avançam ou recuam no sentido de uma privatização ou de uma publicização da universidade?

A amostra desse estudo se restringe aos contratos vigentes no ano de 2.005 e de 2.008, referente a seis faculdades e/ou institutos, divididos em duas diferentes áreas: humanas e engenharias. Foi possível constatar diferentes formas de abordagem nestas duas áreas, no que diz respeito aos motivos dos contratos, além de diferentes tipos das instituições e diferentes naturezas das mesmas, entre outros.

ABSTRACT

This paper aims to explore new ways of acting in society towards the university, specifically under the interventions of the Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, FUNCAMP, established by UNICAMP; it is a private non-profits entity of which purpose is to serve the demands of research, education and extension through financial resource management agreements and contracts signed by UNICAMP with several institutions. The research intends to understand how the UNICAMP serves the demand of external institutions that have signed partnerships in search of services, courses, research etc.

The specific objective of this dissertation is to collect data and information that answer the question: How do the contracts with the intervention of FUNCAMP lead to "academic capitalism"? How do the actions go forward or move back to privatize the university or make it public?

The sample of this study is about the established contracts between 2005 and 2008, relating to six colleges and / or institutes that were divided into two different areas: humanities and engineering. It was possible to verify different ways to approach, related to the reasons of the contracts and different types and nature of institutions, among others things.

SUMÁRIO

Introdução	01
Cap. 1 - Capitalismo Acadêmico	03
1.1- Ciência, academia e tecnologia no mercado global	08
1.2- Teoria do recurso dependente e turbulência organizacional	15
1.3- Conhecimento empresarial ou empresariamento do conhecimento.....	19
1.4- Vantagens e desvantagens do “capitalismo acadêmico”.....	22
1.5- “Capitalismo acadêmico” nos países periféricos.....	24
1.6- A visão do liberalismo.....	26
Cap. 2 – O Público e o Privado nas reformas do Ensino Superior no Brasil.....	29
2.1- As reformas dos anos de 1.960.....	33
2.2- As reformas dos anos de 1.990.....	41
Cap. 3 - História e indicadores da ciência e da UNICAMP	47
3.1- Breve histórico da Ciência.....	50
3.1.1- Alguns indicadores da pesquisa no Brasil.....	51
3.2- UNICAMP: característica e estrutura.....	53
3.2.1- Orçamento e autonomia universitária.....	57
Cap. 4 – FUNCAMP: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	63
Cap. 5 – Metodologia da pesquisa de campo	73
5.1- Análise dos dados levantados.....	78
5.2- Área Ciências Humanas.....	79
5.3- Ciências da Engenharia.....	88
Cap. 6 – Conclusão	101
Referências bibliográficas	133

INTRODUÇÃO

Como é sabido, neste novo cenário “globalizado”, a universidade exerce um papel fundamental para que um país estruture e mantenha uma soberania, mesmo que relativa, a fim de sobreviver politicamente. Nesse contexto, a própria universidade necessita manter sua existência, valendo-se do instituto da parceria – principalmente com fundações –, entidade criada pela própria universidade para angariar fundos, se não para a sobrevivência, no mínimo para expansão e melhorias. Assim, faz-se necessário avaliar a efetividade do papel dessas fundações como uma das maiores colaboradoras para a sobrevivência financeira das universidades

O presente trabalho, assim, restringir-se-á às relações entre a Universidade de Campinas - UNICAMP e a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp - FUNCAMP.

Parte-se da hipótese de que a universidade pública brasileira vem sendo modificada, seja no aspecto das políticas públicas educacionais, seja nos aspectos estruturais, administrativos e curriculares, seguindo em direção a uma perda de autonomia, a qual fora sempre almejada e idealizada, apesar de nunca alcançada de fato.

Presente neste trabalho estará a expressão “capitalismo acadêmico”, cunhada para sintetizar o novo fenômeno, apontando claramente seus atores, autores e diretores, bem como os reflexos de sua atuação.

Utilizar-se-á um referencial da realidade norte americana (EUA) - um dos países precursores do fenômeno da privatização em educação, anteriormente considerada essencialmente pública (no sentido de ser voltada a interesses coletivos), e que agora passa a atender interesses privados e específicos – para explicar o processo de implantação e as forças que mobilizam a academia para novos valores e culturas.

A dicotomia público-privado, que contém duas esferas que habitam várias dimensões de nossas vidas, dentre elas a educação, será abordada nas reformas do ensino superior brasileiro, desde a década de 1960 até os anos 1990. Nesses últimos, inclusive, presenciaram-se mudanças “modernizantes” – no sentido de racionalizar recursos e tempo – que mexeram no sentido e significado da educação superior.

Metodologicamente, apresentar-se-á uma pesquisa de campo que se pautou em amostra de seis faculdades da UNICAMP, as quais são divididas em área de Ciências Humanas e área de Ciências da Engenharia. Analisaram-se, parcialmente, 112 contratos e convênios firmados entre a

UNICAMP e instituições externas, sempre com a interveniência da FUNCAMP. O universo de contratos, de onde surgiu a referida amostra, abrangeu os anos de 2005 e de 2008.

Para tal pesquisa, foram analisados contratos e convênios entre a UNICAMP e instituições externas por diversos motivos, que variaram desde a prestação de serviços em forma de cursos e afins, à pesquisa de desenvolvimento tecnológico.

O objetivo desta dissertação é levantar dados e subsídios que respondam à pergunta: em que medida os contratos com intervenção da FUNCAMP levam ao “capitalismo acadêmico”? De que modo as ações praticadas avançam ou recuam em relação à privatização ou à “publicização” da universidade?

Como poderá ser deduzido das análises, os resultados mostram uma tendência ao direcionamento da universidade no sentido de atender necessidades específicas do Mercado.

Desse modo, com este trabalho, objetiva-se questionar qual seria, ou deveria ser, o papel das fundações privadas dentro da universidade pública, especificamente a UNICAMP.

Capítulo 1

“Capitalismo acadêmico”

O objetivo deste capítulo é entender as amplas mudanças que estão acontecendo no ensino superior, especialmente no âmbito público. Para tanto, serão utilizados como principais referências os autores norte-americanos Slaughter e Leslie (1997).¹ Analisar-se-ão vários assuntos simultaneamente e em conjunto: ensino superior, pesquisa, política de apoio ao estudante e política pública de ensino e pesquisa, cujas referências são EUA, Canadá, Reino Unido e Austrália.

Tem-se objetivo, ainda, entender como são as forças que direcionam as mudanças, assim como a nova “epistemologia” ou conjunto de valores que permeiam o conhecimento na Academia.

Durante a segunda metade do século XIX, tanto professores como outros profissionais começaram a ser envolvidos gradativamente com o Mercado² (SLAUGHTER e RHOADES 1990, BRINT 1994 *apud* SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 5). E a partir dos anos 80, a universidade foi incorporada pelo Mercado, o padrão do trabalho acadêmico começa a ser alterado em sua essência. A participação do Mercado começa a minar o tácito contrato entre o professor e a sociedade, porque o Mercado quer resultado e não o bem estar do “cliente”. Esse vínculo pode ser prejudicial, e no futuro, a universidade e seus profissionais podem ter o tratamento de uma organização/empresa qualquer.

As ciências biológicas foram as pioneiras no envolvimento entre ciência e tecnologia (FORMAN 1994 *apud* SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 6), na medida em que as corporações se tornavam mais agressivas em seu campo de pesquisa e começaram a investir em biologia molecular (chave da biotecnologia) e em meados dos anos 80, os professores recebiam parcelas, em espécie, de cada produto desenvolvido nos laboratórios do governo ou nas universidades. As

¹ Os autores desenvolveram trabalho que se baseou em amostra de universidades públicas de quatro países (EUA, Canadá, Reino Unido e Austrália). Escolheram universidades públicas porque representam 80% das vagas nas universidades norte-americanas e também porque o aporte de verbas públicas para ensino superior é significativamente maior do que das universidades privadas. A tradução é de inteira responsabilidade do autor desta dissertação

² Definição de mercado: s.m. Lugar público, ao ar livre ou em recinto fechado, onde se vendem e onde se compram mercadorias. / Cidade que se notabiliza pela compra e venda de determinados produtos. / Referência convencional em relação à compra e à venda. / Designação que se dá à oferta e à procura de mercadorias. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Mercado>. Acesso em: 20/Nov/2010.

corporações patrocinavam 45% de todos os fundos da biotecnologia acadêmica (U.S. Congress, Office of Technology Assessment 1991 *apud* SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 7). Foi a partir daí, com os departamentos de biologia reestruturados por área de conhecimento da biologia molecular, que muitas faculdades se tornaram empresariais.

A Academia sofre impactos das mudanças acarretadas pela Revolução Industrial e, desde o último quarto do século XIX, foi responsável pela profissionalização dos ensinos técnico e superior presentes até os dias atuais. Os autores Slaughter e Leslie (1997) afirmam que a parceria “Universidade x Trabalho” desestabiliza o fator norteador que vem guiando o ensino superior nos últimos cem anos.

Para Slaughter e Leslie (1997), com a economia globalizada, os setores corporativos de negócio dos países industrializados pressionaram o Estado a fazer investimento no mercado de inovação onde tais setores queriam alocar recursos para competir com sucesso no Mercado globalizado³. O fluxo de dinheiro público para ensino superior foi recuando, em parte devido ao aumento de demanda dos fundos públicos, que com a emergência do Mercado financeiro global exigiu grandes financiamentos para os países ocidentais industrializados e endividados. Em geral, esse dinheiro foi utilizado para programas de assistência básica como educação básica, saúde e seguridade social e nos EUA, também para programas de expansão militar.

Das pesquisas que acontecem nas universidades públicas norte-americanas⁴, as verbas federais dão prioridade para apoio ao aluno, subvenção à pesquisa e contratos, e em alguns Estados, pagam salários para as faculdades e custos operacionais da instituição, conforme Slaughter e Leslie (1997 p.8). Especificamente após 1983, os EUA experimentaram crises fiscais periódicas, nas quais as receitas de impostos não cobriram os gastos (isso precipitou a “reforma” do ensino superior), juntamente com déficit financeiro provocado pela inflação, que não mais cobria custos operacionais das instituições (1993-94), somados às incertezas de recursos oriundos tanto do Estado como da União encorajaram as instituições a unir esforços em direção à pesquisa intersectada com o Mercado.

Para sua manutenção ou expansão, cada faculdade teve que competir pelos dólares do Mercado, que teve aplicações variadas como: vendas de serviços e produtos, pesquisa aplicada,

³ No caso dos EUA, a National Science Foundation – NSF – é um exemplo disso, a instituição era um estimado bastião da pesquisa de base, o centro de desenvolvimento acadêmico cooperativo dos anos 1980. Pós Clinton tornou-se depto de Comércio do Programa de Tecnologia Avançada.

⁴ A universidade pública nos EUA é subsidiada por verba pública, no entanto o aluno paga tarifa anual para estudar.

parcerias com governo e indústria, tecnologia de transferência ou aumento de recrutamento e mensalidade de alunos. Essa maneira de assegurar o dinheiro externo denominou-se “capitalismo acadêmico”⁵.

Esse assunto já era pauta de discussão no início do século XX. Em 1904, após uma viagem de Weber aos Estados Unidos para apresentação de um trabalho perante o Congresso, ele escreve sobre carreira acadêmica⁶ (WEBER, 1963 p. 28). Weber relata as realidades americanas (EUA) e alemãs (Alemanha), afirmando que as universidades alemãs, nos seus amplos campos da ciência, evoluem em direção ao sistema americano, equiparando a carreira e realidade acadêmica como qualquer outro trabalho em empresas capitalistas.

Os grandes institutos de medicina ou ciências naturais são empresas “capitalistas estatais”, que não podem ser administradas sem consideráveis recursos. Vamos encontrar, no caso, a mesma situação predominante sempre que a empresa capitalista entra em cena: a “separação entre o trabalhador e o seu meio de produção”. O trabalhador, ou seja, o assistente, depende de implementos que o Estado coloca à sua disposição; portanto, é tão dependente do chefe do instituto quanto o empregado de uma fábrica depende da direção. Pois o diretor acredita, subjetivamente e de boa-fé, que o instituto é “seu”, e que ele lhe administra os assuntos. Assim, a posição de assistente é, com frequência, tão precária quanto a de qualquer existência “quase-proletária” e tão precária quanto a posição do assistente na universidade americana.(WEBER, 1963 p. 156)⁷

Weber (1963 p. 157) faz analogia do professor ao artesão, na qual o segundo era, pessoalmente dono de sua ferramenta de trabalho, assim como o primeiro o é da biblioteca ou do conhecimento. Esse fenômeno não ocorre ao acaso, indubitavelmente há vantagens desfrutadas pelas empresas capitalistas e ao mesmo tempo burocratizadas. Destoando completamente da atmosfera histórica da universidade alemã, essa velha constituição da universidade tornou-se uma ficção. Existe uma distância extraordinária, externa e interna, entre o chefe dessas grandes empresas capitalistas e universitárias e o professor catedrático ao estilo antigo. A influência é

⁵Segundo os próprios autores, eles não são os primeiros a utilizar o termo, pois este já fora utilizado por Edward J. Hackett para resumir importante mudança na ciência acadêmica nos anos de 1990. O termo foi estreado por Max Weber, 65 anos antes, para descrever medicina e ciência natural no Estado capitalista. Para saber mais ler: HACKETT, Edward J. Science as a Vocation in the 1990s: The Changing Organizational Culture of Academic Science. The Journal of Higher Education. Vol. 61, No. 3 (May - Jun., 1990), pp. 241-279. Published by: Ohio State University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1982130> acesso em 17/jun/2010.

⁶Essa póstuma publicação só ocorrera em 1946 pela Oxford University Press, Inc.

⁷O mesmo trecho encontra-se no original: HACKETT, Edward J. Science as a vocation in the 1990. The Changing Organizational Culture of Academic Science. The Journal of Higher Education. Vol. 61, No. 3 (May - Jun., 1990), p. 271. Published by: Ohio State University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1982130> acesso em 17/jun/2010.

habitualmente forte e decisiva nos processos de admissão do professor, contrariando as regras, a própria admissão de Weber como professor foi um mero acaso/sorte (era muito jovem e não tinha influente indicação). Muitos, com maiores atributos certamente, foram e serão penalizados pela falta de ética.

Voltando aos autores Slaughter e Leslie (1997 p.9), eles explicam que a escolha do termo foi proposital na medida em que expõem as contradições desse fenômeno:

... a palavra capitalismo denota privado e propriedade do resultado da produção – terra, trabalho e capital – e considerando que o trabalhador da pesquisa na universidade pública seja o próprio capitalista aparenta ser a primeira e flagrante contradição. No entanto, capitalismo também é definido como sistema econômico, no qual as decisões são dirigidas pelas forças do Mercado. Nosso jogo nas palavras é proposital. Utilizando “capitalismo acadêmico” como conceito central, nós definimos o ambiente onde nasceu a universidade pública de pesquisa, um ambiente cheio de contradições, ao qual a faculdade e profissionais de apoio gastam seu capital humano em crescentes situações de competitividade. E nesta situação funcionários das universidades são empregados simultaneamente pelo setor público e são cada vez mais independentes deste. Eles são acadêmicos que agem como capitalistas do setor público; são empresários subsidiados pelo Estado.” [tradução nossa]

Assim, esse fenômeno da privatização na educação, que Slaughter & Leslie (1997) chamam de “Capitalismo Acadêmico” - o estreitamento do vínculo entre a Academia e o Mercado (“casamento” entre empresa e universidade) – é uma união impulsionada pela omissão e/ou redução de investimento financeiro público, sob cenário da globalização, no qual as políticas e conseqüentes práticas de pesquisa estão voltadas para atendimento das demandas da ciência aplicada e de inovação, ambas voltadas para o Mercado e de utilidade imediata. Deste modo, como alternativa de “sobrevivência”, a Academia – cujo ativo maior é o fornecimento de capital humano – vende seu “produto” em forma de pesquisa, serviço e afins para assegurar sua existência.

Nos EUA, tanto as universidades quanto muitas indústrias (de base), são consideradas de primeira necessidade, assim como segurança, alimento e saúde. Ambas recebem subsídios do governo federal, chamados subsídios principais (“block grants”) do Estado, segundo Slaughter e Leslie (1997, p.10); desse modo, o Mercado e a Academia são considerados os braços tecnológicos de vários Estados americanos. Outro modo de aproximar a idéia de “capitalismo acadêmico” é através do conceito amplamente aceito de *capital humano*, que se estrutura na tese de que o conhecimento e habilidade dos trabalhadores contribuem para o crescimento econômico da nação. Para a produção, são exigidos trabalhadores qualificados (educação formal e *on-the*

job/prática); isso traz para Academia o papel de contribuir com crescimento ao fornecer e repor capital humano para riqueza da nação. O capital humano é valioso porque é essencial para o desenvolvimento de alta tecnologia e tecnociências, necessárias para o sucesso na competitiva economia global. O capital humano é o produto muito precioso da Academia, que o comercializa como específica mercadoria (o conhecimento é visto como mercadoria exclusiva da Academia) em parceria com o Mercado. Seguindo essa lógica, quando a faculdade implementa seu capital acadêmico através do engajamento na produção, está se engajando no capitalismo acadêmico. Seus raros e específicos conhecimentos e habilidades estão sendo aplicados para produzir trabalhos rentáveis e benefícios acadêmicos individuais, servindo a universidade pública e trabalhando para as corporações e para sociedade no geral.

As universidades acabam assumindo o comportamento do Mercado – segundo Slaughter e Leslie (1997, p. 11-12) –, comportamento esse que provoca competições entre unidades e faculdades por dinheiro, na forma de subvenções externas e contratos, fundos de doações, parcerias universidade-empresa, investimento institucional para professores abrirem empresas de subprodutos ou mensalidades e taxas para alunos; caso a instituição não obtiver sucesso, não há recursos. Outra evidencia de comportamento do Mercado são as atividades praticadas por partes das instituições com objetivo de obtenção de lucros como as patentes e subseqüentes *royalties* e acordo de licenças, companhia de subproduto, parcerias universidade-indústria, além de outros investimentos mundanos, como venda de produtos esportivos e parcerias com livrarias e lanchonetes; quando estas possuem componente lucro como uma das finalidades de sua existência. Esse comportamento impacta diretamente a reestruturação da educação superior porque mexe na essência da organização que pode significar alocação interna de recursos (redução ou encerramento de departamentos e estabelecimento de unidades interdisciplinares); mudanças substantivas no trabalho acadêmico para ensino e pesquisa; estabelecimento de novo formato organizacional; proposição de novas estruturas administrativas ou racionalização ou reorganização do antigo.

Os valores que norteiam a ciência pura são o altruísmo e o atendimento ao coletivo, servir à sociedade, enquanto que o valor da ciência aplicada é a orientação para o lucro, ou seja, servir ao Mercado, o que a faz perder a autonomia historicamente conquistada em outros tempos. Essa sobreposição da ciência aplicada em relação à ciência pura vem mudando o papel da universidade, que antes era conhecida como centro de excelência de conhecimento e cultura, e

que agora tem sido um prestador de serviço, uma empresa como outra qualquer no grande Mercado globalizado, subestimando a ciência pura e ameaçando o futuro dela (SLAUGHTER e LESLIE, 1997, p. 178-179). Essa migração da universidade, do laboratório para a indústria, resultou no “casamento” entre empresa e universidade, um processo não linear e complexo e que conta, também, com contradições. No decorrer da pesquisa de campo das referidas anteriormente, foi possível encontrar professores com altos níveis de autonomia e prestígio que, ao verem as verbas de pesquisas básicas serem cortadas, resolveram negociar em causas próprias e como inventores e empreendedores – com “expertise” em patentes, direitos autorais, produtos e processos do Mercado científico –, sentaram-se à mesa de negociação com o governo e indústria e exigiram verbas para ambas as áreas.

1.1 Ciência, Academia e Tecnologia no Mercado Global

Por que alguns países dominam o Mercado global? A ligação entre as mudanças na economia global e a educação superior, como a teoria da globalização, explica a crescente centralidade da participação desse ensino no sistema nacional estratégico e garantindo participação segura no Mercado global. Que forças estão dirigindo e estruturando o ensino superior e como tais forças atuam nas políticas do ensino superior? Os autores acreditam que as mudanças nas políticas curriculares, o acesso e permanência do aluno, a pesquisa, o financiamento e autonomia desse nível de ensino sejam os principais mecanismos.

Existe uma forte argumentação de que as mudanças advindas da globalização afetarão fortemente o sistema de ensino superior, levando-o para o “capitalismo acadêmico”⁸, enfatizando a utilidade do ensino superior dentro das atividades da economia nacional e dando preferência para atividades de Mercado, praticadas por parte dessas faculdades e instituições. Algumas das estratégias são: facilitar o acesso do aluno à universidade, atraindo grandes quantidades de discentes e, automática e conseqüentemente, diminuindo custos operacionais; além de que, ao invés de financiar estudantes, quase todos os países estudados pelos autores (EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá, com exceção do último) estão aumentando as mensalidades, e a maioria desses sistemas estão comutados com as empresas de subvenções de empréstimos. Em termos curriculares, a política nacional demonstra forte preferência em aproximar os departamentos e

⁸ Em 3 (EUA, Reino Unido, Austrália) dos 4 países estudados (mais Canadá).

faculdades do Mercado. E existem fortes indícios de integração do ensino superior no plano de governo que tem como foco principal o desenvolvimento econômico. (Slaughter e Leslie, 1997 p. 24).

A sociedade pós-industrial depende da educação superior para treinamento, pesquisa e desenvolvimento em nível muito maior que a sociedade industrial. Paradoxalmente, essa mesma sociedade necessita de menos trabalhadores⁹, desprezando seu nível educacional, o contrário do que ocorria na era industrial. Além disso, a sociedade pós-industrial provavelmente não precisará dessas forças de trabalho por tempo indeterminado, tornando obsoleto o tradicional conceito de carreira.

Para Castells (1993) *apud* Slaughter e Leslie (1997), enquanto a revolução industrial utilizara os novos recursos como aço, eletricidade e óleo, que propiciaram mudanças na área de transporte, agricultura e na produção de manufaturas, a revolução tecnológica de hoje não mais se resguarda nesses “novos” recursos energéticos e invenções mecânicas e sim nas avançadas ciências e engenharias aplicadas de geração de informação, processamento e armazenamento/logística.

As invenções da revolução industrial foram feitas por artesões e por inventores amadores (“trainee” a cientista), não necessariamente escolarizados, [Bem-David (1965); Noble (1976) *apud* Slaughter e Leslie (1997, p. 27)]. As atuais invenções da era pós-industrial, as tecnologias revolucionárias, são feitas por pessoas com avançados níveis de conhecimento, daí a dependência da universidade. A universidade é a provedora do número crescente de profissionais qualificados e necessários para criar, manter e inovar a indústria de produtos e/ou serviços de sofisticadas tecnologias. É crescente o número de casos, principalmente nos EUA, de universidades como local de desenvolvimento de produtos de novas tecnologias, frequentemente com parceria com o Mercado e com o Estado e este último viabiliza parte dos fundos.

Apesar das invenções exigirem cientistas (engenheiros, advogados, gerentes, programadores etc..) detentores de mentes brilhantes, é decrescente a demanda desses profissionais, ou seja, nível superior não garante emprego. A economia pós-industrial depende de pessoas treinadas em boas universidades, mas ela não absorve todo pessoal nos setores

⁹ a porcentagem líquida de emprego que exige nível superior ou mais na camada de baixa renda – moeda vigente em 1986, menos que \$11,104 anual – cresceu 12% das déc. 1963-73 para 1979-86; a porcentagem da camada de média renda - \$11,104 a \$44,412 anual – caiu 9,2% no mesmo período; e a de alta renda - mais de \$44,412 caiu em 7,8% (Harison and Bluestone 1990, tab. A.2, *apud* Slaughter e Leslie, 1997 p. 31).

produtivos, o que acaba gerando outro problema: o de excedente de pessoal, que devolve tais profissionais para o sistema educacional, gerando assim novos investimentos. (Slaughter e Leslie, 1997 p. 25).

A *globalização* é o pano de fundo do novo contexto social, na medida em que delimita o contorno e pressiona as políticas de ensino superior para provocar mudanças que forcem as instituições de ensino a fazer negócios com o Mercado. Ela, a *globalização*, é no mínimo responsável por quatro diretrizes de longo alcance nestas complexas mudanças que o ensino superior está imerso: primeiro, o dinheiro é restrito para atividades específicas do ensino superior; segundo, há crescente centralidade nas tecnociências envolvidas diretamente com o Mercado internacional; terceiro, existe uma estreita relação entre empresas corporativas e agências estatais de desenvolvimento e inovação; quarto, há, também, um aumento no foco para multinacionais e indústrias especializadas em estratégia de propriedade intelectual global. Houve deslocamento de recursos de áreas sociais para apoio a desenvolvimento de programas econômicos, primeiramente através de nova taxaçoão de negócios e também através de estímulos à tecnologia de inovação à pesquisa e desenvolvimento de projetos militares e civis (JESSOP 1993, MOWERY 1994, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997, p. 37). Em função da redução do gasto público em programas sociais, os empreendimentos voltados à seguridade social, saúde e ensino básico cresceram assustadoramente para atender à demanda por esses serviços, além do acréscimo do crescimento demográfico.

A combinação das políticas de incentivo ao crescimento econômico, redução de gastos sociais e aumento de direitos teve conseqüências diretas no ensino superior, ou seja: o incentivo fiscal para crescimento econômico mais redução de gastos sociais somados ao crescimento de programas básicos de direito resultou em menos dinheiro para o ensino superior. Na verdade, esse “novo dinheiro” direcionado para a tecnociências – gerenciadas pelo Mercado – faz parte do novo “pacote” de mudanças sofridas pelo ensino superior que o aproximaram das necessidades do Mercado e enalteceram a universidade como o lugar da criação de riqueza (“wealth creation”), tornando-a, assim, parte do projeto nacional, longe de sua tradicional e liberal preocupação de educação. A universidade é uma das responsáveis pela riqueza da nação, na medida em que prepara profissionais de alto nível para o trabalho; porém, em todos os países, a educação superior não é considerada como programa básico, ou seja, não está incluso na agenda política de direitos básicos. (WHITE PAPER, 1993, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 37).

O incentivo à tecnociência como estratégia para aumentar a competitividade do país no Mercado global simultaneamente levou ao incentivo de criar a estratégia de proteção à propriedade intelectual. Todos – universidade, governo e corporações – estão correndo contra o tempo para descobrir esse nicho de mercado, o da propriedade intelectual, como fonte de renda. Inclusive, essa é a responsável pelo crescimento de fonte de rendas de várias universidades¹⁰ (SLAUGHTER e RHOADES, 1993, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 38).

A educação superior se encontra intersectada com a política econômica pós-industrial da globalização de tal modo que as políticas enfatizadas pelo “capitalismo acadêmico” se voltam para a ciência e para a tecnologia, e as verbas que antes eram investidas na pesquisa de base ou fundamental são desviadas para pesquisa aplicada, voltada para as necessidades do Mercado, como negócios de propriedade intelectual e também para o crescimento do acesso à universidade, seguido de diminuição de custos por aluno, além de implementar políticas organizacionais para minar autonomia da Academia.

O termo “Investigação pré-competitiva”, o que chamamos de “Incubadora de Idéias”, é usado para se referir às pesquisas que trazem benefícios para corporação/empresa e com grau de empreendedorismo, ou seja, antes que empresas concorrentes tentem angariar conhecimentos inéditos ou outras vantagens.

Como já fora dito anteriormente, há deslocamento de recursos das ciências básicas para aplicadas, especificamente a de tecnologia, que está incluída no projeto nacional de riqueza. Os valores que antes referendavam a ciência básica como “*professors curiosity driven research*” (pesquisa orientada e motivada pela curiosidade, uma predisposição e curiosidade intrínseca, genuína, desinteressada, inspecionadora etc.) foram substituídos pela estratégia, pela pesquisa focada em objetivo específico. Essas pesquisas se dividem em: investigação estratégica, que se refere a investigação focada (ex. algumas áreas da biotecnologia) e a pesquisa focada, que pertence aos programas comerciais ligados a tecnologias avançadas de programas de governo (SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 55).

¹⁰ Direitos autorais e patentes são monopólios protegidos pelos inventores por variados períodos. Nos EUA, patentes são protegidas e impossibilitadas de ser reproduzidas, sem autorização prévia ou pagamento de taxas, por 17 anos, com possibilidade de renovação no fim do período; direitos autorais de 1976 protegem o autor durante toda sua vida mais 50 anos. Vários são os organismos internacionais que reconhecem leis de patentes, direitos autorais e acordos de royalties e licenças, sob penalidade de severas sanções em caso de violação.

Agora estamos falando de outra dimensão: o que antes era política para a ciência, passa a ser tecnologia, movendo a Academia para a Indústria, mudança esta um tanto complexa como criação dos “subprodutos” (laboratórios de produtos comercializáveis dentro da universidade), que envolve transferência de tecnologia (GUMMETT 1991, LEYDESDORFF 1994, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997p. 43). Fazendo parte das transformações nas políticas de pesquisa e desenvolvimento, está a crescente implantação de parques tecnológicos que são, em geral, localizados próximos às universidades, alguns parcialmente fundados pelo governo local ou estadual, e sempre recebem algum subsídio federal. Tais empreendimentos vêm cada vez mais envolvendo as universidades nos negócios de licença de desenvolvimento tecnológico e em sociedade com as corporações; na maioria das vezes, as universidades dividem os *royalties* com o governo federal e agências estaduais que aportaram financeiramente a invenção.

Essas políticas impulsionaram o envolvimento da universidade em busca de atividades lucrativas. O caso mais evidente é o da universidade que detém licença tecnológica para manter empresas de subprodutos; nesse caso, a universidade obtém lucro à medida em que vende esses subprodutos. São diversas as formas de se atrair lucros diretos à universidade; empresas *spin-off*¹¹, venda de patentes e licença, parques tecnológicos etc. (SLAUGHTER e LESLIE, 1997p. 56).

As mudanças nas políticas de P&D (pesquisa e desenvolvimento) têm movido as universidades em direção ao “capitalismo acadêmico” nas mais diferentes maneiras: criação de centros de excelência, consórcio com indústrias e variadas parcerias entre universidade e indústria que, na sua maioria, são subsidiadas também pelas verbas públicas e o objetivo dessas

¹¹ O que Max Weber, apud Hacket (1990 p. 71), no início do século XX, nomeia de “quasi fim” (quase empresa) a condição dos departamentos das universidades americanas. (tradução nossa)

Definição de “spin-off”: **1** com subsidiária, desmembramento. **2** benefício, produto ou processo secundário, subproduto. Disponível em:
<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=spin-off>
acesso em: 11/Nov/2010

Uma empresa independente, deslocada e, em parte é formada por partes de uma empresa já existente/ ou a formação de uma empresa desta maneira. (tradução nossa). Disponível em:
<http://www.ldoceonline.com/dictionary/spin-off> acesso em: 11/Nov/2010.

Segundo definição de uma pesquisadora da Unicamp, Isabel Gardenal, *spin-off* “é uma empresa que nasce a partir de um grupo de pesquisa, com o objetivo de explorar um novo produto ou serviço de alta tecnologia” (disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2010/ju462_pag05.php (acesso em: 11 de novembro de 2010).

parcerias é a geração de lucro advindos de *royalties* ou comercialização de licenças e *joint venture*¹² (SLAUGHTER e LESLIE, 1997p. 56).

Em termos curriculares, especificamente a área de ciências humanas, sofreu cortes no orçamento. No Reino Unido, por exemplo, as áreas de artes e ciências sociais sofreram redução de 30% nas verbas por aluno; enquanto nessas áreas o investimento *per capita* é de 1.300 libras, o estudante de engenharia custa 2.772 libras. Com menos verbas, o estudante de humanidades acaba migrando para outras áreas como tecnológicas ou afins, resultando em cada vez menos vagas oferecidas para humanas.

Seguindo esse mesmo raciocínio, os salários dos professores também são diferenciados entre as diferentes áreas. Segundo Slaughter e Leslie (1997 tab. 2.2, p. 58) em relação à média salarial do professor de tempo integral por área entre os anos de 1983-1993, o salário da área de direito, engenharia, saúde, administração – negócios e computação e ciência da informação variavam entre US\$75.964 e US\$90.000; os salários da área de humanidades como artes, letras, educação, filosofia, arquitetura comunicação, etc. variavam entre US\$52.495 a US\$60.000. Se compararmos o menor salário das humanas (artes) com o maior da área administração (direito) a diferença chega a mais de 70%. Especificamente nos EUA, o salário é parcialmente determinado pelo professor, viabilizado pelo Mercado através de negociação individual com a administração da universidade, o que propicia crescimento salarial nas áreas de tecnociências, fazendo-as alocar, assim, mais fundos e, automaticamente, atraem maior quantidade de alunos.

Para Slaughter e Leslie (1997p. 59), o nível de autonomia, antes preservada, da instituição e do professor tem sido reduzido na medida em que o curriculum, o acesso e as políticas de pesquisa e desenvolvimento são alterados. A longa e protegida esfera pública e privada foi quebrada e as regras das entidades públicas não lucrativas também, seja de universidades ou de agências do governo, entraram para o Mercado e mudou nosso senso comum do entendimento do que é público e o que é privado. As universidades ainda são rotuladas como instituições públicas e não lucrativas, apesar de lhes ser permitido terem lucros com patentes e outras descobertas feitas pelos seus profissionais.

Simultaneamente, as organizações privadas com fins lucrativos também são capazes de tornar alienável a área de domínio prévio da comunidade (bem comum) que compreende:

¹² Sociedade na qual uma das partes entra com tecnologia e a outra com o capital.

conhecimento científico, banco de dados, tecnologia, cepas e propriedades das plantas, vida animal e fragmentos da espécie humana (SLAUGHTER e RHOADES, 1996, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p.59). Essa privatização foi conduzida pela indústria, juntamente com o Estado, através de políticas e fundos governamentais, e aplicada nas instituições de ensino superior, que por sua vez tentam aumentar os fundos.

Em relação aos professores, os impactos de perdas de autonomia variam desde deslocamento de carreira, mudança de área de conhecimento até variação salarial, ou seja: na medida em que as verbas são aportadas sob diversas fontes, as instituições direcionam o curriculum para atender tal demanda. Assim, o desempenho do professor é avaliado de acordo com indicadores impostos externamente pelo Mercado, o que torna o professor um profissional como outro qualquer do Mercado informal, ao invés do ser um profissional pertencente à comunidade de estudiosos.

As influências econômicas externas têm gerado mudanças radicais na educação superior, de modo que as políticas acadêmicas, de ciência e desenvolvimento – que são a “seiva da vida” desse nível de ensino – tornaram-se políticas tecnológicas, mais voltadas para a inovação e em parcerias com o setor privado, em detrimento da pesquisa básica e fundamental que é articulada com o aprendizado e comunidade acadêmica, ao invés de alinhar-se à economia.

Na maioria das vezes, a área de tecnociências adquire fundos, enquanto que áreas que não têm afinidade com o Mercado, tais como filosofia, religião, letras, artes e afins, ou áreas que servem o Estado de bem estar social, como educação e economia doméstica perdem fundos.

A postura da faculdade, os lugares para os alunos e o dinheiro para pesquisa elevaram a área de tecnociências na Academia.

Os autores concluem que, apesar de esses países promoverem o “capitalismo acadêmico” e estimularem crescimento econômico da nação, que representa aumento de produtividade e PIB - Produto Interno Bruto - maior nos anos 90, houve aumento de desigualdade de renda (ATKINSON, RAINWATER e SMEEDING 1995, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 62) e este crescimento não está gerando postos de trabalhos de alta renda. De fato, o aumento de desempregados de alta renda é proporcional ao crescimento da *precarização* dos trabalhos (tempo parcial, baixo salário, piora nas condições de trabalho e eliminação dos direitos dos trabalhadores). Mesmo aqueles que possuem grau de escolaridade superior estão longe de assegurar o retorno do investimento que fizeram em sua formação (HARISSON e BLUESTONE

1990, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 63). Pelo contrário, a tecnologia da automação está reestruturando processos de trabalho e eliminando profissionais que outrora vinham de universidades de alto nível.

A somatória dessas políticas (foco na tecnologia, mudança curricular, mudança no acesso à universidade, mudança financeira e diminuição da autonomia) concentra-se no aumento de competitividade na economia nacional, que concentrados na inovação de produto e processos, canaliza estudantes e recursos materiais para o bem estruturado curriculum que vai de encontro com as necessidades do Mercado global. Essa canalização prepara, assim, mais estudantes para os postos de trabalho a custos reduzidos e gerencia faculdades para o trabalho mais efetivo e eficaz (SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 63). Todos os países estudados, apesar de singularidades e realidades diferentes, promovem políticas similares.

1.2 Teoria do recurso dependente e turbulência organizacional

Na década de 80, segundo Slaughter e Leslie (1997 p. 64), as faculdades, universidades e centros de pesquisas mais o governo, nos EUA, fizeram parcerias com o Mercado e fixaram-se nas inovações comerciais (as de retorno imediato) porque as verbas públicas para educação superior estavam se tornando cada vez mais lentas e menores. A falta de recursos resultou em vulnerabilidade institucional, ambiente perfeito para que as pressões do Mercado conseguissem se instalar na universidade, com apoio das políticas públicas, programas de apoio à tecnologia de inovação, gerenciamento de propriedade intelectual e desenvolvimento de produção de serviços. Tais produções passaram a ser o foco dos investimentos, deslocando o dinheiro das subvenções públicas da educação superior para objetivos específicos que levassem à melhoria de competitividade no Mercado global, o que criou condições agudas de dependência de recursos externos da educação superior.

Essa nova condição afetou todas as esferas (nacional, municipal e estadual), aumentando a dependência de outras fontes de recursos financeiros (*resource dependence*), o que levou professores e instituições a procurarem receitas alternativas para manutenção das despesas institucionais. Proporcionalmente, na medida em que se desacelera o investimento público, aumenta-se o investimento privado, que assume com “afeto” o papel de novo “provedor” (grifo meu) do ensino superior.

Para Slaughter e Leslie, (1997 p. 64-65), na medida em que o dinheiro não restrito – que não é condicionado a um objetivo específico – do ensino superior diminui, sugere-se uma mudança no padrão de busca de receita para a promoção do novo e da competitividade. Para atender essa nova demanda, automaticamente ocorre o deslocamento da ciência básica para aplicada. Além disso, aumentam-se as mensalidades dos alunos, expande-se área de vendas de serviços e diminuem-se custos operacionais através de substituição de regime de dedicação integral para tempo parcial dos professores. A “teoria do recurso dependente” desloca o dinheiro irrestrito para aplicação às atividades restritas, nas quais a verba é vigiada e administrada de acordo com o princípio do empreendimento privado, portanto, melhor desempenho terá a instituição que conseguir administrar a nova geração de receita voltada para empreendimentos (assim como instituição avançada, onde os fundos advêm de recursos privados – a venda de seu próprio serviço, no caso atividade educacional, tornou-se fonte de receita) e através do “capitalismo acadêmico”, tal como negócios de patentes e licença, tecnologia de transferência, parques de pesquisa etc.. Os autores acreditam que essa mudança no padrão de financiamento da educação superior nacional tem promovido o “capitalismo acadêmico”.

É visível o deslocamento dos esforços acadêmicos para maximização de buscas por financiamentos externos e diminuição de custos operacionais da instituição. Pode-se comprovar esse comportamento empreendedor analisando dois grupos de indicadores: o de receitas (doações, subvenções, contratos e venda de serviços) e o de despesas (ensino, pesquisa, serviço público, administração, manutenção e apoio ao estudante) das instituições. Através da análise das finanças da instituição, os autores constataram que os dados sobre o padrão de rendas e despesas explicam o comportamento das universidades e muitas vezes o financeiro desmente as políticas públicas declaradas oficialmente. A começar pelas despesas com pesquisas, o custo do trabalho de pesquisa cresceu o equivalente ao aumento de custo dos insumos de pesquisa, então isso significa que o aumento das despesas com pesquisa está relacionado ao aumento do trabalho de pesquisa. Conclui-se que os acadêmicos, sejam eles professor ou pesquisador, estão fazendo mais atividades voltadas para pesquisa, mudando assim coletivamente a natureza de seu trabalho e estão deixando de se dedicar ao ensino e migrando para pesquisa. As mudanças nos padrões de receita, somadas às mudanças dos gastos, sugerem mudança da natureza do trabalho acadêmico (SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 66-67).

O novo provedor, que nesse caso é o financiador externo e proprietário do “recurso dependente”, condiciona a verba, exercendo assim grande dominação na instituição que recebera o dinheiro (SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 68). “ He who pays the piper calls the tune” (quem paga o flautista dá o tom), essa é a regra do “jogo”. Na medida em que cresce a participação dos novos financiadores da educação superior, cresce também a dependência dessas instituições em relação ao recurso externo e, automaticamente, há a perda de autonomia. Essa mudança de origem da receita das instituições resulta em alterações em duas dimensões do trabalho acadêmico: a magnitude relativa das trocas e a criticidade do destino desse recurso (PFEFFER & SALANCIK, 1978, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 68). Essa relativa magnitude de autonomia é medida de acordo com o montante de recurso recebido e, na medida em que a instituição recebe recurso de uma única fonte, torna-se fortemente dependente desse fornecedor que, por sua vez, exerce forte domínio sobre essa organização. Historicamente, o contrário aconteceu: as universidades públicas sempre receberam aporte de verbas governamentais, advindas das subvenções globais (fundo geral para ajuda institucional) que, para os referidos autores, é o único mecanismo capaz de propiciar autonomia para as universidades. Criticidade é a capacidade que a organização tem de conseguir operar na abstinência de recursos, ou seja, não consegue operar, porque todos os recursos (manutenção, salário, equipamento etc..) são indispensáveis, a ausência de um item pode gerar turbulência organizacional e perda de estabilidade e equilíbrio.

Certamente essas mudanças têm consequências também na vida acadêmica dos profissionais (professores e pesquisadores), que sofrem impactos diretos em relação às expectativas de seu trabalho, que muda dramaticamente na medida em que as receitas se misturam. É consenso que as universidades são vítimas dessas mudanças, mas também são complacentes “... a tentação é grande; conhecimento não é só poder, é dinheiro também - e ambos nunca vem antes, e os professores estão acima de tudo porque detêm o conhecimento” (CLARK KERR, 1994, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 71).

Em Serafim (2010), a autora propõe investigação do relacionamento nebuloso entre Mercado, Estado e Ensino Superior, suas respectivas instituições e atores que rodeiam essas fronteiras e, após estudar políticas de patentes, direitos autorais, nível de empreendedorismo acadêmico por departamento, contratos de licenças compartilhadas, estruturas de redes de relacionamento e poder etc., sugere uma desmistificação da condição de “vítima” da Academia

aos interesses econômicos e, pelo contrário, aponta esta como ator dinamizador do processo de mercantilização do conhecimento.

Slaughter e Leslie (1997 p. 71) acreditam que as subvenções governamentais são as bases da pirâmide orçamentária da universidade. A chave para sobrevivência organizacional é a habilidade de adquirir e manter recursos – independentes – de longa duração para garantir autonomia e estabilidade necessárias para cumprir com o papel da universidade (PFEFFER e SALANCIK, 1978 *apud* SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 261). Tais recursos independentes não só propiciam a magnitude relativa à autonomia como alta criticabilidade porque a natureza incondicional das subvenções propicia independência institucional. Mas à medida em que essas subvenções diminuem e gradativamente são substituídas pelas verbas externas – condicionadas –, ocorre grande turbulência na instituição porque a autonomia é ameaçada. Essa nova condição força a universidade a buscar recursos alternativos, porém estes sempre acarretam em condicionantes que exigem cumprimento de objetivos específicos. As instituições conhecem seu grande potencial em atrair parceiros tanto do governo como do setor privado e canalizam os esforços para propósitos como patentes, artigos/ publicações e desenvolvimento e manutenção de fundos em potencial; redirecionando esforços da universidade para esses fins, as instituições garantem uma estrutura melhor de funcionamento. Esse fenômeno ocorre no âmbito individual e coletivo, ambos estão se moldando ao novo compromisso e reformulando suas atividades profissionais.

Outra proposta das políticas do ensino superior dos países estudados (EUA, Canadá, Reino Unido e Austrália) é o deslocamento das verbas públicas das instituições para os estudantes. O Mercado forçou o deslocamento para promover a eficiência desse recurso de duas maneiras: aumentou-se as mensalidades dos alunos, desviando o apoio da instituição para os alunos, alegando-se que o apoio governamental seria melhor direcionado para os menos capazes de pagar. Resumindo: o apoio governamental não seria desperdiçado se investido naquele indivíduo de rendimento médio/alto que pode pagar mais. A segunda maneira é a concessão de subsídios indiretos às instituições privadas através de bolsa de estudos para os alunos; assim, o governo desloca o apoio das instituições para o aluno, evitando vínculos políticos e institucionais com a universidade privada. Esse tipo de medida, que ocorrera nos anos 1970, quando as universidades privadas passaram por crise econômica, privilegiou a camada da elite econômica, na medida em

que viabilizou a continuidade dessas instituições em detrimento do ensino público, que ficou impedido de crescer (Slaughter e Leslie, 1997 p. 72).

O deslocamento do suporte do governo das instituições para o aluno, acompanhado das políticas de incremento nas mensalidades, seriam os impulsos que aceleraram o importante papel legitimador do Mercado dentro do ensino superior nos EUA.

Políticas e estatutos, que antes eram em defesa da ideologia de servir ao interesse público, moveram-se para atender aos interesses particulares, ou seja, atender as demandas do Mercado; do ponto de vista do Estado, a melhor maneira de atender aos interesses públicos é o envolvimento das instituições em atividades comerciais. (SLAUGHTER and RHOADES 1993, apud SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p.73, tradução nossa).

Apesar de não terem evidências mensuráveis, os autores afirmam que não têm dúvidas de que as ações do Estado são o grande causador da nova direção que a universidade tem tomado; assim como não há evidências concretas de que o aumento das vendas de serviços e produtos da universidade esteja provocando a redução da ajuda governamental às mesmas. Slaughter e Leslie (1997 p. 74) concluem que as causas e os efeitos desse novo fenômeno são circulares.

As mudanças nas políticas nacionais do ensino superior diminuem a participação das verbas governamentais, o que induz as universidades ao “capitalismo acadêmico”, na medida em que mudam os padrões de receita, empurram as instituições para o Mercado e estas se comportam como o Mercado para compensar as perdas das subvenções governamentais. Além disso, tais mudanças mudam a natureza e performance do trabalho acadêmico no tocante à alocação de seus times, o que fazem e as diretrizes do trabalho empreendedor do dia-a-dia, evidenciada pelas mudanças nos padrões das despesas, já citadas anteriormente. Para Slaughter e Leslie, (1997 p. 110), se todas as instituições fossem capazes de gerar seus próprios recursos, as pressões por ensino superior seriam menores e, numa análise preliminar, pode-se concluir que o aumento dos subsídios externos pode causar grandes prejuízos nas funções públicas.

1.3 Conhecimento empresarial ou empresariamento do conhecimento

Na medida em que o Mercado domina o “conhecimento”, cujo foco passa a ser a transformação de tecnologia, ele muda a epistemologia do trabalho acadêmico, sendo mudanças em relação a valores, normas, cultura e crenças nas universidades.

Especificamente até década de 1980, os acadêmicos praticavam as ciências básicas e aplicadas simultaneamente e, com o crescimento das pressões sobre a Academia, a pesquisa começa ser reorganizada. A expectativa é de que os valores, das instituições e dos profissionais que se envolvem com o “capitalismo acadêmico” estejam mudando do altruísmo e o servir o coletivo, que é a base do serviço público, para valores do Mercado.

Nas décadas de 1960 e 1970, tratados sobre o papel da ciência na inovação de produto e competitividade econômica argumentavam que a *serendipity*¹³ (descobertas afortunadas, resultadas de um acaso, sem intenção de) era a chave: a pesquisa básica seguia ciência por onde ela andasse, lançando as bases para inovação, mesmo que as possibilidades de inovação de produtos não resultassem em aplicação imediata; o DNA e a biotecnologia são exemplos disso (WOLFLE 1972, SMITH e KARLESKY 1977, SLAUGHTER 1993 *apud* SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 179-180). Com as pressões da globalização, as teorias começam a se direcionar a produtos de inovação com gerenciamento que aproximou a ciência da universidade à indústria. Do *serendipity*, as teorias passaram para as empresas de subprodutos, pouco lineares com o conceito do papel da ciência inovadora (PETER e FUSFELD 1982, FAIRWEATHER 1988 *apud* SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 180). A questão da migração da propriedade intelectual da universidade para o Mercado e as complexidades de inovação de produto e processos têm sido objeto de estudo intrigante, principalmente para delimitar fronteiras entre a pesquisa básica e aplicada, porque de um lado, o conhecimento é inerente à comercialização (tudo que somos e consumimos foi fruto de descobertas e também porque vivemos numa sociedade capitalista) e por outro lado, a ciência básica não necessariamente resulta em inovação industrial. (KENNEDY 1984, GIBSON *et al* 1994, SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 180)

O “capitalismo acadêmico” acarreta riscos tanto para professores, administradores, técnicos quanto para a universidade pública em geral. Apesar de serem poucos os profissionais envolvidos no “capitalismo acadêmico”, segundo Slaughter e Leslie (1997 p. 202), os riscos podem envolver toda a instituição como, por exemplo: falência de negócios, responsabilidade de produtos, falência em responder as expectativas de crescimento econômico e de geração de empregos e, sobretudo, negligência para com o estudante.

O “capitalismo acadêmico” corre risco de falir a instituição, que por sua vez, tenta recuperar o dinheiro que o governo ou indústria tem investido, porque no capitalismo (sistema) já

¹³ Não foi encontrada tradução literal em português.

estão implícitos riscos e lucro como recompensa. Segundo Slaughter e Leslie (1997), na amostra de propriedade intelectual, somente um produto gerou lucros e em apenas um insucesso custara um milhão de dólares para a instituição. Os oito restantes ainda estavam em processo de desenvolvimento. A literatura de negócios de inovação sugere que apenas uma das empresas estreantes, em dez, obtém sucesso.

Nos EUA, onde a propriedade intelectual tem sido promovida pelos acadêmicos capitalistas desde os anos 1980, um pequeno porém crescente número de instituições gera significativas receitas de licenças e *royalties*. No entanto, do mesmo modo que geram receitas, também geram muitos custos operacionais; na maioria das vezes, os relatórios estatísticos publicados anualmente sobre propriedade intelectual não dispõem de indicadores de custos da universidade como: escritório de transferência de tecnologia, fundações universitárias, contribuições monetárias diretas etc. (SLAUGHTER e LESLIE, 1997).

Outro risco iminente é a possibilidade de o Mercado cessar o aporte às universidades. As empresas recebem incentivos fiscais quando se trata de verbas para pesquisa; uma vez não atendidas as expectativas de retorno dos investimentos, que seriam crescimento econômico e geração de empregos, essas verbas podem ser realocadas para outras áreas, privando as universidades de verbas públicas e privadas.

Michael Gibbon *et.al* (1994) *apud* Slaughter e Leslie (1997 p. 203-205) denomina de “modelo 2” a união política entre ciência e tecnologia, sendo a ciência trans-disciplinar, trans-institucional e transnacional, dividindo a direção com outro nível de alcance que a ciência desenvolvera, no qual não há longas distâncias entre descoberta e aplicação, entre laboratório e Mercado. Propõe-se ciência e tecnologia como projeto específico; sem local fixo nas unidades dentro das universidades. Em outras palavras, cientistas e engenheiros são partes da economia pós-moderna, membros da força flexível do trabalho, o que sinaliza o time da produção no tempo real, pronto para se mover para qualquer lugar do mundo que a demanda do projeto do Mercado determinar.

O professor que possui o recurso dependente vai em direção ao “capitalismo acadêmico”, mas tenta evitar tornar-se um trabalhador segundo ou “modelo 2” ou engajar-se numa indústria. Os professores veem vantagens profissionais – protegidas pelo Mercado e subsidiadas pelo Estado – e controlam seu próprio trabalho e procuram adquirir habilidades empresariais que os permitem agir como capitalistas acadêmicos: buscando fundos para projetos, processos ou

serviços que eles tentam desenvolver como patentes, desenvolvendo de estratégias de Mercado e negociando os contratos de pesquisa e *royalties* com as corporações. Como um empresário subsidiado pelo Estado, eles não têm nenhuma intenção de deixar a Academia (Slaughter e Leslie 1997 p. 203-205).

Quando uma universidade pública se engaja no “capitalismo acadêmico”, provavelmente emergem questões sobre a natureza implícita no contrato social com a sociedade; contrato esse que sugere servir ao público com qualidade e altruísmo, através da relação entre professor e sociedade, ao invés de servir a seus próprios interesses, fazendo, assim, o professor receber, com tal altruísmo, o reconhecimento social e uma vida decente. À medida que o professor foi estimulado a entrar na competição econômica internacional, as ênfases nas políticas foram se alterando, juntamente com os recursos dependentes, e eles se tornaram mais empresários e, provavelmente, perderão as credenciais de prestígio, enquanto mestres.

As universidades se desenvolvem com recursos híbridos, e em curto espaço de tempo, as fronteiras entre o setor público e o privado irão se extinguir. O governo provavelmente cortará os investimentos *per capita* da pesquisa na universidade e uma vez que os custos são reduzidos, reduzidos também serão os fundos. Inevitavelmente, com a estabilidade do “capitalismo acadêmico”, o Estado poderá desregular a universidade para que ela se adapte aos riscos empresariais. Confiscada por negligência, o altruísmo, provavelmente será estrangulado pelo Mercado. Em essência, universidades assumiriam funções previamente determinadas pela indústria; mesmo que a universidade relute em aceitar recursos externos para suas pesquisas, elas são locais de alta prioridade na alocação de recursos.

1.4 Vantagens e desvantagens do “capitalismo acadêmico”

Em todos os países estudados por Slaughter e Leslie (1997) foram encontrados os mesmos padrões de receitas e financiamentos nas universidades, que significam redução de verbas do governo, em particular as de subvenções globais. Para manutenção do equilíbrio institucional, inicia-se a competição entre elas (entre universidades, faculdades, departamentos e até entre professores e alunos) pelos fundos do governo e pelos fundos externos. Foram realizadas entrevistas piloto com duas universidades australianas que questionaram o modo com o qual os

professores veem o aumento da influência do Mercado em suas atividades e quais são as mudanças institucionais geradas pelo recurso misto.

De acordo com entrevistas piloto realizadas com amostra de professores e pesquisadores sobre vantagens e desvantagens do “capitalismo acadêmico”, os itens foram elencados de modo decrescente, e em grau de importância. As vantagens são: Relação internacional – a possibilidade de intercâmbio de informações fortalece bases políticas da universidade (obteve média 7); Credibilidade e reconhecimento da sociedade (com média 7, este item teve valor igual a benefícios salariais e outras gratificações materiais); Prestígio – a importância de deixar a marca pessoal na história da instituição (média 7, essa situação gera pressão extra, que pode resultar em produtividade acima da contratada); Repercussão para pesquisa – apesar do foco da pesquisa ser a aplicada, existe sinergia com a pesquisa básica, não havendo aproximação entre ambas (média 6,5); Repercussão para ensino – existiu uma considerável discordância entre os profissionais em apoiar ou reprovar por completo o ensino “comercial” (média 5.9); Futura oportunidade de consultoria (média 5.6) e Emprego para os estudantes (média 5).

Já entre as desvantagens, estão: Diminuição do time de pesquisa básica (média 2.8); Substituição de receita (média 2,1); Perda do time de professores formadores de profissionais para ensino (1.9); Patentes e taxas de direito autoral (média 0,5 as atividades do “capitalismo acadêmico” resultam minimamente em patentes); entre outros (SLAUGHTER e LESLIE, 1997 p. 127-134).

Apesar do dinheiro gerado pelo “capitalismo acadêmico”¹⁴ ser de 12% do montante geral dos gastos totais, as faculdades frequentemente buscam modos de persuadir pelos competitivos fundos do Mercado, alterando assim a ética dos departamentos e da universidade como um todo. Essa pequena e relativa proporção de dinheiro foi o suficiente para mudar o comportamento da faculdade e reconhecer a importância desses recursos, direcionados para pesquisa e desenvolvimento, ou seja, atividades direcionadas que conferem prestígio e status para a comunidade acadêmica. Essa receptividade à verba externa (recurso dependente) sugere que esses projetos específicos, provavelmente, não estão afinados com as intenções da faculdade e que poderão provocar mudanças profundas nos seguimentos das mesmas, mais facilmente do que pode se pensar.

¹⁴ Amostra piloto de duas universidades australianas.

Aparentemente, a articulação da educação superior com a política econômica nacional, somada à ansiedade dos professores de serem explorados pelas novas oportunidades e estruturas, resulta em persuasão pela investigação comercial, especialmente na área da tecnociências (pesquisa focada e de valor no Mercado internacional), promovendo assim diferenciação entre as faculdades e direcionando as apostas para tal. Como reflexo, as faculdades que se envolveram em pesquisas comerciais criaram unidades dos ricos e unidades dos pobres ou dos que foram preteridos pelo mercado.

1.5 “Capitalismo acadêmico” nos países periféricos

A iniciar pelo México, segundo autor Colado (2005), mais que apreciar um regime de “capitalismo acadêmico” propriamente dito, no México afigura-se um regime de servidão acadêmica, na medida em que as instituições de ensino superior se limitam a atender as necessidades de empresas e mercados no âmbito da economia global. A renda dos meios de produção do conhecimento seria pago por meio de uma parte substancial dos bens gerados.

Segundo Colado 2004 (*apud* Colado 2005), em contraste com a experiência dos EUA, o México vivencia um regime de servidão acadêmica, a iniciar pela ausência de um projeto independente de nação – que não se empenha em modificar-se – com políticas agressivas de gastos em educação e ciência, no lugar de divisão de internacional de trabalho como país maquiador fordista¹⁵ e dos mercados provedores de conhecimento marginal e consumidor cativo de tecnologia externa. Colado, defende o “capitalismo acadêmico” como caminho e saída para “autonomia” do país:

Precisamente uma das demandas permanentes da comunidade científica do país tem sido a instauração de um regime de “capitalismo acadêmico” na íntegra, para propiciar no México um verdadeiro desenvolvimento econômico neste contexto aparentemente inevitável do capitalismo global (DRUCKER y PINO, 2004 *apud* COLADO 2005 tradução nossa).

No Brasil, baseado na pesquisa de Martins (2010), o autor analisou editais de seleção pública abertos pelo órgão de fomento à pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de projetos de apoio à pesquisa, a eventos científicos e à formação/fixação de recursos humanos, além de concessão anual de bolsas e investimentos desagregados por modalidade dos

¹⁵ “Fordismo”, originou de Henry Ford, norte-americano que instituiu a produção do carro em série mecanizada, baseando-se nas idéias de Taylor. O termo maquiador significa arremedo de “Fordismo”, uma vez que a industrialização não se concretizara no México.

anos de 2005 a 2008. Foi possível constatar privilégio para áreas ligadas às ciências “duras”. Especificamente no ano de 2005, pouco menos da metade dos editais eram voltada para área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (dentre eles estão: nanotecnologia, aeronáutica, manejo econômico dos resíduos da atividade agropecuária e gestão de bacias hidrográficas), enquanto no ano de 2008, essa porcentagem crescera para 55%. Já para as ciências humanas e sociais e/ou pesquisa básica, o autor diz que pouca atenção fora dispensada.

Para confirmar a feição empresarial do fomento à pesquisa, Martins (2010 p.157-158) analisou dados consolidados de concessão anual de bolsas e investimentos pelo CNPq, desagregados por modalidade e constatou crescimento de 86% entre os anos de 2001 e 2008 na sub-modalidade desenvolvimento tecnológico e industrial (pertencente à modalidade de Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial), contra cerca de 50% da modalidade Formação e Qualificação e 21% de Estímulo à Pesquisa.

Martins (2008) acredita que uns dos maiores danos provocados pelo “capitalismo universitário” é a lenta corrosão do papel cultural da Universidade e, como saída, propõe redefinição institucional da Universidade Pública, de um modo que haja revisão estatutária (de longo prazo) a fim de criar políticas de colocação de mestres e doutores recém-formados que, via de regra, trabalham durante e depois da formação, em Instituição de Ensino Superior - IES privadas em condições desfavoráveis em função de insuficientes bolsas de estudo e pesquisa, entre outros fatores. O autor acredita ainda que, desse modo, acaba ocorrendo brutal transferência de renda do setor público para o privado, na medida em que este último acaba colhendo os melhores frutos sem dispor de algum investimento na formação de seu pessoal. Ainda neste quesito de transferência de renda, Martins questiona os princípios mercantis da IES pública que oferece cursos de extensão de curta duração com custo para o aluno: acredita que estes são sinais claros de um processo de transição ou mesmo de adaptação ao “mercado”; é preciso que fiquemos atentos.

1.6 A visão do liberalismo

Friedman é um autor que se intitula como um liberal, no sentido original da palavra, ou seja, de acordo com os princípios do liberalismo do séc. XIX¹⁶, que:

...ênfatisa a liberdade como objetivo último e o indivíduo como entidade principal da sociedade; defende a *laissez-faire* e o mercado livre em todos os níveis, inclusive o internacional... a liberdade individual não está dissociado da organização econômica, e se ajusta somente a um sistema de economia de mercado...As atividades econômicas de um grande número de pessoas, respeitadas as liberdades individuais, só podem ser reguladas por um sistema de mercado. A outra forma seria a coerção. Organizações econômicas que interferem no sistema de mercado, com vistas a promover o bem-estar social, cometem, segundo Friedman, uma infração às liberdades individuais. (Friedman, 1984 p. XV)

A relação homem livre com sua pátria (Estado) é de “parceria” e não de dependência, sendo a pátria: “...o conjunto de indivíduos que a compõem, e não algo acima e além deles... o governo como um meio, um instrumento – nem um distribuidor de favores e doações nem um senhor ou um deus para ser cegamente servido e idolatrado...”. Sendo assim, a pátria é um meio para cada um tomar suas responsabilidades, seus propósitos e objetivos diversos e, acima de tudo, proteger a liberdade de cada um. (Friedman, 1984 p. 12).

Friedman acredita que, por suas próprias observações, ou pela história do homem, a grande ameaça à liberdade está constituída pela concentração do poder. O governo é um instrumento pelo qual podemos exercer a liberdade; por outro lado, pelo fato de concentrar poder em mãos políticas, ele pode ser também uma ameaça à liberdade. Para que a liberdade seja garantida apresenta dois grandes princípios (estão na Constituição norte-americana); delimitação do poder do governo em proteger a liberdade contra inimigos externos e contra os próprios compatriotas, preservar a lei e a ordem, reforçar contratos privados e promover a competitividade no mercado. O outro princípio está em distribuir o poder do Estado de modo que este se descentralize para esferas estaduais, municipais, regionais.

¹⁶ Autor Friedman, 1984 p. 14, se retrata quanto ao uso do termo liberalismo, argumentando que “infelizmente, como um supremo, embora involuntário, cumprimento, os inimigos do sistema privado acharam inconveniente apropriar-se de tal termo”. Assim sendo, o liberalismo tem, nos Estados Unidos, um significado muito diferente do que tinha no século XIX, ou tem atualmente na maior parte do continente europeu. Para aprofundar, ler: Schumpeter, Joseph. History of economic analysis. Nova York, Oxford University Press. 1954. P. 394

Além da razão da garantia de liberdade pela limitação e descentralização do poder do governo, há também a razão construtiva. Os grandes avanços na civilização (história, agricultura, ciência, literatura, arquitetura, etc..) não vieram de governos centralizados; Friedman (1984 p. 13), diz que Colombo não resolveu tentar nova rota para China em função de decisão do parlamento, embora tenha sido financiado por um monarca absoluto. Outros como Newton e Leibniz, Shakespeare, Einstein e Bohr, Edison e Ford etc..., nenhum deles abriu novas fronteiras para o conhecimento em função de diretivas governamentais. “...Seus feitos constituíram o produto de seu gênio individual, de um ponto de vista minoritário corajosamente mantido, de um clima social que permita a variedade e a diversidade.”

Para Friedman (1984, p. 15), o Capitalismo competitivo é o sistema mais eficaz de organização econômica porque o mesmo exerce duplo papel na sociedade livre: primeiro porque a liberdade econômica é parte da liberdade em seu sentido amplo, que tem um fim em si mesma e segundo, porque é um meio para obter liberdade política. O autor afirma que existe uma relação estreita entre expansão da liberdade e o desenvolvimento do capitalismo.

Outra questão amplamente relevante é o papel do Estado nesse tipo de organização. Cabe ao Estado o papel de “árbitro do jogo”, cuja função essencial é de determinar as regras e prezar que todas as cumpram; são essas regras: proteção da liberdade dos indivíduos, preservação da lei e da ordem, reforçar os contratos privados, promover mercados competitivos, etc... (p. 16). A intervenção extra do Estado (proteção da indústria nacional, preservação do nível de emprego, etc...), além das situações acima citadas, pode provocar desequilíbrios como monopólios e desigualdades sociais. Friedman acredita ainda que, a longo prazo, o progresso econômico numa economia de mercado reduz desigualdades, além de promover condições de mudanças e mobilidade social dos indivíduos.

As interferências no mercado provocam focos inflacionários que destroem o equilíbrio do modelo que Friedman (1984 p. 20) defende. Ele não admite interferência do Estado no sistema de mercado, posicionando-se de modo totalmente contrário a qualquer política de subsídios e incentivos creditícios ou fiscais, que segundo o autor, oneram o Estado. Ainda nesta linha de raciocínio, reprova as políticas paternalistas e de programas assistenciais como: seguro social, programas de habitação, salário mínimo, assistência médica etc... Apesar de reconhecer o objetivo humanitário (bem estar social), Friedman reprova essas práticas por considerá-las ineficazes e provocadoras de injustiças sociais. O autor cita o caso das aposentadorias, por

exemplo, para a qual a população, de acordo com gostos e preferências, deve se prevenir, poupando, comprando propriedades e outros bens, direito às pensões (não compulsórias) etc...

Capítulo 2

O Público e o Privado nas reformas do Ensino Superior no Brasil

A dicotomia entre público e privado é um assunto atual e presente em várias instâncias de nossas vidas. Sendo o público o que é de bem comum, de interesse coletivo, da comunidade do conjunto de pessoas, uma redução usualmente do estatal, e privado, o que é individual, das pessoas em particular e não estatal.

Segundo Lombardi *et. al* (2005), a utopia iluminista pregou a instituição do “Estado de Direito” para regular as relações entre os homens e garantir mínimo de equidade e equilíbrio social e ser defensor do interesse público, no sentido de coletividade. O autor aponta que a dicotomia entre público e o privado só tem sentido quando se trata do Estado Moderno capitalista que, sob forte influência do ideário liberal burguês, e em defesa à propriedade e liberdade, cria a instituição Estado como intermediador necessário para garantir a liberdade, igualdade e direito de todos.

A definição de público e privado, segundo Lombardi *et. al* (2005 p.77), é de origem latina e expressa dimensões diferentes da vida dos homens: a privada e a coletiva. Público: “Adjetivo: o que é de todos, o que é de uso comum, de todos, o que diz respeito ao governo ou ao próprio Estado”. No substantivo: “expressa o próprio povo, entendido como conjunto de homens com objetivos comuns.” E o Privado: no “adjetivo: o próprio despojado ou como resultado da ação anterior, o tornado particular” e no Substantivo: “parte do latim que designa-se ‘particular’ ”.

Para Sanfelice (2005 p.178), essa relação, desde os primórdios de nossa existência, fora nebulosa e confusa. A educação sempre teve as duas influências; a do Estado e a do privado, sendo este último a Igreja ou o investidor laico. O que é estatal não é público, porque o Estado não é neutro, nem tampouco representa interesse do povo; nesse sentido, a equivalência entre “estatal” e “público” não está correta (no sentido de não se aplicar). A escola pública só existiu dentro do campo utópico/imaginário. O autor acredita que a discussão deve deslocar-se da problemática “público *versus* privado” para defesa do ideal de educação voltada ao interesse efetivamente público. Acrescenta que a escola estatal é pública no sentido do substantivo “público” se referir ao governo de um País ou Estado, ou seja, Poder Público. Já quando o adjetivo “público” se referir àquilo que pertence ao povo, ao coletivo, que é comum, pertencente ao povo, aberto a qualquer pessoa, que não tem caráter secreto, é manifesto e transparente, nesse

caso não se aplica o termo corretamente. Portanto, para o autor a escola é “pública”, de fato, quanto ela estiver inserida, por completo, nos dois sentidos: no substantivo e no adjetivo.

Continuando a tese do mesmo autor, o estatal não é público porque ele está intimamente ligado ao papel do Estado, que defende interesses da propriedade privada e dos meios de produção. Sendo assim, “...o que é ideologicamente explicitado como educação pública, na realidade, destina-se ao interesse privado, e a educação estatal assim deve ser denominada pois não é do interesse comum, do público, mas do privado...” (Sanfelice, 2005, p. 180). Na prática, o interesse público: são interesses das distintas classes sociais das sociedades capitalistas, tais interesses não são universais, logo, não são públicos.

Para distinguir e classificar o público e o privado, segundo classificação oficial do Estado, pelo decreto federal 3.860 de 09/07/2001, revogado pelo decreto nº 5.773/2006, que no cap 1 art. 1º, “público é quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e o privado quando mantidas ou administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado”. Na prática, o “público” é o gratuito, estatal e não lucrativo na mesma categoria de classificação e o privado é o particular, pago, lucrativo e não estatal.

Esse tema dentro da Educação é uma discussão ampla e profunda que se travou desde o Brasil colônia e que não caberia neste trabalho o aprofundamento necessário para tal discussão. Quanto maior a desigualdade social de uma nação, maiores são os conflitos a resolver, a começar pela falta de prioridade de recursos financeiros para educação.

A falta de recursos materiais para Educação não é uma característica dos tempos atuais; desde 1549, durante o período Brasil colônia, os jesuítas, que aqui vieram com a missão de implantar o ensino, já “imploravam” por recursos para a Corte Portuguesa. Eram obrigados a utilizar verbas enviadas pelo rei, destinadas à manutenção e vestimentas da Companhia de Jesus, para construção do Colégio da Bahia. Na carta do padre Manuel da Nóbrega, em Agosto de 1552 “...nós no vestido remediamo-nos com o que ainda do reino trouxemos, porque a mim ainda me serve a roupa com que embarquei... e no comer pedimos esmolas...” (HUE, 2006 p.68 *apud* SAVIANI, 2008 p.219). Para atender mandato de D. João III para implantação do ensino e catequização dos filhos das famílias dos colonizadores e dos nativos que aqui moravam, era preciso o mínimo de infra-estrutura material e humana assim, a situação melhora à partir de 1564, com o plano da redízima que destinava 10% de todos os impostos arrecadados da colônia brasileira à manutenção dos colégios jesuítas.

Sob gestão do Marquês de Pombal, ocorreu a reforma do ensino público e foram implantadas as “aulas régias que tinham como fonte de manutenção o imposto criado em 1772, o “subsídio literário”, porém, “...a dificuldade de cobrança desse tributo na colônia não permitiu a adequada manutenção do ensino” (SAVIANI, 2008 p. 220).

A educação, de fato, não era incluída na agenda política como projeto da nação e dever do Governo. Já no Brasil império, na Constituição Política do Império de 1824, o artigo 179 estabelece a gratuidade na instrução primária e, em seguida (1827), foi aprovada a lei das escolas de primeiras letras, cujo artigo 1º estabelecia que “...em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverão [sic] as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (TAMBARA e ARRIADA, 2005 p.23 *apud* SAVIANI, 2008 p 221). Segundo Saviani, a lei permaneceu letra morta.

O ensino primário, em 1824, fica sob responsabilidade das Capitânicas hereditárias, desobrigando a União de cuidar desse nível de ensino. Cada Estado tinha livre arbítrio para gerir da maneira que conviesse, assim aquele que tinha recursos financeiros aplicava na educação, e aqueles que não tinham deixavam à própria sorte o destino daquela sociedade. Quem se beneficiava neste clima de desdém era a Igreja, que na época dominava o campo educacional. A educação, no entanto, era artigo de luxo, somente as famílias mais abastadas de recursos financeiros conseguiam enviar seus filhos nas escolas das primeiras letras e secundárias para posteriormente cursarem o superior no exterior. Durante o segundo império (1840-1888), a média anual de recursos investidos em educação foi de 1,80% do orçamento do governo imperial. (CHAIA, 1995 p 129-131 *apud* SAVIANI, 2008 p.221).

Para Saviani (2008 p. 222), com a mudança do modelo de sociedade agrícola e rural para urbano industrial, a necessidade de aumento de escolarização da população se fez presente e a “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”, de 1934, sob artigo 150, determina que à União compete fixar o plano educacional e fiscalizar sua execução em todos os níveis, ramos, comuns e especializados em todo território, além de manter no Distrito Federal o ensino secundário e superior. Em termos de subsídios financeiros, o artigo 156 determina que a União e os municípios devem aplicar no mínimo 10% e os Estados 20% da arrecadação de impostos na educação. Essa vinculação orçamentária foi retirada no Estado Novo de 1937 e foi retomada em 1946, que manteve os 10% da União e os 20% dos Estados, deslocando o município junto ao Estado, sendo que em 1956, os índices de gastos eram: 5,7% da União, 13,7% dos Estados e

11,4% os municípios. Sob regime militar, em 1967 e 1969, voltou-se a excluir a vinculação orçamentária e a porcentagem de investimento da União para educação passou de 9,6% em 1965 para 4,31% em 1975.

Mas a União ainda se abstém da responsabilidade de assumir a Educação com todos os reclames que a comunidade requer até os tempos atuais: a escola gratuita, democrática, universal, laica e, principalmente de qualidade. As constituições de 1937 e 1946 sob art. 129 e 167, respectivamente, determinam que à infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, delegando assim, à iniciativa particular o provimento da Educação e, somente na falta de recursos materiais para acesso ao privado é que o Estado, no sentido de poder público, tem o dever de oferecer ensino. Nos anos posteriores, instituiu-se um programa de bolsas de estudos concedidas pelo poder público em substituição da gratuidade de ensino para alunos que provar efetivo aproveitamento e insuficiente recurso material. Nas constituições de 1967 e 1969 (emenda constitucional nº1), nos artigos 168 e 176, respectivamente, temos “parágrafo 3º, inciso III- o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem insuficiência ou falta de recursos. Sempre que possível, o poder público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsa de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”. O artigo 176 do ano de 1969 é igual ao de 67, mudando apenas o nível que passa de ensino ulterior ao primário, o antigo ginásio, para ensino médio e superior. A instrução era garantida somente àqueles que provassem “efetivo aproveitamento”, ou seja, excelente desempenho; sendo assim, o acesso e permanência na escola era privilégio de uma minoria da sociedade.

Somente a Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988 garantiu formalmente o acesso e permanência na escola, atendendo uma demanda que se acumulou durante os séculos de nossa existência, conforme já citadas de ensino gratuito, universal, etc... Os princípios do ensino, segundo artigo 206, são: “I-igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV- gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais; V- valorização dos profissionais de ensino...planos de carreira para magistério público,

com piso salarial e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos”. EC nº19 de 04/06/1998 acrescenta: “VI gestão democrática do ensino público e VII- garantia de padrão de qualidade.”

Essa mesma Constituição restabeleceu a vinculação de arrecadação sobre impostos para educação de 18% à União e 25% aos Estados e Municípios. Mesmo sob peso de uma constituição, sempre há espaços para se driblar a legislação, criando mecanismos “legais” para tal. Os exemplos vão desde construção de viadutos e ruas com verbas da educação sob alegação de que as mesmas viabilizam o acesso às escolas até nomear como “contribuição” impostos como COFINS (contribuição para financiamento da seguridade social), a antiga CPMF (contribuição provisória sobre movimentação financeira), entre outros com nome diferente para não incidir em cobrança de verba para educação. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o DRU (Desvinculação das Receitas da União) que permite subtrair 20% das vinculações orçamentárias (Saviani, 2008 p.222).

O artigo 213 da Constituição Federal de 88 diz que os recursos públicos podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que comprovem: I – finalidade não lucrativa e aplique seus excedentes financeiros em educação; II (art. 77 da lei 9.394/96 LDB) não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. III- assegure a destinação de seu patrimônio a outra escola da mesma natureza ou ao poder público em caso de encerramento de suas atividades; IV – prestem contas ao poder público dos recursos recebidos. No parágrafo 1º, os recursos poderão ser concessão de bolsa de estudos para alunos do ensino fundamental e médio que provarem insuficiência de recursos ou na falta de vagas na rede pública de ensino. Segundo o Parágrafo 2º, as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público, (LDB-96 art. 77 par 2º), inclusive mediante bolsa de estudo (BRASIL, 1996).

2.1 As Reformas dos anos 60

Em Cunha (1988 pg. 19), vemos que apesar de considerável resistência de várias frentes (intelectuais, alunos, professores etc.) à reforma proposta nos anos 1960 pelo regime militar, a

Universidade sofrera a dominação “hegemônica consentida” Gramsciniana¹⁷. Segundo Cunha, a reforma não atingiu a tão temida perda da autonomia defendida pela comunidade acadêmica, porém ela foi mais profunda: a filosofia empresarial capitalista praticada pelos EUA (no caso os consultores técnicos da reforma) foram aplicadas na organização e avaliação da universidade segundo critérios de produtividade e da organização racional de Taylor e Fayol.

Após 1964, o que era influência norte-americana – espontânea e desarticulada – trazida pelos bolsistas intelectuais passou a ter envolvimento institucional do MEC, ou seja: o processo de “modernização” do ensino superior teve influência direta (financeira, recursos humanos e diretrizes gerais) dos EUA. Resumidamente, as principais propostas dos consultores da USAID (*United States Agency for International Development*) era: modernizar a universidade pública (otimizar recursos, extinção cátedra e instituição do modelo de departamento, sistema de crédito etc.); privatizar a universidade instituindo modelo de fundação ao da autarquia, sob argumento de aquisição de autonomia real; desmobilização dos movimentos estudantis com eliminação da interferência dos alunos na administração das escolas; combate à gratuidade indiscriminada do ensino sob argumento de que inibe o crescimento e promove privilégio de ingresso dos mais ricos (Cunha, 1988 p. 203-219).

Para Cunha (1988), o processo de reforma e “modernização” da universidade fora complexo e não linear, fruto de múltiplas determinações, e começou muito antes dos anos 1960 pelos intelectuais brasileiros que foram “seduzidos” (grifo meu) pela idéia de desenvolvimento nacional e também foram os co-responsáveis pelo aceleração da implantação do modelo americano para reforma.

Assim resume o autor a relação MEC (Ministério da Educação e Cultura) – USAID: a concepção de universidade calcada nos modelos norte americanos não foi imposta pela USAID, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 1940 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente os primeiros, como um imperativo da modernização e até mesmo da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas idéias (Cunha, 1988 p. 22).

Segundo Cunha (1988), legalmente a universidade manteve a autonomia didática, científica, administrativa e financeira, porém, de fato, as novas diretrizes da “racionalidade” para

¹⁷O termo advém do autor italiano Antonio Gramsci.

educação superior se instalaram e atuam até os tempos atuais, cada vez com mais força, nas entranhas de toda sociedade, determinando seus valores, regras e práticas, influenciando assim todos os sistemas, inclusive o de educação. As mudanças, na prática, foram radicais na organização de recursos materiais e humanos da universidade, segundo as quais as Faculdades passaram a ser agrupadas em função dos *produtos* profissionais e os Departamentos foram agrupados em função da economia de escala no uso dos *indutos*.

Dentre todas as mudanças, a indissociação entre ensino e pesquisa, especificamente, merece destaque porque concretiza as diretrizes da nova “racionalização” do ensino superior. No Decreto lei nº 53/1966, no art.2º, “item I - Cada unidade universitária - Faculdade, Escola ou Instituto - será definida como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos. II - O ensino e a pesquisa básicos serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade¹⁸. III - O ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada serão feitos em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluam no plano da Universidade. IV - O ensino e a pesquisa desenvolver-se-ão mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos envolvidos em cada curso ou projeto de pesquisa. V - As atividades previstas no item anterior, serão supervisionadas por órgãos centrais para o ensino e a pesquisa, situados na administração superior da Universidade” (Brasil, 1966).

Mais tarde, esses foram trechos da Lei que nortearam as reformas do Ensino Superior¹⁹: (Brasil, 1968 art. 52)

Às unidades de ensino e pesquisa estão vedadas a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes...” (item c do art 11). “Racionalização na organização com plena utilização de recursos materiais e humanos...” (item d do art. 11). “A fusão: incorporação de unidades de ensino rural de acordo com afinidade de conhecimento, mesmo não havendo afinidade a mesma deverá ser incorporada por proximidade geográfica..

¹⁸ Essas unidades às quais se refere o item II, conforme artigo 3º, decreto federal 252/67, são as áreas fundamentais dos conhecimentos humanos estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações. Na época, dividia-se os campos do conhecimento em cf parágrafo único do artigo citado: matemáticas, físicas, químicas e biológicas, geociências, ciências humanas, filosofia, letras e artes.

¹⁹ As reformas do ensino superior originaram nas universidades federais, pelos decretos 53/66 e 252/67, para posteriormente atingir todo ensino superior (lei nº5.540/68).

Cunha (1988) diz que esse conjunto de medidas está intimamente ligado à expansão do ensino superior por uma questão lógica: diminuindo os custos, aumentou-se a produtividade dos recursos materiais (sala de aula, equipamento, biblioteca, laboratório etc.) e humanos (professor) e resultou na queda do custo por aluno e conseqüente aumento de vagas.

Em Teixeira (1969 p. 242) *apud* Cunha (1988 p. 309), lê-se “não há nenhum poder de lei que possa subitamente transformar todos esses professores em pesquisadores e dizer que toda universidade vai fazer pesquisa”. Segundo o autor, poucos seriam os professores realmente capazes e interessados em pesquisa, pois essa atividade exigiria não só motivações especiais como domínio de todo conhecimento disponível num certo campo do saber.

Ainda no campo da discussão sobre racionalização do ensino superior, as diretrizes são claras em se tratando de otimização de recursos materiais e humanos:

“As universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”. (Brasil, 1966).

Em Brasil (1966), no art 4º, trata-se da otimização da estrutura física e humana dos conhecimentos afins, sendo que “... As unidades existentes ou parte delas que atuem em um mesmo campo de estudo formarão uma única unidade na Universidade estruturada...”. Em seguida, o artigo 6º diz que o desdobramento, a fusão, redistribuição ou extinção dessas unidades ou cargos serão tratados posteriormente por decreto. No ano seguinte, o detalhe do racionamento de recurso, no art. 5º de Brasil (1967), diz que “a incorporação de uma unidade ou parte dela, qualquer que seja o seu nome, a outra unidade, significa transferência dos correspondentes recursos materiais e humanos.” O art. 5º de Brasil (1967) diz que serão distribuídos ou redistribuídos pelas unidades que passem a constituir a estrutura da Universidade, com remoção ou readaptação dos respectivos titulares, os cargos de magistério que lhes correspondem, segundo o princípio geral do art. 1º. E no art. 2º, lê-se que o Departamento é a menor fração da estrutura da instituição, para efeitos administrativos, didático-científico ou distribuição de pessoal; sendo o professor catedrático, titular ou chefe de pesquisa o responsável pela direção do mesmo.

Juntamente às mudanças, institui-se o fim da cátedra; Brasil (1968), parágrafo 3º do art. 33, extingue a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior. Daí a instauração do Departamento, artigo 11 par.3º, como a menor fração da estrutura universitária para efeitos

administrativos – financeiros, didáticos – científicos e de distribuição de pessoal, além de oferecer disciplinas afins.

Na opinião de Florestan Fernandes *apud* Cunha (1988 p. 313-314), o verdadeiro problema estava no “...apinhamento de ocupações e atribuições, que foi o verdadeiro fator sociopático que perverteu as antigas escolas superiores e impediu que elas se tornassem instituições escolares dotadas de dinamismos educacionais construtivos...”, mesmo assim a extinção da cátedra vitalícia foi considerada como um avanço positivo da “reforma universitária consentida”. O autor conclui que essa luta pela extinção da cátedra “arrombou uma porta aberta”, na medida em que expõe as estruturas arcaicas de todo sistema superior, mantidas pela resistente classe dominante, que na sua essência manteve a mesma estrutura arcaica, na qual “... graus, títulos e carreira veiculam-se de tal forma que se incentiva o carreirismo como norma e a mediocridade como fim, procedendo-se ao mesmo tempo, pela burocratização da carreira docente, a uma sorte de simples desnivelamento e socialização do ‘absolutismo’ dos antigos catedráticos”, perdendo assim a força motriz político e cultural (modelo democrático de estruturação interna) que permeava os movimentos em prol da reforma.

O Sistema de crédito, em substituição ao regime seriado, para Cunha (1988 p. 18, 224 - 225), é um “sistema peculiar de contabilidade” no qual o programa é semestral e o sistema de matrícula por disciplina que se integraliza formando currículo via método flexível de “crédito”, segundo o qual o aluno compõe seu próprio curso matriculando-se em disciplinas de outros cursos ou vários cursos poderiam optar em matricular no mesmo grupo de disciplinas (eletivas, comuns a vários cursos, ou optativas). Os resultados desse sistema foram a diminuição de custos e o aumento de matrículas, na medida em que aumentava o número médio de aluno por professor, a eliminação da oferta de disciplinas idênticas (vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes) e facilitação da dispersão dos alunos (dificultando a concentração dos mesmos para fins de contestação ou afins), antes compostos em turmas.

Na unificação dos vestibulares por áreas afins do conhecimento, o concurso passa a ser idêntico em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimento afins e unificado em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas. Sobre esse assunto, Cunha (1988) diz que para aumentar os indicadores de desempenho era preciso acabar com vagas ociosas, que representavam custos sem benefícios, daí a “perversidade” da lei do “tecnicismo triunfante”; “levou o aluno a ocupar os lugares vagos, mesmo que não estivessem procurando por eles”.

No artigo 18 de Brasil (1968) vê-se que a universidade, além de oferecer os cursos de formação profissional pré-existentes, poderá organizar outros que atendam às necessidades do mercado de trabalho regional. Além disso, os cursos poderão ser flexíveis, quanto ao número, modalidade e à duração (art. 23), cujo título será de habilitação intermediária de grau superior (curso profissional de curta duração). Segundo Minto (2005 p.124), essa diretriz tem um caráter utilitarista, com aplicação imediata para o trabalho e voltado mais para a certificação (título) do que propriamente para a formação intelectual dos estudantes. Para a Lei 5.540 de 1968, conhecida como a lei da reforma universitária, o autor Cunha (1988) chama atenção em relação às orientações racionais como mecanismo para redução de custos, além de formação para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Cunha diz (1988 p. 260) que ainda que se aumentasse o número de vagas por todas as mudanças já citadas, elas não seriam suficientes, portanto, essa medida resolve o problema de demanda não atendida por vagas na universidade, uma vez que “transfere a frustração dos excedentes a candidatos a emprego produtivo”²⁰.

O segundo grau dualista (hoje médio) preparatório para superior ou técnico resolvia dois problemas: o da falta vagas na universidade e o da qualificação da mão de obra para o trabalho, canalizando para o mercado de trabalho, ao invés da universidade, grande contingente dessa população. Para Minto (2005 p.124), o ensino de 2º grau passa a ter “caráter terminal e profissionalizante”, ao invés de preparatório para 3º grau, hoje superior.

Para Cunha (1988 p.321), esse conjunto de medidas propostas pela reforma aliada à Revisão do Plano Nacional de Educação – PNE de 1965, que passou a destinar 5% das verbas para subvencionar as instituições superiores privadas, mais a contenção do crescimento da universidade pública, abriu amplas possibilidades para o setor privado no atendimento da demanda reprimida por vagas no ensino superior. Os investidores do ensino secundário e de outros seguimentos viram no superior a chance de melhores retornos financeiros para seus capitais, tanto que aos poucos as estruturas que abrigavam 1º e 2º graus passaram a ser ocupados

²⁰ O autor aponta outro problema dos “excedentes profissionais”, citando como exemplo os bacharéis em Direito. Muito se luta por expansão do ensino superior, porém nada se debate sobre os profissionais que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, daí inicia-se um ciclo vicioso (resolve-se um problema, criando outro) no qual...”esses novos ‘excedentes’ começam a forçar a criação artificial de um mercado de trabalho, lutando por rígidas regulamentações profissionais, pela criação de escolas inviáveis em que possam lecionar, pelo estabelecimento de novos empregos públicos, a rigor desnecessários, que irão roubar recursos que poderiam ser destinados à própria criação de novos empregos produtivos, que são vitais para o crescimento nacional”.

parcialmente por faculdade à noite até esse primeiro ser totalmente substituído pelo segundo. O Conselho Federal de Educação – CFE – e sua complacência em liberar funcionamento sem adequação estrutural e humana como falta de biblioteca, sala, laboratório e professores, foi imprescindível para esse crescimento. Tudo isso ocorria no clima do regime autoritário da ditadura, que variava entre cassação, renovação e adesão cúmplice de conselheiros, que em meio às turbulências políticas, ora se beneficiavam do sistema, para atender aos interesses de determinadas classes sociais, ora eram feitos reféns do sistema. Tal sistema por um lado seduzia os intelectuais de renome para garantir legitimidade às mudanças, e estes mesmo sob ameaças e pressões, viam a oportunidade de atenuar os efeitos da privatização, garantindo o máximo de autonomia, democratização e universalização do ensino público superior permitidos à época.

O autor chama a reforma *de modernização-imperialista* (norte-americana), sendo na compreensão deste binômio a chave de entendimento de todo processo de reformas e mudanças (Cunha 1988 p. 313).

“...A orientação privatista consiste no reconhecimento do regime de fundação, na inclusão de representantes dos empresários na administração universitária, na integração universidade-indústria, proposta de cobrança na anuidade na universidade pública, falta de autonomia, influência do executivo na escolha do reitor, submissão dos órgãos representativos discentes ao controle administrativo universitário, reforço do conselho federal de educação, atrelamento carreira docente a título acadêmicos, etc...” (Cunha 1988 p. 10).

Em Brasil (1961), o art. 94 prevê bolsa de estudo para alunos que demonstrarem necessidade e aptidão para estudos, sendo que essas poderiam ser gratuitas ou financiadas com prazo máximo de reembolso de 15 anos e a escolha do estabelecimento/escola ficaria a critério do aluno (parágrafo 1º). O Conselho Federal do Ensino era o responsável por determinar a quantidade de bolsas e o financiamento para os diversos graus de ensino. Uma vez que, de posse desses recursos e, somados aos estaduais, o conselho estadual de educação estabelece medidas administrativas e critérios de concessão dessas bolsas (se a procura for maior que a oferta de vagas por parte do poder público, organiza-se um sistema de “vestibulinho” para seleção desse contingente de pessoas, por exemplo).

Minto (2005 p. 124) adverte que na impossibilidade do setor público absorver a demanda total, entra o privado para cumprir a “função social” de complementar a escassez de oferta do

primeiro. A estratégia de financiamento do ensino superior favorece o crescimento da oferta no setor privado em detrimento do setor público; na medida em que diminuem-se verbas para contenção do crescimento do segundo, a demanda acaba sendo transferida para o primeiro.

No art. 107 de Brasil (1961), lê-se que o poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a dedução dos auxílios ou doações comprovadamente feitos a tais entidades. E no art. 108, o poder público cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico. Ambos os artigos foram revogados pela Lei 9.394 de 1996.

Outra medida da Lei de Diretrizes e Base de 1961 que merece destaque foi a nomeação direta do poder executivo no cargo de reitor, aumentando assim o poder do Estado mediante às Universidades.

Florestan Fernandes (1979) utiliza o termo “anti-universidade” para resumir a reforma dos anos 60, que significa aplicar a visão economicista à universidade. Essa visão foi pensada nos moldes dos interesses da época; o de autonomia econômica e política, da substituição de importação por desenvolvimento da indústria nacional. Como esse almejado nacionalismo da economia não ocorrera, juntamente com a queda desse “sonho” também pegou carona a universidade “democrática”.

O controle e repressão dos movimentos estudantis como mecanismo de garantia da ordem foram estratégias utilizadas pelo governo militar. As práticas subversivas ou qualquer tipo de oposição ao governo eram controladas pela força da repressão, que variava desde expulsão, prisão até a tortura. Outro mecanismo de controle camuflado era o de atividades de “extensão universitária” (Minto, 2005 p.125), que obrigava o aluno a realizar diversas práticas como educação física, atendimentos à comunidade, deslocando-o das militâncias político- ideológicas. Além disso, essa prática dava legitimidade ao sistema, na medida em que impunha um tom assistencialista e caritativo, próprios dos programas de extensão da época. Assim o autor conclui que a “inflexão política” do período pós 64 foi imprescindível para formação da política educacional dos anos 90, principalmente da idéia de que o público é desnecessário (Minto, 2005 p.136).

...Enfim, abriu caminho para reversão de direitos e de conquistas sociais – já escassas – em um Estado cuja história sequer permitiu realizar, efetivamente, algumas das conquistas mínimas do chamado estado de bem-estar social nos países capitalistas mais desenvolvidos (Minto, 2005 p. 136).

Alguns temas que foram introduzidos nesta época ainda estão em vigor, como o fim da gratuidade do ensino nas IES oficiais; diversificação de ofertas de ensino (voltadas para mercado de trabalho, dando caráter utilitarista ao ensino superior); variadas formas de incentivo ao setor privado (como forma de atender a demanda não atendida pelo público – que não tem como crescer devido a falta de recursos); racionalização administrativa nos moldes empresariais; controle e desmobilização de movimentos estudantis e docentes; por último, o incentivo às práticas individuais dos servidores via premiação por produtividade individual. Essas são algumas heranças do período militar que encontraram nos anos 90, juntamente com novo cenário de economia globalizada, uma forma mais “agressiva” de se fixar (Minto, 2005 p. 137).

Para Paiva (1990), nas reformas dos anos 60 “...domina uma combinação da ‘racionalidade tecnoburocrática’, que considera a rentabilidade econômica da alocação de recursos no setor educacional com a oportunidade política das reformas...” onde a estratégia era “...recriar e redefinir o papel do ensino privado...”. A autora atribui dois fatores que foram fundamentais para consolidação deste cenário: a política, o governo do regime militar e a conjuntura econômica favorável; o primeiro garantia pela força a imposição de mecanismos que garantissem a prevalência do privado/indivíduo e o segundo era a necessidade de expansão econômica como um ambiente ideal para crescimento deste segmento.

3.2 Reformas anos 90

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1.996 foi o ícone das mudanças dos anos 90 e local onde se acumulam as normas que permeiam o dia a dia da Educação Superior no Brasil.

Dentre as mudanças estão: **classificação das instituições**²¹. O artigo 19 propõe assim a classificação administrativa das instituições de ensino: I – Públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público. II – Privadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Sendo que as privadas podem se enquadrar nas seguintes categorias (art. 20): II.a – Particulares: instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características das demais, a seguir; II.b – Comunitárias: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; II.c – Confessionais: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específica; II.d: Filantrópica, na forma da lei.

Em Brasil (1997), regulamentam-se as instituições superiores com fins lucrativos, segundo art. 7º, “particulares em sentido estrito com fins lucrativos, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, a submissão ao regime de legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual”

Neves (2002 p. 140) questiona o conceito de “sem fins lucrativos”, pois entende que numa sociedade capitalista, que sentido teria uma instituição privada a não ser a obtenção de lucros?

Cabe à União organizar, normatizar, avaliar, autorizar, reconhecer e supervisionar o sistema superior/graduação e pós-graduação, itens VII, VIII e IX do art. 9º LDB/96 e o decreto 5.773/06 art. 3º define que os órgãos responsáveis pela execução serão: Ministério da Educação, Conselho nacional de educação/CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior/CONAES.

Legalmente não houve alterações significativas no conteúdo das leis, porém os organismos internacionais como Banco Mundial, UNESCO, BIRD etc., impuseram uma série de normas e metas para o ensino superior que impactam no dia a dia e no futuro desse ensino. As diretrizes são claras no sentido de flexibilizar a instituição e a oferta de tipos de cursos para mais rápidos e à distancia, ou seja, aumentar a produtividade das instituições, obedecendo a filosofia

²¹ No artigo 4º de Brasil (1968), classifica os tipos de instituições (universidades ou estabelecimento de ensino superior isolados) em dois: as oficiais, que são as autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e as particulares sob forma de fundações ou associações, não faz menção sobre fins lucrativos.

do mercado, cujo objetivo é a obtenção do lucro, aumentando a oferta com o menor custo possível. O produto – conhecimento – passa a ser uma mercadoria produzida em sistema seriado e em grande escala, idêntico para todos, mesmo conteúdo, mesma carga horária, o chamado “modelo único” do relatório de Delors²². Outro aspecto marcante foi o financiamento do ensino público: ante escassez de verba pública e aumento da demanda do ensino de qualidade e gratuito, várias foram as diretrizes para que os recursos fossem buscados nas parcerias com o setor privado. Lê-se em *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de La experiencia do BIRD* (1995) p.4 *apud* Minto (2005 p. 155) que a diretriz é:

“...proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação de estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre financiamento fiscal e resultados... além de fomentar a maior diversificação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas ‘menos onerosas’ e ‘mais atrativas para alunos’ satisfazendo a ‘demanda social’...”.

Ainda neste quesito, em outro documento do MEC há: “...o diagnóstico das dificuldades de investir em educação e a necessidade de buscar saídas, principalmente nas parcerias com o setor privado...”, ou seja, a solução da falta de recursos público está na parceria com o privado. E sobre a concepção de autonomia aplicada à universidade, “...de modo que ela ultrapasse o confronto entre a lógica do serviço público e a do mercado de trabalho, adequando-se às formas de financiamento misto (público e privado)...” (Minto, 2005 p.159), o Banco Mundial determina a exigência de expansão do ensino público sem que haja aumento de verba para tal através de “...otimização dos recursos disponíveis e da diversificação do atendimento, valorizando alternativas institucionais aos modelos existentes...” (Minto, 2005 p. 156).

Para garantir a eficácia das novas diretrizes e cumprimento das metas, mesmo porque o financiamento do ensino estava e está condicionado ao cumprimento delas, esses mesmos documentos impunham mecanismos de controle que variam desde redefinição da função do governo, que agora passa a avaliar as instituições através de provas para os alunos (“provão”), estabelecimento de critérios de eficiência para com as instituições e seus docentes até a descentralização dos sistemas de ensino, ou seja: o poder público estabelece as metas e depois cobra os resultados, transferindo para instituição a responsabilidade do sucesso ou fracasso de si mesma.

²² Para mais informações ler *Educação: um tesouro a descobrir*. Cortez.1997. Brasil. Relatório de Delors, Delors, Al-Muft & Amagied. 2001.

A educação, como vem sendo praticada nas últimas décadas, está cumprindo ainda que insuficientemente e – mesmo que assim fizesse não haveria postos de trabalhos suficientes para todos – uma pequena parte da diretriz da carta magna ref. à Educação da CF/88: a de qualificar o homem para o trabalho. Assim, Neves, 2002 p.150, diz:

... a educação mais restritiva, resultante de uma escolarização voltada para certificação de mão-de-obra, tenderá predominantemente a formar cidadãos aptos a realizar tarefas complexas de mais baixo nível no mercado e de ocupar cargos de gerência na produção, no aparelho estatal e na sociedade civil, mas dificilmente formará um cidadão capaz de pensar, de estudar, de criar e de controlar quem dirige.

Em relação às reformas e mudanças no Estado de São Paulo, destacam-se aqui normas e políticas de transferência de verbas públicas para setor privado. A Constituição do Estado de São Paulo de 1989, artigo 258 trata do destino de verba pública para ensino privado: “O poder público poderá, mediante convênio, destinar parcelas dos recursos de que trata o artigo 255²³ às instituições filantrópicas, definidas em lei, para a manutenção e o desenvolvimento de atendimento educacional, especializado e gratuito a educandos portadores de necessidades especiais”. Na emenda constitucional nº13 de 04/12/2001, lê-se “ a eventual assistência financeira ...não poderá incidir sobre a aplicação mínima prevista no artigo 255”(São Paulo, 2006).

Em São Paulo (2006), conforme artigo 252, tem-se que “o Estado manterá seu próprio sistema de ensino superior... parágrafo único:... incluirá universidades e outros estabelecimentos” No artigo 254, “a autonomia universitária será exercida respeitando, nos termos do seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados os seguintes princípios: I-Utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos regulares, quanto atividades de extensão; II-representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha de dirigentes, na forma de seus estatutos”.

No artigo 255 de São Paulo (2006), é possível ler que “o Estado aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo 30% da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências” e que o art. 257 deixa claro que “a distribuição dos recursos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental”. Desse percentual, desde 1994, 9,57% destinam-se às universidades paulistas USP,

²³ O Estado deverá destinar, no mínimo, 30% das verbas provenientes dos impostos para ensino público.

UNICAMP e UNESP. De acordo com o decreto de 02 de Fevereiro de 1.989, nº 29.598 (anexo1), o governo estabelece a quota parte de receita dos tributos estaduais para as universidades estaduais paulistas de 8,4 % da arrecadação do ICMS (em 1990 passou a 9% e desde 1994 para 9,57%). Caberá ao CRUESP (criado pelo governo estadual em 1986, Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo, composto por reitores da USP, UNICAMP e UNESP mais secretário da Educação e Governo), a redistribuição desses recursos entre as mesmas. O mesmo decreto recomenda que as despesas com pessoal não excedam a 75% do valor total. Historicamente o percentual da UNICAMP é: em 1989 foi 2%, em 1992 foi de 2,065% e a partir de 1995 tem sido de 2,19%.

Para o ensino superior, foram propostas várias leis em todas as esferas para que os princípios de democratização no acesso e permanência, qualidade etc.. fossem atendidos. Apesar de ser consensual entre os estudiosos da área de educação de que o problema não será resolvido no âmbito legal, muitas têm sido as iniciativas contrárias.

Conforme consta em São Paulo (2001), estabelece-se isenção de taxa de inscrição nos vestibulares para instituição ensino superior mantidas pelo poder público, que seria uma “falsa” democratização (grifo do autor), pois permite o acesso a competição, mas não a vaga. O fato de universalizar o acesso não garante que o aluno obtenha êxito na disputa, porque vence o que obtiver melhor desempenho, ou seja, o mais bem preparado, que na sua grande maioria advém do ensino médio privado.

Outra proposta paliativa (grifo do autor) é o sistema de cotas raciais adotado recentemente em várias universidades públicas brasileiras; o sistema só escamoteia e transfere para o âmbito individual o que seria um problema coletivo e estrutural, portanto complexo, profundo e de longa duração cuja solução é melhoria da qualidade de todo sistema educacional, para que todos, independente de classe social, tivessem iguais condições de competir (já que o sistema adotado para ingresso é meritocrático, classifica aquele que obtiver melhor desempenho no exame de seleção) pelas vagas nas melhores universidades públicas gratuitas, as que ainda conseguem oferecer melhores condições de educação. É o que Castel (2005) nomeia como política de inserção: como medida para solucionar provisoriamente o problema, uma vez que o sistema não consegue adotar políticas de integralização, que contempla o coletivo, e na incapacidade de implantar tais políticas, o Estado adota medidas periféricas.

Capítulo 3

História e indicadores da Ciência e da UNICAMP

3.1 Breve histórico da ciência

Antes do século XVII, a ciência era uma atividade amadora e de pouca expressão social, consistia em indivíduos interessados em observar o céu e explicar o movimento das estrelas para comentar e discutir com amigos interessados no mesmo assunto.

Segundo Bem-David (1974), a atividade científica se desenvolveu em diferentes épocas e lugares e atingiu sua estrutura atual devido a dois conjuntos de condições: o primeiro se deve aos valores e interesses sociais que canalizaram suas motivações, em diferentes graus, para apoiar, aceitar ou fazer ciência; o segundo foi a organização do trabalho científico que, interessado em demarcar seu território, precisava “vender” os produtos da pesquisa e estimular a iniciativa e a eficiência nesse campo de trabalho. Como consequência, cria-se um subsistema relativamente autônomo da sociedade, ou seja, as pessoas passam a ganhar a vida no trabalho como cientistas (como carreira), ou quando a sociedade passa a procurar os serviços destes cientistas, incluindo-os nos processos políticos e ideológicos dessa sociedade.

Entre os séculos XV e XVII, movidos ao primeiro conjunto das condições, surgiram, em diferentes partes da Europa, grupos de pessoas influentes e sócio-economicamente móveis que estavam em busca de novas estruturas cognitivas, coerentes com os interesses da época: sociedade mutável, pluralista e orientada para o futuro. A ciência natural empírica (cujo desenvolvimento conceitual foi independente de tais circunstâncias sociais), com seu progresso constante, despertava suficiente confiança na crença de que os métodos científicos algum dia dariam a chave para compreensão do homem e da sociedade (Bem-David, 1974).

O cientista era uma pessoa que estudava a natureza, e não o caminho de Deus e do homem, e usava como seus instrumentos intelectuais a matemática, as mensurações e o experimento, em vez de depender de interpretação de fontes autorizadas, especulação ou inspiração. Era uma pessoa que considerava o estado do conhecimento de sua época como algo a ser constantemente aperfeiçoado no futuro, e não como algo a ser cotejado com os padrões de uma época de ouro do passado. Esse novo papel científico era igualmente aceitado e respeitado, porém com maior amplitude na sua aplicabilidade, ao teólogo, filósofo tradicional ou ao literato.

Esse novo papel social, o de cientista, supunha mudança de valores sociais, o que significava a aceitação da busca da verdade, através da lógica e de experimentos, como uma

tarefa intelectual valiosa. Isto modificou a autoridade religiosa e filosófica, elevou a dignidade de conhecimento tecnológico, criou novas concepções e normas referentes à liberdade intelectual em geral, levou a mudanças em padrões normativos que regulam atividades culturais e criou outras atividades culturais, tendo assim conseqüências de longo alcance em praticamente todas as disposições sociais tradicionais.

Os primeiros sinais de um subsistema independente começam aparecer no século XVIII, quando os cientistas naturais começam a formar uma comunidade profissional que se valia de oportunidades oferecidas por quaisquer fontes que se transformavam em ciência ou em benefício próprio do pesquisador. Os monarcas absolutos eram seletos no apoio à ciência, em geral quando se tratava de benefícios tecnológicos e econômicos. Porém, quando se tratava de aplicar o processo científico nas questões políticas, religiosas, culturais e sociais, o mesmo não ocorria.

É a partir do século XVIII que começa a haver procura social discernível de ciência (troca econômica, baseada em oferta e procura); Bem-David (1974 p. 28-29) diz que o investimento econômico na ciência, a partir daí, cresceu continuamente, e, neste sentido geral, a ciência se tornou parte da economia nacional. Um certo nível de riqueza era condição necessária, mas não suficiente, para seu aparecimento. Por essa razão, a atividade científica ocorreu em países economicamente desenvolvidos e não em outros locais.

Até meados do século XIX, a ciência como um todo, fora determinada pelo conjunto de valores e interesses sociais em geral (primeiro conjunto). Por volta de 1840 é que a organização da atividade científica se torna determinante na institucionalização dessa área e, nas últimas décadas dos anos de 1800, na Alemanha, a pesquisa nas ciências naturais era praticada em institutos com organização burocrática permanente, usualmente ligadas às universidades, com edifícios próprios, equipes docentes e de apoio (Bem-David, 1974 p.151e 237). Depois disso, os progressos das atividades científicas ocorreram devido às descobertas de novos usos que acarretaram em novos papéis dos cientistas, bem como inovações em aparelhagem, infraestrutura e organização da pesquisa.

Antes da Segunda Guerra Mundial, raramente se discutia o quanto o país deveria gastar em ciência, as somas eram ínfimas e insignificantes. Após o término da Segunda Guerra, os investimentos cresceram tanto que se fez necessário impor limites aos investimentos (especificamente nos EUA que em 1929 representavam 0,2 % do produto nacional bruto e em 1964 aumentou para 3%). (Krieger e Galembeck p. 240)

No decorrer do século XX, foram estabelecidos em vários países, com financiamento do Estado, institutos de pesquisa especializados em campos considerados de importância prática como: saúde, agricultura, geologia, entre outros. Além disso, um número crescente de indústrias também se interessou na implantação de laboratórios de pesquisa. No outro extremo, estão algumas academias e outras instituições que ainda resistem em realizar a pesquisa pela pesquisa. A ciência se tornou, em si mesma, um empreendimento econômico, questionando assim seus benefícios sociais. Os cientistas compõem grupos de interesses que competem por recursos entre si e geram conflitos de classes. “Essas novas ligações da ciência com o governo central, com os interesses militares e alguns interesses industriais, de um lado, e a participação dos cientistas nos conflitos de interesses de classes, de outro, ameaçam a fé na ciência” (Krieger e Galembeck p. 249).

A crença na utilidade moral final da ciência se baseava na crença de que o conhecimento era, em si mesmo, um valor. Embora a ciência tenha sido relativamente esotérica e inacessível a grande maioria das pessoas,

... havia uma crença, confirmada por muita experiência real, de que o método científico pode ser ensinado e amplamente aplicado e de que é um instrumento capaz de melhorar o funcionamento da mente humana (se não a sua qualidade)... ...Se a ciência é percebida como favorável a alguns interesses sociais, e se os cientistas são vistos com ódio, as pessoas podem começar a duvidar do valor da busca da verdade científica e de sua aplicação para a mudança do mundo. Isso pode ter como consequência o fim da cultura científica... (KRIEGER e GALEMBECK 249).

Quando analisamos a relação sociedade x ciência, um interesse intrínseco e uma crença na ciência como valor cognitivo são necessários para sua sobrevivência. Ou será que a sociedade está interessada na ciência por causa de suas aplicações tecnológicas? A primeira vista parece que o valor tecnológico é suficiente, tanto que nos países de regime político autoritário como Alemanha nazista, Itália fascista, Rússia stalinista e o Japão imperialista, por motivos militares e tecnológicos, a ciência sobrevivera e progredira convivendo com valores incompatíveis com os seus. Ben-David, (1974 p. 250) questiona se existe autonomia da ciência frente aos valores sociais; a princípio diz que sim, a ciência natural é tão neutra com relação a valores quanto as tecnologias, que podem ser usadas para diferentes fins, sendo coerentes com qualquer sistema de valores. Mas depois contra-argumenta que as afirmações científicas são independentes de juízos

de valor, mas a decisão de participar ou de investir dinheiro na pesquisa depende de escolhas, que por sua vez, estão imersas numa escala de valores.

A sociedade, com seus respectivos governos, apoia a ciência por razões específicas, ora aceitando seus valores, ora racionalizando sua transgressão, como medidas temporárias por circunstâncias que estão além de seu poder. Essa relação entre ciência e sociedade é de intercalação de poder, pois quando a primeira está em “alta”, prevalecem os valores da ciência; o mesmo acontece com o outro lado.

A ciência é incapaz de criar uma moralidade, embora tenha, pelo menos indiretamente, a responsabilidade pela destruição da base religiosa tradicional da moralidade. Por isso, também entre os participantes da comunidade científica surgem dúvidas quanto à justificação moral e valorativa da pesquisa científica, e alguns deles são levados a juntar-se àqueles que procuram novos sentidos (Bem-David 1974, p. 255). A existência de condições que permitem a mudança social não é base suficiente para o desenvolvimento de pensamento social vigoroso e disciplinado. As condições sociais não criam a capacidade intelectual e a responsabilidade moral; apenas dão as condições para o seu exercício. (Bem-David 1974, p.256)

Segundo Krieger e Galembeck (1996 p. 4), as atividades de pesquisas no Brasil iniciaram-se nas ciências biológicas, agrárias e de saúde, através várias instituições importantes como Oswaldo Cruz, Rocha Lima, Vital Brazil, Carlos Chagas, Manguinhos, Butantã etc.; tais instituições foram criadas no fim do séc. XIX e início do séc. XX. A partir de então, a ciência brasileira vem tentando encontrar seu lugar na sociedade brasileira (Schartzman, 1996 p. 7). Nos anos 1930, com a criação da Universidade de São Paulo e depois a Universidade do Brasil, a pesquisa científica encontra um nicho no nascente sistema universitário. Já para Krieger e Galembeck (1996 p. 4), a partir dos anos 1930, a opção pela industrialização se baseou em um modelo importador de tecnologia, enfatizando assim a formação de recursos humanos adequados à reprodução e utilização do conhecimento, mais do que participando do processo de sua criação, intimidando, por fim, o desenvolvimento da ciência. Os anos pós Segunda Guerra foram de intensos investimentos em estruturação física²⁴ e humana da pesquisa, com intercâmbios científicos com países desenvolvidos, onde a ciência e a tecnologia puderam proporcionar desenvolvimento social e econômico para o país. Para Schartzman (1996 p. 8), os anos da

²⁴ Momento em que foram criadas as primeiras instituições de fomento à pesquisa como Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – Fapesp e o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq

ditadura militar foram marcados pelos conflitos de interesses entre governo e principais centros produtores da ciência por um lado; por outro, foram anos de intensos investimentos financeiros. Esse período de recursos abundantes durou pouco menos de dez anos, não sendo suficiente para que os cientistas justificassem sua importância social, pois havia destaques em ilhas de excelência em certos campos do conhecimento e precariedade em outros – ²⁵ na estruturação da área científica e tecnológica, além de criação do sistema nacional de pós-graduação, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da reformulação do CNPq, da política nacional de informática, implantação dos programas nucleares e de outros grandes projetos, sobretudo militares.

Schwartzman (1996 p. 8) faz um balanço da situação nos anos 1990: o Brasil, após vinte anos de regime militar “...é um país com graves desequilíbrios econômicos, sociais e institucionais, que precisam ser administrados em um ambiente de intensa competição político-partidária, e neste quadro o setor de ciência não consegue ser mais do que um entre tantos na disputa por recursos públicos cada vez mais escassos”. Além da falta de recursos, somadas estão: a instabilidade institucional, a imprevisibilidade e a falta de políticas bem definidas.

3.1.1 Alguns indicadores da pesquisa no Brasil

Segundo Longo (1997 p. 167), em 1961 existiam cerca de 100 mil estudantes de graduação em nível superior. Nos anos 90, trinta anos depois, esse número crescera para 1,6 milhões, sendo que 80% são atendidos pelo setor privado. Na pós-graduação *strito sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento) são 200 mil alunos. Para

²⁵ Em 2008 a USP formou 2.301 doutores, quase o triplo de grandes universidades americanas, como a Universidade da Califórnia, em Berkeley, e a Universidade do Texas, em Austin. A UNESP, com 772 doutores formados em 2008, e a UNICAMP, com 760, tiveram desempenhos quantitativos superiores ao de Harvard (660) e de Stanford (638). Mas os Estados Unidos formaram 48.802 doutores em 2008 diante de 10.711 no Brasil, pois dispõem de um número muito maior de cursos de doutorado disseminados em várias instituições.

disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=4142&bd=1&pg=1&lg=> acesso em 04-10-2010.

Para Krieger e Galembeck (1996 p. 6), até década de 80, as atividades científicas e tecnológicas foram muito mais objeto de atenção de pesquisadores e de uma cúpula governamental do que assunto de interesse geral da população. A partir da recessão de 82/83 (moratórias e suas conseqüências) e do discurso governamental de 86/87 (parcial concretização através do Programa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico – PADCT –, do programa de bolsa para o exterior e do Programa de capacitação de recursos humanos para atividades estratégicas – RHAE) e dos discursos governamentais de sucessivos governos é que se criou uma nova consciência sobre a importância de ciência.

Longo (1997 p. 169), a pós-graduação crescera rapidamente e, impulsionada pelo Ministério da Educação juntamente com a CAPES, FINEP e CNPq, seja com aporte financeiro para pesquisa acadêmica, bolsas para alunos de pós-graduação, seja com auxílio para sustento da pesquisa individual dos professores, obteve como resultado, em 1993, no Brasil, a criação de 1.077 cursos de mestrado e 523 de doutorado com 40.077 e 14.718 alunos matriculados respectivamente.

Atualmente, especificamente, no ano 2008, segundo MEC (2008), o número de matriculados na graduação presencial é de 5.080.056 milhões, na proporção de 74,9% pertencente às IES privadas e 25,1% às IES públicas. Na pós-graduação, com crescimento também expressivo, totaliza-se 150.118 alunos matriculados, sendo 88.295 no mestrado, 9.073 no mestrado profissional, 52.750 no doutorado (Capes, 2008a), distribuídos nos 2.568 programas de pós graduação, sendo 1.284 programas de mestrado e doutorado, 1.030 programas de mestrado, 36 programas de doutorado e 218 programas de mestrado profissional (Capes, 2008 b).

Em 1991, segundo Secretaria de Ciência e Tecnologia (*apud* Longo 1997 p. 170), o Brasil dispunha de 400 pesquisadores por milhão de habitantes com capacidade de formar 7.300 mestres e 1.700 doutores por ano, ficando cinco vezes atrás da Coreia do Sul e quinze vezes atrás do Japão. Segundo Cruz (1997 p. 7 e 8), o Brasil investe, em média, 0,7% do PIB nacional em pesquisa (C & T), sendo que 90% (se contabilizado o salário do professor) destes investimentos são de responsabilidade do Governo e 8%, do setor privado. Em países centrais, os gastos são superiores a 2,5% do PIB e a participação da iniciativa privada, em alguns casos, supera 50% dos investimentos.

Segundo Universia (2010), em relatório realizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), no período de 2007 – 2009 o Brasil investiu 1,09% do PIB em P & D (pesquisa e desenvolvimento), continuando, ainda assim, bem atrás dos países como Israel (4,8% do PIB), Suécia (3,7%), Japão (3,4%), Coreia do Sul (3,2%) e Estados Unidos (2,7%). Cruz (1997 p. 14), atribui o baixo investimento do setor privado em pesquisa à cultura protecionista, que propicia baixa competitividade e criatividade à empresa brasileira, além de as origens estrangeiras da maior parte das indústrias instaladas no Brasil induzirem a um comportamento de busca de inovação na matriz, em vez de obtê-la aqui.

O Brasil forma, por ano, 56 doutores por milhão de habitantes, índice aquém de países como Inglaterra (250), Austrália (224), Coreia do Sul (164) e França (131). À exceção do Estado de São Paulo, onde a situação é melhor do que a média do país, com 114 doutores por milhão de

habitantes, o problema é que o crescimento do número de doutores formados no Brasil arrefeceu nos últimos anos. Até 2002, a taxa de crescimento na formação de doutores era de 14% por ano, tendo caído para 4% anuais após 2003 (Fapesp Set/2010).

Em relação a pesquisadores na UNICAMP, em 2008, a universidade contava com 10.176 pesquisadores em formação, dentre os quais 4.929 estavam matriculados no programa de mestrado e 5.247 no doutorado (Unicamp 2008 c). A média de crescimento nos dois programas foi de 31% em relação a 11 anos atrás. A produtividade científica da instituição cresceu no mesmo patamar ou bem superiores, sendo que o número de livros publicados foi de 197 em 2008 contra 154 em 2000, representando crescimento de 28% em 8 anos. Número de artigos publicados em periódicos, por exemplo, chegou a crescer 72%: de 2.264 passou a 3.895 em 2000 e 2008, respectivamente. Paralelamente, também cresceu número de projetos financiados (63%) e convênios (22%) para os mesmos anos anteriormente referidos.²⁶

3.2 UNICAMP: História, características e estrutura

A UNICAMP, um dos objetos deste estudo, teve seus primórdios fundamentais em 1946, quando o jornalista Luso Ventura, do Diário do Povo, catalisou a vontade dos cidadãos pela instalação da faculdade de medicina. Após 7 anos, em 1953, mobilizado pela vontade da população, com a Lei nº 2.154 de 30 de junho, o então Governador Lucas Nogueira Garcez cria a Faculdade de Medicina de Campinas, e posteriormente, a Lei 4.996 25/11/1958 do deputado Ruy Barbosa altera e complementa a lei anterior. Legalmente, a faculdade estava criada, porém não dispunha-se, na época, de meios materiais para sua execução, sendo incorporada pela UNICAMP no ano de 1962 (art.29 da lei 7.655 de 28/12/1962) e autorizada a funcionar em 1963, provisoriamente instalada nas dependências da Maternidade de Campinas. (UNICAMP, 1994a)

A UNICAMP foi criada oficialmente em 28 de Dezembro de 1.962, sob a Lei Estadual nº 7.655 na qualidade de entidade autárquica²⁷, cujas finalidades eram: artigo 2º: “ministrar o ensino

²⁶Vale lembrar que o número de docentes não acompanhou esse crescimento, em 2000 eram 1.826 docentes e em 2008 1.727, ou seja diminuição de 5,7% disponível em:

http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2010/ju466_pag0203.php acesso em: 17/out/2010

²⁷ Segundo Santanna, 2009 p 49, as características de autarquia são: pessoa jurídica de direito público; criada por lei específica, organizada pela própria lei, decreto, regulamento ou estatuto, e extinta somente por lei; sujeito a tutela (controle finalístico, verifica se a entidade está cumprindo as suas finalidades); possui autonomia administrativa e financeira (não possui autonomia política- de criar seu próprio direito-porque esta só pode ser via união, estados,

universitário e pós-graduação; promover a pesquisa pura e aplicada e formar técnicos de nível médio e superior”. Era constituída (artigo 3º) por: Faculdades, Institutos de Ensino, Institutos de Pesquisa, Escolas técnicas e Reitoria. A UNICAMP (artigo 28) contava com 4 Faculdades (Ciências, Medicina, Odontologia e Química Industrial) e 5 Institutos (Biologia, Morfologia, Química, Física e Matemática), sendo as escolas técnicas instaladas posteriormente. O corpo docente era composto de: professores catedráticos, professores contratados e auxiliares de ensino²⁸. Ainda na mesma Lei, o artigo 6º prevê que “os Institutos de Pesquisa dedicar-se-ão à investigação científica, pura ou aplicada, e terão individualidade própria”. Quanto à carreira de pesquisador, esta tinha regulamento separado e distinto dos demais acadêmicos: o artigo 18 cria a carreira de Pesquisador da Universidade de Campinas. Parágrafo 1º: “A carreira será estruturada por decreto do Executivo”; Parágrafo 2º: “Os pesquisadores serão nomeados mediante concurso, que poderá ser de título, de provas, ou de ambos, na forma do que dispuser o decreto referido no parágrafo anterior”; Parágrafo 3º: “será requisitado para a inscrição no concurso a apresentação do competente diploma universitário ou acervo de trabalhos publicados, julgado pelo conselho universitário, de valor equivalente”; Parágrafo 4º: “ não compete aos pesquisadores o exercício regular de funções docentes.”

A última atualização, conforme deliberação CAD – A – 02/05 de 06/Out/2005, publicada no DOE em 18/Out/2005, foi instituída a carreira de pesquisador – PQ – que substituiu o “Técnico especializado de apoio à pesquisa cultural, científica e tecnológica” – TPCT –, revogando a deliberação CAD 353-93. O cargo de pesquisador é “constituído de funções de caráter permanente as quais são inerentes as atividades de execução e de orientação aos trabalhos

municípios); os atos e contratos estão sujeitos a Lei de Licitações e controle pelo tribunal de contas; possui todas as prerrogativas e sujeições que formam o regime jurídico de direito público, aparecendo perante os administrados como se fosse a própria administração; dotada de bens próprios transferido do ente que a criou. Seus bens são públicos e possui os mesmos privilégios da administração direta; possui dirigentes próprios, podendo haver a participação do legislativo na escolha. Seus atos podem ser questionados via mandado de segurança, ação popular ou ação civil pública; executa serviços administrativos ou de cunho social; os servidores são estatutários; possuem os mesmos privilégios processuais da fazenda; gozam de imunidade tributária referente ao patrimônio, renda ou serviços vinculados a seu fim; cita alguns exemplos de autarquia: IBAMA (Instituto brasileiro do meio ambiente), INSS(Instituto nacional do seguro social), BACEN (Banco central do Brasil), etc..

Definição de autarquia em outro autor: DE PAULO, Antonio. Pequeno Dicionário Jurídico. 2º ed. Rio de Janeiro. 2004. Autarquia é “Serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.”

²⁸ Para informação completa ver lei de criação disponível em <www.sg.unicamp.br/doc/lei-de-criacao-da-unicamp.pdf> acesso em: 29 Jan. 2010

de investigação científica, tecnológica ou cultural”. Esta carreira se aplica: a) aos centros e núcleos, com quadros e estruturas próprias, mediante aprovação da câmara de administração; b) às unidades de ensino e pesquisa, limitando a 5% do número de vagas do quadro docente (carreira MS).

Muitas unidades de ensino e pesquisa (institutos e faculdades) optam por admitir docentes (carreira MS) ao invés de pesquisador, porque este último se restringe à pesquisa, enquanto o docente MS ao ensino, pesquisa e extensão.

De volta à história da UNICAMP, em (UNICAMP, 1974), a mesma tem como finalidade a “...promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem...”. Para alcançar essa finalidade a UNICAMP se propõe a:

I. ministrar o ensino para a formação de pessoas destinadas ao exercício das profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas, de magistério e aos trabalhos desinteressados da cultura; II. promover e estimular a pesquisa científica e tecnológica e a produção de pensamento original no campo da Ciência, da Tecnologia, da Arte, das Letras e da Filosofia; III. estudar os problemas sócio-econômicos da comunidade com o propósito de apresentar soluções corretas, sob a inspiração da democracia; IV. pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura, e o resultado das pesquisas que realizar; V. valer-se dos recursos da coletividade, tanto humanos como materiais, para integração dos diferentes grupos técnicos e sociais na Universidade; VI. cumprir a parte que lhe cabe no processo educativo de desenvolver na comunidade universitária uma consciência ética, valorizando os ideais de pátria, de ciência e de humanidade. E no artigo 3º: no cumprimento de suas finalidades, a Universidade obedecerá aos princípios de respeito à dignidade da pessoa e aos seus direitos fundamentais, proscrevendo o tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa e por preconceito de classe e raça.



Logotipo da UNICAMP

Idealizado pelo professor Zeferino Vaz e criado pelo artista plástico Max Schiefer e pelo arquiteto João Carlos Bross, na década de 1970, o logotipo da UNICAMP foi desenhado a partir do Plano Diretor da universidade. De acordo com Unicamp (1994b), o significado é o conhecimento numa forma amorfa e sem contorno. A bola branca, dentro das 13 listras que

representam a bandeira paulista, é o símbolo da unidade, grande ponto de encontro de pessoal e principalmente do conhecimento humano, simbolizado pelas três circunferências vermelhas: Ciências, Exatas e Humanidades. Atuando em conjunto, essas três áreas do conhecimento irradiam-se para a coletividade, cumprindo as três funções da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

"Universidade: palavra derivada da expressão grega uni-versitas, ou seja unidade na versatilidade, ou, ainda, unidade na universalidade dos conhecimentos humanos. Sempre unidade, um só organismo com a função básica de transmitir, gerar e aplicar conhecimentos, e sempre no encaixe do objetivo maior e também razão de ser da imprescindível unidade: o bem-estar físico, espiritual e social do homem. "

A UNICAMP está vinculada à Secretaria do Ensino Superior. As universidades paulistas, que até então pertenciam à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, a partir de 01 Jan. 2007, (São Paulo, 2007) passam a se vincular à Secretaria do Ensino Superior juntamente com outras entidades como FAPESP, Faculdade de Medicina de Marília – FANEMA –, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP – e Memorial da América Latina.

A administração da Universidade possui dois órgãos superiores, que são Conselho Universitário e Reitoria; o Conselho Universitário – CONSU – , é o órgão supremo deliberativo constituído por representantes da comunidade acadêmica e da sociedade ²⁹, cuja composição é: “I.Reitor; II. Coordenador Geral da Universidade; III. Pró-Reitores ; IV. Diretores de Institutos e Faculdades; V. Vinte Representantes do Corpo Docente; VI. 9 Representantes do Corpo Discente; VII. 7 Representantes dos Servidores não docentes; VIII. Superintendente do Hospital de Clínicas; IX. 02 Representantes das demais Carreiras Docentes; X. 05 Representantes da Comunidade Externa, sendo: a) 1 do Governo do Estado de São Paulo; b) 1 da Prefeitura Municipal de Campinas; c) 1 da Comunidade Acadêmica; d) 1 das Associações Patronais; e e) 1 das Associações dos Trabalhadores”, totalizando 73 pessoas, sendo que o reitor assume o “voto de Minerva”³⁰ quando necessário (UNICAMP 2009a).

A UNICAMP possui um órgão administrativo superior, a Reitoria, que por sua vez é subordinada ao CONSU. A Reitoria é composta pelo Gabinete do Reitor (GR), pela

²⁹Título V, cap I, artigo 79 do Regimento geral da UNICAMP.

³⁰ “Voto de minerva”, expressão coloquial, utilizada para designar o voto decisivo quando ocorre empate na escolha.

Coordenadoria Geral da Universidade (CGU) e por mais cinco pró-reitorias: Pró-reitoria de Graduação (PRG), Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), Pró-reitoria de Pesquisa (PRP), Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) e Pró-reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU). O Reitor é a autoridade executiva superior da Universidade. O Artigo 118 do Regimento Geral da UNICAMP (Nov.2009b), estabelece que o Reitor “será um Professor Titular, nomeado pelo Governador do Estado, escolhido em lista tríplice de nomes eleitos pelo Conselho Universitário, e servirá em Regime de Dedicção Exclusiva”, desobrigando-o ao exercício de atividades docentes sem prejuízos salariais e demais gratificações e benefícios (parágrafo 2º). O parágrafo 1º determina que a duração do mandato do Reitor é de 4 anos, não podendo ser reeleito para o mandato imediato. Parágrafo 4º: Os nomes mais votados, que irão compor a lista tríplice, serão escolhidos por maioria absoluta de votos.

3.2.1 Orçamento e Autonomia Universitária

Dentro da estrutura e organização do Estado, a UNICAMP é uma autarquia, do tipo descentralizada, na qual a distribuição de tarefas é executada por outra pessoa jurídica e indireta com certa independência gerencial e administrativa (autonomia), vinculada ao Estado (mas não subordinada), e fiscalizada pela administração pública direta. Para melhor desempenho de suas atividades, o Estado delega a um conjunto de pessoas jurídicas ou entidades algumas de suas funções, neste caso o ensino e pesquisa.

A UNICAMP (1974) é uma universidade com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinas, cujo orçamento é vinculado à receita de Impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS³¹ –, do Estado de São Paulo, estabelecida no Decreto nº 29.598, de 2 Fev. 1989, sob Governo de Orestes Quércia (Anexo 1). Esse montante de verbas é negociado e distribuído entre as três Universidades Paulistas em negociações³² do CRUESP³³, cujos percentuais atuais são: Universidade de São Paulo - USP:

³¹De modo simplificado, conhecido como Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços.

³² Vide parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 29.598 de 02/02/1989 do Anexo 1.

³³ Órgão colegiado composto por representantes dos reitores das três Universidades Paulistas, juntamente com Secretário do Ensino superior (presidente), Secretário da Educação e o Secretário do Desenvolvimento.

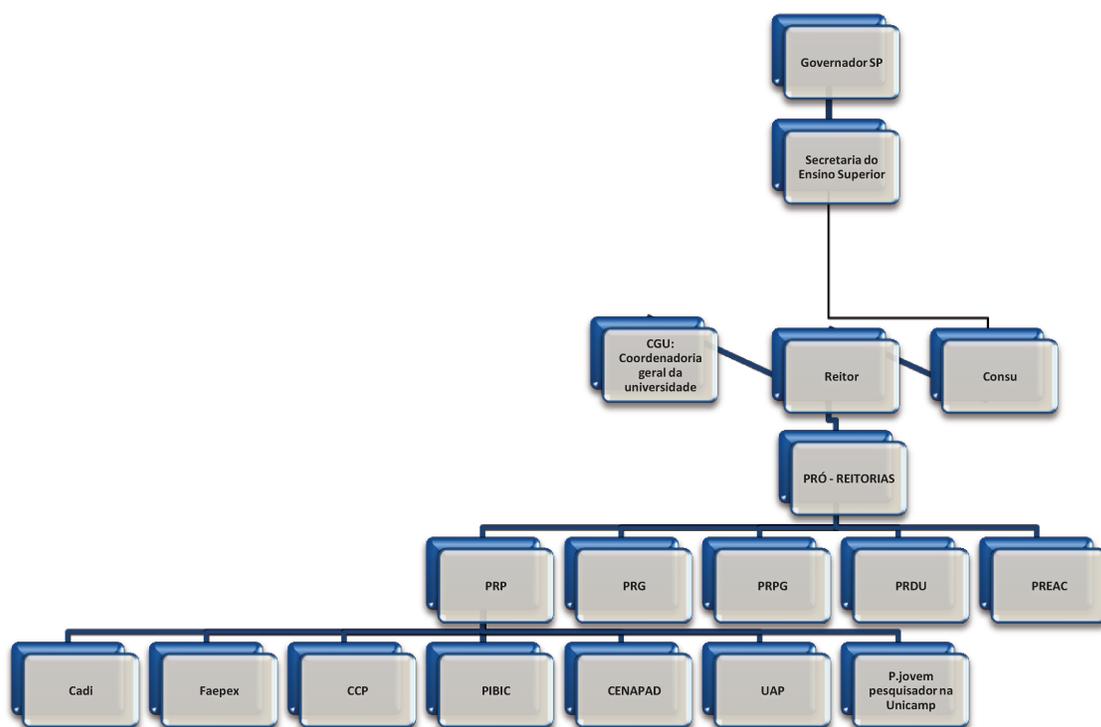
5,0295%; Universidade Estadual Paulista – Julio de Mesquita Filho - UNESP: 2,3553% e UNICAMP: 2,1958%; totalizando 9,57% do ICMS .

No ano de 2005, vê-se em UNICAMP (2005) que a proposta de distribuição orçamentária foi no valor de R\$802.034.000,00, junto a verba de recursos próprios de R\$ 29,640.000,00, mais outras fontes como reserva previdenciária/IPESP de R\$22.110.000,00 somou uma receita de R\$853.778.000,00. Os recursos destinados à pesquisa, que no orçamento estão no Grupo B – Despesas, dentro de Categoria B – despesas compromissadas (Tab. 1), especificamente no Grupo VI – Programas de Apoio (Tab.2) –, que compõem: manutenção de infra-estrutura; assinaturas de periódicos - BC; Faepex (Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e à Extensão); PQO – programa de incentivo à graduação; Programa de incentivo à qualidade e produtividade; Programa de incentivo ao ensino técnico; Programa de Bolsas (pesquisa, trabalho, auxílio emergência, auxílio intercâmbio, bolsa trabalho ensino médio e técnico, alimentação e transporte, médicos residentes, monitores III do Cotuca e Cotil); PED – Programa de Estágio Docente; PAD – Programa de Apoio Didático; PAPI – Programa de Auxílio a Projetos Institucionais; e AFPU – Programa de Treinamento foram de R\$34.838.141,00 o que representou 4,34 %³⁴ do RTE (recursos recebidos do tesouro do estado).

Manutenção de infra-estrutura (tab.2) representou valor de R\$1.445.340,00 e assinaturas de periódicos BC, R\$16.123.795,00; estes seriam custos indiretos³⁵, sendo assim, não deveriam ser incluídos na conta de pesquisa, pois somados são R\$17.569.135,00, ou seja, metade do montante designado para esta conta, reduzindo para 2,15% a verba para pesquisa do total dos Recursos do Tesouro do Estado - RTE.

³⁴ Não foram contabilizados os salários de docentes e funcionários.

³⁵ Grifo do autor.



Organograma da estrutura da UNICAMP

Tabela 1. Grupo B – Despesas – Distribuição dos Recursos por categoria/Grupo de Despesa

CATEGORIA / GRUPO	VALOR R\$ 1,00	PARTIC. % S/R.T.E.
CATEGORIA A - DESPESAS FIXAS	725.214.680	90,42
GRUPO I = PESSOAL (Pág.17)	715.167.675	89,17
GRUPO II = JUROS,ENCARGOS,AMORTIZ. E SENTENÇAS JUDICIAIS (Pág.17)	10.047.005	1,25
CATEGORIA B - DESPESAS COMPROMISSADAS	96.774.466	12,07
GRUPO III = DESPESAS DE UTILIDADE PÚBLICA (Pág.17)	16.456.822	2,05
GRUPO IV = RESTAURANTES E TRANSPORTES (Pág.17)	12.104.193	1,51
GRUPO V = DESPESAS CONTRATUAIS (Pág.17)	33.375.310	4,16
GRUPO VI = PROGRAMAS DE APOIO (Pág.18)	34.838.141	4,34
CATEGORIA C - OUTRAS DESPESAS	18.388.741	2,29
GRUPO VII = MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EXISTENTES (Pág.18)	18.388.741	2,29
CATEGORIA D - DESPESAS VINCULADAS 1	10.257.675	1,28
GRUPO VIII = PROJETOS ESPECIAIS (Pág.19)	10.257.675	1,28
SUB-TOTAL	850.635.562	106,06
CATEGORIA D - DESPESAS VINCULADAS 2	3.143.203	
GRUPO IX = DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS EXTERNOS (Pág.19)	40	
GRUPO X = DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS PRÓPRIAS (Pág.19)	3.143.163	
GRUPO XI = PROGRAMA DE EXPANSÃO DE VAGAS/CURSOS DE GRADUAÇÃO (Pág.19)	-	
TOTAL DAS DESPESAS PREVISTAS	853.778.765	

fonte: UNICAMP 2005

Além dos recursos orçamentários, a universidade capta recursos de fontes estaduais, federais e privadas através de contratos e convênios para realização de projetos de pesquisa financiados, pesquisa cooperativa, treinamento, serviços e atividades de extensão em geral. Essa área conta com fontes de financiamento, conforme tabela 3, em 2.008 a UNICAMP somou verba de R\$1.387.873.000,00 entre os anos de 2001 a 2008, cujo percentual maior fica a cargo dos órgãos de fomento à pesquisa (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP–, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq – e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES). Tais fontes, somadas, representaram 47 % do total de investimentos realizados em pesquisa.

Segundo UNICAMP (2009b), no ano de 2008, existiam 58 cursos de graduação com 16.422 alunos regularmente matriculados (incluindo especiais) e 139 cursos de pós-graduação (doutorado, mestrado e especialização) com 15.322 alunos matriculados, contra 36 cursos de graduação com 7.280 alunos e 89 cursos de pós-graduação com 7.523 alunos em 1989. Constata-

se assim, uma variação positiva de 61,11% em relação aos cursos de graduação seguidos de número de vagas a 75,23% maior em relação a 19 anos antes (1989, data da autonomia universitária). Em relação à pós-graduação, a proporção é de 56,18% maior em cursos oferecidos e 103,67% para número de matrículas.

Tabela 2 – Discriminação das despesas do Grupo VI

GRUPO VI = PROGRAMAS DE APOIO

DISCRIMINAÇÃO		VALOR R\$ 1,00	PARTIC. % S/R.T.E.
MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA (QUADRO 13 - Pág. 33)		1.445.340	0,18
ASSINATURAS DE PERIÓDICOS (BC) (QUADRO 14 - Pág. 33) (5)		16.123.795	2,01
FAEPEX (QUADRO 15 - Pág. 34) (6)		2.091.845	0,26
PQO - PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO (QUADRO 16 - Pág. 34) (6)		1.721.040	0,21
PQO - PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (QUADRO 17 - Pág. 35) (6)		1.873.110	0,23
PQO - PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO AO ENSINO MÉDIO/TÉCNICO (QUADRO 18 - Pág. 35) (6)		152.251	0,02
PROGRAMA DE BOLSAS (QUADRO 17 a 24 - Pág. 35 a 36)		9.039.293	1,13
BOLSA PESQUISA	R\$ 689.753 (QUADRO 17 - Pág. 35) (7)		
BOLSA TRABALHO	R\$ 3.643.997 (QUADRO 18 - Pág. 35) (8)		
BOLSA AUXÍLIO - EMERGÊNCIA	R\$ 82.072 (QUADRO 19 - Pág. 35) (8)		
BOLSA AUXÍLIO - INTERCÂMBIO	R\$ 73.865 (QUADRO 20 - Pág. 35) (8)		
BOLSA TRABALHO - ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	R\$ 159.369 (QUADRO 21 - Pág. 35) (8)		
BOLSA ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE	R\$ 430.584 (QUADRO 22 - Pág. 36) (9)		
MÉDICOS RESIDENTES (FCM)	R\$ 3.734.205 (QUADRO 23- Pág. 36) (10)		
MONITORES III - (COTUCA / COTIL)	R\$ 225.448 (QUADRO 24 -Pág. 36) (8)		
PROGRAMA DE ESTÁGIO DOCENTE - PED (QUADRO 25 -Pág. 36) (11)		1.266.990	0,16
PROGRAMA DE APOIO DIDÁTICO - PAD (QUADRO 26 -Pág. 37) (8)		650.052	0,08
PROGRAMA DE AUXÍLIO A PROJETOS INSTITUCIONAIS - PAPI (QUADRO 27 - Pág. 37)		74.425	0,01
PROGRAMA DE TREINAMENTO - AFPU		400.000	0,05
TOTAL		34.838.141	4,34

Fonte: UNICAMP 2005

Tabela 3**Financiamento à pesquisa em R\$ durante os últimos anos**

Fonte de Financiamento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FAEPEX UNICAMP	1.717.494	1.875.209	2.525.152	2.780.435	2.643.970	3.729.954	3.497.760,33 a	4.384.507,81 a
FAPESP	67.383.697	62.330.337	47.659.090	50.505.494	69.834.232	69.254.607	80.104.643,69 b	88.228.545,03 b
CNPq	18.899.320	24.547.671	28.339.200	36.632.300	38.747.000	43.087.000	52.125.630,00 b	50.386.530,00 b
CAPES	14.304.858	17.876.486	18.577.040	20.845.477	21.684.779	24.243.770	26.841.223,49 c	30.741.467,95 c
EMPRESAS PÚBLICAS	1.557.311	3.419.682	6.113.638	5.639.256 d	16.001.267	11.972.542	29.546.279,74 d	25.916.695,94 d
EMPRESAS PRIVADAS	13.832.936	12.651.625	8.153.186	16.652.255	21.615.608	11.858.487	12.608.153,43 d	7.962.116,83 d
FINEP/ CNPq	11.680.099	19.046.130	7.404.280	16.192.109	42.414.369	17.966.329	10.740.917,61 d	9.781.222,19 d
PRONEX/ PADCT/ FUNDOS								
INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS	1.663.035	2.286.395	1.771.607	1.845.596	4.332.787	5.307.350	2.220.569,83 d	1.384.631,62 d
Totais	131.038,7	144.033.535	120.543.193	151.092.922	217.274.015	187.420.042	217.685.178,12	218.785.717,37

Fonte: UNICAMP 2008 b

Legenda

a - Valores liberados nas diversas modalidades de auxílio.

b - Valores liberados nas diversas modalidades financiadas, bolsas país e exterior, auxílios à pesquisa individuais e temáticos.

c - Valores liberados considerando bolsas de mestrado, doutorado e taxas de bancada e outros programas.

d - Valores liberados.

Capítulo 4

FUNCAMP- Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP

Desde os primórdios da humanidade, registram-se atitudes de homens que, imbuídos por amor à arte, à sabedoria, à cultura ou ao próximo, destinavam bens para uma finalidade social.

As fundações têm suas origens no antigo Egito, que institucionalizou a filantropia, própria daquela civilização, e posteriormente foi cristalizada na Grécia. O espírito de solidariedade – atributo do ser humano – dirigido a uma busca de meios ou formas de auxílio às pessoas necessitadas, inicialmente foi o que norteou a criação do instituto fundação (Paes, 2003 p.141).

Segundo De Paulo (2004), Fundação é uma entidade dotada de personalidade jurídica e, ao contrário das sociedades ou associações, formada por um conjunto de bens destinados a consecução de um fim. A existência da fundação depende de um patrimônio composto de bens livres no momento da constituição, em torno do qual desenvolverão as suas atividades; de um ato constitutivo ou dotação do bem que deverá ser feito por escritura pública ou constar de testamento; de uma declaração, neste ato, do fim especial a que se destina a fundação; de estatutos que atendam às bases estabelecidas pelo instituidor, feitos sob supervisão do ministério público, aprovados pelo juiz; de uma administração, instituída ou não por disposição testamentária, que pode ser destituída mediante decisão judicial ou eleita ou substituída de acordo com disposições estatutárias. O registro da fundação é feito em cartório, como nas sociedades civis. Cabe ao Ministério Público a fiscalização das atividades das fundações, a fim de observar se atendem às determinações estabelecidas em sua instituição.

Em conformidade com o que se extrai do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2003, as fundações são um dos três tipos de pessoas jurídicas de direito privado, juntamente com as associações e as sociedades. Esse estatuto jurídico traz, em seu art. 44, a enumeração de tais pessoas jurídicas, diferenciando-as em seus artigos 53 a 69, sendo que as sociedades são objeto do Livro II, da Parte Especial, desta citada codificação (art.981 em diante).

A diferenciação segue no sentido de esclarecer que

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

No caso das sociedades, baseando-se no texto contido no art.981, da Lei nº 10.406/2003 (Código Civil), pode-se entender que são formadas através de contratos por pessoas que “reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados”.

Já as fundações obedecem ao descrito no art.62 e correspondente parágrafo único, deste Diploma Civil, onde se diz:

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Além disso, ainda reza o art.63 que “quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante”.

Seguindo linha do assistencialismo, Maximiliano (*apud* Paes 2003 p. 156) define o ente fundacional como:

denomina-se fundação um instituto com objetivo religioso, humanitário ou cultural, oriundo de liberalidade feita por meio de ato *inter vivos* ou *causa mortis*. Diverge da corporação ou sociedade; porque estas são formadas pela convergência da vontade de diversas pessoas, que administram e dirigem o conjunto; ao passo que aquela da resolução magnânima ou piedosa de um só indivíduo, que destina vultoso patrimônio para se constituir e manter a instituição por ele almejada. Em regra ele mesmo indica o modo de funcionamento e a direção geral; não raro, incumbe sociedade já existente, do encargo de organizar e orientar a fundação.

Paes busca em alguns doutrinadores o conceito de fundação: “A fundação será, pois, mais propriamente a organização destinada a prosseguir um fim duradouro ao qual esteja afectado um patrimônio.” (Caetano, 1961 *apud* PAES, 2003 p.155-6). Para Paes: “Fundação é na verdade um instrumento por meio do qual pode o ser humano - como pessoa física ou jurídica – transmitir à sociedade atual e às sucessivas gerações, os seus ideais e convicções e seguir atuando ‘como vivo depois de morto’ ”. Esse desejo de sobrevivência e de deixar marcas para eternidade é comum entre os homens de todos os tempos, tanto que a instituição fundação, que teve início na antiguidade, se mantém até os dias atuais, superando desconfianças, receios e até proibições dos poderes públicos (Paes, 2003, p.141).

No Brasil, os primeiros registros sobre fundações foram feitos pelas ordenações religiosas manuelinas e afonsinas, conhecidas como entidades de “mão morta”. Segundo Rafael (1997),

citado por Paes (1998, p. 46-7), o primeiro esboço de fundação no Brasil se deu em 1738 quando um solteiro milionário, Romão de Matos Duarte, doou seu patrimônio para auxiliar nos cuidados de recém-nascidos abandonados na roda³⁶ da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Nasceu assim a “Fundação Romão de Matos Duarte”, que funcionava paralelamente ao hospital, com patrimônio próprio e com finalidade exclusiva de assistir os órfãos desamparados. Porém, por ignorância, comodismo ou falta de legislação adequada do Romão, que fora mesário da Santa Casa, a fundação não passou de apêndice da mesma, não possuindo assim personalidade jurídica própria.

Com o advento do Código Civil Brasileiro, em 1º de Janeiro de 1916, houve a consolidação do instituto fundacional como pessoa jurídica de direito privado, dotada de um patrimônio composto por bens livres, destinados a uma finalidade social determinada. (Paes, 2003, p.153).

Em 1916, com o Código Civil Brasileiro, houve consolidação do instituto fundação como pessoa jurídica de direito privado, dotada de patrimônio composto por bens livres destinados a uma finalidade social determinada. No Brasil, as fundações mais antigas são: Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio, em Porto Alegre, de 1867; o Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, de 1923, destinado a prestar assistência a mendigos e menores; a Fundação Getúlio Vargas, de 1944, com finalidade técnico-educativa (Paes, 2003, p. 153).

Segundo Paes (2003 p.45), são as principais características de uma fundação de direito privado: a) a finalidade ou os fins: será permanente, uma vez definida pelos instituidores, em escritura ou testamento, não poderá ser modificada pelos administradores³⁷; b) a origem ou a forma de criação: é feita por pessoas físicas ou jurídicas, que são os instituidores, por meio de escritura pública ou cédula testamentária³⁸; c) o patrimônio: este de primordial importância na

³⁶ Roda dos expostos: artefato, com um dos lados aberto, fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositado a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada. Criada na Itália durante a Idade Média por Irmandade de Caridade que organizou em Hospital em Roma esse sistema de proteção à criança exposta ou abandonada. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm acesso em: 21/Dezembro/2010.

³⁷ Código Civil/1916, art. 67, inciso II

³⁸ Código Civil art. 62.

caracterização da pessoa jurídica fundacional, é composto por bens livres que o instituidor lega³⁹ ou doa à futura entidade, para que ela possa, com aquela dotação inicial, realizar suas finalidades; d) o modo de administração: é determinado pelo ente fundacional, pois ao vincular um patrimônio a um fim, verificou-se a necessidade de diferenciarem-se os instituidores dos administradores e de organizar esses órgãos autônomos, mas subordinados, cabendo-lhes: deliberar e traçar metas e diretrizes (função do conselho curador ou deliberativo), executar função do conselho administrativo ou executivo e controlar internamente função do conselho fiscal e; por último, e) o velamento do Ministério Público como ente estatal que fica responsável por velar, acompanhar, intervir e fiscalizar as fundações.

O regime tributário das fundações se beneficia de isenções de impostos e contribuições, desde que estas cumpram os requisitos exigidos por lei⁴⁰. São estes os impostos: Impostos sobre o patrimônio (IPTU, IPVA, ITR, ITBI, ITCMD); Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza; Impostos sobre mercadorias e prestação de serviços (ISSQN, ICMS, II, IOF, IPI). Além disso, há isenções de contribuições como: contribuição patronal para INSS, contribuição para Financiamento para seguridade social – COFINS –, contribuição para PIS/PASEP (alíquota de 1% sobre folha de salários), contribuição para Salário Educação e contribuição social para lucro líquido – CSSL (Paes, 2003. p. 446-65).

Para Santanna (2009), as fundações governamentais são entes com patrimônio destinado a um fim, são criadas e mantidas pela administração pública, porém têm personalidade jurídica de direito privado, portanto, possuem caráter “híbrido”, o que significa que estão sujeitas às normas de direito público e às de direito privado. Exemplo disso é a criação de uma fundação, que só pode ser autorizada por lei específica (norma do direito público) e sua inscrição é feita pelo Registro civil de Pessoas Jurídicas (direito privado).

Na prática, os trabalhadores das fundações são “celetistas” (sujeitos a normas da Consolidação Leis de Trabalho – CLT), ainda que prestem concurso público. A fundação não

³⁹ Origem do latim *legare*, derivado de *lex, legis*, “ler”. Deixar como legado (aquilo que se deixa por testamento a quem não é herdeiro forçoso ou principal. Valor previamente determinado, ou objeto previamente individuado, que alguém deixa a outrem. Transmitir ; transferir. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=legado> acesso em: 22/02/2011.

⁴⁰ a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais; c) manter a escrituração completa de suas receitas e despesas...; d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contando pela data de emissão, documentos que comprovem as origens de suas receitas e destino das despesas, bem como qualquer operação que modifique situação patrimonial; e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com normas da Receita Federal. Lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997.

possui imunidade tributária; seus bens são considerados privados, a área de atuação deve ser definida por lei complementar.

A FUNCAMP é uma fundação privada⁴¹. Foi fundada em 1977 pelo Professor Zeferino Vaz, então Reitor da UNICAMP, com intuito de atender às demandas de pesquisa, ensino e extensão.

Segundo o Estatuto da FUNCAMP⁴², art. 2º:

A FUNCAMP tem por objetivo precípua proporcionar à UNICAMP meios necessários à adequada mobilização de seus recursos humanos e materiais para o atendimento de suas necessidades e objetivos econômicos, sociais, pedagógicos, assistenciais, previdenciários e culturais da comunidade, colaborar na realização de pesquisas científicas, de ensino e de desenvolvimento institucional da UNICAMP.

Dentre outras possibilidades de atuação, estão: agenciador financeiro, junto a programas de habitação, turismo, hotelaria, editora de livros e outras.

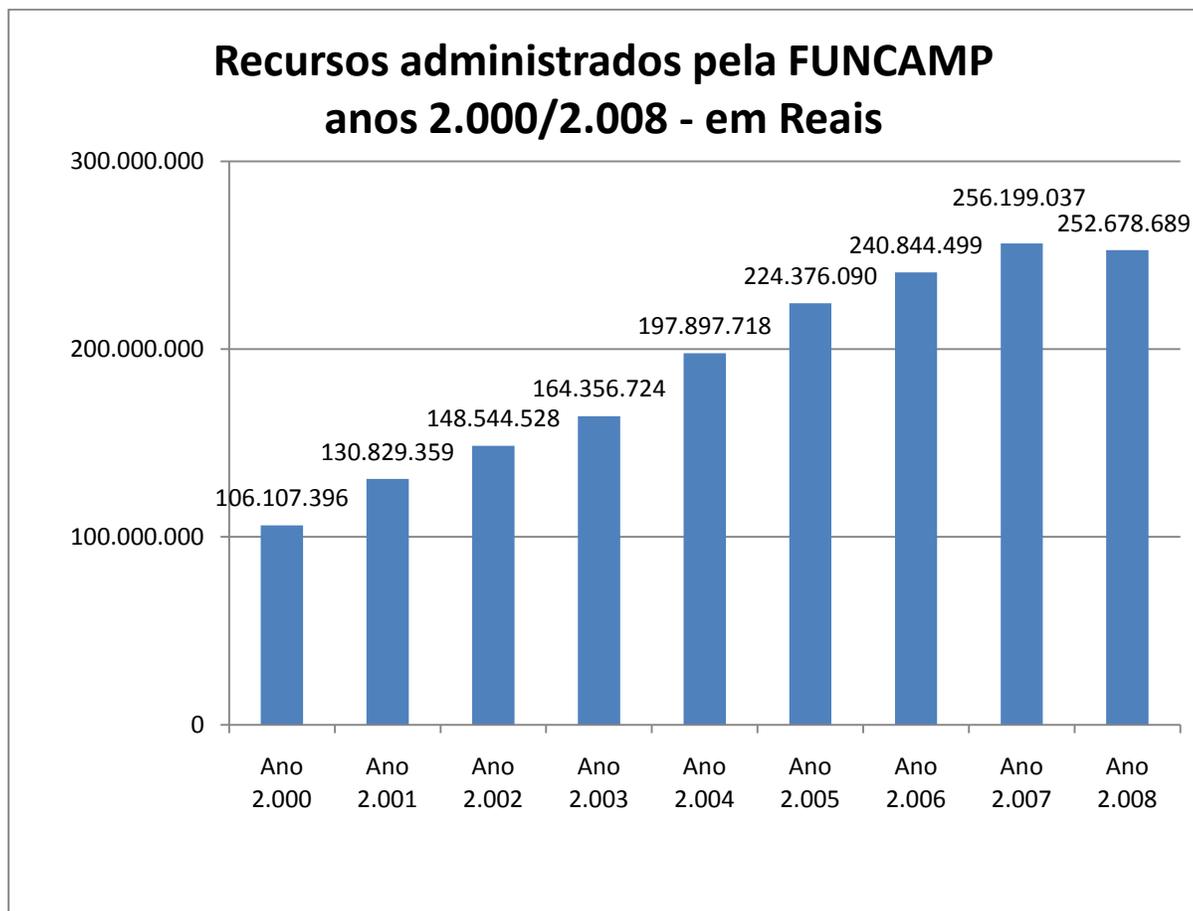
Segundo FUNCAMP (2010), no ano de 1981, a fundação administrava apenas 8 convênios e contava com poucos colaboradores. Quase dez anos depois, em 1990, administrava 450 convênios e 250 funcionários contratados. Em 1996, investiu em novas infra-estruturas, inaugurando a sede atual e a Casa do Professor Visitante, com serviços de hotelaria.

No ano de 2008, conforme consta em FUNCAMP (2008a), foram administrados 1.404 convênios, entre 352 cursos de extensão e 1.052 convênios, totalizando o valor de R\$252.678.689,00 de Recursos administrados; a fundação contava com 401 funcionários fixos, além de outros 4.388 contratados para atender os convênios. Em termos de recursos administrados, valores em reais, houve crescimento de 252% entre anos de 2000 a 2008. Especificamente nos anos de 2005 e 2008, a média de recursos administrados pela Funcamp representou 24,5% , ou seja praticamente $\frac{1}{4}$, do total do orçamento da Unicamp⁴³.

⁴¹ Escritura de Instituição e Constituição de Fundação no livro 286, folha 053 na data 31 Mai 1977 encontra-se no 4º Tabelião de Notas da Comarca de Campinas estado de São Paulo, Av. Francisco Glicério, 1522 centro. CEP: 13012-100

⁴² Encontra-se no protocolo nº A, Averbado na inscrição 1308 do livro A5, folha 058, microfilme nº 178738, na data 13 Mar. 2000 . Registro Privativos de Pessoas Jurídicas, Campinas, SP, R. Cel Quirino, 1021, Cambuí.

⁴³ Conforme proposta orçamentária de 2005 e 2008, os valores foram: R\$853.778.765,00 e R\$1.070.569.239,00 respectivamente. (UNICAMP 2005, UNICAMP 2008d)



Dados compilados pelo autor conforme relatório de atividades da Funcamp

Atualmente, a Fundação tem como atribuição principal o gerenciamento dos recursos financeiros de convênios e contratos firmados pela UNICAMP, com diversas instituições governamentais e não-governamentais. Dentro dessa tarefa, realiza aquisições de bens e serviços e, ainda, contratação de profissionais necessários ao cumprimento das funções da Universidade.

Como atividade secundária, a FUNCAMP administra os almoxarifados do Hospital das Clínicas (quatro unidades) e Hemocentro, bem como o Almoxarifado Central da Unicamp. Também oferece serviços de reforma e manutenção, além de fornecer hospedagem e alimentação aos visitantes da Universidade por meio da CPV – Casa do Professor Visitante (FUNCAMP. 2008a p. 9).

A administração da FUNCAMP é realizada pelos seguintes órgãos: I – Conselho de Curadores (normativo, deliberativo e de controle da administração), composto por um presidente

nato, vice-reitor, vice-presidente nato, pró-reitor de extensão, superintendente do hospital das clínicas da UNICAMP e pelos diretores dos institutos e faculdades da UNICAMP; II - Diretoria executiva (eleita pelo conselho pelo voto da maioria simples dos 2/3 dos membros); III – Conselho fiscal e IV – Comissões transitórias e permanentes. Os integrantes do conselho de curadores e fiscal e a diretoria não são remunerados nem tampouco recebem qualquer tipo de benefícios ou vantagens (art.29).

Os empregados da FUNCAMP são contratados sob regime da CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, após aprovação conforme o regulamento de processo seletivo para admissão da FUNCAMP.

Em Manole (2008), o Art. 22 trata especificamente de normas de contratação de bens e serviços nas instituições públicas que compete privativamente, à União legislativa. No Inciso XXVII fica clara a abrangência dessa legislação e a quem se destina: “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, parágrafos 1º, III”. Lê-se, no Art. 2 que toda e qualquer contratação na Administração Pública, necessariamente, deverá passar por licitação: “Art. 2º: As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei” (Manole, 2008 p. 36-38).

A finalidade e justificativa da lei de Licitação e Contratos da administração pública, é vista no Art. 3º :

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” Ainda no “Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública” (Brasil, 1993)

Especificamente, em Brasil (1993), a Lei nº 8666 regulamenta as licitações, estabelecendo normas de todo processo de contratação via licitação. E, sob respaldo do artigo 24, trata-se de 29 exceções de dispensas de licitação, podendo estas variar desde exclusividade de patente e único

fornecedor para determinado produto ou serviço até situação de ameaça a segurança nacional, como guerra, calamidade pública etc..⁴⁴. Nesse ponto reside o fundamento para a maioria dos convênios firmados entre contratantes (instituições externas) e contratada (UNICAMP) se concretizam com a interveniência administrativa da FUNCAMP.

Taxa administrativa e Ressarcimento de Custos Indiretos – RCI

A FUNCAMP, enquanto intermediadora dos convênios, contratos e acordos de cooperação entre a UNICAMP e instituições externas, administra-os desde no tocante a assessoramento na elaboração de projetos a implantação dos mesmos até a administração e repasse de recursos materiais e prestação de conta, ao término desse repasse, para UNICAMP. A FUNCAMP, por sua vez cobra taxa de administração do contratante de 6% do valor do contrato⁴⁵.

A UNICAMP estabelece taxa de ressarcimento à Universidade, de Custos Indiretos – RCI–, oriundos de convênios, contratos⁴⁶, cursos de extensão e pagamento de complementação salarial. A Resolução GR nº 36, de 22 de dezembro de 2008, estabelece Taxa de Ressarcimento à Universidade – RCI –, sobre Convênios, Contratos e Instrumentos correlatos, sob seguintes considerações:

- a) que é interesse da universidade estabelecer convênios e contratos com órgãos públicos e privados para beneficiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) que a execução de convênios, contratos e instrumentos correlatos onera indiretamente vários setores da Universidade; c) que é

⁴⁴ Para acessar texto completo, ver Lei nº 12.188, de 2010 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm#art27 acesso em: 10 Jun. 2010.

⁴⁵ De acordo com Eda L. M. Collaço, em 3º reunião ordinária da diretoria executiva (29/04/2010), estabeleceu-se taxa administrativa dos convênios o percentual único de 6% sobre o valor liberado e elimina-se cobrança sobre os rendimentos. Anteriormente era cobrada taxa de 20% sobre o rendimento de aplicação financeira e a taxa administrativa variava entre 3% a 9 %. E mail enviado em: 26 de novembro de 2010 eda@funcamp.unicamp.br.

⁴⁶ Definição de Convênio e Contrato, segundo Instrução DGA nº 05/01 de 11 de julho de 2001 (atualizada em 11 Fev.2009). “Convênio: é o acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes; Contrato: é o acordo firmado sempre entre duas partes (podendo ter mais de dois signatários), com interesses diversos e opostos, uma que pretende o objeto do ajuste (a obra, o serviço, etc.) outra que pretende a prestação correspondente (o preço ou qualquer outra vantagem).” Disponível em: http://www.dga.unicamp.br/instrucoes_formularios/instrucao/areas/coordenadoria/Instrucao_DGA_n_005_2001.pdf f > Acesso em 05 de maio de 2009.

necessário ressarcir à Universidade pelos custos adicionais a esses setores em função dos convênios; d) que este ressarcimento não onere excessivamente os convênios, contratos e instrumentos correlatos; e) que as receitas extra-orçamentárias vêm constituindo um mecanismo para manutenção de atividades e complementação da infra-estrutura da universidade e propiciando apoio a iniciativas que não contam com fontes de fomento bem estabelecidas; f) que as sucessivas revisões das normas sobre custos institucionais justificam a consolidação das legislações que tratam desse assunto.

O RCI dos respectivos contratantes representa total mínimo de 14% do valor bruto do contrato ou convênio, distribuídos da seguinte forma: o ressarcimento à universidade – RUn – é um percentual fixo de 11%, de modo que 8% são destinados ao Programa de Integração, Desenvolvimento e Socialização – PIDS – e 3% ao Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e Extensão – FAEPEX. Por fim, valor igual ou maior que 3% é dedicado ao Apoio Institucional à Unidade – AIU – que executou o contrato (essa parcela do RCI é determinada pelo diretor da unidade orçamentária e reverte às unidades responsáveis pela execução do convênio). Ainda na mesma resolução, sob artigo 5º, não haverá incidência de taxa (RCI) quando se tratar de: I – doações ou repasses de recursos para fins exclusivos da universidade, com objetivos especificados pelo doador; II – existência de legislação superior que impeça a cobrança de taxas para convênios e contratos com instituições e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras de fomento; III – convênios cujo objeto é constituído integralmente de atividades assistenciais; IV – repasses da Secretaria da Saúde destinados ao reembolso da Universidade do atendimento através do SUS; V – receitas referentes a taxas de inscrição a congressos, seminários e afins, organizados pela universidade ou em associação com entidades profissionais sem fins lucrativos; VI – valores recebidos referentes à transferência de tecnologia ou licenciamento para outorga de direito de uso ou exploração de resultados de pesquisa da universidade (patentes, programas de computador, marcas, cultivares). Quando se tratar de convênios desse tipo, a UNICAMP, por meio da DGA, também pode administrá-los, realizando as mesmas atividades da FUNCAMP.

Capítulo 5

Metodologia da pesquisa de campo

A pesquisa de campo analisou os contratos, convênios e acordos de cooperação⁴⁷ entre a UNICAMP e Instituições externas com intervenção da Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP – FUNCAMP – cujos contratos eram vigentes no ano de 2005 e no ano de 2008. Optou-se em selecionar os últimos 4 anos (2005, 2006, 2007 e 2008) por se tratarem de dados recentes e por estes representarem melhor os dias atuais, uma vez que estamos tratando de um fenômeno novo. Em função do alto volume de dados complexos, extensos e de difícil acesso, além do relevante motivo: prazo curto para integralização do mestrado, selecionou-se para amostra da pesquisa apenas dois anos, o primeiro (2005) e o último (2008) da delimitação inicial.

Foram selecionadas duas diferentes áreas para serem analisadas e comparadas: a de Ciências Humanas e a de Ciências da Engenharia, sendo as faculdades/institutos escolhidas na área de Ciências Humanas: Faculdade de Educação – FE –, Instituto de Economia – IE – e Instituto de Filosofia, Ciências Sociais e Humanas – IFCH. Da área de Ciências da Engenharia, escolheu-se: Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação – FEEC –, Faculdade de Engenharia Mecânica – FEM – e Instituto da Computação – IC –. Assim, somados todas as áreas de pesquisa, chega-se a seis faculdades e/ou institutos.

A área de Ciências Biomédicas (Faculdade de ciências médicas – FCM –, Faculdade de Educação física – FEF –, Faculdade de odontologia de Piracicaba – FOP – e Instituto de Biologia – IB) e Ciências Exatas (Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica – IMECC–, Instituto de Física – IFGW –, Instituto de Geociências – IG – e Instituto de química – IQ) ficaram excluídas da amostra. No caso das ciências biomédicas o motivo da exclusão se deu por se tratarem de áreas de conhecimento que envolvem outras tecnologias e por possuírem outros vínculos institucionais nos contratos. E no caso das Ciências Exatas foram excluídas porque a somatória de recursos administrados fora menor⁴⁸ que nas Ciências da Engenharia.

⁴⁷ Para tais trataremos como “processo”, nome técnico interno utilizado na administração da UNICAMP e em todas as faculdades, no qual abre-se uma pasta sob número de protocolo específico, contendo todas as etapas e documentos, uma vez que se dá início a um contrato, convênio ou instrumentos correlatos entre a UNICAMP e contratantes externos.

⁴⁸Somatória de Recursos recebidos, em valores arredondados, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, na área de exatas, foi de 48,4 milhões de Reais, com média de 12,1 milhões de Reais por ano e por faculdade(considerando 4 faculdades:média de 3,0 milhões por ano por faculdade). Enquanto que as engenharias somaram 77 milhões de Reais

A área de Ciências Humanas é composta por mais dois institutos/faculdades que foram excluídas do estudo, além dos referidos anteriormente. São eles: Instituto de Artes – IA – e Instituto de Estudo da Linguagem – IEL. Da área de Ciências da Engenharia também excluíram-se as seguintes faculdades/institutos: Faculdade de Ciências Agrárias – FEAGRI–, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – FEC–, Faculdade de Engenharia de Alimentos – FEA–, Faculdade de Engenharia Química – FEQ–, Faculdade de Tecnologia – FT – e Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA (Limeira).⁴⁹

O critério de seleção das faculdades/institutos da área de Humanas foi por sorteio. Dentro de 5 faculdades, foram sorteadas 3, que representaram 60% do total. Diferentemente da área tecnológica, as faculdades/institutos se assemelham no perfil (número de alunos, dotação orçamentária e produção científica).

Quanto à área engenharia/tecnológicas, os critérios de seleção da amostra dos cursos foram qualitativos e quantitativos. Foram escolhidas duas das engenharias clássicas⁵⁰: Engenharia Mecânica – FEM – e a Engenharia Elétrica e de Computação – FEEC –, mais o Instituto de Computação – IC –, que fora recém incorporado à área das Ciências das Engenharias (em 2009), pertencendo anteriormente às Ciências Exatas. Dessa forma, foram analisadas duas faculdades clássicas/tradicionais e uma não clássica, recém incorporada. O IC foi escolhido propositalmente por representar uma amostra do extremo e por diferenciar das duas anteriores.

no mesmo período, com média de 12,8 milhões ao ano, considerando 3 faculdades (FEEC, FEM e IC), sendo que a média por instituto/faculdade foi de 4,2 milhões de Reais por ano. In: Funcamp. 2008. Relatório anual de atividades 2008. Tab. 4. Recursos recebidos por unidade/órgão. Disponível em: http://www.funcamp.unicamp.br/upload/relat_atividades/RA2008.pdf. Acesso em: 20/Nov/2009.

⁴⁹ As duas últimas não foram incluídas no comparativo utilizados nos critérios de seleção da amostra das C. da engenharia, a seguir, porque foram criadas em 2009, portanto, não possuíam dados.

⁵⁰ Definição clássico: Adjetivo:...3. Da mais alta qualidade; modelar, exemplar. 4. Cujo valor foi posta à prova do tempo; tradicional; antigo. 5. Que segue os cânones preestabelecidos; acorde com eles...7. Famoso por se repetir ao longo do tempo; tradicional...9. Costumado, habitual...14. Acontecimento famoso por sua repetição em épocas consecutivas. In: Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. Editora Nova Fronteira S A. Rio de Janeiro. 1995. 687p.

As Engenharias Civil, Mecânica e Elétrica são consideradas as clássicas. A Civil nascera da mais antiga especialidade das engenharias: a Militar, conseguindo emancipar-se desta última por volta dos anos 2630 a.c.2611 a.c. nas consagradas construções das pirâmides. A Engenharia Mecânica também teve sua primitiva participação na antiguidade, desde inventos de Arquimedes e a máquina de Antikythera (computador mais antigo, descoberto em 1901 a Grécia e foi datado para cerca de 100 a.c.) e depois se consagrou na Revolução Industrial, com a invenção da máquina a vapor. Na engenharia elétrica, o termo “eletricidade” foi inaugurado por Willian Gilbert em 1600 na publicação “De Magnete”. Em 1800, por Alexandre Volta descobridor da bateria, bem como a invenção do motor elétrico, em 1872, foram os precursores da engenharia elétrica. In: Wikipedia, enciclopédia eletrônica. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Engenharia> acessado em: 15/Out/2010.

O outro critério foi quantitativo – o tamanho do programa, dotação orçamentária e produção científica – das faculdades/institutos, utilizados como referência o ano de 2008, sendo os que representassem o maior em tamanho e os de maior peso dentre os programas de graduação e pós-graduação os critérios primeiros. No quesito tamanho, foi quantificado número de alunos matriculados por unidade, sendo que os alunos da FEEC, no ano de 2008, totalizam 1.436 matriculados (725 graduação, 399 mestrado e 312 doutorado); já na FEM, são 1.598 alunos matriculados (1.124 graduação, 294 mestrado e 180 doutorado). As duas faculdades em primeiro e segundo lugares em número de alunos, dentre as tecnológicas.

A dotação orçamentária também segue o mesmo padrão: a FEEC e a FEM são as duas maiores das Engenharias/Tecnológicas; a primeira teve orçamento anual de 2008 de R\$28.525.515,00 e a segunda, R\$25.532.158,00. Por fim, para a produção científica, foram analisados 3 itens: total de produção científica (livros, artigos publicados em periódicos, trabalhos em anais de congresso, resumo, etc.), projetos com financiamento e convênios. Em relação ao primeiro item – produção científica –, a FEM e a FEEC obtiveram 822 (oitocentos e vinte e dois) e 743 (setecentos e quarenta e três) trabalhos publicados, respectivamente, ficando em segunda e terceira classificação dentro das engenharias/tecnológicas. No quesito projetos com financiamento, a FEM foi a primeira classificada, com 240 projetos e a FEEC ficou em sétimo, com 132. Em relação ao terceiro item, novamente a FEM ficou em primeiro lugar, com 131 convênios e a FEEC em terceiro, com 43 convênios firmados no ano de 2008. Esses critérios quantitativos, somados, representaram a justificativa da escolha dessas duas faculdades.

O IC foi escolhido baseado no critério da amostragem por extremo, ou seja, difere das amostras anteriores (FEEC e FEM) e tem um perfil peculiar tanto quantitativa quanto qualitativamente. Em relação à análise quantitativa – o qualitativo será discutido posteriormente juntamente à pesquisa de campo – o IC é a menor em dotação orçamentária entre as sete engenharias, com R\$ 10.736.293,11 no ano de 2008. É a penúltima em quantidade de alunos matriculados com 777, sendo 503 na graduação, 173 no mestrado e 101 no doutorado. E a produção científica segue o mesmo padrão, com a sétima e última classificação com 325 itens; seguido de quarto lugar com 144 projetos com financiamento e, por fim, novamente em sétimo em relação a convênios, com 12 convênios firmados.

O objetivo dessa pesquisa de campo foi o de levantar dados e subsídios que sustentem a argumentação e posteriormente respondam à pergunta dessa dissertação: em que medida os

contratos com intervenção da FUNCAMP levam ao “capitalismo acadêmico”? De que modo as ações praticadas avançam ou recuam na privatização ou “publicização” da universidade?

A relação de processos (anexos 2 e 3) foram de 194 no total, disponibilizados mediante dois ofícios emitidos pela secretaria da pós-graduação da FE – o primeiro, em maio/09, para apresentar a autora desta dissertação e esclarecer objetivos e finalidades da pesquisa e, o segundo, em Setembro/09⁵¹, para solicitar uma relação de processos – ambos assinados pelo diretor da FE, pelo orientador desta pesquisa – para a Diretoria Geral Administrativa – DGA –, que acompanha e supervisiona tais processos. Esses ofícios foram solicitados via sistema pela FE e analisados na própria secretaria da pós-graduação. Por se tratarem de documentos oficiais e, muitos ainda em vigência, não puderam sair nem tampouco serem copiados para análise.

Em Novembro de 2009, a relação dos processos foram disponibilizados pela DGA e solicitados via sistema pela secretaria da FE. Alguns deles, após sucessivos pedidos e mesmo após o deslocamento da pesquisadora até aos institutos de origem, não foram disponibilizados. Muitos foram os empecilhos colocados, que variavam desde “o processo está com um professor que se encontra de férias”, ou “o documento está em auditoria na Secretaria Geral – SG – e não pode ser disponibilizado nem para simples consulta”, até extravio ou omissão de informação do tipo “o processo está no departamento x” e não estava; ou “eu já enviei para setor y” e não enviara...

Além dos contratemplos procedimentais – em relação ao profissional que estava tratando do assunto (geralmente setor administrativo ou protocolo das faculdades/institutos) –, a coleta de dados para pesquisa foi dificultada em vários momentos. Por mais públicas que fossem as informações, sempre me deparei com falta de receptividade e até, em alguns momentos, hostilidades veladas.

Outro problema, além da dificuldade de acesso, foi o longo tempo disponibilizado para a análise dos processos devido a dois fatores: alto volume de documentos (requisições, laudos, pareceres, solicitação de pagamento, contrato, nota fiscal etc.) na mesma pasta e contratos muito diferentes não só no conteúdo, que já era esperado, mas na sua forma, não possuindo uma estrutura padronizada em suas cláusulas (desde modo de redação até disposição, conteúdo, ordem etc.).

⁵¹ Esse ofício gerou um processo nº 19p-22495/2009, Abertura em 03/09/2009, Pcedência FE, Interessado CPG/FE, Assunto: pesquisa sobre convênio para defesa de tese.

Os processos da área de humanas e engenharias foram divididos em dois: a planilha geral (anexos 2 e 3), que contém informações gerais como número do processo, descrição, vigência, executor, valor, tipo e natureza do contratante (tal planilha foi disponibilizada pela DGA); a outra é a planilha específica (tab.4 e 5), que contém além dos dados da planilha geral, as informações mais detalhadas, coletadas no próprio contrato como resumo do objeto do contrato/convênio, público alvo, número de envolvidos e classificação do contrato. Para obter tais informações, foi necessário analisar individualmente cada processo com seus respectivos contratos e/ou termos aditivos e seus anexos.

Em alguns casos, o mesmo contrato e ou convênio tratava de duas ou mais pessoas jurídicas envolvidas⁵², como por exemplo o processo número 34p – 1173/2008 entre UNICAMP, FUNCAMP, FINEP e Griaule Biométrics Ltda; este processo gerou três contratos diferentes com o mesmo número, cujo objeto era a transferência de recursos financeiros da FINEP para UNICAMP a fim de executar o projeto “Desenvolvimento de Engine Biométrico FPGA”. A UNICAMP contratou a FUNCAMP para administrar esse processo e recursos envolvidos; a FUNCAMP, por sua vez, contratou a Griaule para execução do mesmo. Nesses casos, foram analisados o contrato fim, ou seja, a execução do objeto do contrato que envolveram as quatro pessoas jurídicas já citadas. Os valores⁵³ na planilha geral (anexo 3) também apareceram três vezes, porém, como se trata de um só contrato, consideramos o valor apenas uma vez. Como se trata de documento oficial emitido pela DGA, optamos em mantê-lo da forma como estava no original, me certificando apenas, junto ao órgão, da interpretação correta.

Como já dito anteriormente, em função do mesmo processo ser lançado mais de uma vez (segundo DGA, para cada instituição envolvida no contrato gera-se um lançamento), a quantidade de processos lançados nas tabelas gerais difere da quantidade das específicas, sendo que a área de Humanas continha 37 processos e foram reduzidos para 24 processos que efetivamente se concretizaram; nas Engenharias, o que antes totalizava 157 foi reduzido para 88. Ou seja, os 194 processos – que envolviam todas as pessoas jurídicas participantes – resultaram em 112 que efetivamente ocorreram.

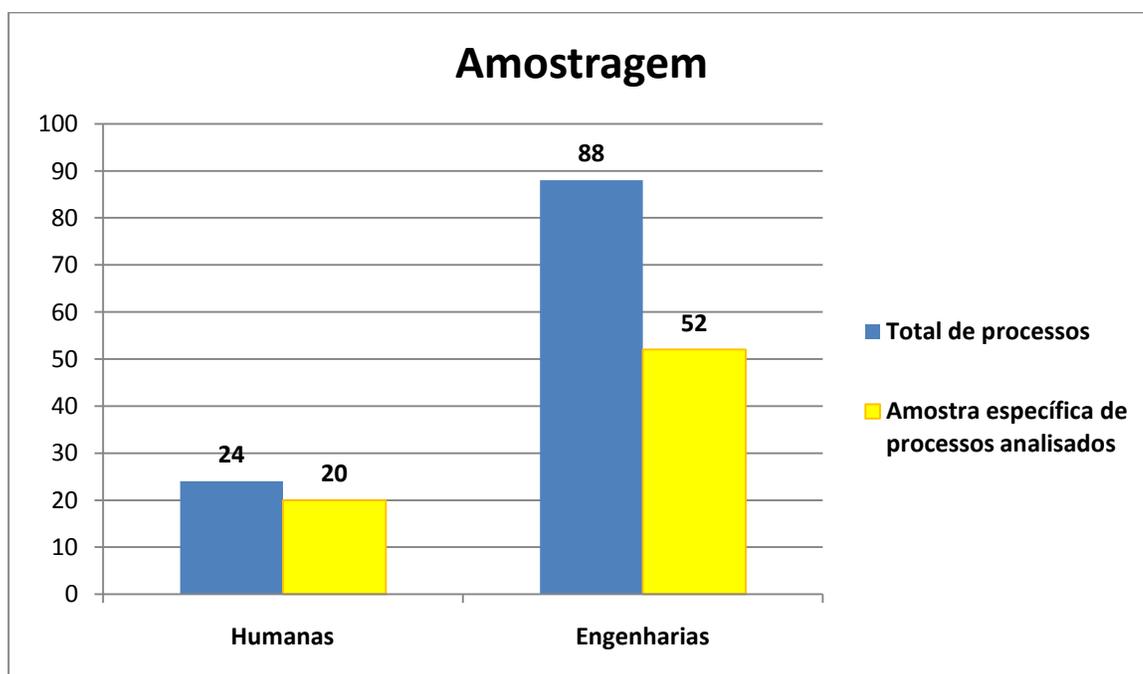
⁵² Segundo critério da DGA-UNICAMP, para cada pessoa jurídica envolvida no contrato geram-se outros processos, porém mantém-se o mesmo número.

⁵³ A soma real foi de R\$ 34.180.207,56.

Análise dos dados levantados

Do total de 112 processos, 24 pertenciam a área de Ciências humanas, outros 88 processos pertenciam a área de Ciências da Engenharia/Tecnológica. Esses 112 processos foram solicitados para análise da pesquisa, sendo que 72 deles, que representaram a média de 64% do total das duas áreas de conhecimento, foram disponibilizadas à pesquisadora. Portanto, o critério de seleção da amostra não dependeu da vontade da pesquisadora; foi analisado todo material que os setores (das faculdades e institutos) de onde originaram os contratos dispuseram para tal.

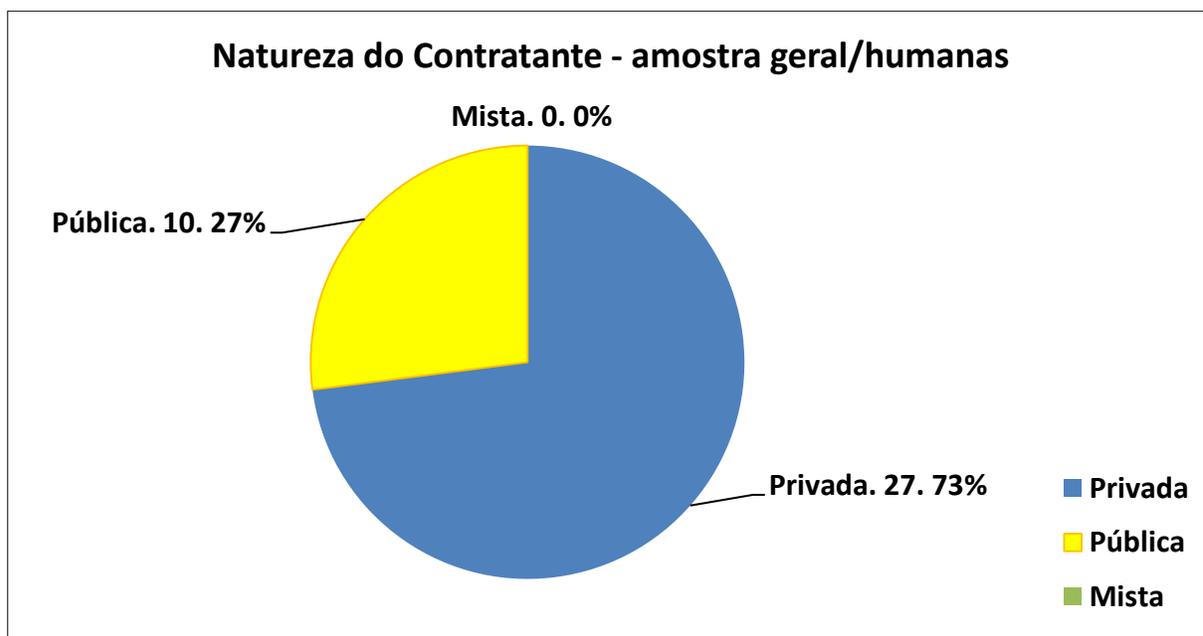
Foram solicitadas 100% dos contratos e convênios e analisados os que foram enviados, ficando, assim, a escolha da amostragem independente da vontade do pesquisador. A amostra analisada na área de humanas foi de 20 (tab. 4), representando 83% do total. Os 24 processos (anexo 2) representaram um valor de R\$ 3.712.019,76 (três milhões, setecentos e doze mil, dezenove reais e setenta e seis centavos). Na área de Ciências da Engenharia, por sua vez, os 88 processos (anexo 3) representaram R\$34.180.207,56 (trinta e quatro milhões, cento e oitenta mil, duzentos e sete reais e cinqüenta e seis centavos), quase dez vezes mais que as humanas. A amostra desta área foi de 52 processos (tab. 5), representando 59% do total de processos vigentes nos anos de 2005 e 2008 da FEEC, FEM e IC.



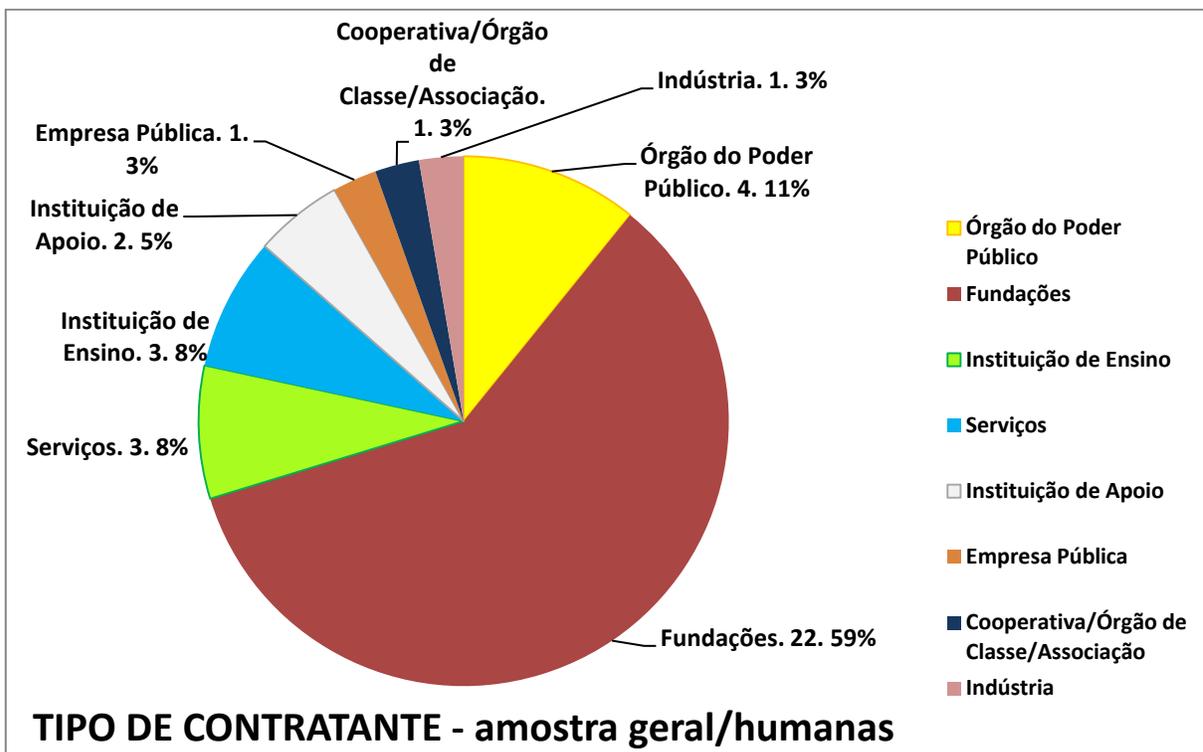
A média da amostra coletada foi de 64% (72 processos) do total de 112 processos. As justificativas do não envio dos processos foram semelhantes nas duas áreas: o referido processo não se encontrava no local que indicava o sistema interno de informática, o professor não poderia dispor do processo, o processo estava em auditoria, o processo fora extraviado, o processo estava em setor de pagamento ou prestação de contas ou o processo está sob sigilo de contrato e não pode ser consultado por terceiros.

Área Ciências Humanas

Na amostra geral das Humanas (anexo 2), a maioria das contratantes era de natureza privada (27-76%) e 10 ou 27% eram de natureza pública.

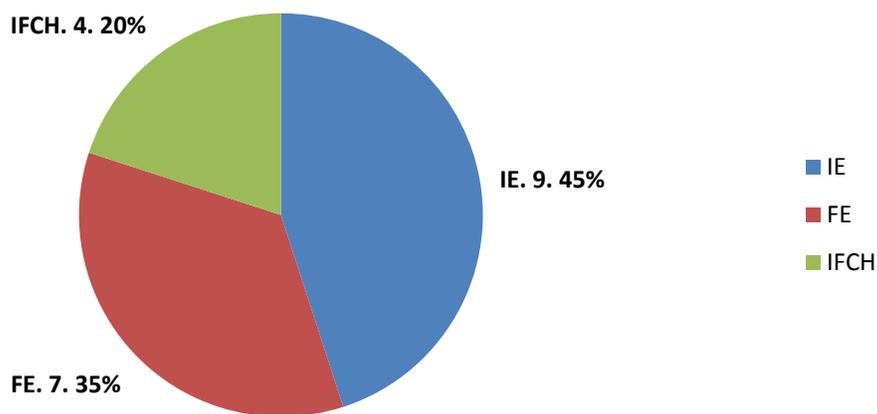


Em relação ao tipo da instituição externa contratante, 22-59% são fundações, 4-11% órgão do poder público (prefeituras, secretarias e tribunais), 3-8% de instituição de ensino, 3-8% serviços, 2-5% instituição/órgão de apoio (FINEP), empresa pública, cooperativa/órgão de classe/associação e indústria ficaram com 3% cada ou uma representação.



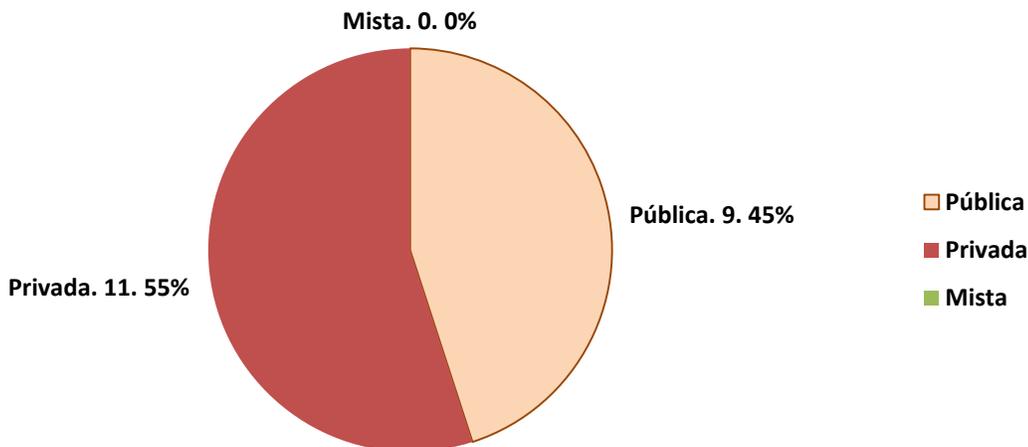
A representação das faculdades/institutos da composição da amostra específica foi a seguinte: IE com 9 processos (45%), FE com 7 processos (35%) e IFCH com 4 processos (20%), do total de 20 processos que compunham a amostra analisada. Da amostra geral, ou seja, do total de 24, os processos ficaram distribuídos da seguinte forma: IE com 11 ou 82% –, FE com 7 ou 100% e o IFCH com 6 ou 67% do total de processos.

Representatividade da amostra específica por faculdade - humanas

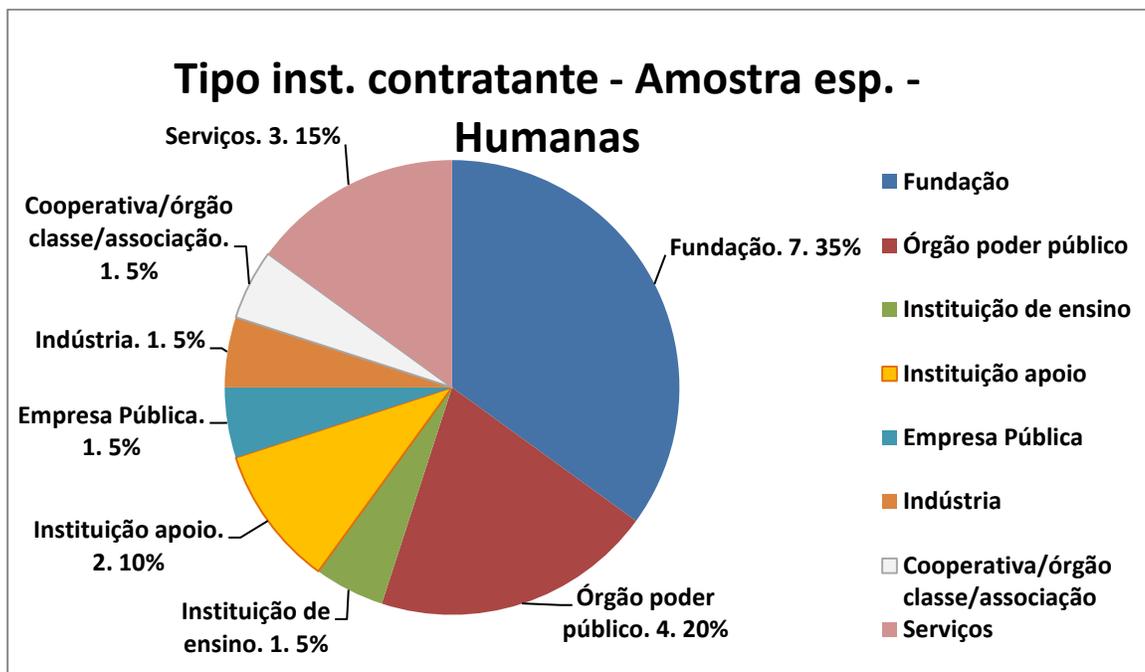


Na amostra específica, a natureza dos contratantes foi: 11 ou 55 % de natureza privada e 9 ou 45 % de natureza pública.

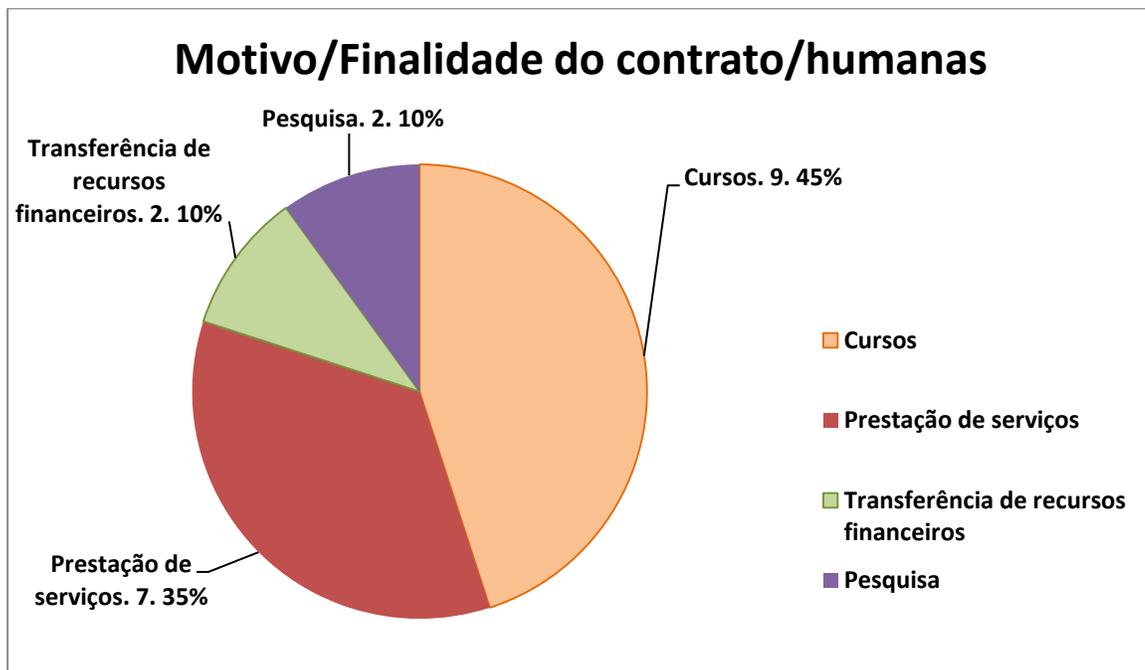
Natureza do contratante - amostra específica Humanas



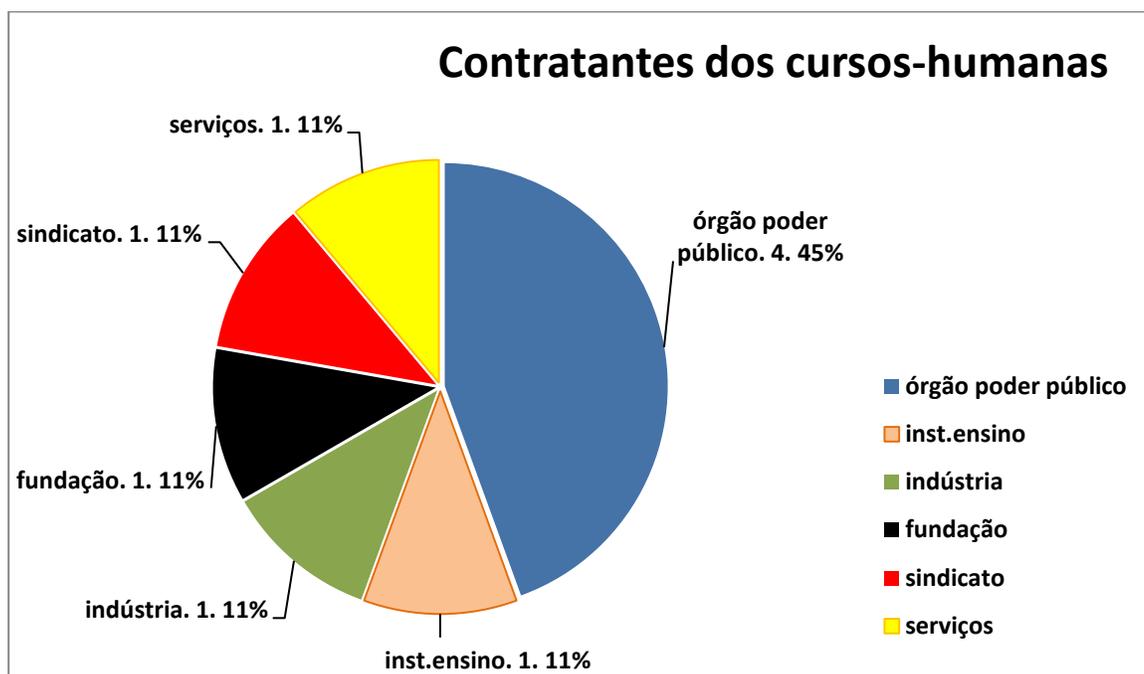
Quanto ao tipo de instituição contratante: Fundação 7 (35%), Órgão do poder público 4 (20%), Serviços 3 (15%), Instituição de apoio 2 (10%), Instituição de ensino 1 (5%), Empresa pública 1(5%), Indústria 1(5%), Cooperativa/órgão de classe/associação 1(5%).



Em relação ao motivo e/ou finalidade do contrato e/ou convênio das Humanas (tab. 4 processos humanas), tem-se: cursos (9-45%) e prestação de serviços (7-35%) somaram 80% e foram os maiores motivos de contratações. Os demais motivos ficaram em transferência de recursos financeiros (2-10%) e atividades de pesquisa (2-10%).



Dos cursos contratados, 5 do total de 9, ou seja, 56% foram entidades externas de natureza pública, especificamente 3 prefeituras municipais, 1 universidade internacional e 1 tribunal regional do trabalho. Os de natureza privada se restringiram a 1 indústria (Sadia), 1 empresa de serviços (Bireau Veritas) e 1 fundação privada (FINATEC) e 1 sindicato (bancário). Se considerarmos o sindicato dos bancários e a FINATEC como instituições cuja finalidade é servir o coletivo, portanto são instituições “pública”, a porcentagem da natureza dos contratantes públicos aos cursos eleva-se para 78%.



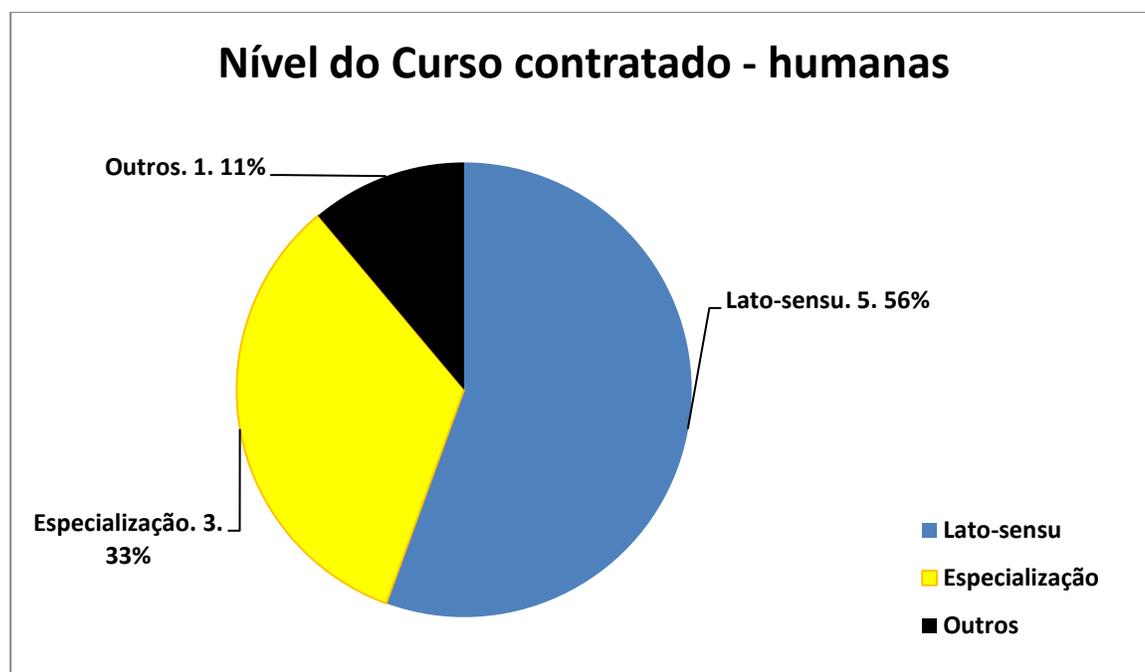
Dos níveis dos cursos:

Pós-graduação lato sensu (5): “Especialização em educação infantil” (professores rede pública de ensino básico municipal) + “A pesquisa e tecnologia na formação docente” (professores, dirigentes e técnicos da rede pública de ensino básico municipal) + “Especialização em gestão empresarial” (executivos da Sadia) + “Economia do trabalho” (magistrados da 9ª Região Tribunal do Trabalho) + “Economia do trabalho e sindicalismo” (dirigentes sindicalistas do setor bancário e financeiro)

Especialização (3): “Gestão empresarial em segurança, saúde, meio-ambiente e qualidade” (colaboradores Bureau Veritas) + “Curso de economia e gestão em Saúde

(profissionais das Secretarias Estaduais de Saúde – FINATEC) + “Projeto de gestão política sócio ambiental dos recursos naturais do meio rural” (estudantes equatorianos Univ. Van Tilburg/Instituut Voor Ontwikkelingsvaagstukken).

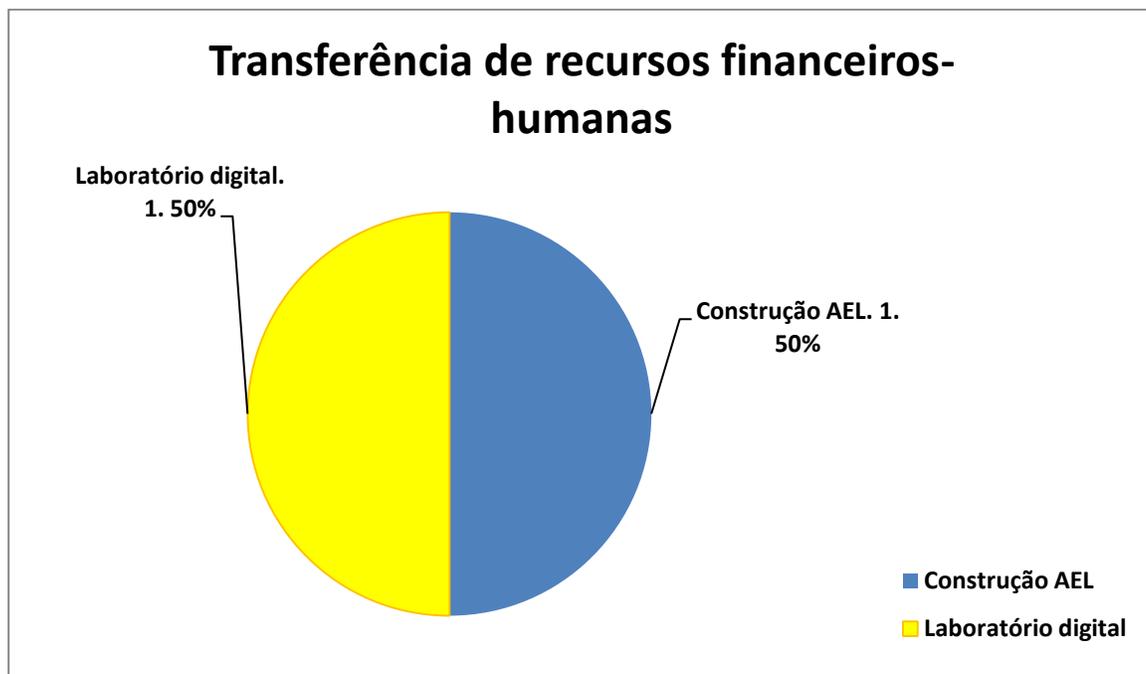
Outros (1): “Formação de coordenadores pedagógicos da rede municipal de ed. infantil de Guarulhos” (professores, coordenadores pedagógicos e diretores de Guarulhos).



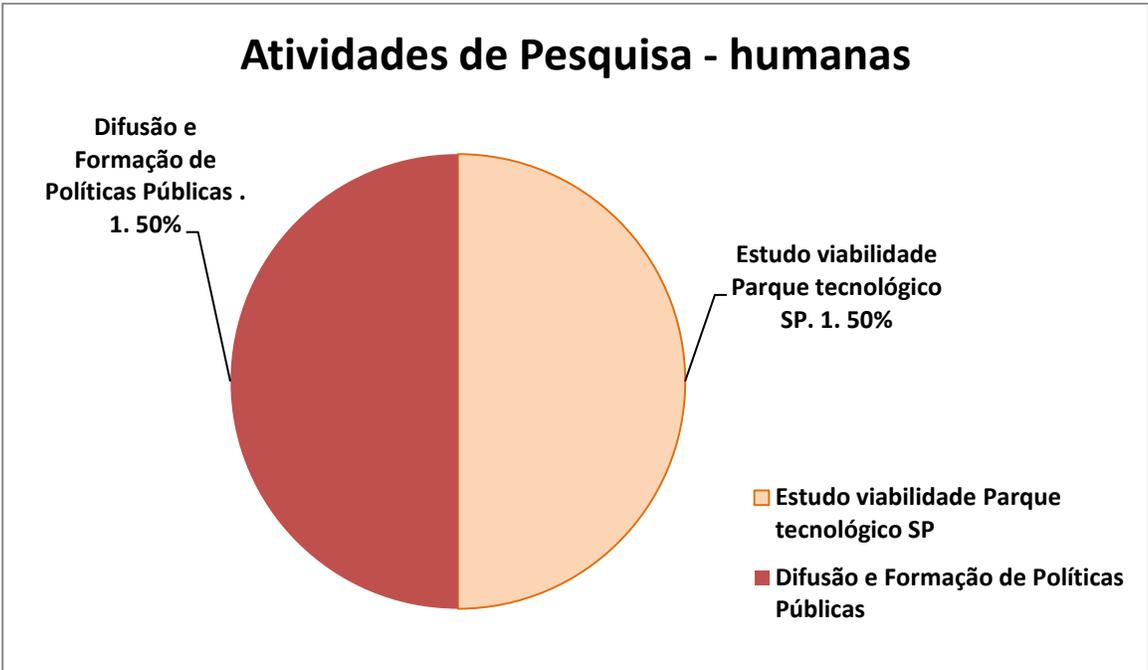
Da prestação de Serviços:

Trata-se de contratos entre a UNICAMP e a FUNCAMP aonde a primeira contrata a segunda para administrar verbas oriundas da venda de livros, periódicos, revistas e afins das faculdades de Educação e IFCH, além de verbas de eventos como Encontros, Workshops, Seminários e PROPRES promovidos pelas faculdades.

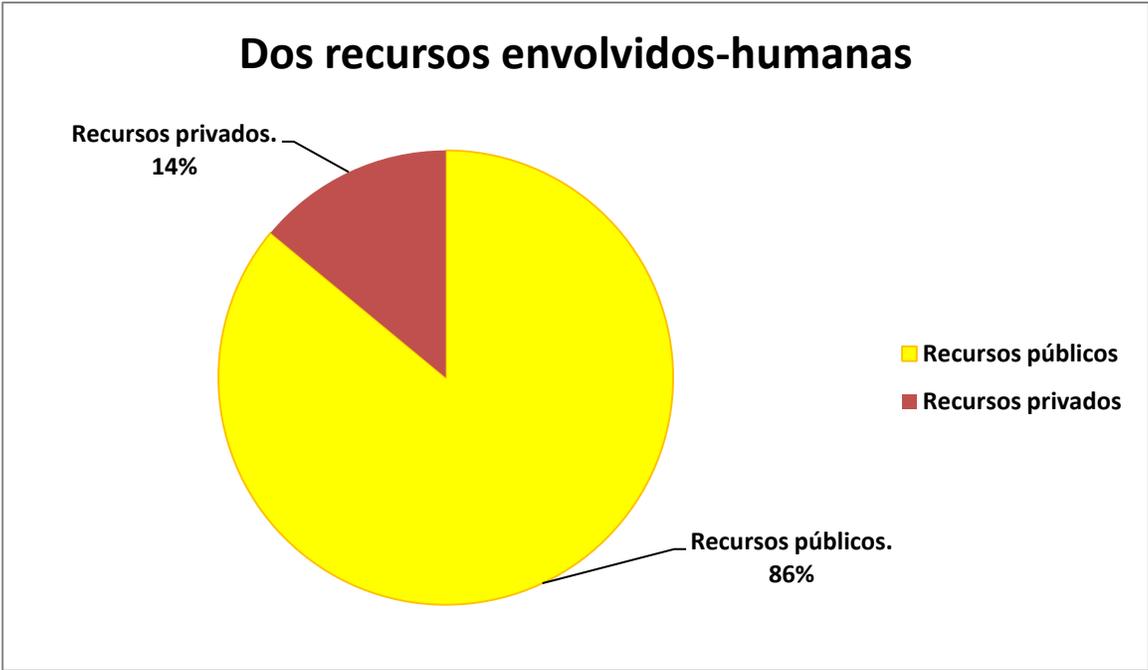
Em relação aos processos cujo objeto era transferência de recursos financeiros, tratavam-se de investimentos em equipamentos e infra-estrutura como implantação do laboratório de vídeo digital interativo na FE e no término da implantação do Centro de Documentação Edgard Leuenroth-AEL do IFCH, que somados representaram 43% do total dos valores envolvidos (R\$1.581.707,00) da amostra (R\$ 3.712.019,76). Daí a constatação de que a expansão da Universidade também depende de verbas externas, extra-orçamentárias.

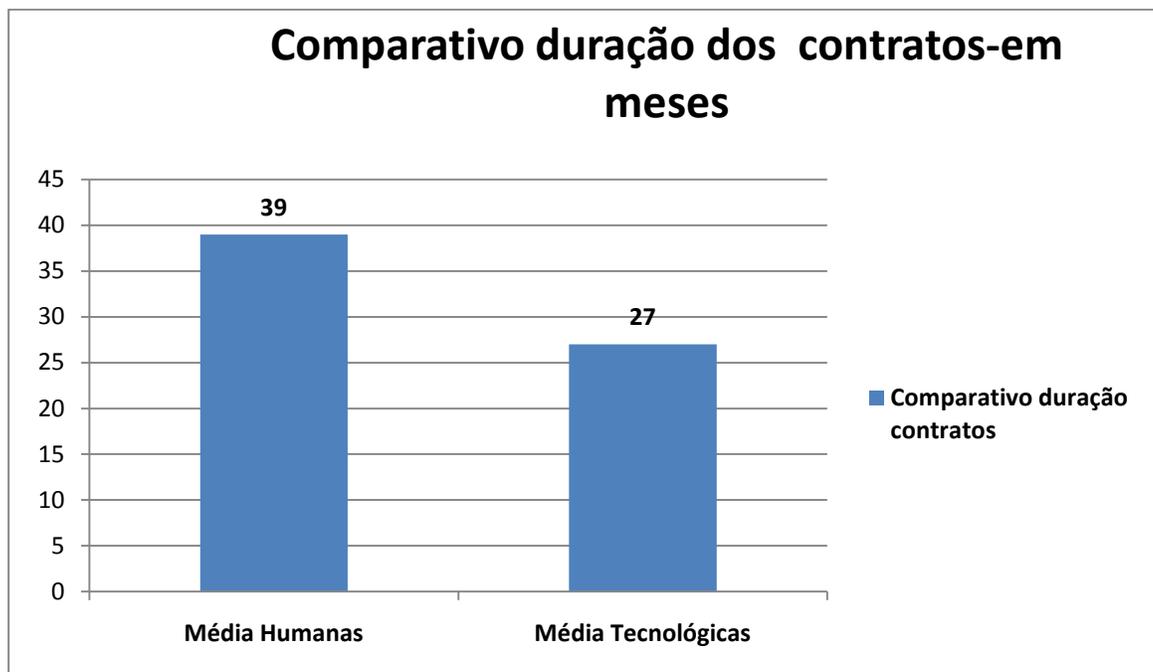


As atividades voltadas para pesquisa foram mínimas: somente 2 do total de 20 processos, ou seja, 10%, foram destinados às atividades de pesquisa aplicada a estudos de viabilidade de implantação de Parque Industrial em São Paulo, nas proximidades da USP. E a outra: Estudos, Difusão e Formação de Políticas Públicas (baseados nas teorias desenvolvimentistas da CEPAL) sobre desenvolvimento nacional e regional com ênfase na questão agrícola e agrária. A primeira tem caráter comercial/industrial, na medida em que vai atender a um objetivo imediato e às necessidades do mercado, tratando-se de implantação de parque tecnológico industrial. O segundo se refere a uma pesquisa também aplicada, porém crítica, no sentido de analisar, criticar e propor novos modelos de desenvolvimento agrícolas, uma pesquisa de inovação que atende aos interesses do coletivo.

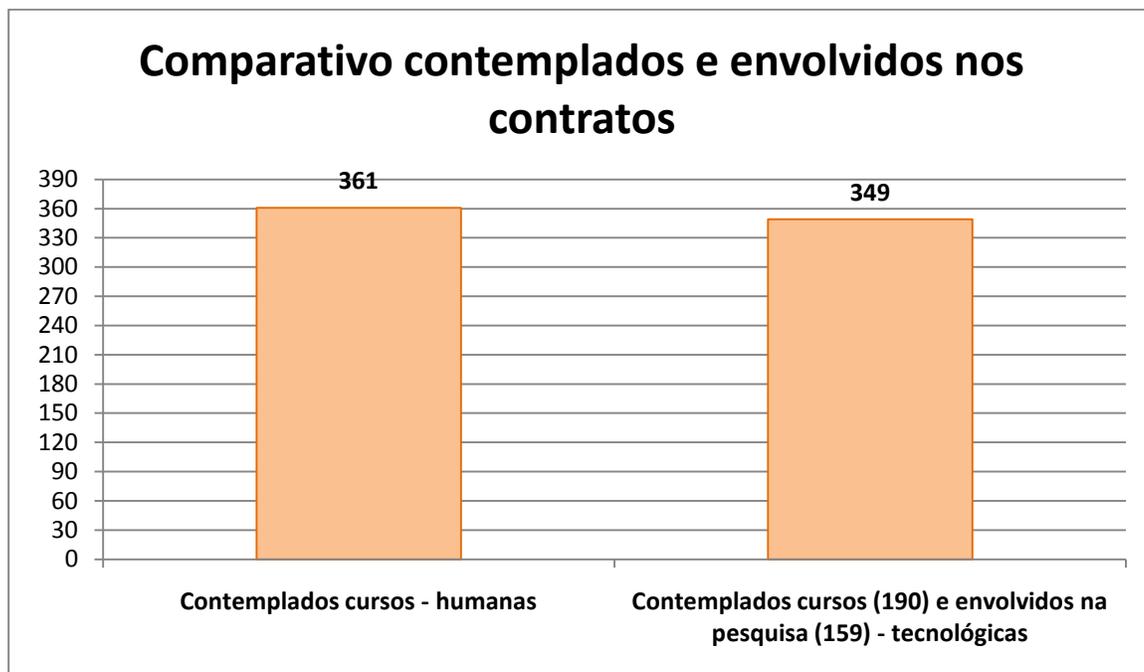


Os recursos envolvidos na amostra totalizaram R\$3.623.112,28, dentre os quais R\$3.166.718,70 (86%) são recursos públicos e R\$500.583,52 (14%) são recursos privados:





Em relação à duração dos contratos e convênios: na área de humanas, a média de duração dos convênios e contratos foi de 39 meses, sendo que se separarmos os convênios entre UNICAMP e FUNCAMP (são os termos de cooperação que estabelecem normas de administração de recursos advindos de venda de Periódicos, livros e afins), que somam seis, a média do restante da amostra – somente de contratos da UNICAMP com instituições externas – cai para 22 meses. Se seguirmos o raciocínio contrário e propusermos somente os convênios de administração de recursos gerados de vendas de livros, periódicos etc., entre FUNCAMP e UNICAMP essa média sobe para 91 meses.



O número de envolvidos/beneficiados diretos ou contemplados pelos contratos/convênios na área de humanas foi de 361 pessoas, o público-alvo (tab. 4) são os professores da rede pública de ensino ou outros profissionais em busca de qualificação e aperfeiçoamento profissional. Nos demais contratos, ou seja, os que não eram classificados como cursos, não foi mencionado número de envolvidos em nenhum local dos processos analisados.

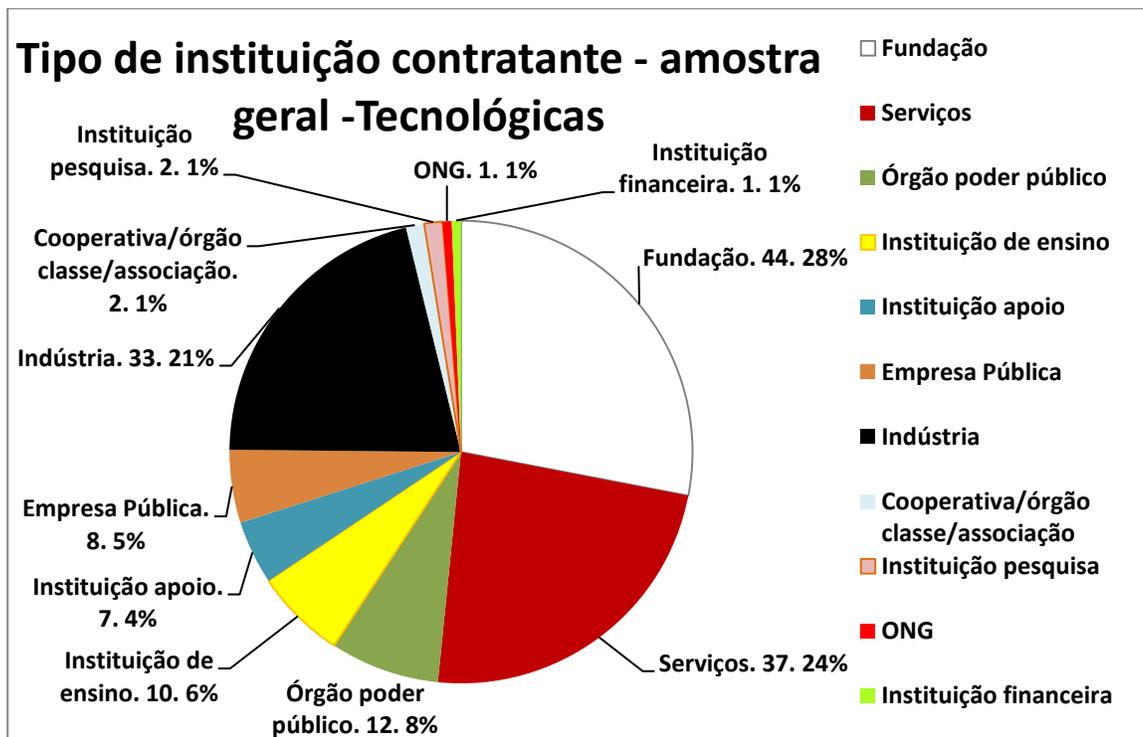
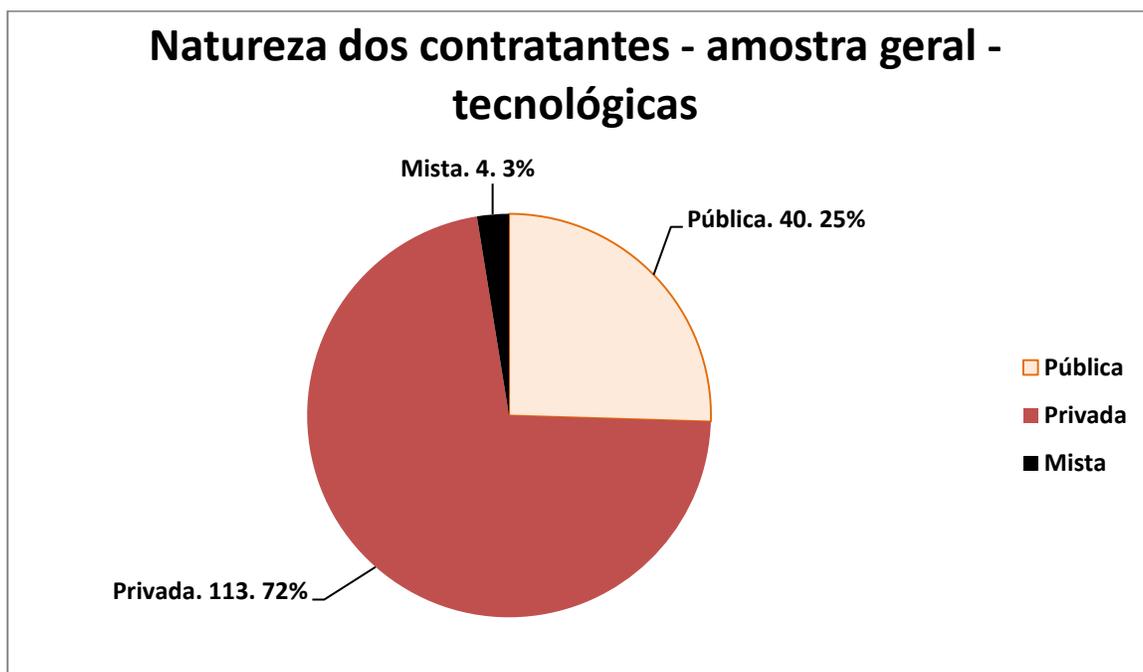
Ciências da Engenharia

Conhecida também como Tecnológicas, poderá ser considerada para efeito de comparação e simplificação como área tecnológica.

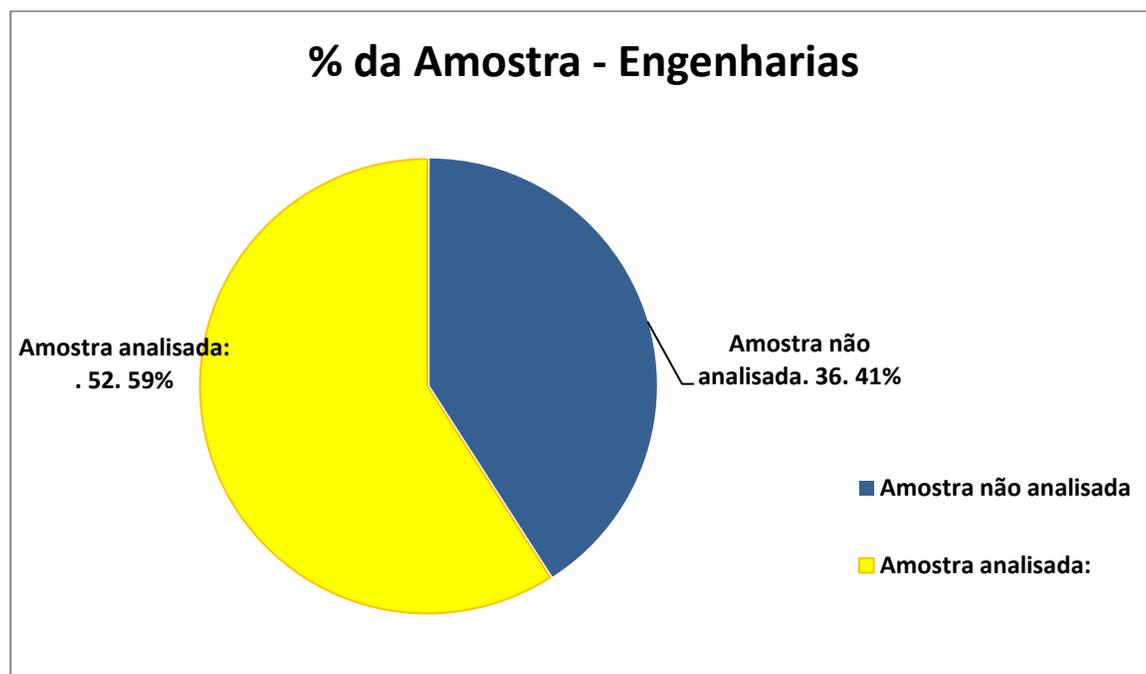
Do total de 157 processos da amostra geral⁵⁴ das engenharias/tecnológicas (Anexo 3 – Planilha geral – Tecnológicas), 113 (72%) eram empresas de natureza privada, 40 (25%) eram empresas de natureza pública e 4 (3%) eram instituições de economia mista, sendo que em relação ao tipo da instituição externa contratante, as fundações representaram 44(28%), serviços 37 (24%) e indústrias 33 (21%) ficaram com a maioria (73%), seguidos de órgão do poder público

⁵⁴ Os 157 processos (se considerados um lançamento para cada pessoa jurídica envolvida no contrato) foram reduzidos para 88 o número de processos que efetivamente se concretizaram.

12 (8%), instituição de ensino 10 (6%), empresa pública 8 (5%), instituição/órgão de apoio 7 (4%), associação/órgão de classe/ cooperativa 2 e instituição/órgão de pesquisa 2 (1% cada) e, por fim ONG 1 e instituição financeira 1 (0,64% cada).

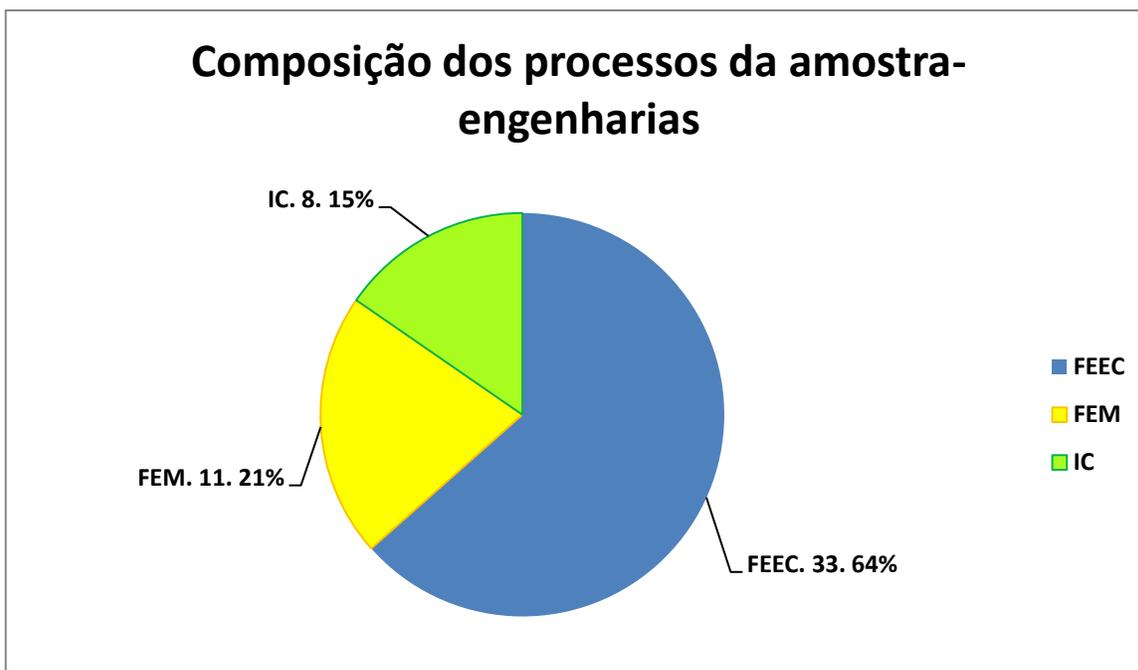


Os processos disponibilizados para análise, pelas faculdades FEEC, FEM e IC totalizaram 52 processos (A amostra específica – tab. 5, da área tecnológica), representando 59% do total de 88 processos vigentes no ano de 2005 e no ano de 2008.



A FEEC disponibilizou 61% (33) dos 54 processos, a FEM 50% (11) dos 22 processos e o IC 67% (8) dos 12 processos que eram vigentes nos anos de 2005 e no ano de 2008. Em termos de valores envolvidos, os 59% da amostra específica analisada, representaram 36%

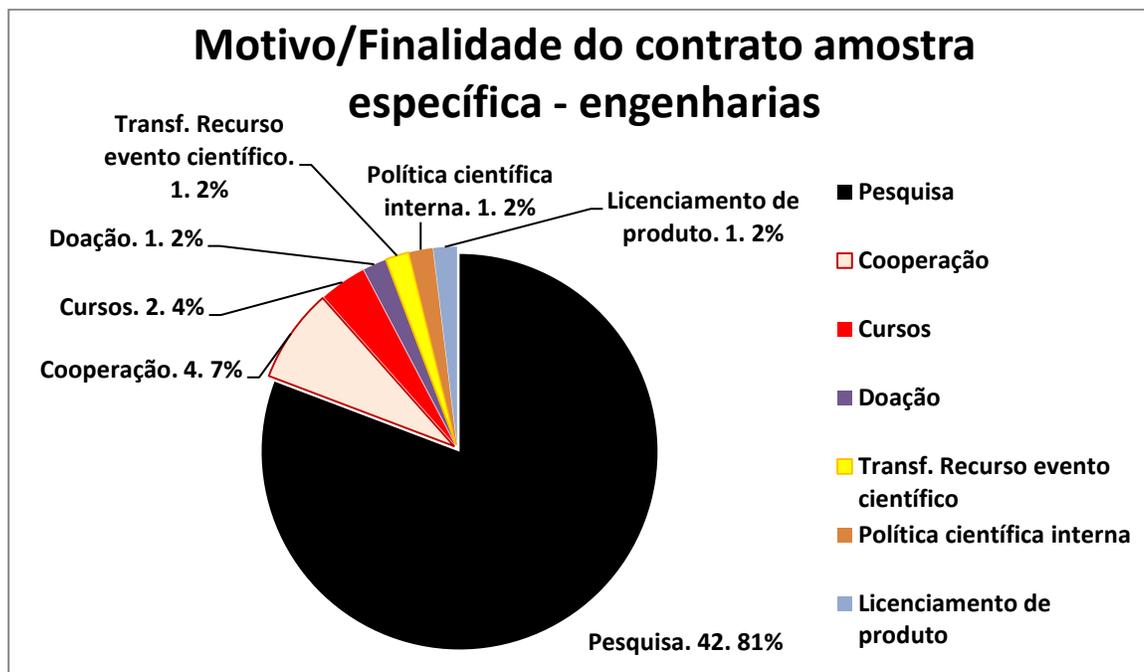
(R\$12.467.943,42) do total (R\$34.180.207,56) dos valores envolvidos.



Os demais 36 processos, não foram disponibilizados sob diversos argumentos: alguns estavam vigentes e não se encontravam na faculdade de origem, estando ainda nos trâmites burocráticos; outros eram sigilosos que, sob pena de infração de contrato, não puderam ser abertos a terceiros; alguns estavam sob domínio de professores; outros em auditoria ou não foram localizados. Conforme já dito anteriormente, a pesquisadora não participou da seleção (quantitativa e qualitativa) destes processos. Sendo assim, não houve nenhum critério de seleção destes, ou seja, foram analisados todos os processos disponibilizados pelas faculdades

Dentro da amostra específica (tab. 5) de 52 processos, a grande maioria, 80% (42), foi classificada como atividade de pesquisa, seguida de acordo de cooperação técnico-científica⁵⁵ 8% (4), 4% (2) relativos a curso/treinamento de pessoal, e doação, transferência de recurso para evento científico, política científica interna (que determina prioridades na seleção de temas de pesquisa e valores de bolsa de pesquisa para estudantes e professores) e licenciamento de produto com uma representação, cada uma representou 2%.

⁵⁵ São acordos generalizados, sem objetivos específicos entre as partes (cooperação técnica-científica entre as partes, intercâmbio, atividades de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços, pesquisa etc.), feitos para formalizar uma parceria que futuramente se concretizará.



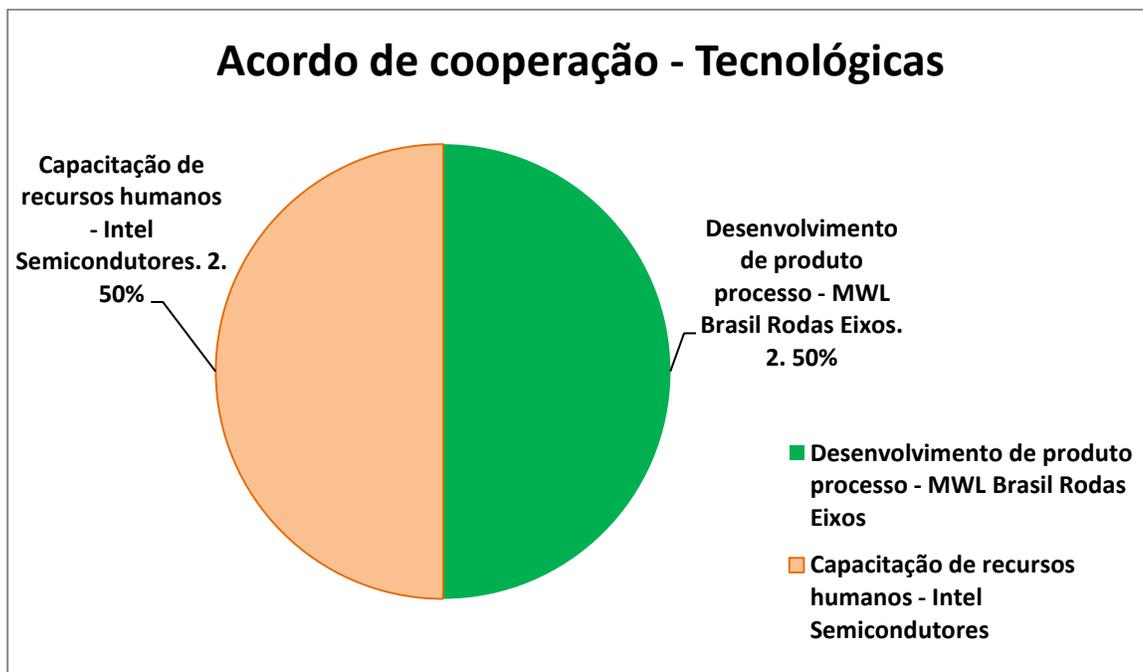
Das atividades de pesquisa:

As atividades de pesquisa acima referidas, que representaram 80% (42), voltadas para a área de tecnologia, deram-se na forma de desenvolvimento de produto ou processo, distribuídos em diferentes vertentes: invenção de máquina para construção de mourões à base de pneu automotivos, 4 contratos de “Infovia Municipal” (centralização de cadastro social, educacional, saúde etc. do cidadão em banco de dados único), sistema de monitoramento de comunicação VOIP, desenvolvimento de estratégias de transmissão ótimas para sistemas com múltiplas antenas (MIMO), desenvolvimento de sistema vídeo sob demanda (biblioteca remota), desenvolvimento de software Hydrodata, desenvolvimento de protótipo para gerência distribuída de redes óticas (“Web services), “Fator de potência em tempo real”, “PD 112 CIIQ- Central integrada de inteligência da qualidade”, pesquisa e desenvolvimento de protótipos de rede Overlay (referência arquitetura internet), “PD 169- desenvolver metodologia de monitoramento permanente na curva de aferição dos medidores eletromecânicos”, “PD 177-07 estratégia hierárquica de otimização para alocação de recursos de manutenção”, SIG2M desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistema de gestão de materiais e medicamentos do programa saúde da família, desenvolvimento de funções avançadas SEM – Energy Management System para sistema de subtransmissão,

execução do projeto “Dispositivos RF” (dispositivos óticos integrados), desenvolvimento de novas metodologias ou melhorias no atual processo de teste (software telefonia), sistema de votação no Senado Federal SV-SF, “PD 49-07 dinâmica de geradores síncronos associado a dinâmica de geradores elétricos”, “PD 130-07 desenvolvimento de limitadores de correntes, utilizando materiais supercondutores de alta temperatura”, “PD 49-08 dinâmica de geradores síncronos associado a dinâmica de geradores elétricos” fase 3/3, “PD 30-03 limitadores de corrente elétrica resistivos , supercondutores de alta temperatura”, “Estudo do comportamento transitório, tensões, correntes, sistemas, impactos, manobras em equipamentos, envolvimento, alcance a arco”, 2 contratos de “Planejamento e programação de operação energética”, “PD 177-07 estratégia hierárquica de otimização para alocação de recursos de manutenção”, “Utilização de cálculos dinâmicos para otimização de projetos de torres de linha de transmissão”, 2 contratos sobre caracterização e dinâmica do pneu auxiliar, eletricidade análise numérica de impactos de compressores para refrigeração, aparato e processo de sensoriamento óptico de combustíveis líquidos, 2 contratos de testes de viabilidade de plataformas operacionais (Linux e Microsoft), “Desenvolvimento de projeto de otimização da geometria da superfície de deslizamento em mancais hidrodinâmicos radicais, “Elaboração de estudo preliminar sem a relação da escala de Rengelmann com a emissão de materiais particulado de fontes de combustão”, “SCS Supervisor de contato de seccionadora, “Desenvolvimento engine biométrico FPGA”, suporte de módulo solucionador para sistema JConsuelo, de etc..

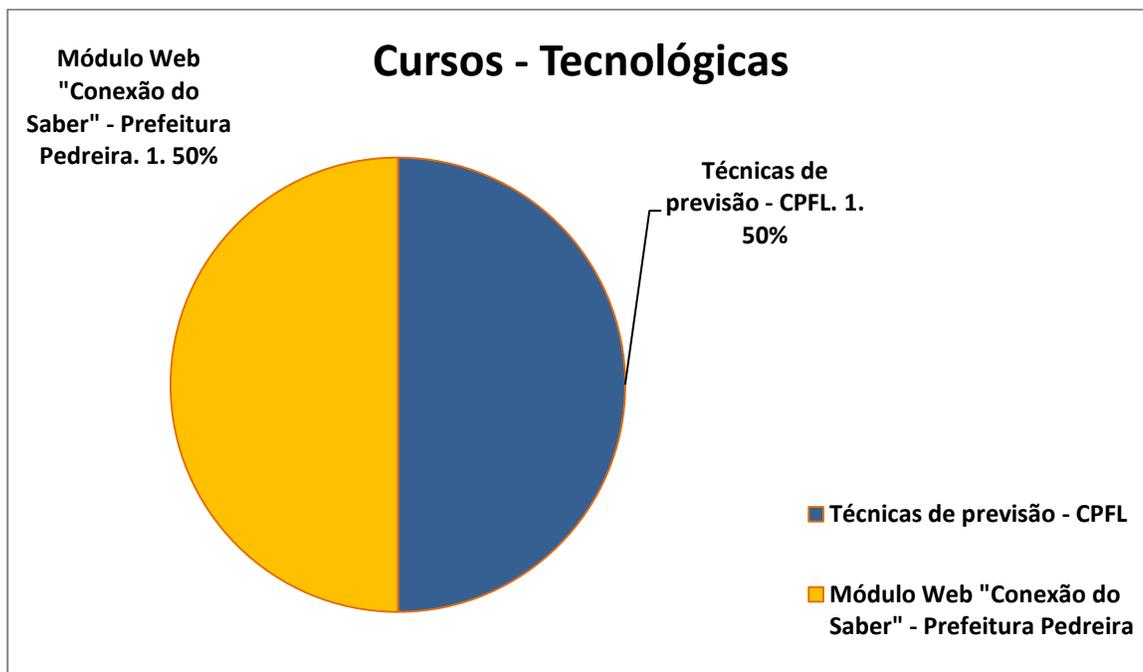
Dos acordos de cooperação:

Os processos classificados como acordo de Cooperação totalizaram 4 e dentre eles estão: dois acordos de cooperação com MWL Brasil rodas e eixos Ltda com finalidade de desenvolver produtos e processos com utilização de tecnologia disponível na UNICAMP; houve dois acordos de cooperação técnico científica com a Intel Semicondutores do Brasil, referentes à capacitação de recursos humanos para atender acordo com Ministério da Ciência e Tecnologia.



Dos Cursos:

Foram realizados dois cursos: Um treinamento de “Técnicas de Previsão” para funcionários da CPFL, com carga horária de 120 horas; o outro foi de Implantação do “Módulo Web” para 180 educadores e 10 técnicos da prefeitura de Pedreira, referente ao Projeto “Conexão do Saber”. Os contemplados pelos cursos foram 190 pessoas distribuídas entre professores e pessoal de apoio da área de ensino (“Teia do Saber”) e funcionários da CPFL.



Das Doações:

Houve uma doação da Fundação Telefônica para a UNICAMP de aquisição de equipamento (10 terminais e 1 impressora) para “Telecentro de informações e negócios” do fórum permanente das micro e pequenas empresas.

Das Transferências de recursos para evento científico:

Trata-se de uma transferência de recurso da FINEP para UNICAMP na realização de evento científico: “11th Biennial International Conference of ISAAC”.

Do Licenciamento de produto:

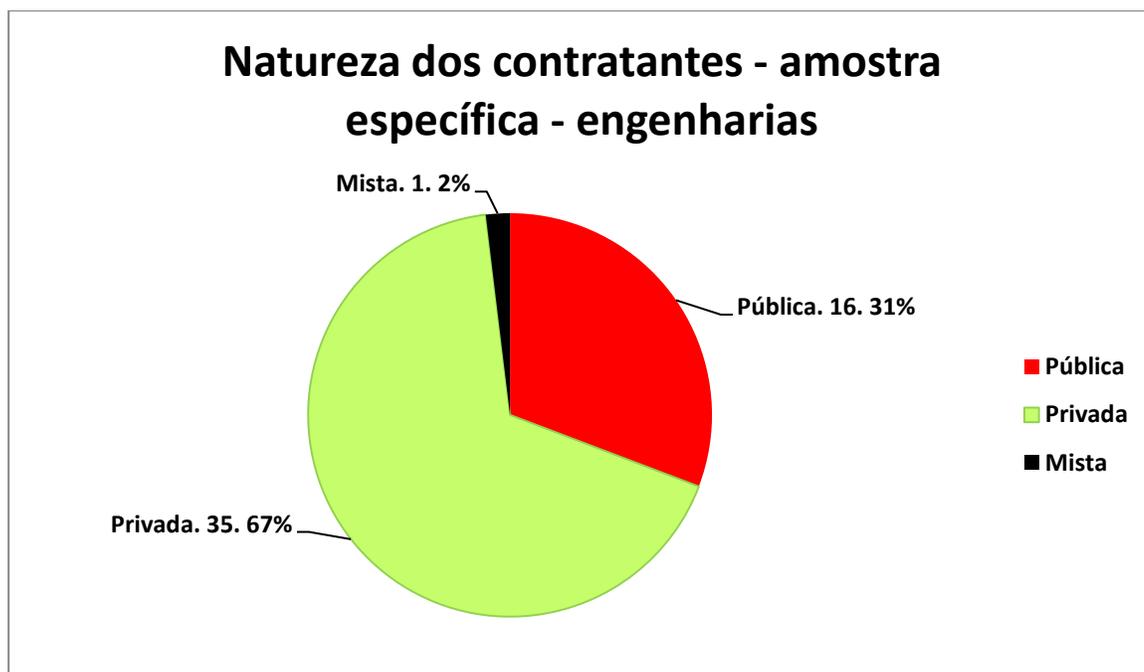
A UNICAMP concede licença para Arruda e Bertazzoli (*spin-off* da UNICAMP) produzir e explorar comercialmente o produto denominado “Equipamento para tratamento eletrolítico de efluentes aquosos”, cuja patente pertence à UNICAMP

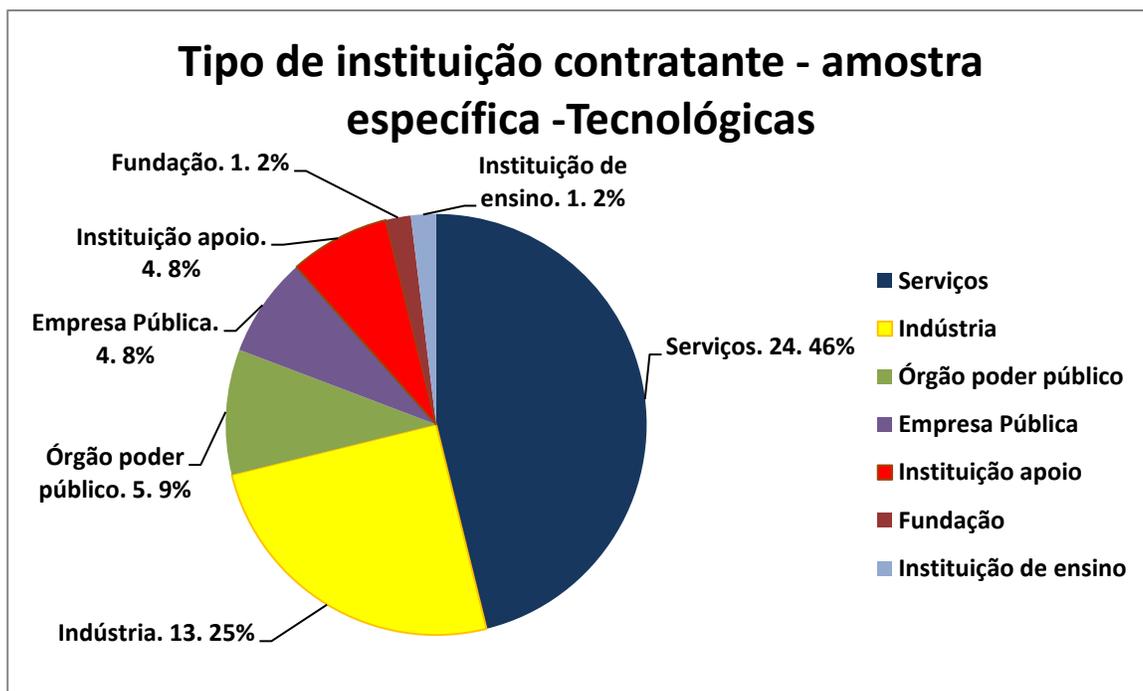
Da política científica interna:

Trata-se de um contrato de definição de política científica do IC no qual são estabelecidos critérios para seleção de projetos a serem desenvolvidos no laboratório de computação e e valores de bolsa para pesquisadores.

Para desenvolvimento, administração e coordenação dos contratos, foram envolvidos 159 profissionais entre pesquisadores, coordenadores, auxiliares administrativos e estagiários pertencente ao quadro de funcionários da UNICAMP ou contratados externos, por tempo determinado, vinculados à FUNCAMP.

A natureza dos contratantes da amostra específica foi de 67% (35) privada e 31% (16) de natureza pública e 2% (1) de natureza mista. Quase metade 24 (46%) das contratantes externas era do ramo de serviços, seguido de indústria com 13 (25%), órgão poder público 5 (10%), empresa pública e instituição/órgão de apoio com 4(7,5%) cada uma e por fim, fundação e instituição de ensino com 1(2%) cada uma. Desta amostra específica em termos de valores envolvidos, os 52 processos (ou 59% da amostra geral de 88 processos) representaram somente 36% (R\$12.467.943,42) da somatória de R\$34.180.207,56 dos valores envolvidos.





Dos 52 processos analisados das Tecnológicas (Tab.5 – Planilha específica – Tecnológicas), 36 (69%) mencionavam cláusulas sobre propriedade intelectual, direitos autorais, direitos sobre produção e direito sobre comercialização dos resultados finais dos contratos. 14 (39%) destes contratos dividiam pela metade o direito pela participação dos resultados da pesquisa, ou seja, a UNICAMP, enquanto executora, e a Instituição externa ficavam com partes iguais; segundo 12 (33%) dos contratos, a parte contratante, ou seja, a instituição externa, detinha 100% de todo e qualquer resultado da pesquisa; já outros 5 (14%) contratos estabeleciam que a UNICAMP detinha 100% dos direitos; em 1 (3%) deles, a propriedade intelectual e industrial ficava sob domínio público.

Outros 4 (11%) contratos foram variáveis: a UNICAMP recebeu 4% do faturamento bruto das vendas (*royalties*) em um deles; em outro, a UNICAMP recebeu 5% do faturamento líquido e valores bimestrais de R\$6.800,00 no primeiro ano e R\$8.000,00 no segundo ano e R\$9.200,00 após 24 meses da assinatura do contrato ou da primeira venda e nos demais anos de vigência do contrato (vigência da patente: 15 anos). No caso do *spin-off* a UNICAMP recebeu 5% dos resultados de exploração comercial. E, finalmente, a UNICAMP recebe 1/3 sobre as receitas decorrentes sobre comercialização dos resultados da pesquisa.

Dos 12 contratos nos quais a instituição externa contratante detinha 100% dos direitos sobre o resultado, 8 deles (67%) eram instituições privadas, 3 (25%) eram instituições públicas e 1 (8%) eram instituições de economia mista.

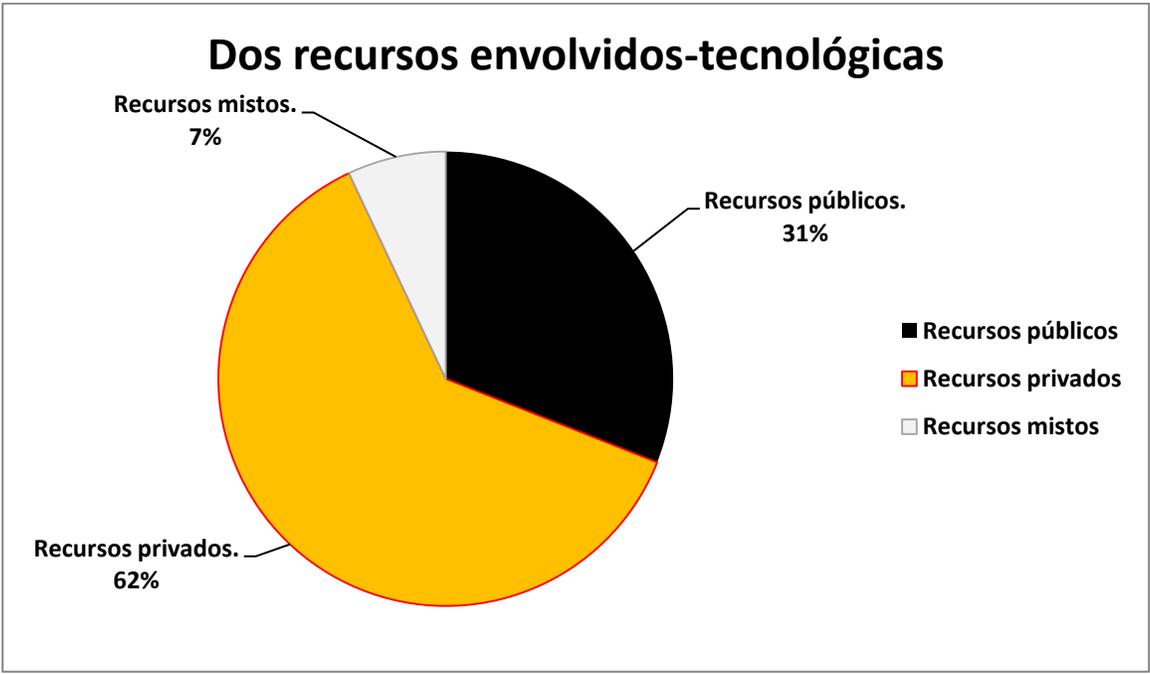
Dos 5 contratos apontados anteriormente nos quais a UNICAMP detinha 100% dos direitos sobre os resultados da pesquisa, todas as contratantes externas eram instituições públicas, especificamente prefeituras municipais.

Sobre tais regulamentações, a UNICAMP aprova em 24 de novembro de 2009, a “Política Institucional da Propriedade Intelectual” em deliberação do CONSU A – 8-2009. Em item 2. Das diretrizes e 2.1. da titularidade:

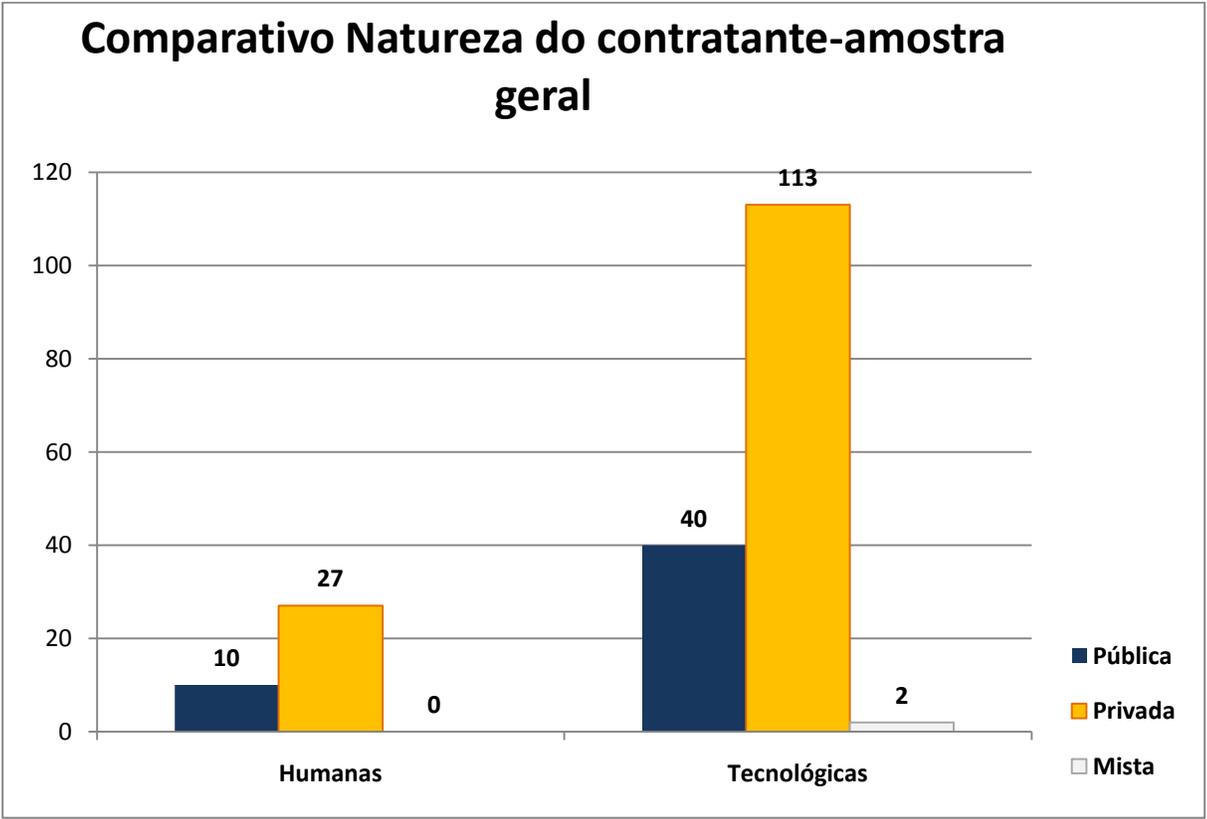
...A criação realizada no curso de uma pesquisa financiada por terceiros terá sua propriedade atribuída segundo o estabelecido no instrumento jurídico firmado correspondente à referida pesquisa, obedecida a legislação vigente, devendo todos os participantes em projetos de pesquisa da UNICAMP com terceiros estar informados e anuírem às cláusulas de propriedade intelectual e sigilo dos respectivos convênios e contratos que formalizem estes desenvolvimentos....Nos casos onde os desenvolvimentos forem realizados ou os resultados forem obtidos pela própria UNICAMP, a titularidade dos direitos de PI será exclusiva da UNICAMP... Nos casos onde os desenvolvimentos forem realizados ou os resultados forem obtidos em parceria com instituições públicas ou privadas e nos quais ocorrer aporte, pela UNICAMP e pelos parceiros, de conhecimentos, de recursos humanos ou de recursos materiais e financeiros, a titularidade dos direitos de PI poderá ser compartilhada na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes...

Da natureza dos recursos envolvidos:

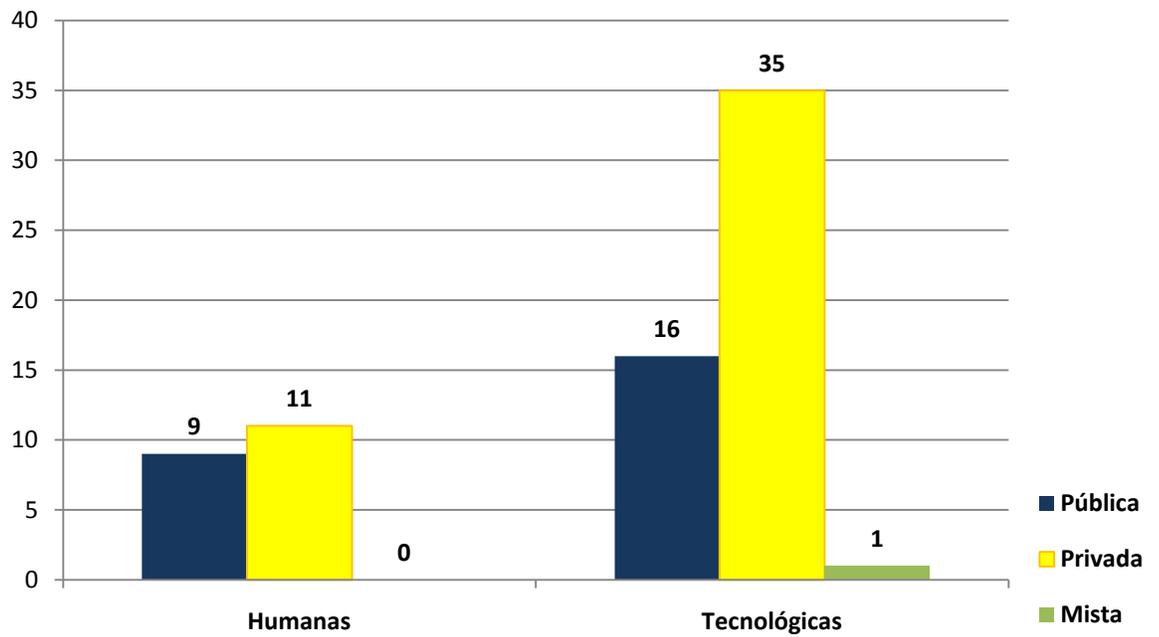
Os recursos envolvidos na amostra específica analisada totalizaram R\$12.467.943,42; dentre os quais R\$3.836.618,00 (31%) são recursos públicos e R\$7.715.777 (62%) são recursos privados e R\$855.548,00 (7%) são recursos mistos.



Na área tecnológica, a média de duração foi de 27 meses. Não existiram convênios ou acordos de cooperação entre UNICAMP e FUNCAMP no período abordado neste estudo.



Comparativo Natureza do contratante - amostra específica



Conclusão

É possível constatar que a privatização da universidade pública está ocorrendo, em maior ou menor grau, intensidade e frequência nas diferentes áreas de conhecimento, faculdades e/ou institutos. Na área de humanas, o menor em volume de contratações, tanto em valores como em quantidade de contratos externos, possui um perfil mais voltado a atender demanda por cursos e estes são requisitados, na sua maioria, por setor ensino básico público, entidades de classe/associações e afins. A outra demanda se refere aos acordos de cooperação entre as faculdades e a fundação para administração de verbas advindas de vendas de livros, periódicos e afins; trata-se aqui de comercialização de produtos gerados na universidade com objetivo de divulgação/publicação do conhecimento e da ciência, portanto, pode-se considerar uma “publicização” do conhecimento, ainda que de forma comercial. Foram esses dois motivos que prevaleceram, de uma forma geral, nos contratos que vigoraram na amostra da área de humanas.

Ainda na área de humanas, a pesquisa apresentou somente 10% do volume contratado nos anos referidos, o que nos remete a uma reflexão: por que a sociedade não demanda pesquisa da universidade? Será que os clientes, sejam eles o Estado ou o Mercado, não querem ser criticados ou avaliados? Ou será que não vêem necessidade de?

No caso da área de engenharias/tecnológicas, o cenário já se modifica. A UNICAMP, foi criada com objetivo de atender à demanda de desenvolvimento industrial e tecnológico da região de Campinas – o que justifica, parcialmente, o alto volume de entrada de verbas extra-orçamentárias do Mercado. Esse recurso somou aproximadamente R\$34.100.000,00 nos dois anos (2005+2008), representando a proporção aproximada (30,6%) de quase 1/3⁵⁶ dos recursos orçamentários que as três faculdades/institutos receberam oficialmente do Estado nos anos de 2005 mais ano de 2008 (R\$111.100.000,00), enquanto a área de humanas o recurso externo representou 2,8% do total de recursos orçamentários recebidos no mesmo período. Foi possível constatar que a intensidade da penetração do Mercado nas áreas de engenharia/tecnológicas é mais agressiva do que em relação às áreas de humanas.

Indústria e Serviços são os tipos de instituições que mais demandaram de contratos com a UNICAMP; representaram, juntos, 71% de tais contratos. Somados esses contratos aos motivos

⁵⁶ Não há como precisar o valor porque os recursos são distribuídos de acordo com particularidades de cada contrato, ou seja, são parcelados. Muitas vezes os lançamentos contábeis entre FUNCAMP e UNICAMP não coincidem.

de contratação, os números resultam em 80% de pesquisa por desenvolvimento de produto e processo; tais números confirmam que a universidade atende à demanda de um público específico voltado a necessidades também específicas e restritas.

O fato de 67% dos contratantes pertencerem à esfera de natureza privada contra 31% público e 2% misto também pode ser um indício de que o conhecimento está sendo cunhado e dominado pelo privado. Outro indício de que o Mercado está dominando as ações da universidade, baseando na amostra pesquisada, é a proporção na porcentagem dos recursos totais envolvidos, sendo 61% de recursos privados contra 31% de recursos públicos e 7% de recursos mistos.

Para ilustrar a constatação de que o conhecimento caminha em direção ao domínio privado, a UNICAMP já reconhece casos de empresas *spin-off*. Esse reconhecimento se deu com o processo 3p-16772-2205, que se referiu a um contrato de licenciamento concedido pela UNICAMP para Arruda e Bertazzoli LTDA me, com exclusividade, para produção, comercialização e prestação de serviços sobre a patente relacionadas a “Equipamento para tratamento eletrolítico de efluentes aquosos”. Essa relação, que fora citada anteriormente por Slaughter e Leslie, é conhecida como empresa *spin-off* da UNICAMP. Sendo assim, pode-se constatar que esse é um caso concreto de que o “capitalismo acadêmico”, na UNICAMP, já é uma realidade.

Para assessorar processos de abertura de reconhecimento de patente, a UNICAMP criou a Inova⁵⁷ no ano de 2003, para dar apoio à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A Inova gerencia desde a identificação de produtos ou processos patenteáveis ou licenciáveis, todas as áreas de conhecimento da UNICAMP, além do auxílio no licenciamento das inovações, depósito de patente, registro de software até gestão de PI (propriedade intelectual). Acumularam-se 197 “empresas filhas” (cuja origem teve alguma relação com a UNICAMP), 23 empresas graduadas e 11 empresas incubadas (disponível em: <http://www.inova.unicamp.br/> acesso em: 11 de novembro de 2010).

Como dito em outro momento, o processo de construção do ensino superior é histórico, cheio de rupturas, avanços e retrocessos. Como medida para controlar e retroceder o avanço da privatização na educação, o Ministério Público autuou e interveio, na Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP em relação a procedimentos administrativos. Esta se submeteu a algumas mudanças administrativas processuais, especificamente no regulamento⁵⁸ que normatiza contratação de compras, serviços, obras e

⁵⁷ Instituída em Resolução GR nº 51 de 23/Jul/2003 e atualizada pela Deliberação CAD – A -2 em 12/Nov/2004.

locações, seguindo diretrizes baseadas na UNICAMP e o padrão da administração pública: de modalidades, valores e divulgação pública de comunicação de seus atos. O mesmo ocorreu em relação à contratação de pessoal, que a partir de 18 de dezembro de 2006, passou a ocorrer através de processo seletivo público, porém mantendo vínculo celetista (CLT – Consolidação Leis Trabalhistas), mediante comissão de seleção (composta por três membros) e comunicação pública de vagas, etapas, requisitos etc..

Se por um lado a FUNCAMP, com seus novos regulamentos, segue em direção à “publicização” da sua atuação, a FCM aprova no dia 11-08-2010, pelos professores da Faculdade de Ciências Médicas, o estatuto e diretoria provisória da nova Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Área de Saúde da Universidade Estadual de Campinas – FASA. O estatuto e ata de criação da fundação foram encaminhados para análises e aprovações da Curadoria das Fundações do Ministério Público (disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2010/08/13/professores-da-fcm-aprovam-criacao-de-fundacao>. Acesso em 05 de novembro de 2010).

Conforme dito anteriormente, a intervenção da Fundação é crescente em quantidade de contratos e valores. Nos anos de 2005 e 2008, o total de recursos administrados pela FUNCAMP foi de R\$ 224.376.090,00 e R\$252.678.689,00 (FUNCAMP 2008b) respectivamente, representando média de 24,5%, ou seja, praticamente ¼, dos recursos orçamentários da UNICAMP (UNICAMP 2005 e 2008d).

Como contraponto aos pontos “negativos” da atuação do mercado dentro da universidade, há de se reconhecer os investimentos em infra-estrutura, melhorias dos laboratórios, equipamentos etc.. que acabam agregando um valor material positivo para a universidade e, conseqüentemente, para a pesquisa.

Dentro do universo da amostra da área de engenharia, o Instituto de Computação diferencia das demais faculdades pesquisadas em alguns aspectos. A quantidade de contratos foi bem menor, inclusive em valores, sendo 8 contratos e o total em valores contratados foi de R\$1.512.917,00 no período pesquisado. Em relação aos motivos dos contratos, tipo e natureza da instituição externa ficou bem próximo das demais engenharias. Pode-se concluir que o IC difere das demais engenharias no que diz respeito à quantidade/volume de contrato e valores envolvidos.

⁵⁸Regulamento criado em 20/Dez/2009, com vigência à partir de 01/01/2010.

A necessidade de dominar e modificar a natureza para sobreviver e prosperar é uma condição intrínseca do ser humano. Logo, esse instinto se tornou desejo pela soberania local, regional e continental e, nos tempos atuais, global. Historicamente, o conhecimento, aliado ao domínio de tecnologias, era instrumentos fundamentais para instituição da dominação entre povos. Para Mariconda (2005), o desejo de dominar a natureza em si não é um mal, o problema é a utilização estritamente materialista dessa conquista. Nossa tecnociência contemporânea, se praticada predatoriamente, leva o conhecimento público, ideal da ciência moderna, a tornar-se conhecimento privado, daí ao empobrecimento cultural e intelectual. Mariconda revela que do total de patentes no mundo, apenas 3% são concedidas a pesquisadores vinculados a uma instituição acadêmica⁵⁹ e alerta que:

Essa questão é um ponto nevrálgico, pois restringe o acesso de procedimentos biológicos a um grupo de pessoas que tem a patente. No longo prazo, isso pode acarretar o retalhamento do campo científico em um sem-número de patentes, o que impossibilitaria o conhecimento universal. Esse ficaria limitado pelas áreas reguladas pelas patentes e será difícil fazer pesquisa independente. (Mariconda, 2005 p.1-2)

A universidade enquanto centro de referência e excelência do conhecimento – como Weber e outros defendiam nos fins do séculos XIX e durante século XX – está à beira da extinção; atualmente a luta é pela não submissão total ao Mercado, ou seja, pela resistência em servir exclusivamente apenas a um dos clientes, pois que a universidade é submissa às necessidades do mercado, incluindo o trabalho, já é ponto passivo. O que resta agora é resistir para que não nos tornemos prestadores de serviço altamente qualificados e de baixo custo para esse mercado. A batalha já começou, só o tempo nos dirá quantos e quem restarão?

Para Schugurensky e Naidorf (Outubro/2004), para os que se preocupavam com o destino da universidade não havia uma crença firme de que a relação universidade-empresa fosse uma ameaça ao trabalho acadêmico. Muitos até pensavam que essa parceria fosse temporária e que tudo se resolveria quando os problemas orçamentários fossem resolvidos. Outros achavam que o *ethos* acadêmico não permitiria a institucionalização de um “casamento” estável com os negócios e que a relação universidade-mercado ficaria marginal e não no cerne das atividades acadêmicas. No entanto, nos fins dos anos 1990, as mudanças na cultura acadêmica já eram claras e

⁵⁹ Sob outro prisma: segundo Lucas e Leher (2001), 99% das patentes pertencem às corporações multinacionais dos países do G7 (EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão), o grupo de nações mais industrializadas do mundo.

perceptíveis: o que antes era improvável, temporário e indesejável passou a ser inevitável, permanente e até desejável pelos pesquisadores.

Assim, a universidade deixa de ser autônoma – qualidade ou o estado de quem é independente, livre e autogovernado – para heterônoma – sujeita a controles e imposições externas, isto é, a subordinada à lei ou dominação de outro. Segundo Schugurensky e Naidorf (Outubro/2004 p.1018), a universidade heterônoma é resultado de duas dimensões aparentemente contraditórias: o intervencionismo e o *laissez-faire*. A agenda universitária é cada vez mais condicionada às exigências do mercado e os imperativos do Estado no modelo heterônomo, o qual envolve tanto uma universidade “comercial” (ou de mercado, empresarial, de serviços ou negócios) como “controlada” (ou “responsiva” ou “responsável”).

À essa falta de autonomia, Weber (1989 p. 63) já lançava críticas, apontando que na Alemanha do início do século XX a liberdade da ciência era praticada nos limites da aceitabilidade política e do clero. Weber prezava que a ciência ultrapassasse os acanhados limites da reprodução e que a universidade fosse um espaço para a crítica, porque sem ela, não haveria ciência.

Segundo Filho (2000), a partir dos anos 90, as transformações do papel do Estado (redução de verbas), juntamente com as mudanças técnico-científicas (deslocamento para área de biotecnologia, microeletrônica, meio ambiente e informática) e os novos padrões concorrenciais provocados pelos mercados globalizados repercutiram na maneira de organizar e fazer pesquisa no Brasil. Neste ambiente, novos arranjos são necessários e estão sendo implementados. O modelo organizacional de boa parte das instituições, baseado quase que exclusivamente em critérios de excelência científica, sem procedimentos avaliatórios do retorno social da pesquisa e, cuja relação com o Estado pautava-se pelo acompanhamento burocrático em prejuízo da cobrança de resultados, é algo que não mais se sustenta (Filho, 2000)

Há muito se questiona qual o papel da universidade, que lugar ela deve ocupar na nossa sociedade? As opiniões se dividem entre aqueles que defendem a posição de que a universidade deve atender demanda do Mercado e outros que defendem que a universidade, necessariamente só faria sentido como centro de excelência do conhecimento. Ambas vertentes, quando extremadas, são passíveis de equívocos. A nosso ver, a universidade deveria se ocupar com a formação técnica e crítica do homem, e que este homem esteja apto a trabalhar desde perfumista

da indústria de cosmético, diplomata em consulados a físico na indústria bélica; desde que ele tenha plena consciência do seu verdadeiro papel na sociedade.

O autor Cunha (2004) traz importantes considerações sobre sistema de ensino superior e pesquisa do Brasil. A começar pela expansão desmedida do ensino privado – este foi brindado com novas vantagens e teve complacência governamental para com a baixa qualidade de ensino e até mesmo com o benefício do credenciamento acadêmico e do crédito financeiro – em detrimento do ensino superior público, principalmente o federal, que foi submetido a um arrocho no octênio de FHC, com restrições de recursos para manutenção e investimentos. Cunha diz que não dá para aceitar o crescimento quantitativo para depois o qualitativo; é preciso multiplicar a qualidade a custos cada vez mais baixos e para cada vez mais gente.

Como sugestão, Cunha (2004 p. 810-812) propõe uma combinação de duas vertentes: o Estado junto com o Mercado. O Estado seria o supervisor direto sobre os meios de ensino, incluindo currículos, docentes, laboratórios, acervos bibliográficos etc.. O Estado asseguraria ainda a qualidade via avaliação institucional; estando o governo federal à frente, a avaliação seria feita a partir do topo do sistema. E da vertente mercadológica, a proposta defendida pelo autor é a de pautar o exercício profissional de acordo com os padrões estabelecidos pelo Mercado aplicados às profissões diretamente ligadas à saúde, aos direitos, aos engenhos e ao magistério, cujo exercício inadequado pode trazer malefício de monta à população. Ao invés de se submeter ao MEC, esses futuros profissionais seriam avaliados pelos organismos profissionais como OAB e outros diversos conselhos profissionais. Cunha defende a proposta sob tal argumento:

Assim, ao *controle sobre os meios*, exercido pelo Estado, somar-se-ia ao *controle finalístico*, exercido pelos organismos profissionais, cuja sensibilidade do mercado, nas respectivas áreas de atuação, é mais forte que em qualquer outra situação. (Cunha, 2004 p. 812)

Somada à sugestão anterior, Cunha (2004) propõe reforma do ensino superior. Para combater a “esquizofrenia” das autarquias, ou seja, o regime legal e administrativo das universidades públicas – que tolhidas em tudo pelas normas do serviço público, recorrem às fundações privadas “semiclandestinas” para sobrevivência financeira, administrativa ou de pessoal –, o autor acredita que somente um novo regime jurídico (proposto através de Lei Orgânica do Ensino Superior) seria eficaz, a fim de corrigir os equívocos e preencher lacunas da LDB de 1996. Cunha defende, ainda, que com essa lei orgânica seria possível tratar de questões

comuns a todas as universidades: financiamento, carreira, organização interna, escolha de dirigentes, assim como as penalidades por descumprimento de estatutos, o patrimônio dilapidado ou desvios de recursos públicos.

Marilena Chauí (1994) diz que as grandes mudanças na forma do modo de produção capitalista acarretou em mudanças nas relações sociais e no lugar ocupado pela ciência e tecnologia. Uma nova expectativa da sociedade de massa e de consumo, fascinada por imagens velozes e fugazes, determinaram outras maneiras de perceber a universidade e parecem impor-lhe outras finalidades. Para a autora, a proposta da universidade financiada pelas empresas liga a pesquisa científico-tecnológica aos interesses específicos de grupos e do Mercado, deixando de lado o papel da pesquisa pública voltada para os direitos de toda sociedade. Que a lógica do Mercado contempla o “individual”, sendo internamente contrária à lógica democrática, comum a todos e que contemplam e reconhecem as diversidades de gênero, religião, etnia, renda etc..

A autora aponta uma realidade que especificamente ocorre na USP, porém totalmente aplicável a outras universidades públicas (grifo do autor). Atualmente, ela é dividida, não formalmente, mas no seu modo de pensar e agir em três diferentes formatos, que existem e coexistem em seus institutos e faculdades: a escola que propicia prestígio curricular (o docente exibe status ao pertencer à Usp e se beneficia na carreira não acadêmica, que é o espaço ao qual ele direciona maior tempo e energia e obtém retornos), a escola que oferece complementação salarial e a escola pública (dentro do ideais que a originou).

Em relação à escola de complementação salarial, esta surgiu nos fins dos anos de 1970, através das fundações, tendo como defensores os que argumentavam pela desburocratização e agilização da universidade e como opositores os que não queriam o uso da universidade pública pela classe dominante. Os recursos externos que financiam as pesquisas também montam laboratórios, bibliotecas, congressos, bolsas de estudo, viagens etc., e são vinculados aos órgãos financiadores direta e autonomamente a universidade. Sendo assim, os resultados dos trabalhos não são públicos, duplamente, porque não têm origem pública e não são publicizados. (Chauí, 1994).

Outro agravante que Chauí aponta é que a melhor infra-estrutura física e humana da universidade é apropriada pela empresa externa e o resultado é expropriado da universidade, sendo ele propriedade privada da fonte financiadora. A esse vínculo se dá o nome de Cooperação

entre a universidade e a sociedade civil (aprovada como modelo de modernidade, dentro e fora da universidade por desonerá-la),

...nela consagra-se a idéia de que a universidade é essencialmente prestadora de serviços, sendo por isso produtiva. É o tipo acabado da universidade moderna do Terceiro Mundo, visto que os grandes e verdadeiros financiamentos privado para pesquisas fundamentais e de ponta são destinados a universidade e institutos do Primeiro Mundo. (Chauí, 1994)

Caberá, então, aos que ainda acreditam na universidade pública, a luta pela sua defesa. Do contrário, esta continuará no campo do imaginário proposto por Simão Mathias nos anos de 1960, que Chauí (1994) assim descreve:

...Nela, os docentes dedicam-se ao ensino e à pesquisa em tempo integral, dependem inteiramente dos recursos públicos...e destinam a totalidade de seus trabalhos à sociedade, seja formando profissionais de várias áreas, seja formando novos professores, seja publicando suas pesquisas..., seja realizando atividades de extensão universitária para profissionais de várias áreas e para atualização de professores de primeiro e segundo graus... ou na formulação e supervisão de projetos e programas sociais para os governos. Esta é aquela que mantém um vínculo interno entre docência e pesquisa, portanto, entre formação e criação, conhecimento e pensamento, realizando pesquisas de longo prazo... independentes, que acarretam aumento de saber, mudanças no pensamento, descobertas de novos objetos de conhecimento e novos campos de investigação, reflexões críticas sobre a ciência, as humanidades e as artes, e compreensão-interpretação das realidades históricas...

Tab. 4 - Processos Humanas

Numero processo	Titulo – assunto	Resumo objeto	Início Vig.	Final Vig.	Executor convênio	Tipo Inst. Externa	Natureza contratante	Valor convênio	Público Alvo	Nº envolvidos	Classificação o contrato/convênio
18239/2006 19p	Proc. FE. Finep/Unicamp/Funcamp. Consolidação do laboratório de vídeo digital interativo. Concedente empresa pública federal vinculada ao ministério da ciência e tecnologia	Transferência de recursos financeiros pelo concedente ao conveniente para a execução do projeto intitulado “Consolidação de laboratório de vídeo digital interativo”. Aquisição de equipamentos para o laboratório de vídeo digital interativo visando o desenvolvimento de metodologia para produção de conteúdo educacional mediado pela TV digital, aplicado na Educação presencial ou a distância.	23/11/06	22/11/2008	Sérgio Ferreira Amaral	Órgão de apoio	Pública	194.000,00	Alunos em geral	não consta	Transferência de recursos financeiros
16883/2207 19p	Proc. FE. Convênio Unicamp/Funcamp/Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria Municipal de Educação - Curso especialização lato sensu em educação infantil	Realização de "Curso de especialização em Educação Infantil"(pós-graduação lato sensu) a ser ministrada pela contratada (Unicamp/FE)para profissionais de educação do sistema público Municipal de Ensino de Campinas, destinado a professores que atuam na Educação Inafantil do município de Campinas. Com 50 vagas por turma, totalizando 100 vagas, previsão de início 26-02-08 e término 30-11-09.	26/2/2008	25/11/2009	Sergio Antonio da Silva	Órgão poder público municipal	Pública	240.000,00	Professores de educação infantil	100	cursos
24198/2008 19p	Proc. FE. Convênio de Cooperação técnica científica, cultural e assistência administrativa Unicamp/Funcamp. TA 56. Vendas Publicações de Revistas, cadernos, livros.	Cooperação entre Unicamp e a Funcamp através de conjugação de seus esforços e recursos no sentido da plena realização do desenvolvimento e a promoção da cultura por meio do ensino, da pesquisa e prestação de serviços à coletividade. Obrigações da Funcamp: gerir recursos financeiros, aplicação de valores recebidos e eventuais saldos, prestar contas das despesas e verbas, com duração de 5 anos.	16/9/2008	14/9/2013	Sérgio Antonio Silva Leite	Fundação	Privada	0	não aplica	não aplica	prestação de serviços
16882/2007 19p	Proc FE. Unicamp/Funcamp/Prefeitura Campinas. Curso de Especialização a pesquisa e tecnologia a formação docente.	Realização de curso de Especialização "A pesquisa e tecnologia na formação docente" (pós-graduação lato sensu) a ser ministrada pela contratada para profissionais de educação do sistema público Municipal de Ensino de Campinas, destinada a professores, orientadores pedagógicos, diretores e vice diretores educacionais do município de Campinas. Ementa: pesquisa científica como instrumento pedagógico 1; Desenvolvimento curricular e profissional do professor; a pesquisa científica como instrumento pedagógico 2; metodologia da pesquisa em educação e ciência; representação social e cotidiano escolar; a pesquisa científica como instrumento pedagógico 3; narrativas pedagógicas; novas tecnologias aplicadas à Educação e trabalho de conclusão do curso.	26/2/2008	30/11/2009	Sergio Antonio da Silva Leite	Órgão poder público municipal	Pública	240.000,00	Professores de educação infantil	100	cursos
24192/2008 19p	Proc. FE. Convênio de Cooperação técnica científica, cultural e assistência administrativa entre Unicamp/Funcamp - PROEPRE Termo aditivo 044. Os recursos do TA 44 serão provenientes do recebimento de inscrições e de contribuições de empresas.	Estabelecer normas que orientarão o desempenho da Funcamp na Administração dos recursos destinados à realização anual do Proepre (Encontro Nacional de Professores do Programa de Educação Pré-Escolar. (material de consumo, serviço de terceiros e encargos, equipamentos e materiais permanentes).	16/9/2008	14/9/2013	Orly Zucato M.Assis	Fundação	Privada	0	não aplica	não aplica	prestação de serviços

19p-12418/2006	Proc. Lapplane/FE. Prefeitura Municipipl de Guarulhos/Unicamp/Funcamp. Planejamento, acompanhamento, avaliação e sistematização das ações de desenvolvimento no âmbito das políticas públicas de educação - Depto Orientação Educacional e Pedagógica-Secretaria Municipal de Educação- Prefeitura de Guarulhos. Cita lei 8666/93 inciso XIII art.24	Subsidiar as ações do departamento de orientação Educacional e pedagógico no tocante ao planejamento, acompanhamento, avaliação e sistematização de suas ações. Planejamento, acompanhamento, avaliação e sistematização da formação permanente dos gestores das escolas públicas municipais (coord. Pedagógicos, ass.de direção e diretores de escolas). Formação dos coordenadores pedagógicos da rede municipal de ed. infantil de Guarulhos.	3/5/2006	3/5/2008	Neyton AP Bryan	Órgão poder público municipal	Pública	360.000,00	Professores de educação infantil, coord. Pedagógico, ass. Direção e diretor de escola	não consta	cursos
26p-20917-2007	Ser Informática Ltda /Unicamp/Funcamp- Cooperação ref proc. 26p-20913-2007	1.1 o objeto presente Termo Aditivo é elaboração do projeto PIPE-Fapesp, levantamento e compilação de informações normativas, institucionais e curriculares em sites da internet, Fapesp, empresas executantes, entidades empresariais e elaboração de amostragem, bem como atender o universo cultural da empresa SER e sua adequação ao mercado em que atua.1.2 Composto por 2 fases: a) Elaboração de um projeto de pesquisa a ser submetido ao PIPE-Fapesp, tendo em vista i desenvolvimento de um produto voltado a pequenas e médias empresas.b)monitoramento cultural da SER e seu mercado de atuação ("Capital Humano" em grandes empresas), a partir de questões levantadas pela própria empresa parceria, ou sugeridas pelo pesquisador e aceitas por sua direção. Anexo I plano de trabalho	9/10/2008	8/10/2011	Miguel Juan Bacic	Serviços	Privada	53.352,00	não consta	não consta	prestação de serviços
26p-24897-2007	Contrato de consórcio p/projeto de gestão política sócio-ambiental dos recurso naturais no meio rural NFP/ECU/07/13Contrato com dados genéricos obtive inf. nos pareceres e anexos	Universidade Van Tilburg /Instituut Voor /Ontwikkelingsvaagstukken Unicamp e Funcamp Depto de política e historia econômica-IE trata-se de um convenio que visa em seu primeiro termo aditivo organizar um curso no mês de janeiro de 2008na área de des agrícola e meio ambiente. Este curso será oferecido a uma turma de estudantes equatorianos pertencentes a instituição deste país que tem convênios de coop com a Un de Tiburg. Valor em Euro: 16.739*	23/1/2008	22/1/2009	Ademar Ribeiro Romeiro	Instituição de Ensino	Pública	44.190,00*	não consta	não consta	cursos
26p-04883-2000	Convenio Unicamp/Bureau Veritas com interveniencia da administrativa daFuncamp	O objeto do presente convênio é a cooperação entre os partícipes na área de ensino e pesquisa em Gestão Empresarial e Meio Ambiente	28/12/2000	27/12/2005	Bastiaan Philip Reydon	Serviços	Privada	0	não consta	não consta	prestação de serviços
26p-03697-2001	Termo aditivo 1 do Convenio Unicamp/Bureau Veritas com interveniencia da administrativa da Funcamp	O objeto do presente termo aditivo é o oferecimento do Curso de especialização-modalidade extensão intitulado: Gestão empresarial em segurança, saúde, meio ambiente e qualidade.	28/12/2000	27/12/2005	Bastiaan Philip Reydon	Serviços	Privada	0	não consta	não consta	cursos

26p-27643/2004	Contrato Finatec/Unicamp/Funcamp. Procedência: IE . Curso de especialização Economia e Gestão em Saúde. Finatec (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos) da UnB/Ministério da Saúde. Utilizou fundos do DFID Department for International Development/Inglaterra	Este convênio tem por objeto regular as relações entre os partícipes, por meio de cooperação técnica e financeira, visando o desenvolvimento e realização de 202 horas-aula do curso de Especialização em Economia e Gestão em Saúde.	19/10/2004	28/2/2005	Gabriel F.Santos	Fundação	Privada	109.000,00	Profissionais das Secretarias Estaduais de Saúde	35	cursos
26p-3865/2007	Proc. IE. Sindicato dos bancários de São Paulo, Osasco e região/Unicamp/Funcamp. Curso de Extensão em Economia do Trabalho e Sindicalismo para dirigentes sindicais do segmento bancário e financeiro.	Curso composto de 10 disciplinas (introdução a teoria econômica, des. Economico, política monetária e financeira no Brasil, industrialização e sindicalismo nos países avançados, industrialização brasileira, mercado de trabalho e salários, políticas sociais, sistema financeiro e bancário no Brasil, sindicatos e ação sindical, estrutura de emprego, organização e estratégia sindicalno sistema financeiro) e 360 hs/aula para turma de 42 alunos.	19/7/2007	18/7/2008	Carlos A B Oliveira	Associação /Cooperativa/órgão de classe	Privada	68.500,00	Dirigentes sindicais bancários e financeiros	42	cursos
26p-05858-2008	Contrato de prestação de serviços entre União-tribunal Regional do Trabalho da 9 região e Unicamp com interveniência adm Funcamp	A Realização do curso de Especialização- Modalidade Extensão em “Economia do Trabalho” a ser ministrado a magistrados e servidores do Tribunal. *1º- Integram o presente Contrato, para todos os fins de direito, os anexos 1 a IV e a proposta apresentada pela contratada.*2º- Ingresso de magistrados e servidores no cursos dar-se-á nos termos e nas condições estabelecidas no Regulamento nº 001/2008 da Escola de Administração Judiciária do Tribunal. (2 turmas de mínimo 12 e máximo 42 participantes A-em Curitiba e B Londrina carga horária 360 hs) Conceitos básicos de economia, historia e des econ, industrialização e sindicalismo nos países de capitalismo avançado, analise da dinâmica econômica, empresas e rel de trabalho, industrialização e economia brasil. Contemporânea, mercado de trabalho ocupação e rendimentos no Brasil, estrutura e evolução da org.sindical no Brasil, a questão social no brasil:diagnósticos e análise da política, negociações coletivas e os impactos da reforma sindical	3/4/2008	31/12/2009	Paulo E. A. Baltar	Órgão poder público federal	Pública	326.771,20	Magistratos do Trabalho	84	cursos
26p-14511-2007	Procedência: Coordenador de Extensão/IE. contrato Unicamp/Funcamp/Sadia; modalidade extensão ECO 230. Especialização em Gestão Empresarial (curso para funcionários Sadia). Contratante: Sadia cnpj: 20730099005153. Contratada: Unicamp/IE 1131336451-15. Interveniente Funcamp	objeto: Especialização em gestão empresarial para executivos da Sadia, cujos conteúdos são: estratégia empresarial, gestão de projetos, gobalização e macro ambiente, marketing industrial, gestão de pessoas CRM-gestão de relação cliente, sustentabilidade em gestão de processos, gestão de finanças, negociação, gestão tributária, operação de serviços, mkt, metodologia e elaboração de projeto de melhoria, comunicação eficaz, gestão da inovação, simulação em gestão empresarial, diversos tópicos especiais em gestão. Distribuídos em 4 módulos c. horária de 420 hs.	1/8/2008	31/12/2008	Miguel Juan Bacic	Indústria	Privado	200.000,00	gerentes	não consta	cursos

26p-22588-2008	<p>Procedência: IE/Nessur (Núcleo Econômico Social urbano e regional/núcleo de história econômica). Contrato Unicamp/Funcamp/Fundap (Fundação do desenvolvimento administrativo-prestação serviços técnicos). Contrato de prestação de serviços entre Fundap e Unicamp com interveniência da Funcamp. Contrato foi celebrado mediante dispensa de licitação com fundamento no inciso XIII do artigo 24 da lei 8.666/93.</p>	<p>Serviços técnicos especializados ao projeto nº 800-1532 "Parque Tecnológico de São Paulo: Formatação jurídica e desenvolvimento de potencialidades". Produzir material analítico, contendo dados, informações e mapas que permitam ampliar o conhecimento a respeito das áreas privadas localizadas na VI Leopoldina. Finalidade: estimular estreitamento das ligações entre Pesquisa e Desenvolvimento da Univ de São Paulo (USP) e de empresas que dedicam as atividades típicas de P&D (produção de serviços ou "manufaturas leves"). Objetivos específicos: Estado da Arte, perímetro estabelecido, adensamento habitacional, modificações no sist. viário, etc.; identificar propriedades privadas com 3000 mil mquadrados com potencial para participar de intervenção da Prefeitura municipal; sob concessão urbanísticas equivalente ao Parque da Nova Luz; exaurir disposto lei 13.885/2004 sobre propósitos de uso legalmente permitido e compatibilidade com Parque Tecnológico de SP; examinar tipo viário existente e aplicabilidade para atender expectativasdo parque; pesquisar natureza vertical e horizontal dos espaços.</p>	1/9/2008	1/3/2009	Ulisses Cidade Semeghini	Fundação	Público	220.050,00	não aplica	não aplica	pesquisa
09p - 27427/2008	<p>TA 63-convenio de cooperação técnica científica cultural e assistência adm. Entre Unicamp, Funcamp e IFCH vendas publicações.Ref proc 01 p 4022/2008(coop entre unicamp e funcamp através de conjugação de seus esforços e recursos no sentido da plena realização do des e a promoção da cultura, por meio de ensino, da pesquisa e prestação de serviços à coletividade.</p>	<p>Estabelecer normas que orientarão o desempenho da Funcamp na administração dos recursos obtidos com a venda de publicações editadas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IFCH- da Unicamp.</p>	16/9/2008	14/9/2013	Nádia Farage	Fundação	Privada		não aplica	não aplica	prestação de serviços
09p-26809/2008	<p>proc. IFCH. IICA (Inst. Interamericano de Cooperação para Agricultura)/Unicamp/Funcamp. Estudos, difusão e formação sobre alternativas atuais de políticas públicas sobre o desenvolvimento nacional e regional, com ênfase na questão agrária e agrícola. IICA é ligado ao NEAD-Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário)</p>	<p>Produzir estudos técnicos qualificados sobre teorias desenvolvimentistas da Cepal, países da Ásia e o caso brasileiro; Produzir estudos sobre o debate internacional sobre desenvolvimento, modelos agrícolas e questão agrária; Avaliar políticas públicas selecionadas de desenvolvimento rural; Planejar e implementar uma comunidade virtual sobre desenvolvimento nacional e questão agrária; Propor textos para compor uma coletânea sobre des.nacional, modelos agrícolas e questão agrária; Conceber um projeto-piloto de educação à distância sobre des. nacional, modelos agrícolas e questão agrária; Conceber e realizar um seminário sobre des. nacional, modelos agrícolas e questão agrária.</p>	14/10/2008	13/10/2009	Reginaldo C C Maraes	Instituição órgão de apoio	Pública	174.000,00	não consta	não consta	pesquisa

01p-04467/95	Proc IFCH. Termo aditivo nr 63 ao convênio de cooperação técnica, científica, cultural, social e assistência administrativa entre a Unicamp e Funcamp 08/10/1993. Termo aditivo nr 118 ao convênio de cooperação técnica, científica, cultural, social e assistência administrativa entre a Unicamp e Funcamp em 16/09/2003	Estabelecer normas que orientarão o desempenho da Funcamp na administração dos recursos obtidos com a venda de publicações editadas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da Unicamp. Alteração na clausula 3ª (que diz respeito as obrigações da Funcamp: acrescentou item: Promover o acompanhamento da formalização, andamento e encerramento de acordo com as normas vigentes, dos processos de convenios/contratos da Unicamp e geridos pela Funcamp; juntar aos processos quando encerrados os seguintes documentos: cópia da prestação de contas final, relação de bens permanentes, relatório de atividades finais para apreciação do Consu) e 4ª(duração do convênio: passa a ser de 5 anos, podendo ser denunciado por ambas as partes desde que por escrito com antecedencia mínima de 60 dias.)	8/10/1993	15/9/2008	Arley R Moreno	Fundação	Privada		não aplica	não aplica	prestação de serviços
01p- 15426/2007	Procedência: IFCH/AEL (Centro de documentação Edgard Leuenroth). Convênio original entre Unicamp/Petrobrás/Funcamp. Contrato entre Petróleo Brasileiro AS-Petrobrás e Funcamp (direito privado, sem fins lucrativos de natureza cultural), mecanismo de apoio: Mecenato, lei nº 8313/91. Cita não exigência de licitação.	Objeto : patrocínio, pela Petrobrás, ao projeto AEL:30 anos de Patrimônio Documental, pronac nº46508. Concluir e equipar o AEL/IFCH (finalização da obra já em construção; aquisição de equipamento para instalação do AEL; climatização (equipamento, instalação e monitoramento); dispositivo de monitoramento ambiental (sistema climus da univ. SC); sistema de segurança e automação (eq. anti-incêndio); sistema monta carga; divulgação das novas instalações; equipamentos (informática, mobiliário, leitoras copiadoras digitalizadoras, mesa sucção- mop, máq. obturadora de papel e secadora de papel); mudança e equipamento para transferência do acerv o.	3/7/2007	2/8/2008	Sidney Chalhoub	Empresa Pública Federal	Pública	1.367.707,56	(recursos estão compreendidos no PAN da Comunicação Institucional centro de custo CI04 ADRB00 nº de ordem 40006600.	Executado por MPJ- Projetos e Construção Ltda, cnpj- mf 01.249.300/0001-71 (cntrato entre Funcamp e MPJ)	Transferência de recursos financeiros
01p-04463-1995	Proc. FE. TA 56- Convênio Cooperação Técnico Científico Cultural Social Assistência Administrativa Unicamp:Funcamp - Vendas de assinaturas Revista Proposições, etc. "Guarda-chuva" de termo de convênio de coop tec.cientifico cultural e ass adm entre Unicamp/Funcamp (cujo estatuto da última está registrado nº308 livro A-5 do Cartório de Registro civil de pessoas jurídicas da comarca de Campinas cGC/MF 49.607.336-0001-06)	objeto: Incentivar, somar e facilitar a integração entre Unicamp e Funcamp, através da congragação de seus esforços e recursos no sentido de plena realização do desenvolvimento e a promoção da cultura por meio do ensino e da pesquisa e prestação de serviços à coletividade (convênio original de 12/08/87). TA 056 objeto: estabelecer normas que orientarão o desempenho da FUNCAMP na adm de recursos obtidos com verbas de assinaturas da revista Proposições, Cadernos Pré-Print e publicações assemelhadas editados pela FE e, eventuais doações de pessoas físicas e jurídicas.	8/9/1992	15/9/2008	Sergio Antonio S.Leite	Fundação	Privada	69.731,52	não aplica	não aplica	prestação de serviços

* valor convertido para moeda Real do dia 23/01/2008, disponível em: <www.financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-euro> acesso em: 19/07/2010

Tab. 5 - Processos Engenharias

Nº processo	Título – assunto	Resumo objeto	Início Vigência	Final Vigência	Executor convênio	Tipo inst. Externa	Natureza contratante	Valor convênio	Nº envolvidos e contemplados	Classificação convênio/contrato
3 P 15120/2005	UEC/FEM/ FUNCAMP/Jardim Mansões Ltda (cnpj: 47334636-1000/33)	Cooperação técnico-científica abrangendo atividades do conhecimento, prestação de serviços, pesquisa, desenvolvimento, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias passíveis de aplicação comercial e industrial, através da interação e relacionamento entre as partes.	30/12/05	29/12/10	Antonio Batocchio		Serviços Privada	R\$ 0,00	não consta	cooperação
3 P 15121/2005	UEC/FEM/ FUNCAMP/Jardim Mansões Ltda - TA 01.	Desenvolvimento de equipamento, linha de produção e montagem para produtos à base de pneus, através da FEM, c/ utilização de informações tecnológicas preliminares constantes do pedido de patente do sr. Reynaldo T. Amaral Jr. A tecnologia se refere a invenções de máquinas e equipamento para confecção de mourões para cercas e ou outras aplicações, bem como o processo para fabricação dos mourões, com utilização de pneus de automóveis (justificativa ecológica). A Unicamp dividirá em 50% o resultados privilegiáveis ou não, novas patentes, metodologias e inovações técnicas, produtos ou processos, know how que venham a ser obtidos em virtude do desenvolvimento deste contrato. Etapas: desenvolvimento/redesigne do produto; des. do processo; des. do projeto de máquinas e equipamentos; construção das máquinas e equip; montagem da linha de produção; sistema de gestão; sist. de manuseio e armazenagem; fabricação piloto dos produtos. Os requerimentos de patentes serão efetuadas pela Unicamp, as despesas serão assumidas pela Jardim Mansões Ltda. Na comercialização do equipamento a Unicamp receberá percentual mínimo de 4% sobre faturamento bruto das vendas (royalties), que deverá ser firmado novo contrato de licenciamento.	30/12/05	29/06/07	Antonio Batocchio		Serviços Privada	R\$ 1.194.000,00	não consta	pesquisa
3 P 14703/2005	UEC/FEM/ FUNCAMP/Pirelli Pneus T.A. 03 e T.A. 04.	(ta 3)Caracterização dinâmica do pneu a fim de auxiliar no desenvolvimento de novos produtos com foco no usuário final. Serão contemplados os aspectos vibracionais, com sua influencia no desgaste do pneu e no conforto do usuário, além da geração de ruído com sua influencia no conforto acústico. São propostas diversas atividades para continuidade desta parceria em 2005, divididas em 2 linhas de trabalho: ativ. de suporte tecnológico e pesquisa aplicada. Direito de propriedade (intelectual e industrial, segredo comerciais, dados, know how, direitos autorais, requerimento de patentes) serão exclusivos da Pirelli. (ta 4, prorroga vigencia para mais 2 meses)	15/07/05	15/03/06	Jose R. F. Arruda		Indústria Privada	R\$ 39.732,00	4 alunos (doutorado e graduação)	pesquisa
3 P 19468/2006	UEC/FEM/ FUNCAMP/Mahle/Thyssenknpp/EMBRACO TA 14	Desenvolvimento do projeto e metodologia para análise numérica de impacto de compressores para refrigeração. Especifico: determinação numerico-experimental da distancia minima dos batentes à carcaça; levantamento das propriedades do material do batente plástico e validação dos resultados numericos; estudo de influencia da mola; inclusão do turbo de descarga; aperfeiçoamento dos modelo numérico experimental; realização das atividades de dissertação de mestrado (determinação da forma ótima do batente para que o mesmo absorva a energia de impacto) de Daniel Martins.	19/03/07	19/03/08	Marco Lúcio Bittencourt		Indústria privada	R\$ 60.000,00	não consta	pesquisa
3p 03752-2008	UEC/FE/Stratema Industria e Comercio Ltda	Formalização do licenciamento não exclusivo, da licenciante (Unicamp) para a licenciada (Stratema) da tecnologia "aparato e processo de sensoriamento optico de combustíveis líquidos" depositada junto INPE (Instituto Nac. da propriedade intelectual) em 06-08-2007. Conteúdo: definição do sistema; testes de durabilidade do sensor; testes de ciclo térmico do sensor; teste do combustível estático e dinâmico; avaliação de outros tipos de sensores e seu interfaceamento; avaliação da funcionalidade e reuniões conjuntas Unicamp-Stratema. A Stratema pagará a Unicamp a titulo de royalties 5% do faturamento liquido e valores bimestrais 6.800,00 no 1º ano e 8.000,00 no 2º ano e 9.200,00 (após 24 meses da assinatura do contrato ou da primeira venda) nos demais anos de vigencia.	7/4/2008	vigencia da patente	Carlos Kemichi Suzuki		Indústria Privada	R\$ 56.000,00	não consta	pesquisa
3 P 19466/2006	UEC/FEM/ FUNCAMP/Mahle/Thyssenkrupp/Whirpool - TA 13.	Desenvolvimento de projeto de otimização da geometria da superfície de deslizamento em mancais hidrodinâmicos radiais. Realização de levantamento bibliográfico sobre o tema do projeto; equação de Reynolds dinamica no solver de elementos finitos desenvolvidos em Matlab; incorporação do algoritmo EHD em ambiente Matlab e validação de resultados; des de algoritmo de otimização de superfície e implementação em Matlab. Todos os resultados, metodologias e inovações técnicas, privilegiáveis ou não serão de propriedade 50% para Unicamp e 50% Thyssenkrupp.	30/5/2007	29/12/2008	Marco Lúcio Bittencourt		Indústria Privada	R\$ 60.000,00	não consta	pesquisa
3 P 7671/2008	UEC/FEM/ FUNCAMP/PETROBRAS-REPLAN.1100.0043446.08.	Elaboração de estudo preliminar sem a correlação da escala de Rengelmann com a emissão de matéria particulado de fontes de combustão. Levantamento sobre o estado da arte sobre correlações teóricas e empíricas da escala de Ringelmann com a finalidade de prever ou avaliar a emissão de material particulado de fontes de combustão. Simulação teórica de uma situação prática e real utilizando-se as correlações disponíveis na literatura. Os dados, resultados e informações, assim como a comercialização serão de direito exclusivos da Petrobrás, podendo a Unicamp utilizar as informações para outros trabalhos, desde que sob anuência da Petrobras.	27/6/2008	10/4/2009	Waldir A. Bizzo		Empresa Pública	R\$ 26.625,00	não consta	pesquisa
34 P 20996/2006	UEC/IC/ FUNCAMP/Intel Semicondutores do Brasil	Acordo de cooperação técnica para des. Científico e tecnológico referente a capacitação de recursos humanos na área de semi-condutores para atender acordo MCT- Ministério da ciência e tecnologia, sob n 09.0010.00/2004. Estabelecer condições para realização de projetos de pesquisa nas área de compressão de microcódigo, confiabilidade de processadores e outros.	21/9/2006	20/9/2008	Guido C. S. Araújo		Indústria Privada	R\$ 0,00	não consta	cooperação
34 P 24531/2005	UEC/IC FUNCAMP/Intel Semicondutores do Brasil Ltda.	Cooperação técnico-científica entre aUnicamp e Intel considerando a necessidade de intercâmbio, atividades de disseminação de conhecimento, prestação de serviços, pesquisa, etc. Quaisquer direitos de propriedade intelectual ou industrial, incluindo mas não se limitando a software, deritos autorais, patentes, desenhos ou modelos industriais, marcas ou tecnologias não patentáveis ("propriedade intelectual e industrial") desenvolvidos na Unicamp serão de dominio publico, resgradados os direitos de propriedade previamente existentes e registrados.	22/12/2005	21/12/2007	Ricardo Dhab		Indústria Privada	R\$ 0,00	não consta	cooperação

34 P - 16480/2007	UEC/IC/ FUNCAMP/Microsoft Informática (cnpj: 60316817/0001-03). TA 01, TA 02	Convênio de cooperação entre os partícipes com finalidade de execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento que sejam de interesse de ambas as partes, conforme termo aditivos posteriores. (TA 01) Execução do plano de trabalho do projeto: viabilizando interoperabilidade entre as plataformas Linux e Microsoft. Conteúdo: HPC (high performance computing); open XML e ODF/Biz talk; application blocks; open LDAP e AD. Resultado do produto final será dividido entre as partes em 50%. (TA 02) Prorrogação do prazo para 13-08-09 e definição de pagamento. T.A 03 prorroga prazo para 31/12/09. T.A 04, prorroga prazo para 31/12/10 e pagamento de 50.000,00	13/02/08	31/12/10	Sandro Rigo	Serviços	Privada	R\$ 130.600,00	6 pessoas	pesquisa
34 P 16481/2007 (continuação do 16480)	UEC/IC/ FUNCAMP/ Microsoft Informática ta 02 e ta 04	Vabilizando interoperabilidade entre as plataforma Linux e Microsoft.	13/02/08	31/12/10	Sandro Rigo	Serviços	Privada	R\$ 180.000,00	não consta	pesquisa
34 P 16628/2005	UEC/IC/ FUNCAMP/PETROBRAS - Contrato TI-SPS 02000.0012829.05.2	Prestação de Serviços de desenvolvimento e suporte de módulo solucionador para o sistema JCONSUELO (controle de suprimentos e derivados de petróleo e das limitações operacionais nos dutos de São Paulo, para a Petrobras AB-LP/POL/PI no âmbito da tecnologia da informação São Paulo. Atividades de modelagem, implementação e suporte do subsistema solucionador (Sconsuelo) para o sistema Jconsuelo. (solução para o problema de scheduling de oleodutos; testes de validação do subsistema sconsuelo utilizando base de dados jconsuelo; entrega de artefatos par implementação no ambiente de produção da petrobras (TI/SERV-TI/TI-SPS/OI; implementação em C++; suporte e melhorias do sconsuelo. A Petrobras detém exclusividade sobre a propriedade sobre os resultados e do direito autoral	14/10/05	13/10/07	Arnaldo V. Moura	Empresa Pública	Pública	R\$ 311.784,00	não consta	pesquisa
34 P 1173/2008	UEC/ FUNCAMP/IC/ GRIAULE/ FINEP - Termo de compromisso	Transferência de recursos financeiros, pela Finep à Funcamp, para execução do projeto "desenvolvimento de engine biométrico FPGA" (deverá realizar o reconhecimento biométrico de impressões digitais, substituição de processamento de biometrias que atualmente é feita em software será processada em hardware cujo objetivos são agilidade e privacidade de dados e propriedade intelectual do algoritmo.	28/02/08	28/02/10	Neuza Jerônimo Leite	Serviços	Privada	R\$ 404.533,92	não consta	pesquisa
34 P 18760/2008	UEC/IC/ SERASA /FUNCAMP	Estabelecer parceria UEC/Serasa para a seleção de projetos técnicos científicos relacionados à tecnologia da informação a partir do engajamento dos discentes, docentes e representantes da Serasa. As partes definirão conjuntamente os pré-requisitos para seleção dos projetos que serão desenvolvidos no laboratório de sistemas de computação do IC, dando prioridade a temas tradicionais do instituto. Estabelecem valor de bolsa pesquisador graduação 1000, mestrado 1500 doutorado 2000 professor orientador 500 e executor 2000	24/11/08	24/11/09	Sandro Rigo	Instituição de ensino	Privada	R\$ 180.000,00	não consta	diversos
34P 23200/	UEC/IC /FUNCAMP/ ITAUTECH PHILCO S.A. - T.A. 01	Aproveitamento conjunto das potencialidades da UNICAMP E DA ITAUTECH PHILCO no desenvolvimento de distribuição LINUX para o mercado corporativo. Todos os resultados, metodologias, inovações técnicas, privilegiáveis ou não , que venham ser obtidos, ainda que indiretamente, serão de propriedade da Itautech Philco.	01/12/04	01/12/05	Paulo Lício de Góes	Indústria	Privada	R\$ 306.000,00	não consta	pesquisa
29 P 17826/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/CTEEP - Projeto 0068-028/2004 ..	Pesquisa na área de transmissão de energia elétrica - no projeto "SCS - Supervisor de contato de seccionadora" (CTEEP-ANEEL P&D 0068-028/2004). Descrição: desenvolver sensores a serem instalados no contato fixo das chaves seccionadoras de alta tensão, que permitam uma avaliação extremamente segura da qualidade do contato. Capaz de ler sensores e, através da mediação de outros parâmetros complementares, concluir se a seccionadora encontra-se fechada e em condições de conduzir altas correntes. Pretende-se des. sensores inéditos que, instalados no contato fixo da seccionadora permitam, após uma manobra, avaliar a qualidade do contato resultante com grande segurança. Obs: quanto à propriedade intelectual, os direitos e resultados gerados será dividida em 50% entre CTEEP e Unicamp, sendo que caberá a CTEEP a decisão de viabilidade de pedidos de privilégio (patentes, marcas e/ou direitos autorais, modelos de utilidade)	1/8/2005	31/7/2006	Edson Mochim	Serviços	Pública	R\$ 253.813,00	4 professores e 2 alunos	pesquisa
29 P 23100-2004	Conv. Unicamp/Funcamp/FINEP. Transferência de recursos para realização de 11 th biennial international conference of ISSAC	Transferência de recursos financeiros da FINEP para Unicamp para evento " 11 Th Biennial International Conference of ISAAC " (seminários e eventos científicos e tecnológicos; publicações técnicas e científicas em revistas especializadas; relatórios técnicos e resumos publicados ou divulgados em qualquer meio , inclusive magnético ou eletrônico. Fonte do recurso: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico FNDCT/CT-Saúde. Partícipes: Finep (concedente) e Funcamp (conveniente). Executor: Unicamp.	8/10/2004	7/4/2005	Antonio A. F. Quevedo	Instituição o/órgão apoio	Pública	R\$ 15.000,00	não consta	transf. Recurso evento científico
29 P - 23800-2007	contrato Unicamp/Funcamp/Companhia Paulista de Força e Luz. Prestação de serviços	Curso de extensão. Serviços de treinamento de "Técnicas de Previsão" para CPFL (Revisão de estatística básica, Parâmetros e estimadores, Análise de resíduos, estimação, previsão, modelos de nível local, lógica fuzzy, etc). Carga horária de 120 horas.	5/3/2008	4/6/2008	Takaaki Ohishi	Serviços	Privada	R\$ 18.000,00	público alvo:func. CPFL	Curso
29 p - 16564-2005	Contrato Unicamp/Funcamp/TELESP/Fundação Telefônica. Implantação Telecentros de inf. E neg. do Forum permanente das micros e pequenas empresas	Doação de Telefônica para Funcamp valor R\$20.000,00 para aquisição de servidor , dez terminais e uma impressora novos que serão utilizados na implantação de um Telecentro de informações e negócios. A fundação Telefônica não compartilha com idéias e conceitos expressos neste trabalho, ficando sob inteira responsabilidade do autor (Unicamp). A Unicamp deverá afixar etiquetas adesivas material permanente "doação Fundação Telefônica".	5/12/2005	31/7/2006	Leonardo S. Mende	Serviços	Pública	R\$ 20.000,00	não consta	Doação para aquisição de equipamentos

25786-2005	TA 01 Conv. Unicamp/Funcamp/EMPRO - S.J. Rio Preto - convenio entre empresa municipal de processamento de dados e a Unicamp, com interveniência administrativa da Funcamp	Desenvolvimento arquitetura integrada para cadastro de sistema de gestão (Portal de serviços - para gestão de serviços nas praças de auto atendimento e auto atendimento via internet para atividades de pesquisa, ampeamento de processos, des. e implantação de sist. e processos de capacitação; e Sistema único de informações sociais - getão de cadastro social do município, permitindo controle centralizado da concessão e gerenciamento das ações sociais.	2/1/2006	2/5/2008	Leonardo S. Mendes	Serviços	Pública	R\$ 993.847,20	28.200 horas estimadas 1 especialista gestão de projetos, 1 professor, 1 analista de sistemas, 1 programador, desnvolvedores pós grauandos cursos afins, 1 secretária, estagiários graduação e pós.	Pesquisa
29p-04399-2008	Convênio Unicamp/Funcam/Fundação CPQD-prestação de serviços para desenvolvimento estratégias de transmissão ótimas para sistema com múltiplas antenas (MIMO)	Centro de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações (CPQD). Prestação de serviços para desenvolvimento de estratégias de transmissão ótimas para sistemas com múltiplas antenas (MIMO) para múltiplos usuários. Cláusula 5ª do anexo I, da propriedade intelectual e da confidencialidade compõe de 16 itens: entre eles estão: o CPQD terá direito exclusivo (de reprodução, divulgação, venda ou cessão, cabendo-lhe exclusiva e irrestrita da exploração) sobre propriedade intelectual, de todos os resultados intermediários e finais obtidos dos trabalhos objeto deste contrato, que permitam ou não exploração comercial ou industrial.	3/12/2008	2/12/2008	Michel D. Yacoub	Fundação	Privada	R\$ 105.000,00	1 coordenador, 1 sub-coordenador, 1 pesquisador doutor e alunos de mestrado doutorado a definir	Pesquisa
29p-05466-2006	Convênio Unicamp/Funcamp/FINEP/IGNIS Comunicação S/C Ltda - Execução projeto sistema para monitoramento de comunicação VOIP	Concedente: FINEP; Convenente: Funcamp; Interviente/co-finaciador: IGNIS Comunicações SC Ltda; Executor: Unicamp. Transferencia de recursos financeiros pelo concedente ao convenente para projeto "Sistema para monitoramento de comunicação VOIP" (monitoramento da qualidade das chamadas em sistemas de transmissão de voz sobre o protocolo IP (Voip). Monitoramento de conexões Voip e conversão dessas informações em medidas que reflitam a qualidade percebida pelo usuário. Dos recursos não financeiros do executor: R\$ 7.043,00 forma de bens materiais e serviços (homem/hora e hora máquina)	21/7/2006	20/7/2008	Leonardo S. Mend	Instituiã o/órgão apoio + serviços	Pública + Privada	R\$ 408.348,00	não consta	Pesquisa
17135-2004	Convênio Unicamp/Funcamp/FINEP/IGNIS Comunicação S/C Ltda - Desenvolvimento de sistema video sob demanda	Concedente: FINEP, Convenente: Funcamp, Interviente técnico: IGNIS Comunicações SC Ltda, Executor: LaRCom/FEEC/Unicamp, Co-executor, ORION/DC/UEL. Transferencia de recursos financeiros pelo concedente ao convenente, para execução de projeto de pesquisa aplicada e de desenvolvimento científico com inovação tecnológica em software livre intitulado: "Desenvolvimento de um sistema de video sob demanda" (o sistema atuará como biblioteca remota, onde o usuário seleciona o vídeo e possui total controle sobre sua reprodução. Objetivo principal: difusão de conhecimentos, obtidos através de vídeos educacionais para alunos do ensino fundamental e médio, além de técnicos e profissionalizantes. Objetivo de oferecer entretenimento através de transmissão de filmes e documentários nos moldes de vídeo locadora convencional. Os partícipes se obrigam a assegurar e transferir ao concedente, durante e após a vigência do convenio a participação mínima de 1/3 das receitas decorrentes da comercialização da licença de uso da criação intelectual, para terceiros não envolvidos no projeto. Todos os dados, informações, tecnologia, microorganismos, etc pré-existentes, continuarão pertencendo a parte detentora. Dos recursos não financeiros do executor: R\$21.600,00 forma de bens materiais e serviços (homem/hora e hora máquina)	6/9/2004	5/9/2005	Leonardo S. Mendes	Instituiã o/órgão de apoio	Pública	R\$ 111.730,00	não consta	Pesquisa
05502-2006	Convênio Unicamp/Funcamp/Prefeitura municipal de Campinas. Desenvolvimento de plataformas para gestão dos cadastros e programas sociais do município de Campinas	Desenvolvimento do cadastr único do cidadão com base de dados única do cidadão (BDUC) e do cadastro do SUS. Filosofia de unificação do acesso através da construção da BDUC. (objetivos: centralização da gestão, descentralização da informação, transparência, controle, otimização, eficiência, colaboração e economia). Todos os resultados, metodologias, inovações técnicas, privilegiáveis ou não obtidos em virtude da execução deste convenio, ainda que indiretamente serão de propriedade da conveniada. Onerar dotações específicas consignadas nos orçamentos para os anos de 2006, 2007 e 2008	26/5/2006	24/5/2008	Leonardo S. Mendes	Órgão poder público	Pública	R\$ 260.000,00	1 professor coord., 4 desenvolvedores (mestrado ou doutorado), 1 secretária, 4 estagiários (graduandos ou mestrandos),	Pesquisa
27124-2007	TA 02 - Convênio Unicamp/Funcamp/Prefeitura Municipal de Pedreira - execução Inovação tecnológica conexão do Saber - ref proc 29p-6124-2007	Desenvolvimento e aperfeiçoamento de módulos educacionais e de laboratórios virtuais da paltaforma de educação mediada por computador (EMC), "Conexão do saber". Os serviço são de natureza e projeção intelectual (descrições de cenários de trabalho, procedimentos, inovação tecnologica, des. de sistemas e processos e capacitação técnica.) Etapas: Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para educação; capacitação de professores neste novo ambiente educacional; desenvolvimento dos projetos conceituais "modulos" WEB; Disponibilizar este conteúdo para as escolas atrave's do PGL EAD Data center. atividades: curso qualificação de professores, qualificação de técnicos/estagiários, implantação sistema, des. de 400 módulos personalizados, des laboratório virtual, coord. pedagogica e geral, grupo de qualidade, logistica e adequação de infra-estrutura da Unicamp. Todos os resultados, privilegiáveis ou não serão de propriedade da Unicamp, os módulos educacionais des em conjunto dom equipe pedagógica da prefeitura terão propriedade conjunta, vedade utilização da marca "conexão do saber" sem expressa autorização da Unicamp.	15/5/2008	14/7/2009	Leonardo S. Mendes	Órgão poder público	Pública	R\$ 216.000,00	público alvo: 180 professores e 10 técnicos	Curso
06127-2007	TA 01 - Convênio Unicamp/Funcamp/Prefeitura Municipal de Pedreira. Execução de projeto de Infovia Municipal. Ref. Proc. 29p-6124-2007	Execução, pela Unicamp, de estudos de viabilidade de implantação de uma Rede Metropolitana de Acesso Aberto, à qual chamamos Infovia Municipal, para levar inclusão digital a todo município. Todos os resultados, privilegiáveis ou não serão de propriedade da Unicamp, os módulos educacionais des em conjunto dom equipe pedagógica da prefeitura terão propriedade conjunta, vedade utilização da marca "conexão do saber" sem expressa autorização da Unicamp. empenhados para 2007 e 2008.	26/6/2007	25/8/2008	Leonardo S. Mend	Órgão poder público	Público	R\$ 60.000,00	não consta	Pesquisa
29p-15593-2005	Contrato Unicamp/Funcamp/Prefeitura Municipal de Barretos- Desenvolvimento plano diretor da Infovia para projeto de construção	Estudos técnicos e serviços de pesquisa, desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas para o des. Do plano diretor da Infovia. Atividades: levantamento de inf. Municipais (perfil usuário da secretaria da educação, levantamento de necessidades de aplicações e serviços a serem implantados da secretaria da educação, obtenção de mapas geográficos); Des. do projeto de infra-estrutura de reders de comunicação de alta velocidade para Infovia da Educação. Des. do projeto de aplicações e serviços para a Infovia da Educação. Des. anteprojeto de Plano diretor. Publicação do documento . Acompanhamento e suporte para montagem do processo de licitação. da propriedade dos resultados: da Unicamp, direito de comercialização: resultdo, metodologia, inovações técnicas serão licenciados para industrialização e comercialização da Unicamp. qualquer utilização dos resultados por terceiros deverá ser precedida de consentimento forma da Unicamp.	5/9/2005	4/9/2006	Leonardo S. Mendes	Órgão poder público	Pública	R\$ 37.600,00	não consta	Pesquisa

18488-2003	TA 01-2003 - Convênio Unicamp/Funcamp/Prefeitura Municipal de Guarulhos - Des. Aperf. Siste gestão mater. E medicamentos (SIG2M) Ref. Proc. 29p-18466 -03	Execução, pela Unicamp, de serviços de pesquisa, desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema de Gestão de Materiais e Medicamentos e do Sistema Integrado de Gestão do Atendimento Ambulatorial e do Programa da Saúde da Família, da Secretaria de Saúde. O Sig2m é um software para gerenciamento de almoxarifado, adaptados a centros de distribuição de postos de saúde, que detém histórico desde licitação até consumo final. todos os resultados, metodologias e inovações técnicas, privilegiáveis ou não, ainda que indiretamente serão de propriedade da Unicamp.	17/10/2003	16/12/2005	Leonardo S. Mendes	Órgão poder público	Pública	R\$ 366.000,00	não consta	Pesquisa
21886-2002	Contrato Unicamp/Funcamp/CEMIG - Des. Funções Avançadas EMS- Energy Managment System para Sistemas de Subtransmissão.	Etapas: Avaliação, base de dados e configurador de redes, integração I, Implementação I, bibliotecas de desenvolvimento, fluxo de potencia off-line, modelagem de rede interligada, análise de contingência off-line, implementação II e modos de estudos. Todo produto, dados, documentos, informações, técnicas pertinentes, inclusive resultados parciais e finais que resultem ou não em exploração comercial são de propriedade exclusiva da CEMIG. entende-se por resultado: estudos, relatórios, descrições técnicas, produtos, dados, desenhos, fluxogramas, listagem de progra de computadores (fonte ou executável), doc didática, além de outros aqui não especificados.	20/11/2002	1/6/2005	Arovaldo V. Garcia	Empresa Pública	Economia mista	R\$ 447.200,00	não consta	Pesquisa
04394-2002	TA. 01 -2002 Conv. Unicamp/Funcamp/Celestica do Brasil Ltda. Execução do projeto novos dispositivos opticos integrados. Ref processo 29p 4394 - 2002	Execução do Projeto "Dispositivos de RF". Estudo de técnicas de projetos de circulador de RF. Projeto de circulador coaxial em 1.5 ghz, Projeto de circulador coaxial em 5.0 ghz, Estudo de técnicas de projetos de filtros de RF, projeto de filtro microstrip em 1.5 ghz, projeto de filtro caviade em 5.0 ghz. os resultados deste projeto que gerarem patentes deverão ter a propriedade compartilhada igualmente entre a Celestica e a Unicamp.	1/8/2002	28/2/2005	Hugo E.H.Fiqueiroa	Industria	Privada	R\$ 494.194,00	não consta	Pesquisa
25783-2005	TA 01 - Convênio Unicamp/Funcamp/Motorola Industria Ltda/Instituto de Pesquisa Eldorado- Desenvolvimento Software para telefones. Ref processo 29p - 25781-2005	Processo de testes de software para telefones utilizado atualmente pela Motorola. Atividades de pesquisa entre as partes, afim de obter sugestões de melhorias ou des de nova metodologia para processo de testes. Atividades: Pesquisa e analise golbal do processo vigente; pesquisar e desenvolver novas metodologias ou melhorias no atual processo de testes; Implantação de novas metodologias ou de Melhorias no processo de teste vigente. todo e qualquer dados, marcas, know how, bens de propriedade intelectual e industrial que venha utilizar para execução deste contrato continuará ser de propriedade exclusiva daquele que detem propriedade, sendo que estes não devem ser utilizados sem consentimento prévio do autor. qualquer produto final objeto deste termo aditivo será de propriedade exclusiva da Motorola, incluindo produto, conceito, sistema processo e design. Proibido ceder, transferir,alienar, divulgar qualquer inf, sem autorização previa por escrito da Motorola.	10/9/2005	22/6/2006	Mario Jino	Industria	Privada	R\$ 57.000,00	não consta	Pesquisa
29p-00588-2008	Contrato Funcamp/Prodasen-contratação de trabalho tecnico, implementações e aperfeiçoamento sistema de votação eletrônica do senado federal SV-SF	contrato nº 009/2008 celebram entre si Secretaria especial de Informatica do Senado Federal - PRODASEN e a Funcamp. (unicamp não aparece) trabalhos tecnicos especializados para certificação das modificações a serem implementadas no sistema de votação eletrônica do senado federal SVE-SF, por pesquisadores da Unicamp, como parte do projeto de aperfeiçoamento continuado desse sistema, conforme especificações técnicas e demais condições constantes da proposta da Funcamp e deste contrato. (melhorias opercaionai, saneamento de falhas e/ou inclusão de novas funcionalidades no SVE-SF, a serem desenvolvidos e implementados pela empres que desenvolveu o sistema, ou por terceiros.	3/4/2008	2/4/2010	José R. Oliveira	Empresa Pública	Pública	R\$ 210.000,00	não consta	Pesquisa
03277-2008	Convênio Unicamp/Funcamp/Companhia Paulista de Força e Luz. Desenvolvimento de trabalho técnico científico da área de sistema de energia elétrica PD - 4907	Objeto: regular relação jurídica contratual. Prestação, pela contratada (Unicamp), à CPFL de serviços tecnológicos de pesquisa e desenvolvimento referentes ao projeto PD - 4907 intitulado: " Dinâmica de geradores síncronos trifásicos associado a dinâmica de geradores de sistema elétrico". Etapas: 1 - determinação dos parâmetros do modelo matemático do gerador síncrono; 2 - modelagem matemática dinâmica de geradores síncrono para estudos da dinâmica de geradores dos sistemas de energia elétrica; 3- melhoria na modelagem matemática dinâmica de geradores síncronos; 4 - incorporação dos sistemas de acessórios do gerador da modelagem. (cláusula 35, 36, 37, 38) Direito de Propriedade intelectual/comercial: a CPFL terá todos e quaisquer direitos autorais em relação ao manuais, relatórios, dados técnicos e conclusões advindas do presente contrato. A CPFL e as contratadas terão, cada parte, direito de 50%, da eventual patente do produto ou de qualquer outro resultado do presente contrato, conforme legislação de propriedade industrial vigente. A concessão de licença e autorização para exploração comercial do resultado ou patente gerada pelo presente contrato, por terceiros dependerá de autorização prévia anuência, por escrito, da CPFL e das contratadas. No início do 7º mês do projeto, visando a sua continuação, caso seja projeto plurianual, ou para viabilizar desdobramentos necessários a externalização dos produtos eventualmente obtidos, a CPFL e as contratadas terão que realizar, as suas custas um estudo de viabilidade técnico econômica (EVTE) que permite à CPFL obter dados para decisão pela continuidade do projeto ou, se for de interesse, prosseguir no desenvolvimento do projeto.	13/11/2007	12/11/2008	Ernesto Ruppert Filho	Serviços	Privada	R\$ 132.194,76	1 coordenador doutor; 1 gerente doutor; 1 pesquisador doutor; 2 pesquisadores bolsistas; 1 pesquisador superior pleno; 1 aux. Técnico; 1 aux. Técnico bolsista (8 pessoas)	Pesquisa
03286-2008	Convênio Unicamp/Funcamp/Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL. Desenvolvimento de trabalho técnico científico da área de sistema de energia elétrica PD - 130-07	Prestação, pela contratada (Unicamp), à CPFL de serviços tecnológicos de pesquisa e desenvolvimento referentes ao projeto PD 130-07 " Desenvolvimento de limitadores de correntes, utilizando materiais supercondutores de alta temperatura". Etapas, 1- Obtenção de tubos e barras B122012 e de novos compostos que surgirem; 2 - construção e testes de bobinas b12223edybco; 3- dimensionamento, construção e teste do protótipo lccesfc; 4 - ensaios em corrente alternada do lccesfc; 5- medição de perdas alternadas do protótipo; 6- Relatório final e documentação. (cláusula 35, 36, 37, 38) Direito de Propriedade intelectual/comercial: a CPFL terá todos e quaisquer direitos autorais em relação ao manuais, relatórios, dados técnicos e conclusões advindas do presente contrato. A CPFL e as contratadas terão, cada parte, direito de 50%, da eventual patente do produto ou de qualquer outro resultado do presente contrato, conforme legislação de propriedade industrial vigente. A concessão de licença e autorização para exploração comercial do resultado ou patente gerada pelo presente contrato, por terceiros dependerá de autorização prévia anuência, por escrito, da CPFL e das contratadas. No início do 7º mês do projeto, visando a sua continuação, caso seja projeto plurianual, ou para viabilizar desdobramentos necessários a externalização dos produtos eventualmente obtidos, a CPFL e as contratadas terão que realizar, as suas custas um termo de viabilidade técnico econômica (EVTE) que permite à CPFL obter dados para decisão pela continuidade do projeto ou, se for de interesse, prosseguir no desenvolvimento do projeto.	14/1/2008	28/2/2009	Ernesto Ruppert Filho	Serviços	Privada	R\$ 21.880,00	2 coord. Doutores; 1 gerente superior sr; 6 pesquisadores doutores; 1 pesq. Mestre; 1 pesq. Bolsista; 1 pesq. Superior sr; 1 aux técnico bolsista; 1 aux.técnico ; 1 aux. Adm.	Pesquisa

29p-29558-2008	contrato Unicamp/Funcamp/CPFL. Pesquisa de desenvolvimento de projeto PD 4908.	Prestação, pela contratada, à CPFL, de serviços tecnológicos de pesquisa e desenvolvimento ref. ao projeto pd 04908 "Dinâmica de geradores síncronos trifásicos, associados a dinâmica de sistema de energia elétrica". Parte 3/3. Etapas: 1- melhoras na modelagem matemática da dinâmica de geradores síncronos; 2- incorporação dos sistemas acessórios do gerador na modelagem; 3 - estudo de caso e redação das teses de mestrado e doutorado; 4- relatório final e workshop. Cláusula de direito a propriedade autoral/comercial, idem ao 29p-03286-2008 (obs. formulário ANEEL: categoria da pesquisa: aplicada; tema da pesquisa: geração de energia elétrica; área de conhecimento: sistemas elétricos de potência)	14/4/2009	13/4/2010		Serviços	Privada	R\$ 32.000,00	1 coord. Doutor; 1 gerente doutor; 1 pesq. Bolsistas; 1 pesq. Superior pleno; 1 aux técnico; 1 aux. Técnico bolsista	Pesquisa
29p-14635-2004	Contrato Unicamp/Funcamp/CPFL/FAENQ UIL/FAPE. Pesquisa de desenvolvimento de projeto PD 30-03.	"Limitadores de corrente elétrica resistivos, supercondutores de alta temperatura" fase 3/3. Entidade líder Unicamp. Entidade 2: Faculdade de Engenharia Química de Lorena com intervenção da Fundação de Apoio a Pesquisa e Ensino. Etapas 1: Revisão do projeto básico para fios e fitas disponíveis em julho de 2004; 2- aquisição de fios e fitas hts; 3- projeto e construção de bobinas do limitador de corrente hts; 4- ensaios elétricos e térmicos da bobina teste 3; 5-detalhamento da infra-estrutura triogênica e de engenharia operacional; 6- relatório final. (obs: ANEEL: categoria:pesquisa básica dirigida, tema de pesquisa: pesquisa estratégica; área de conhecimento: eng. elétrica, física geral, materiais elétricos). TA 01 (31-05-2005)- acréscimo de R\$100.000,00 e prorrogação para 31-12-05	1/7/2004	31/12/2005	Ernesto Ruppert Filho	Serviços	Privada	R\$ 410.063,00	1 coord. Doutor; 1 gerente superior sr; 4 pesquisadores doutores; 1 pesq. mestre; 2 aux adm.; 1 aux. Técnico bolsista; 1 aux. Técnico e 1 serviços terceiros	Pesquisa
29p03281-2008	Convênio Unicamp/Funcamp/Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL. Desenvolvimento de trabalho técnico científico da área de sistema de energia elétrica PD-49-07	CPFL: contratante; Unicamp: contratada; Funcamp: interveniente administrativa. " Dinâmica de geradores síncronos trifásicos, associados a dinâmica de sistemas de energia elétrica". Etapas: 1- determinação dos parâmetros do modelo matemático do gerador síncrono; 2- modelagem matemática e dinâmica de geradores síncrono para estudos de dinâmicas dos geradores e dos sistemas de energia elétrica; 3- melhora na modelagem matemática dinâmica de geradores síncronos; 4- incorporação dos sistemas assessórios do gerador na modelagem. Cláusula de direito a propriedade autoral/comercial, idem ao 29p-03286-2008. (obs. ANEEL: categoria da pesquisa: aplicada; tema de pesquisa: geração de energia elétrica; área de conhecimento: sistemas elétricos de potência)	13/11/2007	12/11/2008	Ernesto Ruppert Filho	Serviços	Privada	R\$ 26.500,08	1 coord. Doutor; 1 gerente doutor; 1 pesquisador doutor; 1 pesq. Superior pleno; 2 pesq. Bolsistas; 1 aux téc.; 1 aux. Técnico bolsista.	Pesquisa
29p-24665-2003	Contrato Unicamp/Funcamp/Elektro. Estudar comportamento transitório, tensões, correntes, sistemas, impactos, manobras em equipamento, envolvimento, alcance e arco.	Prestação de serviços de pesquisa, consultoria e desenvolvimento. A Unicamp detém tecnologia e experiência necessária, estrutura e capacidade técnica e de pessoal especializado para o desenvolvimento da pesquisa na forma estabelecida neste instrumento. Objeto: "Estudo do comportamento transitório, tensões, correntes, sistemas, impactos, manobras em equipamento, envolvimento, alcance e arco". Etapas 1- Pesquisa bibliográfica e complementação da pesquisa apresentada no projeto, melhorar o conhecimento do estado da arte da área; 2- obtenção da configuração do sistema a estudar; 3- modelagem matemática do sistema; 4- teste de software, 5- correções; 6- elaboração do relatório final. Direito propriedade intelectual e comercial: os direitos de propriedade da pesquisa, com exceção de software, serão atribuídos, exclusivamente à Elektro. A Unicamp poderá utilizar o resultado do conhecimento no âmbito acadêmico, sendo expressamente proibido a comercialização. As partes serão obrigadas a comunicar qualquer resultado passível de proteção de propriedade. Todo e qualquer acesso de informação por terceiros deverá submeter autorização por escrito da Elektro. Informações e dados fornecidos por qualquer das partes durante execução do contrato, tem direitos autorais resguardados. A Elektro tem direito de utilizar, sem autorização da Unicamp, os resultados dessa pesquisa na aplicação industrial irrestrita em toda sua área de atuação empresarial e para fins de treinamento e capacitação de internos.	1/11/2003	31/10/2005	Ernesto Ruppert Filho	Serviços	Privada	R\$ 502.944,00	não consta	Pesquisa
29p-25814-2002	Convênio Unicamp/Funcamp/FINEP/O N S - Execução, projeto, planejamento, programação da operação energética.	Concedente: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Conveniente: Funcamp. Interveniente co-financiador: Operador Nacional do sistema elétrico - O N S. Executor: Unicamp. Objeto: Transferência de recursos financeiros, pelo concedente, para o conveniente para o projeto intitulado: "Planejamento e programação da operação energética". FNDCT/CT-Energ (Fundo de desenvolvimento científico e tecnológico). Objetivo geral: Prosseguimento e aprofundamento do programa de pesquisa para gerência da operação do parque gerador formado por usinas termo-elétricas e hidrelétricas com ou sem reservatórios na modalidade determinística, com a consideração de todas as características e restrições do sistema interligado brasileiro. Avaliação da modelagem desenvolvida no âmbito deste projeto, frente as ferramentas utilizadas pela ONS para o planejamento e programação da operação energética. Direito autoral e comercial: qualquer licença de uso da criação intelectual resultante do projeto, para terceiros, nele não envolvido, deverá obedecer normas do FNDCT/CT-Energ e formalmente reconhecido pelo concedente. O concedente terá participação mínima das receitas decorrentes do resultado da pesquisa (comercialização, da licença de uso, da produção intelectual). (obs. define quem é o terceiro). O direito de propriedade intelectual, comercialização, licença, etc será definido em outro contrato (conforme legislação vigente) com participação de todos os envolvidos no mesmo.	1/9/2003	31/3/2005	Secundino S. Filho	Instituição o/órgão apoio	Pública	R\$ 571.059,16	1 coord. Operacional - docente Unicamp; 1 pesquisador docente Unicamp; 1 pesquisador CLT; 1 coord. técnico geral do projeto; 3 bolsistas FEEC modalidade DTI-C, 1 Mod. DTI-G, 1 mod. EV-A	Pesquisa
29p-27386-2002	Conv. Unicamp/Funcamp/Operadora Nacional do Sistema Elétrico- O N S	Regulamentar repasses de ref. A processos 29p-25814-2002. Termo de compromisso, que entre si fazem parte a O N S, Unicamp e Funcamp. "Planejamento e programação da operação energética". Objeto: regulamentar as condições de repasse da contrapartida da O N S na execução do projeto, condições de sigilo tecnológico, direitos ref. a titularidade, comercialização e uso da propriedade intelectual. Todos os dados, informações (técnicas e comerciais), tecnologias, biotecnologias, microorganismos, programas de computador, procedimentos e rotinas adquiridos anteriormente, serão resguardados pelos autores dos mesmos, sendo necessária a autorização do detentor para qualquer uso por terceiros. Os resultados serão divididos em 50% para cada parte, sendo que a O N S arcará com as despesas de registro de patente no Brasil (INPI) ou exterior, com seus respectivos inventores reconhecidos.	5/12/2003	31/3/2005	Secundino S. Filho	Serviços	Privada	R\$ 563.274,00	1 coord. Téc. Geral; 1 coord. Operacional docente Unicamp; 1 pesquisador docente Unicamp; 1 pesquisador (CLT), 2 estagiários informática	Pesquisa
29p-27639-2003	Contrato Unicamp/Funcamp/O N S. "Desenvolvimento de ferramenta computacional, aprimoramento, expansão e adequação do software Hydrodata". Termo complementar do 29p-25814-2002	Serviço de desenvolvimento de ferramenta computacional do software hydrodata, à base de dados técnicos da O NS. O Hydrodata é um programa computacional, gerenciador de dados cadastrais de usinas hidrelétricas brasileiras. Etapas, 1- análise da base de dados técnicos e compatibilidade; 2- dados temporais; 3- importação da base de dados técnica; 4- interface de análise; 5- gerador de versões; 6-teste; 7- treinamento e apresentação.	17/11/2003	30/6/2005	Secundino S. Filho	Serviços	Privada	R\$ 272.616,00	1 coord. Doutor professor, 1 engenheiro doutor, 1 eng. Mestre a definir	Pesquisa

07290-2004	29p-	TA 01/04 conv. Unicamp/Ericsson Telecomunicações S.A./ Funcamp. Termo de cooperação técnico científico.	Pesquisa, desenvolvimento, protótipo/redes óticas ref. Proc. 29p 7294-2004 . Execução, por parte da Unicamp, à Ericsson, de um projeto de pesquisa e desenvolvimento de um protótipo para gerência distribuída de redes óticas, tendo como base serviços WEB- "Web Services". Etapas: 1 -estudo de modelo para plano de controle gerenciamento das redes óticas; 2- aplicação das tecnologias baseadas na "Web-services" no gerenciamento das redes óticas; 3- projeto da arquitetura de gerenciamento distribuída; 4- implementação e validação do protótipo; 5- demonstração do protótipo; 6- execução do relatório final. Da propriedade dos resultados obtidos pelo contrato e direitos intelectuais e comerciais, ainda que indiretamente será de exclusividade da Ericsson. Os resultados sobre: privilégios de invenção, modelos de utilidade, modelos industriais, registros de software comercialmente viáveis e patenteáveis, a Ericsson compromete-se pagar valor a título de remuneração adicional única de R\$5.000,00 para Unicamp, para cada item anterior, e esta compromete-se pagar para o inventor como premiação. A Ericsson terá prazo de até 6 meses para decidir pelo registro ou viabilidade comercial da invenção. Todos os resultados poderão ser livremente industrializados, comercializados, licenciados a terceiros, sem que caiba à Unicamp, ou qualquer outro membro que tenha participado do contrato, qualquer tipo de participação no resultado. TA 04. Prorroga prazo da 4º e 5º etapas, para 18-11-2005	12/4/2004	11/12/2005	Maurício F. Guimarães	Industria	Privada	R\$ 300.120,00	não consta	Pesquisa
29p-15601-2005	29p-	Conv. Unicamp/Funcamp/CPFL/Expertis e Engenharia Ltda.	Desenvolvimento de trabalho técnico científico, área de sistema de energia elétrica pd 137 "Fator de potência em tempo real" - fase 2. Etapas, 1- desenvolvimento de protótipo da ferramenta; 2- seleção de consumidores da CPFL para aplicação da ferramenta desenvolvida; 3- monitoramento do fluxo de potência harmônico; 4 - avaliação de impacto tarifário da correlação da dinâmica Fp; 5- aviação da dinâmica e desenvolvimento da ferramenta desenvolvida, 6-visita de 3 especialistas internacionais no Brasil. Cláusula de direito a propriedade autoral/comercial, idem ao 29p-03286-2008. (ANEEL: formulário do projeto, categoria da pesquisa: pesq. aplicada; tema: distribuição de energia elétrica; área de conhecimento: sistemas elétricos de potência)	18/5/2005	30/4/2006	Sigmar M. Deckmann	Serviços	Privada	R\$ 314.129,88	2 pesquisador superior jr; 4 pesq. Sup. Jr e pleno; 1 pesquisador doutor; 1 gerente sup. Pleno; 1 pesq. Especialista; 4 aux. Téc. Bolsistas; 1 coord. Doutor	Pesquisa
29p-17439-2005	29p-	Contrato Unicamp/Funcamp/CPFL/Expertis e Engenharia Ltda/Reason Tecnologia S.A. Projeto PD 212	antes? entidade lider: Expertise Engenharia Ltda; entidade 2: Unicamp e Funcamp; entidade 3: Reason Tecnologia S.A. Ojeto: prestação, por parte das contratadas, à CPFL de serviços tecnológicos de pesquisa e tecnologia e desenvolvimento ref. ao projeto "PD 212 CIIQ-Central integrada de inteligência da Qualidade". Etapas: 1- avaliar performance adequar a 34 RIQEEES implementada nas etapas anteriores; 2- pesquisar, desenvolver, implementar RE-engenharia em 3 RIQEEES do PD 12; 3- estudo para avaliar a possibilidade de coletar outros dados de interesse; 4- desenvolver software para transmissão de forma aproximada de oscilografia das VCTDS; 5- desenvolver e implementar novas funcionalidades para o software; 6- levantar as possíveis formas de exploração da mídia via FTP; 7- implementar as formas de exploração da mídia via FTP definidas; 8- avaliar desempenho do SGQP desenvolvido no PD 12; 9- elaboração de normas para exploração de interfaces; 10- supervisão do projeto 1º ano. Cláusula de direito a propriedade autoral/comercial, idem ao 29p-03286-2008. (formulário ANEEL, categoria da pesquisa: aplicada; tema: qualidade; área de conhecimento: eng. elétrica e engenharia de potência).	22/7/2005	30/5/2006	Sigmar M. Deckmann	Serviços	Privada	R\$ 324.551,00	2 professores, 4 alunos da pós-graduação.	Pesquisa
28841-2005	29p-	TA: 05 Convênio Unicamp/Funcamp/Ericsson Telecomunicações S.A. "Desenvolvimento de protótipo Rede Overlay" referente a arquitetura internet. Ref. Processo 29p-7294-2204	Arquitetura de endereçamento de redes orientadas para serviços. Pesquisa e desenvolvimento de protótipos de Rede Overlay, baseado nas novas propostas de endereçamento e identificação de serviços, tendo como referência a arquitetura internet. Etapas: 1-fase exploratória, 2-fase do projeto, 3- implantação e teste do protótipo, 4- relatório final. Direito autoral: os resultados, ainda que indiretamente, serão de propriedade exclusiva da Ericsson. Privilégios de invenção, modelos de utilidade, modelos industriais, desenhos e registros de software, comercialmente viáveis e patenteáveis, a Ericsson pagará valor único de R\$5.000,00 por cada item referido, a título de remuneração adicional única, a título de premiação. A Unicamp se compromete pagar aos "inventores". A Ericsson terá prazo de 6 meses para decidir por patentear ou comercializar o resultado deste contrato. A Ericsson terá direito exclusivo de comercialização, industrialização, assim como licenciamento a terceiro, sem que caiba a Unicamp ou qualquer outro envolvido na pesquisa qualquer direito ou participação nos resultados.	4/10/2005	3/9/2007	Maurício F. Guimarães	Industria	Privada	R\$ 573.000,00	não consta	Pesquisa
17434-2005	29p-	Contrato Unicamp/CPFL/Companhia Piratininga de Força e Luz/ SEST- Serviços especializados Ltda/ UNISOMA matemática para produtividade S.A/ ELUCID Solutions S.A.	Companhia Piratininga de Força e Luz: entidade proponente. UNICAMP, SEST, UNISOMA e ELUCID: entidades contratadas. Objeto: Prestação de serviços, por parte das contratadas, à CPFL, de serviços tecnológicos de pesquisa e des. Referente a "PD-169 Desenvolver uma metodologia de monitoramento permanente na curva de aferição dos medidores eletromecânicos" que atenda as normas do INMETRO e às exigências da CSPE e as necessidades da empresa. Consta 17 etapas. Cláusula de direito a propriedade autoral/comercial, idem ao 29p-03286-2008. Formulário ANEEL, título: gestão estatística de medidores; categoria da pesquisa: pesquisa básica dirigida; tema: qualidade; área de conhecimento: sistema de computação, probabilidade estatística aplicada, medidas elétricas/magnéticas e eletrônicas; instrumentação e ciências exatas e da terra.	1/3/2005	28/2/2006	Carlos A. dos R. Filho	Serviços	Privada	R\$ 360.644,44	1 coord. Doutor, 1 pesquisador doutor, 2 pesquisadores superior pleno, 1 pesq. Superior SR, 3 bolsistas pesquisadores, 1 aux técnico, 1 serv. De terceiros, 1 aux adm, 2 pesquiadores sup. PL, 1 gerente superior SR.	Pesquisa
29p-3276-2008	29p-	Convênio Unicamp/Funcamp/Companhia Paulista de Força e Luz/ CLCTEC- Des. De trabalho técnico científico na área de sistemas elétricos "PD 177-07"	Unicamp e Funcamp: contratas 1; CLCTEC Consultoria: contratada 2. Objeto: Execução de "PD177-07 Estratégia hierárquica de otimização para alocação de recursos de manutenção". Consta de 8 etapas. Cláusula de direito a propriedade autoral/comercial, idem ao 29p-03286-2008, exceto: dos 40% dos resultados, caberão a Unicamp e 10% a CLCTEC. (formulario ANEEL: categoria: pesquisa aplicada, tema: eficiência energética, área de conhecimento: sistema elétricos de potência, probabilidade estatística aplicada, matemática aplicada e sistema de computação.	13/11/2007	12/11/2008	Christiano Lyra Filho	Serviços	Privada	R\$ 351.900,00	1 gerente superior SR, 2 pesquisador doutor, 1 coord. Doutor, 3 pesquisadores mestre, 2 pesq. Superior SR	Pesquisa
29p-3268-2008	29p-	Conv. Unicamp/Funcamp/Companhia Piratininga de Força e Luz/CLCTEC - Des. De trabalho técnico científico na área de sistemas elétricos "PD 177-07"	Unicamp: contratada 1; Funcamp: interveniente administrativa da contratada 1; CLCTEC: contratada 2. "PD-177-07 Estratégia hierárquica de otimização para alocação de recursos de manutenção". Consta de 8 etapas. Cláusula de direito a propriedade autoral/comercial, idem ao 29p-03286-2008, exceto: dos 40% dos resultados, caberão a Unicamp e 10% a CLCTEC. (form. ANEEL: Categoria da pesquisa: pesq aplicada, tema: eficiência energética, área do conhec: sistemas eletricos de potencia, probabilidade e estatística aplicada, matemática aplicada e sist. computação).	13/11/2007	12/11/2008	Christiano Lyra Filho	Serviços	Privada	R\$ 200.000,00	1 gerente superior SR, 2 pesquisador doutor, 1 coord. Doutor, 3 pesquisadores mestre, 1 pesq. Superior SR	Pesquisa

15/129-2006	Conv. Coop. Tec. Científica Unicamp/CTEEP/Funcamp/CEMEF. Pesquisa e execução do projeto 0068-007/2006 "Otimização de de projetos de torres de linha de transmissão".	Cia de transmissão de energia elétrica paulista (CTEEP) é a proponente, a CEMEF e UNICAMP são executoras. Objeto: realização de pesquisa na área de transmissão de energia elétrica, denominado "Utilização de cálculos dinâmicos para otimização de projetos de torres de linha de transmissão". Cláusula 8ª, direito autoral: fica acordado entre os partícipes que todo resultado gerado por meio deste contrato será de exclusividade a CTEEP; pará. 1º a CTEEP decidirá pela viabilidade e interesse pela proteção dos direitos autorais e intelectuais (pedidos de patentes ou invenções, modelos de utilidades, modelos de desenhos industriais, registro de marcas e direitos autorais) no Brasil ou no exterior; 2º a CTEEP encarregar-se á dos custos e burocracias necessárias dos direitos autorais; 5º a CTEEP terá direito exclusivo sobre os resultados auferidos e em licenças concedidas a terceiros; a Unicamp e a CEMEF terá que solicitar autorização à CTEEP para divulgação de quaisquer informação; caso haja interesse da Unicamp ou CEMEF em explorar o resultado deste contrato deverá ser elaborado novo contrato específico. Formulário projeto ANEEL: pesquisa aplicada, tema: transmissão de energia elétrica, área de conhecimento: estruturas e mecânica dos sólidos.	1/12/2006	1/6/2008	Paulo R.G.Kurka	Serviços	Pública	R\$ 443.159,98	1 especialista gerente; 1 pesquisador mestre; 1 pesquisador sup. Sr; 2 pesquisadores especialistas; 1 coord. Doutor; 1 aux. Adm; 1 aux. Téc.; 1 pesquisador sup. Jr;	Pesquisa
11409-2007	TA 05. Unicamp/Funcamp/Pirelli. Caracterização e dinâmica do pneu auxiliar. Desenvolvimento de novos produtos. Ref. Processo original 3p-15624/2003.	Objeto: dinâmica e acústica do pneu a fim de auxiliar no desenvolvimento de novos produtos, com foco no usuário final. Serão contemplados aspectos fibricionais, com sua influencia no desgaste do pneu e no conforto do usuário. Além de geração de ruído (conforto acústico). Contemplam atividades de suporte tecnológico e atividades de pesquisa aplicada (conf. anexo 1). obs. não constam assinaturas do reitor da Unicamp, nem diretor Funcamp, não está datado (março de 2007 é sugestão do anexo 1). Cláusula 5ª, das propriedades dos resultados: 5.1- a propriedade e a titularidade sobre qualquer resultado deste contrato (invenção, segredo comercial, dados, "know how", direito autoral, propriedade intelectual sobre material ou resultado, software de computador) bem como direito de propriedade industrial pertencerão a Pirelli, assim como direito exclusivo de requerer patente em qualquer país do mundo (com expensas da Pirelli). A Unicamp e sua equipe assinará e entregará todos os documentos necessários para Pirelli obter patentes. 5.2- todos os direitos patrimoniais (fabricação, comercialização e licenciamento) serão exclusivamente da Pirelli, nada tendo a Unicamp reivindicar além da remuneração aqui tratada anteriormente. 5.3- qdo for de direito a Pirelli nomeará os pesquisadores da Unicamp como inventores ou co-inventores no caso de pedido de patentes resultantes. 5.4- a Pirelli fica plenamente isenta de remuneração dos inventores-pesquisadores e/ou inventores-contratados (com exceção da prevista na clausula 3ª), conseqüentemente fica a Unicamp a responsável por tal remuneração. 5.5- toda equipe participante do contrato da Unicamp não possuirá nenhum tipo de vínculo trabalhista com a Pirelli, todos os encargos trabalhistas, previdenciário e securitário fica sob responsabilidade da Unicamp. 5.6- na hipótese da Pirelli vir a ser instada pelos inventores-funcionários-contratados e afins da Unicampa fazer qualquer tipo de pagamento mencionadas nos itens 5.4 e 5.5, a Unicamp deverá ressarcir a Pirelli pelos valores, que, por ventura, vierem a ser reivindicados. 5.7- Caso houver discordância entre os dispositivos desta cláusula e as normas internas da Unicamp, no que diz respeito aos direitos sobre os resultados, prevalecerão os termos deste instrumento.	15/8/2007	14/2/2008	José R. de F. Arruda	Industria	Privada	R\$ 44.900,00	não consta	Pesquisa
3p-209/72/2007	Cooperação entre Unicamp/Funcamp/MWL Brasil rodas e eixos Ltda. Desenvolvimento de produtos e processos com utilização de tecnologia disponível na Unicamp.	Constitui-se objeto do presente convênio a ampla cooperação entre os partícipes com a finalidade de des. Produtos e processos com a utilização de tecnologia disponível na Unicamp. Cláusula de direitos autorais serão tratados posteriormente nos termos aditivos futuros.	21/5/2008	21/5/2013	Paulo R. Mei	Industria	Privada	R\$ 0,00	não consta	cooperação
3p-16772/2005	Contrato de licenciamento Unicamp/Funcamp/Arruda & Bertazzoli Ltda me. Equipamento para tratamento eletrolítico de afluentes aquosos.	Objeto: é o licenciamento, com exclusividade para a A & B, das patentes relacionadas aos processos de tratamento de efluentes, com compostos metálicos, bem como know how, tecnologia doravante denominada pela Unicamp de "Equipamento para tratamento eletrolítico de efluentes aquosos", visando sua produção, comercialização e prestação de serviços nos seguimentos da indústria metal-mecânica, indústria de fertilizantes, indústria de explosivos, indústria de jóias e semijóias. Os inventores são: Prof. Dr. Rodnei Bertazzoli do DEMA da FEM, Rosana Ap. di Iglia, e do LEE são: Christiane de Arruda R Ragnini e Marcos Roberto V. Lanza e Marcos Spitzer. A A & B é uma empresa de incubação pela INCAMP - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp, cuja iniciativa empreendedora foi gerada a partir de conhecimentos desenvolvidos no LEE e DEMA da FEM, sendo caracterizada uma empresa oriunda de laboratório e resultante de pesquisa acadêmica ou industrial, constituindo-se um "spin-off" da Unicamp.	21/11/2005	20/11/2020	Rubens Caran Jr	Serviços	Privada	R\$ 0,00	não consta	licenciamento produto

R\$ 12.467.943,42

Lista de referência bibliográfica

BEM-DAVID, Joseph. O papel do cientista na sociedade: um estudo comparativo; tradução Dante Moreira Leite. São Paulo. Pioneira, ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 281p.

BRASIL (1961). Lei 4.024 de 20 Dez. de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 12 Jul. 2010.

_____ (1966). Decreto Lei nº 53 de 18 Nov. 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116840>> Acesso em: 02 Fev. 2010.

_____ (1967). Decreto Lei nº 252 de 28 Fev. de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto –lei nº 53 de 18 Nov. 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117229>>. Acesso em: 02 Fev. 2010.

_____ (1968). Lei nº 5.540 de 28 Nov. 1968. Fixa norma de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com o Médio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 02 Fev. 2010.

_____ (1988). A Constituição Federal. 5ª edição, atualizada até a Emenda Constitucional nº 56. Barueri. SP. Ed. Manole Ltda. 2008. Coleções Códigos 2008. 490 p.

_____ (1993). Lei nº 8666 de 21/06/1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm. Acesso em: 12 Jul. 2010.

_____ (1994). Lei nº 8.958. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8958.htm>. Acesso em: 01 Jul. 2010.

_____ (1996). LDB 9.394. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 11 Fevereiro de 2010.

_____ (1997)._Decreto federal 2.306 de 19 Ago. 1997. Regulamente sistema federal de ensino..... Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm >Acesso em: 12 Jul. 2010.

BRISOLLA, Sandra de N. Universidade – Empresa: os problemas de um relacionamento. In: Educação e Sociedade, Papirus. Campinas, nº 41. 1992

CAPES. 2008 a. Distribuição de discentes de pós-graduação 2008. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br> acesso em 21/Out/2010

CAPES. 2008 b. Distribuição de programas de pós-graduação 2008. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br> acesso em 21/Out/2010

CAPES. 2009. Estatística. Distribuição de Discentes de pós-graduaçã no Brasil por estado (ao final do ano) filtro ano 2009. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=0&82e1-selectedIndex=0>

acesso em 21/Out/2010

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário (tradução: Iraci D. Poleti). 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005. 611 p.

CHAUÍ, Marilena. Usp 94: a terceira fundação. Estudos Avançados. Vol. 8 nº 22. São Paulo. Sep/Dec 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300005

Acesso em: 23/Nov/21010

COLADO, Eduardo Ibarra. “Capitalismo acadêmico y globalização. La Universidad reinventada”. In: Educação & Sociedade vol. 24, nº 84. Set. 2003. P. 1059-1067

CRUZ, Carlos H. de Brito. Investimentos em C & T: uma comparação da situação brasileira com a de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento. In: : RODRIGUES. Paulo dos Santos, et. al. A Universidade e a pesquisa: o público e o privado. Rio de Janeiro. U.F.R.J. 1997. 252 p.

CUNHA, Luiz Antonio. A Universidade reformanda: o Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1988. 332p.

_____(2004). Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior, Estado e mercado. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 25 n° 88 Edição especial. Out. 2004

DE PAULO, Antonio. Pequeno dicionário jurídico. DP&A, 2 edição. Rio de Janeiro. 2004. 384 p.

FAPESP. Revista Eletrônica Pesquisa Fapesp. Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?ed=937&lg=> acesso em: 06 Novembro de 2010.

FERNANDES, Florestan. A universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo. Alfa-Ômega 1979. 272 p.

FILHO, Sergio Sales (Org.). Ciência, Tecnologia e Inovação: a reorganização da pesquisa pública no Brasil. Ed. Komedi. Campinas. 2000. 416 p.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. São Paulo. Abril Cultural. 1984. 187 p.

FUNCAMP. (2008a). Relatório de Atividades de 2008. Convênios e Contratos. Tab. 2. Recursos administrados por origem. Tb. 3. Recursos Humanos. Tab. 7- Evolução Quadro de Pessoal 2008. P.8, 9 e 21. Disponível em: http://www.funcamp.unicamp.br/upload/relat_atividades/RA2008.pdf. Acesso em: 29 Jun. 2010.

_____(2008b). Relatório de atividades 2008. Recursos administrados por origem. (disponível em: http://www.funcamp.unicamp.br/upload/relat_atividades/RA2008.pdf acesso em: 29/Nov. 2010)

_____(2010). A FUNCAMP. Quem somos. Histórico. Disponível em: < <http://www.funcamp.unicamp.br/funcamp.asp>>. Acesso em: 29 Jun. 2010.

_____. “Capitalismo acadêmico” em los márgenes. In: UpinioN, n° 14. Universidad Nacional de Colombia. Jun.2005.

KRIEGER, Eduardo M. e GALEMBECK, Fernando. A capacitação brasileira para a pesquisa. In: Schwartzman Simon et. al. Ciência e Tecnologia no Brasil: a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1996. 420p.

LUCAS, Luiz C., LEHER Roberto. Aonde vai a educação pública brasileira? Educação e Sociedade. Vol.22 n° 77. Campinas. Dez. 2001.

LOMBARDI, José Claudinei; et al. O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas. Campinas. SP. Autores Associados. 2005. 185 p.

LONGO, Wladimir Pirró e. Sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico: evolução após a 2ª grande guerra. In: RODRIGUES. Paulo dos Santos, et. al. A Universidade e a pesquisa: o público e o privado. Rio de Janeiro. U.F.R.J. 1997. 252 p.

MANOLE. Constituição Federal. 5 ed. atualizada até a EC n. 56. Barueri. São Paulo. Ed. Manole Ltda. 2008.

MARICONDA, Pablo R.. Natureza atormentada. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 114. Agosto 2005.

MARTINS, André L. M. A marcha do “capitalismo universitário” no Brasil nos anos 1990. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n 3, p. 733-743, Nov. 2008

_____ (2010). Invenção ou produção? O “capitalismo universitário” e o fomento à pesquisa. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n. 1, p.144-160, Jan-Jun. 2010.

MEC. 2008. Censo da Educação Superior/Resumo Técnico de 2008 tab. 15 p. 17. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf

Acesso em 30/jun/2010

MINTO, Lalo W. As reformas do ensino superior brasileiro: o público e o privado em questão. Campinas SP. Autores Associados, 2005. 308 p.

NEVES, Maria L. W. (org.).O empresariamento da Educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo. Xamã. 2002. 268p.

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações: origens e evolução histórica. Revista de Informação Legislativa. Brasília a.35 n° 140. Out/Dez. 1998. p.40-48.

_____ (2003). Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4 ed. Brasília. Brasília Jurídica, 2003. 672 p.

PAIVA, Vanilda. Um Século de Educação Republicana. São Paulo. Pro-Posições, nº2 p. 7-18. 1990.

Revista Pesquisa Fapesp. Contribuição de São Paulo. Edição 171. Mai/2010. Disponível em:

<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=4142&bd=1&pg=1&lg=>

acesso em: 04-10-2010

RODRIGUES. Paulo dos Santos, et. al. A Universidade e a pesquisa: o público e o privado. Rio de Janeiro. U.F.R.J. 1997. 252 p.

SANFELICE, José L. A problemática do público e do privado na história da educação no Brail In: LOMBARDI et al. O Público e o privado na história da educação brasileira: Concepções e práticas educativas. Campinas SP. Autores Associados. 2005. 185p.

SANTANNA, Gustavo. Direito Administrativo. Porto Alegre .Verbo Jurídico. 2009. 256 p.

SÃO PAULO. Lei Estadual nº10.879 de 10 Set. de 2001. Dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição nos concursos vestibulares das instituições de ensino superior mantidas pelo poder público. 2001. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/IntegraDDILEI?vnextoid=2ddd0b9198067110VgnVCM100000590014acRCRD&tipoNorma=9>>. Acesso em: 12 Jul. 2010.

_____ (2006). Constituição do Estado de São Paulo: atualizada e anotada (1989). Constituição Federal atualizada (1988).São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2006. 541p.

_____ (2007). Decreto nº 51.461, de 1º de Janeiro de 2007. Organiza a Secretaria de Ensino Superior e dá providências correlatas. José Serra, Governador do Estado de São Paulo. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/158517/decreto-51461-07-sao-paulo-sp>>, Acesso em: 18 Jan. 2010.

SCHWARTZMAN Simon et. al. Ciência e Tecnologia no Brasil: a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1996. 420p.

SAVIANI, Demerval. Desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação. Revista Trabalho, Educação e Saúde. V.6 nº 2. Rio de Janeiro. Jul/Out 2008. P. 213-231.

SERAFIM, Milena Pavan. Resenha: SLAUGHTER, Sheila; RHOADES, Gary. Academic Capitalism and the new economy: markets, state and higher education. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004. Campinas; Sorocaba SP. Avaliação v.15, n 1 p. 225-229. Mar. 2010.

SLAUGHTER, Sheila; LESLIE Larry. Academic Capitalism: Politics, Policies, the Entrepreneurial University. Baltimore. The Johns Hopkins University Press, 1997. 276 p.

SCHUGURENSKY, Daniel e NAIDORF, Judith. Parceria Universidade-Empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e Canadá. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol.25, n.88. p. 639-1094. Especial – Out. 2004

UNICAMP (1974). Regimento Geral da UNICAMP – Secretaria Geral. Baixado pelo Decreto nº 3.467 de 29 Mar. 1974. Título I. Art. 1º, Da Universidade e seus fins. P.1.Disponível em: <http://www.sg.unicamp.br/docs/Regimento_Geral_Unicamp.pdf> Acesso em 13 Jan. 2009.

_____(1994a). UNICAMP, História, Cronologia. Disponível em <<http://www.cgi.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/cronologia/1946-1965> > acesso em: 29 Jan. 2010.

_____(1994b). A Unicamp. Logotipo. História. Código de identidade visual. Arquivo Central do Siarq - Fundo Zeferino Vaz. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/logotipo/historia>> acesso em: 19 Fev. 2010.

_____(2005). Proposta de Distribuição Orçamentária 2005. Administração. AEPLAN. P. 16-18. Disponível em: <http://www.aeplan.unicamp.br/Proposta_Orcamentaria_2005.pdf>. Acesso em 31 Jan. 2010.

_____ (2008a). Resolução GR nº 36, de 22 Dez. 2008. Procuradoria Geral. Regulamenta Taxas de ressarcimento à Universidade de custos indiretos (RCI) oriundos de convênios, contratos, cursos de extensão e pagamentos de complementação salarial. Disponível em: <<http://www.pg.unicamp.br/resolucoes/2008/RESOL3608.htm>>. Acesso em: 11 Nov. 2009.

_____ (2008b). Anuário de Pesquisa 2008. Pró-Reitoria de Pesquisa. Financiamento a pesquisa em R\$ durante os últimos anos. Tab. VI. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/anuario/2008/Pesquisa/tabela6.html>>. Acesso em: 09 Fev. 2010. P 57

_____ (2008c). Anuário estatístico 2008. Aeplan. Disponível em: http://www.aeplan.unicamp.br/anuario_estatistico_2008/anuario2008.pdf acesso em: 15/out/2010.

_____ (2008d). Proposta de distribuição orçamentária 2008. Administração. AEPLAN. Disponível em: http://www.aeplan.unicamp.br/PDO_2008.pdf acesso em: 31/Ja/2010.

_____ (2009a). Secretaria Geral. Documentos. Regimento Geral da Unicamp. Governo do Estado de São Paulo. Regimento Geral da Unicamp. Cap. II. Do Conselho Universitário. Cap. V Da Reitoria. P. 10-21. Disponível em: <http://www.sg.unicamp.br/docs/Regimento_Geral_Unicamp.pdf> Acesso em: 11 Nov. 2009.

_____ (2009b). Anuário estatístico 2009. Tab.1.3. Indicadores de Desempenho 1998 a 2008. Administração. AEPLAN (Assessoria de Economia e Planejamento). P. 17. Disponível em <http://www.aeplan.unicamp.br/anuario_estatistico_2009/index_arquivos/index.htm> Acesso em: 12 Dez. 2009

_____ (Jan. 2010). Regimento Geral. Decreto nº3467 de 29/03/1974. Disponível em <http://www.sg.unicamp.br/docs/Regimento_Geral_Unicamp.pdf> acesso em: 19 Jan. 2010.

UNIVERSIA (jun. 2010). Conferência ajuda, mas Brasil investe pouco em pesquisa. Disponível em: <http://www.universia.com.br/rue/materia.jsp?materia=19815> Acesso em: 20 Out. 2010.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1963. 530 p.

_____(1989). Sobre a Universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica.
Cortez. São Paulo. 1989. 149 p.

Anexo 1: Decreto autonomia universitária (repasse ICMS para universidades)

Decreto N° 29.598, de 2 de fevereiro de 1989
Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em face do disposto no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil,

Decreta:

Artigo 1º - Os órgãos da Administração Centralizada do Estado adotarão procedimentos administrativos cabíveis para viabilizar a autonomia das Universidades do Estado de São Paulo, de acordo com os parâmetros deste decreto, até que a Constituinte Estadual promulgue a nova Constituição do Estado e que a Assembléia Legislativa decrete a legislação referente ao Sistema de Ensino Superior Paulista.

Artigo 2º - A execução dos orçamentos das Universidades Estaduais Paulistas, no exercício de 1989, obedecerá aos valores fixados no orçamento geral do Estado, do corrente ano, e às demais normas e decretos orçamentários, devendo as liberações mensais de recursos do Tesouro a essas entidades respeitar o percentual global de 8,4%, da arrecadação do ICMS - quota parte do Estado no mês de referência.

§ 1º - Na apuração do percentual indicado no "caput" deste artigo, não serão consideradas as liberações do Tesouro do Estado originárias de repasse de financiamentos concedidos a projetos específicos das Universidades Estaduais Paulistas.

§ 2º - Para que o Estado possa cumprir o disposto no artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, recomenda-se que as despesas com pessoal não excedam a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores liberados pelo Tesouro do Estado às Universidades Estaduais Paulistas.

Artigo 3º - O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas baixará normas adicionais fixando os critérios de execução orçamentária das Universidades do

Estado de São Paulo, incluindo os relativos à política salarial de seu pessoal docente, técnico e administrativo, observado não só o limite financeiro estabelecido neste decreto como o disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 92, inciso VI da vigente Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 25 de setembro de 1987.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas estabelecer, também, os percentuais de distribuição do montante de recursos entre as entidades, a serem liberados, mensalmente, pelo Tesouro do Estado, na forma e limite estabelecidos no "caput" do artigo 2º deste decreto.

Artigo 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de fevereiro de 1989

ORESTES QUÉRCIA; José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Frederico Mathias Mazzucchelli, Secretário de Economia e Planejamento; Alberto Goldman, Secretário da Administração; Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 2 de fevereiro de 1989.

Anexo 2 - Planilha Geral - Humanas

Processo	Descrição do convênio	Projeto do convênio	Vig. Inicial	Vig. Final	Executor do convênio	INST. EXTERNA - IE	TIPO DA IE	Natureza da IE	Valor orig. convê
01P04467/1995	UEC/IFCH/FUNCAMP- T.A 63	ADMIN.DOS RECURSOS OBTIDOS COM A VENDA DE PUBLICACOES EDITAIS PARA O IFCH	08/10/93	15/09/08	ARLEY RAMOS MORENO	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ -
01P19262/2007	UEC/IFCH/FUNCAMP - TA 150	ADMINISTRAÇÃO FUNCAMP PARA CONCLUSÃO DE ETAPA DE OBRA P/ ACABAMENTO E INSTALAÇÃO DA SEDE DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH-AEL.	17/03/08	15/09/08	SIDNEY CHALHOUB	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ -
09P27427/2008	UEC/IFCH/FUNCAMP TA 63	ESTEBELECEER AS NORMAS Q ORIENTARÃO O DESEMPENHO DA FUNCAMP NA ADM DOS RECURSOS OBTIDOS COM A VENDA DE PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO INSTITUTO DE	16/09/08	14/09/13	NÁDIA FARAGE	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ -
09P26809/2008	UEC/IFCH/FUNCAMP/IICA ESTUDO DE POLITICAS PUBLICAS	REALIZAÇÃO DE ESTUDO DIFUSÃO E FORMAÇÃO SOBRE ALTERNATIVAS ATUAIS DE POLITICAS PUBLICAS SOBR E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E REGIONAL	14/10/08	13/10/09	REGINALDO CARMELLO CORRÉA DE MORAES	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	
09P26809/2008	UEC/IFCH/FUNCAMP/IICA ESTUDO DE POLITICAS PUBLICAS	REALIZAÇÃO DE ESTUDO DIFUSÃO E FORMAÇÃO SOBRE ALTERNATIVAS ATUAIS DE POLITICAS PUBLICAS SOBR E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E REGIONAL	14/10/08	13/10/09	REGINALDO CARMELLO CORRÉA DE MORAES	INST. INTERAMERICANO DE COOP. AGRICULTA	INSTITUICAO/O RGAO APOIO	PÚBLICA	R\$ 174.000,00
09P15031/2008	UEC/IFCH/FUNCAMP/IRD	PROGRAMA"ATORES E DINÂMICAS PARTICIPATIVAS NA CIDADE DE SÃO PAULO" NO MARCO DO PROJETO "PALAPA".	27/11/08	26/11/12	LUCIANA FERREIRA TATAGIBA	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	
09P15031/2008	UEC/IFCH/FUNCAMP/IRD	PROGRAMA"ATORES E DINÂMICAS PARTICIPATIVAS NA CIDADE DE SÃO PAULO" NO MARCO DO PROJETO "PALAPA".	27/11/08	26/11/12	LUCIANA FERREIRA TATAGIBA	INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPEM	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	R\$ 12.500,00
01P15426/2007	UEC/AEL/FUNCAMP/PETROBRAS	PATROCÍNIO AO PROJETO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH 30 ANOS DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - PRONAC N° 4 6508.	03/07/07	02/08/08	SIDNEY CHALHOUB	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	EMPRESA PUBLICA	PÚBLICA	
01P15426/2007	UEC/AEL/FUNCAMP/PETROBRAS	PATROCÍNIO AO PROJETO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH 30 ANOS DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL - PRONAC N° 4 6508.	03/07/07	02/08/08	SIDNEY CHALHOUB	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ 1.387.707,56
01P04463/1995	UEC/FE/FUNCAMP - T.A. 56	ADM. REC. OBTIDOS C/ VENDAS E ASSINATURAS DA REVISTA PROPOSICOES, CADERNOS PRE-PRINT E PUBLICACOES ASSEMELHADAS EDITADAS PELA FE.	08/09/92	15/09/08	SERGIO ANTONIO DA SILVA LEITE	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ -
19P18239/2006	UEC/FE/FUNCAMP/FINEP 01.06.0788	CONSOLIDAÇÃO DO LABORATÓRIO DE VÍDEO DIGITAL INTERATIVO.	23/11/06	22/11/08	SÉRGIO FERREIRA DO AMARAL	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-	INSTITUICAO/O RGAO APOIO	PÚBLICA	R\$ 194.000,00
19P24192/2008	UEC/FUNCAMP/PROEPRE - TA 44	ADM. RECURSOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO ANUAL DO ENCONTRO NACIONAL DE PROFS. PROG. EDUC. PRÉ-ESCOLA - PROEPRE.	16/09/08	14/09/13	ORLY ZUCATTO MANTOVANI ASSIS	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ -
19P24198/2008	UEC/FE/FUNCAMP - TA 56	ADM. REC. OBTIDOS C/ VENDAS E ASSINATURAS DA REVISTA PROPOSIÇÕES, CADERNOS PRÉ-PRINT E PUBLICAÇÕES ASSEMELHADAS EDITADAS PELA FE.	16/09/08	14/09/13	SÉRGIO ANTONIO DA SILVA LEITE	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ -
19P16883/2007	UEC/FE/FUNCAMP/PREFEITURA DE CAMPINAS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "LATU SENSU"- EDUCAÇÃO INFANTIL-A PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.	26/02/08	25/11/09	SERGIO ANTONIO DA SILVA	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	
19P16883/2007	UEC/FE/FUNCAMP/PREFEITURA DE CAMPINAS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "LATU SENSU"- EDUCAÇÃO INFANTIL-A PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.	26/02/08	25/11/09	SERGIO ANTONIO DA SILVA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	R\$ 240.000,00
19P16882/2007	UEC/FE/FUNCAMP/PREF MUN DE CAMPINAS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO A PESQUISA E TECNOLOGI A NA FORMAÇÃO DOCENTE.	26/02/08	30/11/09	SERGIO ANTONIO DA SILVA LEITE	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	
19P16882/2007	UEC/FE/FUNCAMP/PREF MUN DE CAMPINAS	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO A PESQUISA E TECNOLOGI A NA FORMAÇÃO DOCENTE.	26/02/08	30/11/09	SERGIO ANTONIO DA SILVA LEITE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	R\$ 240.000,00
19P12418/2006	UEC/FE/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS	PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS - FOR MAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE GUARULHOS.	03/05/06	03/05/08	NEWTON ANTÔNIO PACIULLI BRYAN	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA FUNCAMP UNICAMP-	FUNDACAO	PRIVADA	
19P12418/2006	UEC/FE/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS	PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS - FOR MAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE GUARULHOS.	03/05/06	03/05/08	NEWTON ANTÔNIO PACIULLI BRYAN	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	R\$ 360.000,00
26P04883/2000	UEC/IE/FUNCAMP/BUREAU VERITAS	COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPEIS NA AREA DE ENSI NO E PESQUISA EM GESTAO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE.	28/12/00	27/12/05	BASTIAAN PHILIP REYDON	BUREAU VERITAS	SERVICOS	PRIVADA	R\$ -

26P03697/2001	UEC/IE/FUNCAMP/BUREAU VERITAS DO BRASIL	OFERECIMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO.	28/12/00	27/12/05	BASTIAAN PHILIP REUDON	BUREAU VERITAS	SERVICOS	PRIVADA	R\$ -
26P18717/2005	UEC/IE/FUNCAMP/FUND. EMPREEND. CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	REGULAR AS RELAÇÕES ENTRE AS PARTES VISANDO O DESENVOLV. E REALIZAÇÃO DE CURSO DE ESPECIALIZ. EM ECONOMIA E GESTÃO EM SAÚDE.	01/08/05	25/11/05	GABRIEL FERRATO DOS SANTOS	FUND.EMPREEND.CIENTIFIC O TECNOL. FINATEC	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ 109.200,00
26P27643/2004	UEC/IE/FUNCAMP/FINATEC	COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES NA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA E GESTÃO EM SAÚDE	19/10/04	28/02/05	GABRIEL FERRATO DOS SANTOS	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	
26P27643/2004	UEC/IE/FUNCAMP/FINATEC	COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES NA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECONOMIA E GESTÃO EM SAÚDE	19/10/04	28/02/05	GABRIEL FERRATO DOS SANTOS	FUND.EMPREEND.CIENTIFIC O TECNOL. FINATEC	FUNDACAO	PRIVADA	R\$ 109.200,00
26P03865/2007	UEC/IE/FUNCAMP/SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO	CURSO DE EXTENSÃO EM ECONOMIA DO TRABALHO E SINDICALISMO P/ DIRIGENTES SINDICAIS E DO SEGUIMENTO BANCÁRIO E FINANCEIRO.	19/07/07	18/07/08	CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	
26P03865/2007	UEC/IE/FUNCAMP/SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO	CURSO DE EXTENSÃO EM ECONOMIA DO TRABALHO E SINDICALISMO P/ DIRIGENTES SINDICAIS E DO SEGUIMENTO BANCÁRIO E FINANCEIRO.	19/07/07	18/07/08	CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA	SIND.DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO OSASCO E	ASSOCIACAO/COOPER./ORG.CLASSE	PRIVADA	R\$ 68.500,00
26P24897/2007	UEC/IEC/FUNCAMP/UVT/INST. VOOR ONTWIKKLINGSVRAAGSTUKKEN-HOLAN	CONTRATO DE CONSÓRCIO P/ O PROJETO GESTÃO POLÍTICA E SÓCIO-MABIENITAL DOS RECURSO NATURAIS NO MEIO RURAL.	23/01/08	22/01/09	ADEMAR RIBEIRO	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	
26P24897/2007	UEC/IEC/FUNCAMP/UVT/INST. VOOR ONTWIKKLINGSVRAAGSTUKKEN-HOLAN	CONTRATO DE CONSÓRCIO P/ O PROJETO GESTÃO POLÍTICA E SÓCIO-MABIENITAL DOS RECURSO NATURAIS NO MEIO RURAL.	23/01/08	22/01/09	ADEMAR RIBEIRO	UVT/IVO-INST.ONTWIKKLINGSVRAAGSTUKKEN	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	R\$ 16.739,00
26P05858/2008	UEC/IE/FUNCAMP/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-9ª REGIAO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO - ECONOMIA DO TRABALHO	03/04/08	31/12/09	PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	
26P05858/2008	UEC/IE/FUNCAMP/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-9ª REGIAO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO - ECONOMIA DO TRABALHO	03/04/08	31/12/09	PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-9ª REGIÃO	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	R\$ 326.771,20
26P20917/2007	UEC/IE/FUNCAMP/SER INFORMATICA TA 01	LEVANTAMENTO E COMPILAÇÃO DE INFORMACOES NOS MOTIVOS, INSTITUCIONAIS E CURRICULARES.	09/10/08	08/10/11	MIGUEL JUAN BACIC	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	
26P20917/2007	UEC/IE/FUNCAMP/SER INFORMATICA TA 01	LEVANTAMENTO E COMPILAÇÃO DE INFORMACOES NOS MOTIVOS, INSTITUCIONAIS E CURRICULARES.	09/10/08	08/10/11	MIGUEL JUAN BACIC	SER INFORMATICA LTDA	SERVICOS	PRIVADA	R\$ 53.352,00
26P22588/2008	UEC/IE/FUNCAMP/FUNDAP	PREST.SERV.PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO "PARQUE TTECNOLÓGICO DE SÃO PAULO - Nº 800-1532	01/09/08	01/03/09	MIGUEL JUAN BACIC	FUND.DO DESENVOLV.ADMINISTRIVO-FUNDAP	FUNDACAO	PÚBLICA	R\$ 220.050,00
26P14511/2007	UEC/IE/FUNCAMP/SADIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO DE GESTÃO EMPRESARIAL PARA FUNCIONÁRIOS DA SADIA	01/08/08	31/12/08	MIGUEL JUAN BACIC	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	
26P14511/2007	UEC/IE/FUNCAMP/SADIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO DE GESTÃO EMPRESARIAL PARA FUNCIONÁRIOS DA SADIA	01/08/08	31/12/08	MIGUEL JUAN BACIC	SADIA S A	INDUSTRIA	PRIVADA	R\$ 200.000,00
26P16542/2008	UEC/IE/FUNCAMP/FGV-USO DE SALA "ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSU	TERMO DE COLABORAÇÃO ENTRE AS PARTIPIES "LATU SENSU EM NIVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADM P GRADUADOS	03/11/08	02/11/11	MARIANO FRANCISCO LAPLANE	FUNDAÇÃO DE DESENVOL.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	
26P16542/2008	UEC/IE/FUNCAMP/FGV-USO DE SALA "ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSU	TERMO DE COLABORAÇÃO ENTRE AS PARTIPIES "LATU SENSU EM NIVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADM P GRADUADOS	03/11/08	02/11/11	MARIANO FRANCISCO LAPLANE	FUNDACAO VARGAS GETULIO	INSTITUICAO DE ENSINO	PRIVADA	

R\$ 3.712.019,76

Anexo 3- Planilha Geral - Exatas

PROCESSO	DESCRIÇÃO DO CONVÊNIO	PROJETO DO CONVÊNIO	VIG. INICIAL	VIG. FINAL	EXECUTOR DO CONVÊNIO	INST. EXTERNA	TIPO DA INSTITUIÇÃO EXTERNA	NATUREZA DA INST. EXTERNA	VALOR ORIGINAL DO CONVÊNIO	VALOR TOTAL DO CONVÊNIO	VALOR DA CONTRAPARTIDA DA	VALOR DE CONTRAPARTIDA - OUTROS
3 P 15624/2003	UEC/FEM/FUNCAMP/PIRELLI PNEUS	COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, CONSULTORIA E TREINAMENTO VOLTADA PARA O PROJETO DE FABRICAÇÃO DE PNEUMÁTICOS	15/9/2003	14/9/2008	JOSE ROBERTO DE FRANÇA ARRUDA	PIRELLI PNEUS S/A	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
3 P 23812/2004	UEC/FEM/FUNCAMP/PETROBRAS	PREST. SERVIÇO DE DOCÊNCIA, PARTE DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO DE SISTEMA ENERGÉTICO PARA TRES FUNCIONARIO PETROBRAS.	13/5/2005	15/3/2009	ARNALDO CESAR DA SILVA WALTER	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	EMPRESA PUBLICA	PÚBLICA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00
3 P 14703/2005	UEC/FEM/FUNCAMP/PIRELLI PNEUS T.A. 03	CARACTERIZAÇÃO DINÂMICA DO PNEU A FIM DE AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS COM FOCO NO USUÁRIO FINAL	15/7/2005	15/3/2006	JOSE ROBERTO DE FRANÇA ARRUDA	PIRELLI PNEUS S/A	INDUSTRIA	PRIVADA	39.732,00	39.732,00	0,00	0,00
3 P 22744/2005	UEC/FEM/FUNCAMP/TECMAR TA 01	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM AERONAUTICA A SER MINISTRADO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL MARANHÃO PARA ALUNOS DO CORPO DOCENTE DO TECMAR.	11/1/2006	10/1/2008	KAMAL ABDEL RADU ISMAIL	INSTITUTO TECNOLÓGICO DO MARANHÃO-TECMAR	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PÚBLICA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
3 P 15120/2005	UEC/FEM/FUNCAMP/JARDIM MANSÕES LTDA.	COOPERAÇÃO TÉCNICA CIENTÍFICA ABRANGENDO ATIVIDADES DO CONHECIMENTO, PREST. SERV. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO, TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	30/12/2005	29/12/2010	ANTONIO BATOCCHIO	JARDIM MANSÕES LTDA.	SERVICIOS	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
3 P 15121/2005	UEC/FEM/FUNCAMP/JARDIM MANSÕES LTDA. - TA 01.	DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTO, LINHA DE PRODUÇÃO E MONTAGEM DE PRODUTOS À BASE DE PNEUS, ATRAVÉS DA FEM/UTILIZAÇÃO DE INFORMACOES...	30/12/2005	29/6/2008	ANTONIO BATOCCHIO	JARDIM MANSÕES LTDA.	SERVICIOS	PRIVADA	1.194.000,00	1.194.000,00	0,00	0,00
3 P 15129/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/CTEEP/CEMEF	COOPERAÇÃO TÉCNICA P/ PESQUISAS E EXECUÇÃO DO PROJETO 0068-007/2006 "OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS DE TORRES DE LINHA DE TRANSMISSÃO"	1/12/2006	1/6/2008	PAULO ROBERTO GARDEL KURKA	CTEEP - CIA TRANS. ENERG. ELETR. PAULISTA	SERVICIOS	PÚBLICA	443.159,98	443.159,98	0,00	0,00
3 P 15129/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/CTEEP/CEMEF	COOPERAÇÃO TÉCNICA P/ PESQUISAS E EXECUÇÃO DO PROJETO 0068-007/2006 "OTIMIZAÇÃO DE PROJETOS DE TORRES DE LINHA DE TRANSMISSÃO"	1/12/2006	1/6/2008	PAULO ROBERTO GARDEL KURKA	CEMEF ENGENHARIA LTDA	SERVICIOS	PRIVADA	443.159,98	443.159,98	0,00	0,00
3 P 4013/2007	UEC/FUNCAMP/FEM/EATON TA 01	DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DE PREVISÃO DO COMPORTAMENTO ACÚSTICO DA TRANSMISSÃO EM RELAÇÃO AO FENÔMENO DE "DRIVE RATTLE".	12/11/2007	10/5/2008	JOSÉ ROBERTO DE FRANÇA ARRUDA	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	10.200,00	0,00	0,00	0,00
3 P 4013/2007	UEC/FUNCAMP/FEM/EATON TA 01	DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA DE PREVISÃO DO COMPORTAMENTO ACÚSTICO DA TRANSMISSÃO EM RELAÇÃO AO FENÔMENO DE "DRIVE RATTLE".	12/11/2007	10/5/2008	JOSÉ ROBERTO DE FRANÇA ARRUDA	EATON LTDA - DIVISÃO DE TRANSMISSOES	INDUSTRIA	PRIVADA	10.200,00	0,00	0,00	0,00
3 P 24752/2007	UEC/FEM/FUNCAMP/UNIFAE - TA 06	ASSESSORAR, ORIENTAR E SUPERVISIONAR A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA NA UNIFAE	22/11/2007	21/5/2008	KAMAL ABDEL RADU ISMAIL	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	61.965,66	61.965,66	0,00	0,00
3 P 25758/2007	UEC/FEM/FUNCAMP/FUND DE PESQ E ASSESSORAMENTO À INDÚSTRIA	APOIO TÉCNICO NOS CÁLCULOS DE UM GASEIFICADOR	28/11/2007	27/7/2008	MARCIO LUIZ DE SOUZA SANTOS	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	22.338,88	22.338,88	0,00	0,00
3 P 25758/2007	UEC/FEM/FUNCAMP/FUND DE PESQ E ASSESSORAMENTO À INDÚSTRIA	APOIO TÉCNICO NOS CÁLCULOS DE UM GASEIFICADOR	28/11/2007	27/7/2008	MARCIO LUIZ DE SOUZA SANTOS	FUND DE PESQ ASS À INDÚSTRIA- FUPAI	SERVICIOS	PRIVADA	22.338,88	22.338,88	0,00	0,00
3 P 20972/2007	UEC/FEM/FUNCAMP/MWL BRASIL RODAS E EIXOS	COOPERAÇÃO COM A FINALIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS.	21/5/2008	20/5/2013	PAULO ROBERTO MEI	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
3 P 20972/2007	UEC/FEM/FUNCAMP/MWL BRASIL RODAS E EIXOS	COOPERAÇÃO COM A FINALIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS.	21/5/2008	20/5/2013	PAULO ROBERTO MEI	MWL BRASIL RODAS E EIXOS LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
3 P 3752/2008	UEC/FEM/FUNCAMP/STRATEMA IND. E COMERCIO	LICENCIAMENTO NÃO EXCLUSIVO DA TECNOLOGIA "APA-RATO E PROCESSO DE SENSORIAMENTO ÓPTICO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS." INPI 018007005021.	7/4/2008		CARLOS KENICHI SUZUKI	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00
3 P 3752/2008	UEC/FEM/FUNCAMP/STRATEMA IND. E COMERCIO	LICENCIAMENTO NÃO EXCLUSIVO DA TECNOLOGIA "APA-RATO E PROCESSO DE SENSORIAMENTO ÓPTICO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS." INPI 018007005021.	7/4/2008		CARLOS KENICHI SUZUKI	STRATEMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00
3 P 19468/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/MAJLE/THYSSEN KNPP/EMBRACO TA 14	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO METODOLOGIA PARA ANÁLISE NUMÉRICA DE IMPACTO DE COMPRESSORES PARA REFRIGERAÇÃO	19/3/2007	19/3/2008	MARCO LUCIO BITTENCOURT	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00
3 P 19468/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/MAJLE/THYSSEN KNPP/EMBRACO TA 14	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO METODOLOGIA PARA ANÁLISE NUMÉRICA DE IMPACTO DE COMPRESSORES PARA REFRIGERAÇÃO	19/3/2007	19/3/2008	MARCO LUCIO BITTENCOURT	MAJLE METAL LEVE S.A.	INDUSTRIA	PRIVADA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00
3 P 19468/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/MAJLE/THYSSEN KNPP/EMBRACO TA 14	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO METODOLOGIA PARA ANÁLISE NUMÉRICA DE IMPACTO DE COMPRESSORES PARA REFRIGERAÇÃO	19/3/2007	19/3/2008	MARCO LUCIO BITTENCOURT	THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTD	INDUSTRIA	PRIVADA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00
3 P 19468/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/MAJLE/THYSSEN KNPP/EMBRACO TA 14	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO METODOLOGIA PARA ANÁLISE NUMÉRICA DE IMPACTO DE COMPRESSORES PARA REFRIGERAÇÃO	19/3/2007	19/3/2008	MARCO LUCIO BITTENCOURT	WHIRLPOOL S.A	INDUSTRIA	PRIVADA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00
1 P 17299/2008	UEC/NIPE/FEM/FUNCAMP/CHESF PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL DE UNID.	OTIMIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL DE UNIDA DES (OTIM-PDP)	28/11/2008	28/7/2010	PAULO DE BARROS CORREIA	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	299.528,00	299.528,00	0,00	0,00
1 P 17299/2008	UEC/NIPE/FEM/FUNCAMP/CHESF PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL DE UNID.	OTIMIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL DE UNIDA DES (OTIM-PDP)	28/11/2008	28/7/2010	PAULO DE BARROS CORREIA	COMP. HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO	EMPRESA PUBLICA	ECON. MISTA	299.528,00	299.528,00	0,00	0,00
1 P 17301/2008	UEC/NIPE/FEM/FUNCAMP/CHESF GERAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INTITULADO "OTIMIZAÇÃO DE POTENCIAL DE GERAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS"	28/11/2008	24/6/2010	PAULO DE BARROS CORREIA	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	264.136,45	264.136,45	0,00	0,00
1 P 17301/2008	UEC/NIPE/FEM/FUNCAMP/CHESF GERAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INTITULADO "OTIMIZAÇÃO DE POTENCIAL DE GERAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS"	28/11/2008	24/6/2010	PAULO DE BARROS CORREIA	COMP. HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO	EMPRESA PUBLICA	ECON. MISTA	264.136,45	264.136,45	0,00	0,00

3 P 11409/2007	UEC/FEM/FUNCAMP/PIRELLI PNEUS S.A. - T.A. 05	CARACTERIZAÇÃO DINÂMICA E ACÚSTICA DO PNEU. PA RA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS COM FOCO NO USUÁRIO FINAL	15/8/2007	14/2/2008	JOSÉ ROBERTO DE FRANÇA ARRUDA	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	44.900,00	44.900,00	0,00	0,00
3 P 11409/2007	UEC/FEM/FUNCAMP/PIRELLI PNEUS S.A. - T.A. 05	CARACTERIZAÇÃO DINÂMICA E ACÚSTICA DO PNEU. PA RA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS COM FOCO NO USUÁRIO FINAL	15/8/2007	14/2/2008	JOSÉ ROBERTO DE FRANÇA ARRUDA	PIRELLI TELECOM. CABOS E SIST. DO BRASIL	INDUSTRIA	PRIVADA	44.900,00	44.900,00	0,00	0,00
3 P 7671/2008	UEC/FEM/FUNCAMP/PETROBRAS-REPLAN.1100.0043446.08	ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRELIMINAR S/A CORRELAÇÃO DA ESCALA DE RINGELMANN COM A EMISSÃO DE MAT. PARTICULADO DE FONTES DE COMBUSTÃO	27/6/2008	10/4/2009	WALDIR ANTONIO BIZZO	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	EMPRESA PUBLICA	PÚBLICA	26.625,00	26.625,00	0,00	0,00
3 P 7671/2008	UEC/FEM/FUNCAMP/PETROBRAS-REPLAN.1100.0043446.08	ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRELIMINAR S/A CORRELAÇÃO DA ESCALA DE RINGELMANN COM A EMISSÃO DE MAT. PARTICULADO DE FONTES DE COMBUSTÃO	27/6/2008	10/4/2009	WALDIR ANTONIO BIZZO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	26.625,00	26.625,00	0,00	0,00
3 P 16772/2005	UEC/FEM/FUNCAMP/BERTAZZOLI & REGINI LTDA.	LICENCIAMENTO DE PROCESSOS ELETROQUÍMICOS PARA O TRATAMENTO DE EFLUENTES AQUOSOS CONTENDO METAIS PESADOS, ETC.	21/11/2005	20/11/2020	RUBENS CARAM JÚNIOR	ARRUDA & BERTAZZOLI LTDA - ME	SERVICOS	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
3 P 26555/2005	UEC/FEM/FUNCAMP/NIKON CORPORATION	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE DIÓXIDO DE SILÍCIO PELO MÉTODO SOOT.	1/3/2006	28/2/2008	CARLOS KENICHI SUZUKI	NIKON CORPORATION	INDUSTRIA	PRIVADA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
3 P 19466/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/MAHLE/THYSSENKRUPP/WHIRPOOL - TA 13	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO OTIMIZAÇÃO DA GEOMETRIA DA SUPERFÍCIE DE DESLIZAMENTO EM MANCAIS HIDRODINÂMICOS RADIAIS.	30/5/2007	29/12/2008	MARCO LÚCIO BITTENCOURT	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
3 P 19466/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/MAHLE/THYSSENKRUPP/WHIRPOOL - TA 13	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO OTIMIZAÇÃO DA GEOMETRIA DA SUPERFÍCIE DE DESLIZAMENTO EM MANCAIS HIDRODINÂMICOS RADIAIS.	30/5/2007	29/12/2008	MARCO LÚCIO BITTENCOURT	THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTD	INDUSTRIA	PRIVADA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
3 P 19466/2006	UEC/FEM/FUNCAMP/MAHLE/THYSSENKRUPP/WHIRPOOL - TA 13	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO OTIMIZAÇÃO DA GEOMETRIA DA SUPERFÍCIE DE DESLIZAMENTO EM MANCAIS HIDRODINÂMICOS RADIAIS.	30/5/2007	29/12/2008	MARCO LÚCIO BITTENCOURT	WHIRPOOL S.A	INDUSTRIA	PRIVADA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
3 P 28263/2004	UEC/FEM/FUNCAMP/ASSOCIAÇÃO ENGS.ARQTS.CAMPINAS - T.A.01	CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE INDUSTRIAL	13/3/2006	12/9/2008	KAMAL ABDEL RADI ISMAIL	ASSOCIAÇÃO ENGS.E ARQTS.DE CAMPINAS-AEAC	ASSOCIACAO/COOPER./ORG.CLASSE	PRIVADA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
3 P 227/2005	UEC/FEM/FUNCAMP/ASSOCIAÇÃO ENGS.ARQTS.CAMPINAS - T.A.02	CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL NA ÁREA DE ENGENHARIA AUTOMOTIVA	13/3/2006	12/9/2008	KAMAL ABDEL RADI ISMAIL	ASSOCIAÇÃO ENGS.E ARQTS.DE CAMPINAS-AEAC	ASSOCIACAO/COOPER./ORG.CLASSE	PRIVADA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
29 P 20637/1998	UEC/FEEC/FUNCAMP/ERICSSON TELECOMUNICACOES S/A.	OBJETIVANDO ATIVIDADES DE PESQUISA, TREINAMENTO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, SERVIÇO TECNOLÓGICO E SISTEMA DE QUALIDADE.	5/11/1998	4/1/2005	MAURICIO FERREIRA MAGALHAES	ERICSSON TELECOMUNICACOES S.A.	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 10115/2002	UEC/FEEC/FUNCAMP/REASON TECNOLOGIA	COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES NA ÁREA DE QUALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA E CONFORMIDADE DE POTÊNCIA.	28/6/2002	28/6/2005	SIGMAR MAURER DECKMANN	REASON TECNOLOGIA S.A.	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 21836/2002	UEC/FEEC/FUNCAMP/CEMIG - MS/AS N. 4570005764	LICENCIAMENTO DE USO EXCLUSIVO DE SOFTWARE PARA O DESENV. DO PROJ. FUNCÕES AVANÇADAS DE EMS P/ SISTEMAS DE SUBTRANSMISSÃO.	2/1/2003	1/6/2005	ARIOVALDO VERANDIO GARCIA	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	EMPRESA PUBLICA	ECON. MISTA	447.200,00	447.200,00	0,00	0,00
29 P 4394/2002	UEC/FEEC/FUNCAMP/CELESTICA DO BRASIL - T.A. 01	DISPOSITIVOS DE RF.	1/8/2002	28/2/2005	HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA	CELESTICA DO BRASIL LTDA.	INDUSTRIA	PRIVADA	1.173.230,09	1.173.230,09	0,00	0,00
29 P 18488/2003	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS-TA.01	SERV. PESQUISAS, DESENV. E APERF. DO SIST. DE GESTÃO DE MAT. E MEDIC. E DO SIST. INTEG. DE GESTÃO DO ATEND. AMBUL. E PROG. SAÚDE DA FAM	17/10/2003	16/12/2005	LEONARDO DE SOUZA MENDES	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	366.000,00	366.000,00	0,00	0,00
29 P 25814/2002	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.03.0358	PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA OPERAÇÃO ENERGÉTICA.	1/9/2003	31/3/2005	SECUNDINO SOARES FILHO	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	INSTITUICAO/ORGAO APOIO	PÚBLICA	700.059,16	571.059,16	0,00	129.000,00
29 P 27386/2002	UEC/FEEC/FUNCAMP/OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO	PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA OPERAÇÃO ENERGÉTICA.	5/12/2003	31/3/2005	SECUNDINO SOARES FILHO	OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO	SERVICOS	PRIVADA	563.274,00	563.274,00	0,00	0,00
29 P 24665/2003	UEC/FEEC/FUNCAMP/ELEKTRO-ELETRICIDADE E SERV. N. 0385-002/03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DOS IMPACTOS DE TRANSITÓRIOS DE ENSAO DE 13,8 KV.	1/11/2003	31/10/2005	ERNESTO RUPPERT FILHO	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	SERVICOS	PRIVADA	502.944,00	502.944,00	0,00	0,00
29 P 27639/2003	UEC/FEEC/FUNCAMP/ONS - N. DPP-191/2003	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTA COMPUTACIONAL DE APRIMORAMENTO, EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DO SOFTWARE HYDRODATA.	1/12/2003	30/6/2005	SECUNDINO SOARES FILHO	OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO	SERVICOS	PRIVADA	272.616,00	272.616,00	0,00	0,00
29 P 28263/2003	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREF. MUNIC. DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-TA.01	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CONEXÃO DO SABER.	27/4/2004	26/7/2005	LEONARDO DE SOUZA MENDES	PREF. DO MUNIC. DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
29 P 7290/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/ERICSSON - T.A.01	PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO PARA GERÊNCIA DISTRIBUIDA DE REDES ÓPTICAS, TENDO COMO BASE A TECNOLOGIA DOS ...	12/4/2004	11/12/2005	MAURICIO FERREIRA MAGALHAES	ERICSSON TELECOMUNICACOES S.A.	INDUSTRIA	PRIVADA	300.120,00	300.120,00	0,00	0,00
29 P 14635/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FAENQUIL/FAPE/CPFL - 460003948	PD-30.04 LIMITADORES DE CORRENTE ELÉTRICA RE- SISTIVOS SUPERCONDUTORES DE ALTA TEMPERATURA - FASE 3/3.	1/7/2004	31/12/2005	ERNESTO RUPPERT FILHO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	410.063,00	410.063,00	0,00	0,00
29 P 14635/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FAENQUIL/FAPE/CPFL - 460003948	PD-30.04 LIMITADORES DE CORRENTE ELÉTRICA RE- SISTIVOS SUPERCONDUTORES DE ALTA TEMPERATURA - FASE 3/3.	1/7/2004	31/12/2005	ERNESTO RUPPERT FILHO	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ-CPFL	SERVICOS	PRIVADA	410.063,00	410.063,00	0,00	0,00
29 P 14635/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FAENQUIL/FAPE/CPFL - 460003948	PD-30.04 LIMITADORES DE CORRENTE ELÉTRICA RE- SISTIVOS SUPERCONDUTORES DE ALTA TEMPERATURA - FASE 3/3.	1/7/2004	31/12/2005	ERNESTO RUPPERT FILHO	FACULDADE ENGENHARIA QUÍMICA DE LORENA-	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	410.063,00	410.063,00	0,00	0,00
29 P 14635/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FAENQUIL/FAPE/CPFL - 460003948	PD-30.04 LIMITADORES DE CORRENTE ELÉTRICA RE- SISTIVOS SUPERCONDUTORES DE ALTA TEMPERATURA - FASE 3/3.	1/7/2004	31/12/2005	ERNESTO RUPPERT FILHO	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA-FAPE	FUNDACAO	PÚBLICA	410.063,00	410.063,00	0,00	0,00
29 P 17135/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.04.0341	EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA APLICADA E DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SOFTWARE LIVRE	6/9/2004	5/9/2005	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	INSTITUICAO/ORGAO APOIO	PÚBLICA	111.730,00	111.730,00	0,00	0,00
29 P 23100/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.04.0426	REALIZAÇÃO DO EVENTO "11TH BIENNIAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF ISAAC"	8/10/2004	7/4/2005	ANTONIO AUGUSTO F. QUEVEDO	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	INSTITUICAO/ORGAO APOIO	PÚBLICA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
29 P 23100/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.04.0426	REALIZAÇÃO DO EVENTO "11TH BIENNIAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF ISAAC"	8/10/2004	7/4/2005	ANTONIO AUGUSTO F. QUEVEDO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00
29 P 26092/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP/MS & RCASOFT - 0105005500	APOIO AO PROJETO DE PESQUISA APLICADA NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL.	23/2/2005	22/10/2005	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	INSTITUICAO/ORGAO APOIO	PÚBLICA	1.318.700,00	1.318.700,00	0,00	0,00

29 P 26092/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP/MS & RCASOFT - 0105005500	APOIO AO PROJETO DE PESQ.APLICADA NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL.	23/2/2005	22/10/2005	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	MS & RCASOFT COM. MAT. DE INFORMATICA	SERVICOS	PRIVADA	1.318.700,00	1.318.700,00	0,00	0,00
29 P 27443/2004	UEC/FEEC/FUNCAMP/COMMODITY SYSTEMS EMPREENDIM. E PART. LTDA	ANALISAR, DEFINIR, DESENVOLVER E EXECUTAR AS ATIVIDADES E PESQUISAS NECESSARIAS QUE PERM. TAM O APERFEICOAMENTO E CORREÇÃO DA PAM01/04	19/4/2005	18/4/2006	MARCONI KOLM MADRID	COMMODITY SYSTEMS EMPREENDES.E PARTIC.LTD	SERVICOS	PRIVADA	130.800,00	130.800,00	0,00	0,00
29 P 3011/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.05.0181	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA APOIO A PROJETO DE PESQUISA " CANAL DE INTERATIVIDADE DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL"	25/4/2005	24/3/2006	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	INSTITUICAO/ORGAO APOIO	PÚBLICA	4.333.471,77	4.083.471,77	0,00	250.000,00
29 P 3011/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.05.0181	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA APOIO A PROJETO DE PESQUISA " CANAL DE INTERATIVIDADE DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL"	25/4/2005	24/3/2006	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS S/A	INDUSTRIA	PRIVADA	4.333.471,77	4.083.471,77	0,00	250.000,00
29 P 3011/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.05.0181	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA APOIO A PROJETO DE PESQUISA " CANAL DE INTERATIVIDADE DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL"	25/4/2005	24/3/2006	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	SERVICOS	PÚBLICA	4.333.471,77	4.083.471,77	0,00	250.000,00
29 P 3011/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP - 01.05.0181	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA APOIO A PROJETO DE PESQUISA " CANAL DE INTERATIVIDADE DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL"	25/4/2005	24/3/2006	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	SAMSUNG I. D. INFORMATICA AMAZONIA-SIDIA	INDUSTRIA	PRIVADA	4.333.471,77	4.083.471,77	0,00	250.000,00
29 P 15601/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/EXPERTISE/CPFL - N.4600005532	PRESTACAO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - PROJETO PD-137 - FATOR DE POTÊNCIA EM TEMPO REAL - FASE 2	1/5/2005	30/4/2006	SIGMAR MAURER DECKMANN	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ-CPFL	SERVICOS	PRIVADA	78.699,94	78.699,94	0,00	0,00
29 P 16564/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/TELESP - 0500022	DOAÇÃO DE RECURSO POR PARTE DA TELEFONICA PARA AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR, DEZ TERMINAIS E UMA IMPRESSORA NOVOS QUE SERÃO UTILIZADOS...	1/8/2005	31/7/2006	LEONARDO DE SOUZA MENDES	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	SERVICOS	PÚBLICA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
29 P 17439/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL - CONTRATO N. 4600005959	PRESTACAO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REFERENTES AO PROJETO PD-212 CIQ-CENTRAL INTEGRADA DE INTELIGÊNCIA QUALI	22/7/2005	30/5/2006	SIGMAR MAURER DECKMANN	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ-CPFL	SERVICOS	PRIVADA	72.349,00	72.349,00	0,00	0,00
29 P 17439/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL - CONTRATO N. 4600005959	PRESTACAO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REFERENTES AO PROJETO PD-212 CIQ-CENTRAL INTEGRADA DE INTELIGÊNCIA QUALI	22/7/2005	30/5/2006	SIGMAR MAURER DECKMANN	REASON TECNOLOGIA S.A.	INDUSTRIA	PRIVADA	72.349,00	72.349,00	0,00	0,00
29 P 17439/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL - CONTRATO N. 4600005959	PRESTACAO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REFERENTES AO PROJETO PD-212 CIQ-CENTRAL INTEGRADA DE INTELIGÊNCIA QUALI	22/7/2005	30/5/2006	SIGMAR MAURER DECKMANN	EXPERTISE ENGENHARIA LTDA.	SERVICOS	PRIVADA	72.349,00	72.349,00	0,00	0,00
29 P 19900/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/COMMODITY SYSTEMS - T.A.02	PESQUISAS NECESSARIAS AO DESENVOLVIMENTO PLATA FORMA MULTISERVICOS PAM 2005.	19/8/2005	3/9/2006	MARCONI KOLM MADRID	COMMODITY SYSTEMS EMPREENDES.E PARTIC.LTD	SERVICOS	PRIVADA	113.107,50	113.107,50	0,00	0,00
29 P 15593/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREF. MUN. BARRETOS 058/05 SMF/COMPRAS	ESTUDO TECNICO E SERVICO DE PESQUISA PARA DESENVOLVIMENTO DO PLANO DIRETOR DA INFOVIA. PROJETO "INFOVIA MUNICIPAL"	5/9/2005	4/9/2006	LEONARDO DE SOUZA MENDES	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	37.600,00	37.600,00	0,00	0,00
29 P 23841/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/ERICSSON TELECOMUNICACOES S.A. - T.A.05	PROJETO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTODE PRÓTO- TIPO DE REDE OVERLAY, BASEADO EM NOVOS ENDERE- CAMENTOS.	4/10/2005	3/9/2007	MAURÍCIO FERREIRA MAGALHÃES	ERICSSON TELECOMUNICACOES S.A.	INDUSTRIA	PRIVADA	573.000,00	573.000,00	0,00	0,00
29 P 6191/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SANASA/IPES	criação e desenvolvimento do projeto "TELECE- TROS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA".	20/10/2005	20/4/2007	LEONARDO DE SOUZA MENDES	INSTITUTO DE PESQ.ESP.P/SOCIEDADE - IPES	ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL	PÚBLICA	59.999,98	59.999,98	0,00	0,00
29 P 6191/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SANASA/IPES	criação e desenvolvimento do projeto "TELECE- TROS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA".	20/10/2005	20/4/2007	LEONARDO DE SOUZA MENDES	SANASA - CAMPINAS	EMPRESA PUBLICA	PÚBLICA	59.999,98	59.999,98	0,00	0,00
29 P 18559/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/LINEAR/SIDIA/TELESP/FITEC/IECOM/UFRJ	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COM INOV AÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL	25/5/2005	24/5/2008	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS S/A	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 18559/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/LINEAR/SIDIA/TELESP/FITEC/IECOM/UFRJ	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COM INOV AÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL	25/5/2005	24/5/2008	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	SERVICOS	PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 18559/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/LINEAR/SIDIA/TELESP/FITEC/IECOM/UFRJ	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COM INOV AÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL	25/5/2005	24/5/2008	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	SAMSUNG I. D. INFORMATICA AMAZONIA-SIDIA	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 18559/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/LINEAR/SIDIA/TELESP/FITEC/IECOM/UFRJ	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COM INOV AÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL	25/5/2005	24/5/2008	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	FUNDAÇÃO P/INOV AÇÕES TECNOLÓGICAS-FITEC	FUNDACAO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 18559/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/LINEAR/SIDIA/TELESP/FITEC/IECOM/UFRJ	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COM INOV AÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL	25/5/2005	24/5/2008	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	INST.ESTUDOS AVANÇ.EM COMUNICACOES-IECOM	INSTITUICAO DE ENSINO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 18559/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/LINEAR/SIDIA/TELESP/FITEC/IECOM/UFRJ	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO COM INOV AÇÃO TECNOLÓGICA NO AMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL	25/5/2005	24/5/2008	LUIS GERALDO PEDROSO MELONI	UNIVERS.FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 19880/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SABO IND.COM.AUTOPECAS	COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTIFCA ENTRE AS PARTES	11/11/2005	10/11/2010	CARLOS ALBERTO DOS REIS FILHO	SABO INDUSTR.COMERCIO DE AUTOPECAS LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 19896/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SABO IND.COM.AUTOPECAS LTDA - T.A.01	PESQUISA VISANDO DESENVOLVIMENTO DE SENSORES ' CAPACITIVOS DE POSICIONAMENTO ANGULAR APLICAVE IS NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA.	11/11/2005	10/5/2006	CARLOS ALBERTO DOS REIS FILHO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
29 P 19896/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SABO IND.COM.AUTOPECAS LTDA - T.A.01	PESQUISA VISANDO DESENVOLVIMENTO DE SENSORES ' CAPACITIVOS DE POSICIONAMENTO ANGULAR APLICAVE IS NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA.	11/11/2005	10/5/2006	CARLOS ALBERTO DOS REIS FILHO	SABO INDUSTR.COMERCIO DE AUTOPECAS LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00
29 P 25781/2005	UEC/RE/FEEC/FUNCAMP/MOTOROLA/INSTITUTO PESQUISA ELDORADO	COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTIFCA ENTRE AS PARTES CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE INTERCAMBIO DAS INSTITUÇÕES.	23/12/2005	22/12/2010	MARIO JINO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV.DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 25781/2005	UEC/RE/FEEC/FUNCAMP/MOTOROLA/INSTITUTO PESQUISA ELDORADO	COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTIFCA ENTRE AS PARTES CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE INTERCAMBIO DAS INSTITUÇÕES.	23/12/2005	22/12/2010	MARIO JINO	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00

29 P 25781/2005	UEC/RE/FEEC/FUNCAMP/MOTOROLA/INSTITUTO PESQUISA ELDORADO	COOPERAÇÃO TECNICO-CIENTIFICA ENTRE AS PARTES CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE INTERCAMBIO DAS INSTITUIÇÕES.	23/12/2005	22/12/2010	MARIO JINO	INSTITUTO DE PESQUISA ELDORADO	INSTITUICAO/ORGAO PESQUISA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 25783/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/MOTOROLA/INSTITUTO PESQUISA ELDORADO T.A.01	PROJETO DE PESQUISA PARA MELHORIAS OU DESENVOLVIMENTO DE NOVAS METODOLOGIAS PARA O PROCESSO DE TESTES DE SOFTWARE PARA FONES DA MOTOROLA	23/12/2005	22/6/2006	MARIO JINO	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	57.600,00	57.600,00	0,00	0,00
29 P 25783/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/MOTOROLA/INSTITUTO PESQUISA ELDORADO T.A.01	PROJETO DE PESQUISA PARA MELHORIAS OU DESENVOLVIMENTO DE NOVAS METODOLOGIAS PARA O PROCESSO DE TESTES DE SOFTWARE PARA FONES DA MOTOROLA	23/12/2005	22/6/2006	MARIO JINO	INSTITUTO DE PESQUISA ELDORADO	INSTITUICAO/ORGAO PESQUISA	PRIVADA	57.600,00	57.600,00	0,00	0,00
29 P 17434/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SEST/UNISOMA/ELUCID/CPFL 46.000.050.94	PREST.DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REFERENTE AO PROJETO "PD169"	1/3/2005	28/2/2006	CARLOS ALBERTO DOS REIS FILHO	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SERVICOS	PRIVADA	360.644,44	360.644,44	0,00	0,00
29 P 17434/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SEST/UNISOMA/ELUCID/CPFL 46.000.050.94	PREST.DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REFERENTE AO PROJETO "PD169"	1/3/2005	28/2/2006	CARLOS ALBERTO DOS REIS FILHO	SEST - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVICOS	PRIVADA	360.644,44	360.644,44	0,00	0,00
29 P 17434/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SEST/UNISOMA/ELUCID/CPFL 46.000.050.94	PREST.DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REFERENTE AO PROJETO "PD169"	1/3/2005	28/2/2006	CARLOS ALBERTO DOS REIS FILHO	UNISOMA MATEMATICA P/ PRODUTIVIDADE S/A	SERVICOS	PRIVADA	360.644,44	360.644,44	0,00	0,00
29 P 17434/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/SEST/UNISOMA/ELUCID/CPFL 46.000.050.94	PREST.DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO REFERENTE AO PROJETO "PD169"	1/3/2005	28/2/2006	CARLOS ALBERTO DOS REIS FILHO	ELUCID SOLUTIONS S.A.	SERVICOS	PRIVADA	360.644,44	360.644,44	0,00	0,00
29 P 17826/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/CTEEP - PROJETO 0068-028/2004	PESQUISA NA AREA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA - NO PROJETO SCS - SUPERVISOR DE CONTRA- TO DE SECCIONADORA.	1/8/2005	31/7/2006	EDSON MOSCHIM	CTEEP- CIA TRANS. ENERG. ELETR. PAULISTA	SERVICOS	PÚBLICA	253.813,00	253.813,00	0,00	0,00
29 P 25786/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/EMPRO - T.A.01	PESQUISA PARA DESENV. DE UMA ARQUITETURA INTEGRADA PARA CADASTRO E SISTEMA DE GESTAO.	2/1/2006	2/5/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	EMPRESA MUN.DE PROC. DE DADOS-EMPRO	SERVICOS	PÚBLICA	993.847,20	993.847,20	0,00	0,00
29 P 23060/2005	UEC/RE/FEEC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	COOP.P/O DESENV.DE ESTUDO E PESQUISA CIENTIFIC E TECNOL.QUE SUBSIDIEM O DESENV. DE TECNOLOG. COMPATIVEIS COM AS ATIVIDADES DA RECEITA	2/12/2005	2/12/2010	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV DA UNICAMP- FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 23060/2005	UEC/RE/FEEC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	COOP.P/O DESENV.DE ESTUDO E PESQUISA CIENTIFIC E TECNOL.QUE SUBSIDIEM O DESENV. DE TECNOLOG. COMPATIVEIS COM AS ATIVIDADES DA RECEITA	2/12/2005	2/12/2010	LEONARDO DE SOUZA MENDES	INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONAUTICA	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 23060/2005	UEC/RE/FEEC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	COOP.P/O DESENV.DE ESTUDO E PESQUISA CIENTIFIC E TECNOL.QUE SUBSIDIEM O DESENV. DE TECNOLOG. COMPATIVEIS COM AS ATIVIDADES DA RECEITA	2/12/2005	2/12/2010	LEONARDO DE SOUZA MENDES	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 25094/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - TA.01	ANÁLISE, DISIGN, IMPLEMENTAÇÃO E TESTES DE MÓDULOS DO SISTEMA HARPIA - ANÁLISE DE RISCO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA.	6/12/2005	5/12/2009	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV DA UNICAMP- FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	7.902.446,41	7.902.446,41	0,00	0,00
29 P 25094/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - TA.01	ANÁLISE, DISIGN, IMPLEMENTAÇÃO E TESTES DE MÓDULOS DO SISTEMA HARPIA - ANÁLISE DE RISCO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA.	6/12/2005	5/12/2009	LEONARDO DE SOUZA MENDES	INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONAUTICA	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	7.902.446,41	7.902.446,41	0,00	0,00
29 P 25094/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - TA.01	ANÁLISE, DISIGN, IMPLEMENTAÇÃO E TESTES DE MÓDULOS DO SISTEMA HARPIA - ANÁLISE DE RISCO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA.	6/12/2005	5/12/2009	LEONARDO DE SOUZA MENDES	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	7.902.446,41	7.902.446,41	0,00	0,00
29 P 23062/2005	UEC/FEEC/FUNCAMP/ITA/RECEITA FEDERAL T. A. 03	ESTUDO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA INTEGRADA P/COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS DISPONIVEIS EM CADASTROS DA RECEITA	7/12/2005	6/12/2009	LEONARDO DE SOUZA MENDES	INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONAUTICA	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	1.236.179,71	1.236.179,71	0,00	0,00
29 P 5466/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/ITA/RECEITA FEDERAL T. A. 03	ESTUDO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA INTEGRADA P/COLETA E PROCESSAMENTO DE DADOS DISPONIVEIS EM CADASTROS DA RECEITA	7/12/2005	6/12/2009	LEONARDO DE SOUZA MENDES	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	1.236.179,71	1.236.179,71	0,00	0,00
29 P 5466/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP/IGNIS COMUNICAÇÕES - 01.06.0369	EXECUÇÃO DO PROJETO "SISTEMA PARA MONITORAMENTO DE COMUNICAÇÃO VOIP".	21/7/2006	20/7/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS_FINEP	INSTITUICAO/ORGAO APOIO	PÚBLICA	408.348,00	408.348,00	0,00	0,00
29 P 5466/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP/IGNIS COMUNICAÇÕES - 01.06.0369	EXECUÇÃO DO PROJETO "SISTEMA PARA MONITORAMENTO DE COMUNICAÇÃO VOIP".	21/7/2006	20/7/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV DA UNICAMP- FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	408.348,00	408.348,00	0,00	0,00
29 P 5466/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/FINEP/IGNIS COMUNICAÇÕES - 01.06.0369	EXECUÇÃO DO PROJETO "SISTEMA PARA MONITORAMENTO DE COMUNICAÇÃO VOIP".	21/7/2006	20/7/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	IGNIS DESENV.E COM.DE SOLUC.P/TECNOLOGIA	SERVICOS	PRIVADA	408.348,00	408.348,00	0,00	0,00
29 P 5502/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	ESFORÇOS NA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA P/ GESTÃO DOS CADASTROS E PROGRAMAS SOCIAIS DO CONVENIENTE.	25/5/2006	24/5/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV DA UNICAMP- FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00
29 P 5502/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	ESFORÇOS NA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA P/ GESTÃO DOS CADASTROS E PROGRAMAS SOCIAIS DO CONVENIENTE.	25/5/2006	24/5/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00
29 P 25577/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/PADTEC S.A. - T.A. 01	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE FORMATOS DE MODULAÇÃO DIGITAL PARA COMUNICAÇÕES ÓPTICAS COM COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA DE DISPERSÃO.	18/10/2006	17/1/2008	HÉLIO WADMAN	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV DA UNICAMP- FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	237.439,13	237.439,13	0,00	0,00
29 P 25577/2006	UEC/FEEC/FUNCAMP/PADTEC S.A. - T.A. 01	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE FORMATOS DE MODULAÇÃO DIGITAL PARA COMUNICAÇÕES ÓPTICAS COM COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA DE DISPERSÃO.	18/10/2006	17/1/2008	HÉLIO WADMAN	PADTEC S. A.	INDUSTRIA	PRIVADA	237.439,13	237.439,13	0,00	0,00
29 P 6127/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA - T.A. 01	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA RE DE METROPOLITANA DE ACESSO ABERTO - INFOVIA MUNICIPAL, PARA INCLUSÃO DIGITAL DO MUNICIPIO.	26/6/2007	25/8/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV DA UNICAMP- FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
29 P 6127/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA - T.A. 01	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA RE DE METROPOLITANA DE ACESSO ABERTO - INFOVIA MUNICIPAL, PARA INCLUSÃO DIGITAL DO MUNICIPIO.	26/6/2007	25/8/2008	LEONARDO DE SOUZA MENDES	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
29 P 23800/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/COMPANHIA PAULISTA FORÇA E LUZ	CONDICOES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO. CURSO DE EXTENSAO "MODELOS DE PREVISÃO".	5/3/2008	4/6/2008	TAKAAKI OHISHI	FUNDAÇÃO DE DESENVOLV DA UNICAMP- FUNCAMP	FUNDACAO	PRIVADA	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00
29 P 23800/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/COMPANHIA PAULISTA FORÇA E LUZ	CONDICOES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO. CURSO DE EXTENSAO "MODELOS DE PREVISÃO".	5/3/2008	4/6/2008	TAKAAKI OHISHI	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ-CPFL	SERVICOS	PRIVADA	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00

29 P 588/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/PRODASEN	ELABORAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MODIFICAÇÕES NA VERSÃO ATUAL DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA DO SENADO FEDERAL.	3/4/2008	2/4/2010	JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00
29 P 588/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/PRODASEN	ELABORAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MODIFICAÇÕES NA VERSÃO ATUAL DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA DO SENADO FEDERAL.	3/4/2008	2/4/2010	JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA	PRODASEN	EMPRESA PÚBLICA	PÚBLICA	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00
29 P 23760/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/SONY ERICSSON COMMUNICATIONS DO BRASIL	LAUDO TÉCNICO PELA AFERÇÃO DA COLIDENCIA ENTRE OS APARELHOS DE TELEFONIA MOVEL.	7/4/2008	6/4/2009	RENATO BALDINI FILHO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
29 P 23760/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/SONY ERICSSON COMMUNICATIONS DO BRASIL	LAUDO TÉCNICO PELA AFERÇÃO DA COLIDENCIA ENTRE OS APARELHOS DE TELEFONIA MOVEL.	7/4/2008	6/4/2009	RENATO BALDINI FILHO	SONY ERICSSON MOBILE C. DO BRASIL	INDUSTRIA	PRIVADA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
29 P 27122/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/EMPRESA MUNICIPAL DE PROCESSAMENTO TÁ-02	SERVIÇOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO " PD 177-07- ESTRATÉGIA HIERÁRQUICA DE OTIMIZAÇÃO PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS DE MANUTENÇÃO"	3/3/2008	2/6/2009	LEONARDO SOUZA MENDES	EMPRESA MUNICIPAL DE PROC. DE DADOS-EMPROM	SERVIÇOS	PÚBLICA	496.923,60	496.923,60	0,00	0,00
29 P 3276/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL/CLTEC	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO " PD 177-07- ESTRATÉGIA HIERÁRQUICA DE OTIMIZAÇÃO PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS DE MANUTENÇÃO"	13/11/2007	12/11/2008	CHRISTIANO LYRA FILHO	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ-CPFL	SERVIÇOS	PRIVADA	277.700,00	277.700,00	0,00	0,00
29 P 3276/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL/CLTEC	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO " PD 177-07- ESTRATÉGIA HIERÁRQUICA DE OTIMIZAÇÃO PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS DE MANUTENÇÃO"	13/11/2007	12/11/2008	CHRISTIANO LYRA FILHO	CLCTEC - CONSULTORIA	SERVIÇOS	PRIVADA	277.700,00	277.700,00	0,00	0,00
29 P 3281/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL-PIRATININGA (PD49-07)	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PD049-07-DINÂMICA DE GERADORES SÍNCRONOS TRIFÁSICOS ASSOCIADA A SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA.	13/11/2007	12/11/2008	ERNESTO RUPPERT FILHO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	26.500,08	26.500,08	0,00	0,00
29 P 3281/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL-PIRATININGA (PD49-07)	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PD049-07-DINÂMICA DE GERADORES SÍNCRONOS TRIFÁSICOS ASSOCIADA A SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA.	13/11/2007	12/11/2008	ERNESTO RUPPERT FILHO	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SERVIÇOS	PRIVADA	26.500,08	26.500,08	0,00	0,00
29 P 3277/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL (PD 49-07)	PROJETO PD49-07 DINÂMICA DE GERADORES SÍNCRONOS SÍNCRONOS TRIFÁSICOS ASSOCIADA AO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA.	1/11/2007	12/11/2008	ERNESTO RUPPERT FILHO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	132.194,76	132.194,76	0,00	0,00
29 P 3277/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL (PD 49-07)	PROJETO PD49-07 DINÂMICA DE GERADORES SÍNCRONOS SÍNCRONOS TRIFÁSICOS ASSOCIADA AO SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA.	1/11/2007	12/11/2008	ERNESTO RUPPERT FILHO	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ-CPFL	SERVIÇOS	PRIVADA	132.194,76	132.194,76	0,00	0,00
29 P 3286/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL-PIRATININGA(PD130-07)	PROJETO PD130-07 DESENVOLVIMENTO DE LIMITADORES DE CORRENTE, UTILIZANDO MATERIAIS SUPERCONDUTORES DE ALTA TEMPERATURA.	1/3/2008	28/2/2009	ERNESTO RUPPERT FILHO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	21.880,00	21.880,00	0,00	0,00
29 P 3286/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL-PIRATININGA(PD130-07)	PROJETO PD130-07 DESENVOLVIMENTO DE LIMITADORES DE CORRENTE, UTILIZANDO MATERIAIS SUPERCONDUTORES DE ALTA TEMPERATURA.	1/3/2008	28/2/2009	ERNESTO RUPPERT FILHO	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SERVIÇOS	PRIVADA	21.880,00	21.880,00	0,00	0,00
29 P 3268/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, ESTRATÉGIA HIERÁRQUICA DE OTIMIZAÇÃO PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DE MANUTENÇÃO.	13/11/2007	12/11/2008	CHRISTIANO LYRA	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	46.800,00	46.800,00	0,00	0,00
29 P 3268/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SERVIÇOS TECNOLÓGICOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, ESTRATÉGIA HIERÁRQUICA DE OTIMIZAÇÃO PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DE MANUTENÇÃO.	13/11/2007	12/11/2008	CHRISTIANO LYRA	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	SERVIÇOS	PRIVADA	46.800,00	46.800,00	0,00	0,00
29 P 27124/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA-TA-02	ATIVIDADES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE MÓDULOS EDUCACIONAIS	15/5/2008	14/7/2009	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	216.000,00	216.000,00	0,00	0,00
29 P 27124/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA-TA-02	ATIVIDADES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE MÓDULOS EDUCACIONAIS	15/5/2008	14/7/2009	LEONARDO DE SOUZA MENDES	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA	ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO	PÚBLICA	216.000,00	216.000,00	0,00	0,00
29 P 19756/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREF MUNICIPAL DE SALTOTA TA 01	EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO.	4/6/2008	3/8/2010	LEONARDO DE SOUZA MENDES	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	358.500,00	358.500,00	0,00	0,00
29 P 19756/2007	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREF MUNICIPAL DE SALTOTA TA 01	EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO.	4/6/2008	3/8/2010	LEONARDO DE SOUZA MENDES	PREF DA ESTANCIA TURISTICA DE SALTO	ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO	PÚBLICA	358.500,00	358.500,00	0,00	0,00
29 P 4399/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/FUNDAÇÃO CPQD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE TRANSMISSÃO	3/12/2008	2/12/2009	MICHEL DAOUY YACOB	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00
29 P 4399/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/FUNDAÇÃO CPQD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE TRANSMISSÃO	3/12/2008	2/12/2009	MICHEL DAOUY YACOB	FUNDAÇÃO CPQD	FUNDAÇÃO	PRIVADA	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00
29 P 14412/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS - RH	2/12/2008	1/10/2010	LEONARDO SOUZA MENDES	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS	ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO	PÚBLICA	1.470.000,00	1.470.000,00	0,00	0,00
29 P 16997/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP(DMO)	SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ESTUDOS TÉCNICOS OU OUTRA ATIVIDADE DE LONGA DURAÇÃO.	23/9/2008		HUGO ENRIQUE HERNANDEZ FIGUEROA	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
29 P 29558/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL-PIRATINI PD 49-08 DINÂMICA DE GERADORES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "PD049-08 DINÂMICA DE GERADORES SÍNCRONOS TRIFÁSICOS ASSOCIADA À DINÂMICA	14/4/2008	13/4/2010		FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00
29 P 29558/2008	UEC/FEEC/FUNCAMP/CPFL-PIRATINI PD 49-08 DINÂMICA DE GERADORES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "PD049-08 DINÂMICA DE GERADORES SÍNCRONOS TRIFÁSICOS ASSOCIADA À DINÂMICA	14/4/2008	13/4/2010		COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ-CPFL	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ECON. MISTA	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00
34 P 20499/2004	UEC/IC/FUNCAMP/FUNDAÇÃO CPQD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS CRIPTOGRÁFICOS	19/10/2004	31/12/2005	RICARDO DAHAB	FUNDAÇÃO CPQD	FUNDAÇÃO	PRIVADA	103.700,00	103.700,00	0,00	0,00
34 P 23200/2004	UEC/IC/FUNCAMP/ITAUTECH PHILCO S.A. - T.A. 01	APROVEITAMENTO CONJUNTO DAS POTENCIALIDADES DA UNICAMP E DA ITAUTECH PHILCO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA DISTRIBUIÇÃO LINUX P/ O MERCADO.	1/12/2004	1/12/2005	PAULO LÍCIO DE GÊUS	ITAUTECH S.A.-GRUPO ITAUTECH	INDUSTRIA	PRIVADA	306.000,00	306.000,00	0,00	0,00
34 P 16628/2005	UEC/IC/FUNCAMP/PETROBRAS - CONTRATO TI-SPS 0200.0012829.05.2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E SU-ORTE DE MÓDULO SOLUCIONADOR PARA O SISTEMA JCONSUÉLO.	14/10/2005	13/10/2007	ARNALDO VIEIRA MOURA	PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	EMPRESA PÚBLICA	PÚBLICA	311.784,00	311.784,00	0,00	0,00

34 P 24531/2005	UEC/IC/FUNCAMP/INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA.	COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, INTERCÂMBIO, ATIVIDADES DE DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PESQUISA, ETC.	22/12/2005	21/12/2007	RICARDO DAHAB	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 24531/2005	UEC/IC/FUNCAMP/INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA.	COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA, INTERCÂMBIO, ATIVIDADES DE DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PESQUISA, ETC.	22/12/2005	21/12/2007	RICARDO DAHAB	INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 24533/2005	UEC/IC/FUNCAMP/INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA. T.A.01	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIAS DIGIT AIS, BASEADAS EM COMUNICAÇÃO, COMPUTAÇÃO MÓVEL E REDES SEMFIO.	22/12/2005	31/12/2005	RICARDO DAHAN	INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	10.611,00	10.611,00	0,00	0,00
34 P 20996/2006	UEC/IC/FUNCAMP/INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL	ESTABELEÇER CONDIÇÕES P/ REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE PESQ NAS ÁREAS DE COMPRENSÃO DE MICROCÓDIGO, CONFIABILIDADE DE PROCESSADORES, E OUTROS.	21/9/2006	20/9/2008	GUIDO COSTA S. ARAÚJO	INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 22755/2005	UEC/IC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL-TA 02	ESTUDO, PESQ. E DESENV. DE NOVAS TÉCNICAS AUTO MÁTICAS P/AVAL. DE RISCO NO PROCESSO ADUANEIRO CONF. PROJETO HARPIA.	8/12/2005	8/8/2006	SIOME KLEIN GOLDENSTEIN	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	319.911,90	319.911,90	0,00	0,00
34 P 22755/2005	UEC/IC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL-TA 02	ESTUDO, PESQ. E DESENV. DE NOVAS TÉCNICAS AUTO MÁTICAS P/AVAL. DE RISCO NO PROCESSO ADUANEIRO CONF. PROJETO HARPIA.	8/12/2005	8/8/2006	SIOME KLEIN GOLDENSTEIN	INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA	INSTITUICAO DE ENSINO	PÚBLICA	319.911,90	319.911,90	0,00	0,00
34 P 22755/2005	UEC/IC/FUNCAMP/ITA/SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL-TA 02	ESTUDO, PESQ. E DESENV. DE NOVAS TÉCNICAS AUTO MÁTICAS P/AVAL. DE RISCO NO PROCESSO ADUANEIRO CONF. PROJETO HARPIA.	8/12/2005	8/8/2006	SIOME KLEIN GOLDENSTEIN	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	ORGAO DO PODER PUBLICO	PÚBLICA	319.911,90	319.911,90	0,00	0,00
34 P 16481/2007	UEC/IC/FUNCAMP/MICROSOFT INFORMATICA	VIABILIZANDO A INTEROPERABILIDADE ENTRE AS PLA TAFORMAS LINUX E MICROSOFT.	13/2/2008	31/12/2010	SANDRO RIGO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00
34 P 16481/2007	UEC/IC/FUNCAMP/MICROSOFT INFORMATICA	VIABILIZANDO A INTEROPERABILIDADE ENTRE AS PLA TAFORMAS LINUX E MICROSOFT.	13/2/2008	31/12/2010	SANDRO RIGO	MICROSOFT INFORMATICA LTDA	SERVICOS	PRIVADA	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00
34 P 16480/2007	UEC/IC/FUNCAMP/MICROSOFT INFORMATICA	EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIM ENTO.	13/2/2008	12/2/2013	SANDRO RIGO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 16480/2007	UEC/IC/FUNCAMP/MICROSOFT INFORMATICA	EXECUÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIM ENTO.	13/2/2008	12/2/2013	SANDRO RIGO	MICROSOFT INFORMATICA LTDA	SERVICOS	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 18760/2008	UEC/IC/SERASA/FUNCAMP	ESTABELEÇER PARCERIA UEC/SERASA P A SELEÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS RELACIONADOS À TECNOL. DA INFORMAÇÃO A PARTIR DO ENGAJAM.	24/11/2008	24/11/2009	SANDRO RIGO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
34 P 18760/2008	UEC/IC/SERASA/FUNCAMP	ESTABELEÇER PARCERIA UEC/SERASA P A SELEÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS RELACIONADOS À TECNOL. DA INFORMAÇÃO A PARTIR DO ENGAJAM.	24/11/2008	24/11/2009	SANDRO RIGO	SERASA S.A	INSTITUICAO FINANCEIRA	PRIVADA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
34 P 18760/2008	UEC/IC/SERASA/FUNCAMP	ESTABELEÇER PARCERIA UEC/SERASA P A SELEÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS RELACIONADOS À TECNOL. DA INFORMAÇÃO A PARTIR DO ENGAJAM.	24/11/2008	24/11/2009	SANDRO RIGO	UNIVERSIDADE DE WASHINGTON-EUA	INSTITUICAO DE ENSINO	PRIVADA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
34 P 29486/2008	UEC/IC/FUNCAMP/IBM COOPERAÇÃO	ESTABELECE CONDIÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - C IENTIFICO, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE INTER CAMBIO DE COMPETENCIAS ABRANGENDO DISSEMINAC	31/12/2008	30/12/2013	RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 29486/2008	UEC/IC/FUNCAMP/IBM COOPERAÇÃO	ESTABELECE CONDIÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - C IENTIFICO, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE INTER CAMBIO DE COMPETENCIAS ABRANGENDO DISSEMINAC	31/12/2008	30/12/2013	RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO	IBM BRASIL - IND.COM. E EXP.LTDA	INDUSTRIA	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 1173/2008	UEC/FUNCAMP/IC/GRIAULE/FINEP - TERMO DE COMPROMISSO	TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, PELA FI NEP À FUNCAMP, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "DESENVOLVIMENTO DE ENGINE BIOMÉTRICO FPGa"	10/7/2008	9/7/2028	NEUCIMA JERÔNIMO LEITE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	INSTITUICAO/ORGAO APOIO	PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 1173/2008	UEC/FUNCAMP/IC/GRIAULE/FINEP - TERMO DE COMPROMISSO	TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, PELA FI NEP À FUNCAMP, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "DESENVOLVIMENTO DE ENGINE BIOMÉTRICO FPGa"	10/7/2008	9/7/2028	NEUCIMA JERÔNIMO LEITE	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP-FUNCAMP	FUNDAÇÃO	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00
34 P 1173/2008	UEC/FUNCAMP/IC/GRIAULE/FINEP - TERMO DE COMPROMISSO	TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, PELA FI NEP À FUNCAMP, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "DESENVOLVIMENTO DE ENGINE BIOMÉTRICO FPGa"	10/7/2008	9/7/2028	NEUCIMA JERÔNIMO LEITE	GRIAULE BIOMETRICS LTDA	SERVICOS	PRIVADA	0,00	0,00	0,00	0,00